



## **IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**

### **RGPH-2010**



## **RELATÓRIO METODOLÓGICO E DE ACTIVIDADES**

**Janeiro 2012**

**Catálogo recomendada:**

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**

IV° Recenseamento Geral da População e Habitação  
Relatório metodológico e de actividades

**Presidente**

António dos Reis Duarte

**Editor**

Instituto Nacional de Estatística

**Sede**

Av. Amílcar Cabral, CP 116

Cabo Verde

Telefone: (238) 61.38.27

Fax: (238) 61.16.56

**Impresso**

Tipografia:

**Tiragem:** ..... exemplares

**O INE na Internet:** [www.ine.cv](http://www.ine.cv)

Junho 2011

## INDICE

INDICE.....	3
Apresentação.....	6
Introdução .....	7
Planeamento e trabalhos preparatórios.....	9
1. Enquadramento legal .....	9
2. Objectivos.....	14
3. Enquadramento Institucional.....	15
3.1. Aspectos institucionais do RGPH-2010 .....	15
3.2. Criação do Gabinete do Censo .....	16
3.3. Estrutura organizativa do RGPH-2010.....	17
3.4. Estrutura organizativa da operação no terreno .....	18
4. Fases do projecto .....	18
5. Cronograma geral das actividades.....	18
6. Recursos humanos .....	24
7. Custos e orçamento.....	33
8. Missões de assistência técnica, visitas de estudo e estágios.....	40
Cartografia e SIG .....	47
1. Elaboração da Base territorial e Desenvolvimento da Cartografia Digital .....	47
2. Realização da actualização cartográfica e pré-Censo agrícola.....	50
3. Correção das coordenadas dos pontos capturados.....	55
4. Constituição dos DR's do RGPH-2010.....	57

5. Constituição do cadastro de endereços.....	59
Metodologia.....	62
1. Princípios.....	62
1.1. Cobertura.....	62
1.2. Momento censitário.....	62
1.3. Pressupostos metodológicos.....	62
1.3.1. Avaliação do RGPH 2000.....	63
1.3.2. Recomendações das NU para a ronda dos Censos 2010.....	64
1.3.3. Consultas aos utilizadores/produtores de dados.....	65
2. As principais apostas metodológicas.....	66
2.1. Inovações tecnológicas.....	66
2.2. Inovações de conteúdo.....	69
3. Instrumentos de notação.....	70
3.1. Evolução nas variáveis observadas no RGPH 2010 relativamente a 2000.....	70
3.2. Questionários.....	80
4. Inquérito piloto.....	80
5. Acções de Formação.....	101
Recolha de dados.....	118
Conceitos.....	144
Tratamento e apuramento dos dados.....	198
Sensibilização.....	204
Disseminação dos resultados.....	224
Inquérito Pós-censitário.....	225
Anexos.....	229

Anexo 1- Ordem de serviço que cria o Gabinete do Censo.....	230
Anexo 2. Recrutamento .....	240
Anexo 3. Recenseamento piloto .....	242
Anexo 4. Perguntas, códigos válidos e saltos.....	260
Anexo 5 - Estratégia de Sensibilização Censo 2010 .....	280
Anexo 6: Tipos de análises espaciais: .....	291

# Apresentação

O IVº Recenseamento Geral da População e Habitação, abreviadamente designado por RGPH 2010, foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística em Junho de 2010, e os resultados referem-se a 15 de Junho de 2010 (momento censitário).

A organização e a execução do RGPH 2010 foram reguladas pelo Decreto-Lei **n.º27/ 2008**.

Os resultados definitivos devem ser objecto das seguintes publicações: um volume de Cabo Verde em números por zonas e lugares e um volume para cada um dos 22 Concelhos do País. Ainda serão objectos de publicação várias análises temáticas tais como: estrutura e dinâmica da população, migração e urbanização, educação e alfabetização, características económicas da população, condições de vida das famílias, fecundidade, mortalidade, situação matrimonial e nupcialidade, incapacidade, crianças e adolescentes em Cabo Verde, mulheres e homens em Cabo Verde, população idosa e habitação.

A presente publicação tem como objectivo documentar e divulgar as metodologias: instrumentos metodológicos e organizativos fundamentais utilizados na preparação, recolha e tratamento dos dados deste recenseamento, e ajudar os utilizadores a melhor compreender e interpretar os resultados. Assim, este volume contém uma descrição detalhada de todos os processos que envolveram a realização do RGPH 2010, desde as etapas de planeamento e organização da operação, passando pelas inovações metodológicas e tecnológicas, sensibilização e de cartografia utilizadas.

António dos Reis Duarte

Presidente do INE

# Introdução

Os Recenseamentos da População e Habitação são apontados, pelas respectivas recomendações mundiais, editadas pela ONU, como sendo as operações estatísticas “mais complexas e dispendiosas que qualquer país pode realizar”.

O Recenseamento é uma operação estatística que, segundo as mesmas recomendações internacionais deve ser realizada decenalmente, para recolher, de forma exaustiva, dados sobre todas as unidades estatísticas incluídas num universo a estudar. Contrariamente aos Censos passados em que foram recolhidos informações sobre as características dos edifícios e do alojamento, para o Censo-2010, os mesmos constituíam unidades estatísticas propriamente ditas, para além dos agregados familiares e dos indivíduos.

É através das Operações Censitárias, e exclusivamente por via destas que se pode responder às questões:

- ☞ Quantos somos?
- ☞ Como somos?
- ☞ Onde vivemos?
- ☞ Como vivemos?

Através das operações censitárias e dos dados sobre a população e a habitação assim recolhidos, é possível obter, para vários níveis de desagregação geográfica, uma “fotografia” dos indivíduos e das suas condições de habitabilidade, o que transforma esta informação num instrumento fundamental de conhecimento e saber para os decisores e utilizadores de um modo geral, fundamentais para o planeamento económico, social, para o ordenamento do território, etc.

A comparação entre resultados de vários recenseamentos permite também analisar as transformações demográficas, socioeconómicas e habitacionais que a sociedade cabo-verdiana sofreu durante os períodos intercensitários.

Os dados censitários são, portanto, essenciais para a análise da estrutura social e económica do país, da sua evolução e tendências permitindo, ainda e em simultâneo, a comparação com outros países.

Em Cabo Verde tem-se realizado Censos Demográficos desde 1960, sendo que, os três últimos, realizados após a Independência (os Censos de 1980, 1990 e 2000), incluíram, para além da população, a habitação.

O IVº Recenseamento Geral da População e Habitação, abreviadamente designado por RGPH 2010 dá continuidade à série estatística nacional mais longa e consistente sobre a população e a habitação.

O RGPH-2010, para além de valorizar as boas práticas e as capacidades criadas com o Censo 2000, perspectivou inovações metodológicas e tecnológicas tanto na recolha, tratamento e difusão das informações, para assumir, plenamente, como um instrumento incontornável de diagnóstico, planeamento e monitorização do desenvolvimento do país, assumindo-se como:

- ☞ *Instrumento de avaliação de políticas, planos e programas de desenvolvimento*
- ☞ *Instrumento que favorece o combate às desigualdades*
- ☞ *Instrumento de diálogo entre os poderes locais e centrais, fomentando a boa governação*
- ☞ *Instrumento de apoio ao ordenamento do território e à descentralização*
- ☞ *Instrumento de reforço da cidadania*
- ☞ *Instrumento de reforço da integração estatística*



# P laneamento e trabalhos preparatórios

## 1. Enquadramento legal

O RGPH-2010 foi realizado com base na legislação geral que regula os levantamentos estatísticos em Cabo Verde. Dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações e protege o carácter confidencial das informações recolhidas.

Nos últimos anos, tem sido preocupação do Governo elaborar uma Agenda Estatística para o Desenvolvimento (AED), que compreende o Plano de Actividade Estatística Nacional, o Plano de Formação dos Recursos Humanos do Sistema Estatístico Nacional, o Plano Tecnológico e o Plano de Reforço de Capacidade Institucional, sendo também um instrumento de coordenação da parceria financeira e técnica para a Estatística Oficial.

Com a AED arranca o 2º ciclo da reforma do Sistema Estatístico Nacional (SEN), sendo certo que o 1º ciclo (1996-2005) permitiu pôr à prova o quadro legal e institucional do sector, criado em 1996. A Avaliação do estado do SEN realizada em 2001, pelo Conselho Nacional de Estatística (CNEST), pôs em evidência pontos fortes e pontos fracos, e avançou com recomendações ao Governo para a alteração desse quadro.

A AED pretende construir as condições de sustentabilidade das Estatísticas Oficiais e, por isso, assenta na valorização dos ganhos e das boas práticas da Estatística Oficial em Cabo Verde, na óptica da gestão baseada nos resultados, na integração e racionalização da actividade estatística oficial, na valorização das fontes administrativas, nos avanços e perspectivas do País no domínio das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e no adequado aproveitamento das capacidades existentes a nível do SEN que está estruturado em 3 pilares institucionais:

- a) O CNEST é o órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o SEN. É um órgão deliberativo, com a competência de fixação das prioridades nacionais em matéria de produção estatística, de exercício da coordenação geral do sistema, através da aprovação das metodologias, conceitos, definições e nomenclaturas e da aprovação dos planos de trabalhos estatísticos dos órgãos produtores. Presidido por um cidadão de reconhecida competência e idoneidade, o CNEST integra o Presidente do Instituto Nacional de Estatística (INE) na qualidade de Vice-Presidente, um representante do sector da educação, um representante do sector da saúde, um representante do sector das infra-estruturas e habitação, um representante do sector das pescas, um representante do sector dos transportes, um representante do sector do planeamento, um representante do sector da agricultura, um representante do sector da indústria, um representante do sector do comércio, um representante do sector do turismo, um representante do sector do trabalho, um representante do Banco de Cabo Verde, dois representantes dos sindicatos, dois

representantes da Associação Nacional de Municípios e dois representantes do empresariado privado.

- b) O INE que é o órgão central do sistema, a quem cabe a produção das estatísticas gerais e a coordenação técnica.
  
- c) Os Órgãos Produtores de Estatísticas Sectoriais (OPES) que também possuem autoridade estatística e têm competência da produção das estatísticas dos respectivos sectores designadamente:
  - ☞ Departamento de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Cabo Verde que produz as estatísticas monetárias e da balança de pagamentos;
  - ☞ Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente, a quem cabe a produção das estatísticas agrícolas;
  - ☞ Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Saúde a quem cabe a produção das estatísticas da saúde;
  - ☞ Gabinete de Estudos e Desenvolvimento do Sistema Educativo a quem cabe a produção das estatísticas da educação;
  - ☞ Gabinete de Estudos, Legislação e Documentação do Ministério da Justiça a quem cabe a produção das estatísticas da justiça;
  - ☞ Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas a quem cabe a produção das estatísticas das pescas;
  - ☞ Instituto do Emprego e Formação Profissional a quem cabe a produção das estatísticas do emprego e da formação profissional.
  - ☞ Direcção Geral do Trabalho a quem compete a produção das estatísticas do trabalho.

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 203º da Constituição, o Governo aprovou o Decreto-Lei n.º27/ 2008<sup>1</sup>, o qual versa nos seguintes termos:

---

<sup>1</sup> Boletim Oficial n.º 34 de 8 de Setembro de 2008

## **Artigo 1º**

### **Objecto**

O presente diploma define o quadro institucional para a realização do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de Cabo Verde em 2010.

## **Artigo 2º**

### **Realização**

1. É fixado para o ano 2010, a realização do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de Cabo Verde, adiante designado abreviadamente por RGPH - 2010.
2. O período de observação e as datas de realização do Censo serão fixados pelo Presidente do Instituto Nacional de Estatística e divulgado através dos órgãos de Comunicação Social.

## **Artigo 3º**

### **Exclusividade**

Para além do RGPH-2010, não poderá ocorrer, durante o período de 1 de Abril a 31 de Agosto de 2010, nenhuma outra operação estatística, especialmente dirigida às famílias ou às pessoas singulares ou colectivas, realizada por qualquer entidade da Administração Pública, incluindo os órgãos produtores de estatísticas oficiais.

## **Artigo 4º**

### **Acompanhamento**

1. O CNEST enquanto órgão do Estado que superiormente orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional, acompanhará a realização do RGPH-2010.
2. É criada, no seio do CNEST, para efeitos do disposto no número anterior, uma Secção Restrita Eventual de Acompanhamento do Censo 2010, “ad hoc”, com a seguinte competência:
  - a) Aprovar os objectivos específicos e o plano de trabalho do Recenseamento 2010, nomeadamente do ponto de vista de tomar em consideração as prioridades nacionais relativas à aplicação das recomendações das Nações Unidas e, em geral, a integração com outras fontes estatísticas, nomeadamente através da utilização dos conceitos metodológicos convencionados pelo SEN;
  - b) Apreciar toda a metodologia do Recenseamento 2010 e promover a respectiva publicação;

- c) Assegurar o seguimento técnico do Recenseamento 2010, designadamente através da apreciação dos relatórios técnicos;
- d) Apreciar os relatórios sobre a cartografia censitária, o recenseamento piloto, os resultados do próprio Recenseamento e do Inquérito pós-censitário;
- e) Assegurar a observância das normas estatísticas e a aplicação de classificações, conceitos e metodologias que respeitam as recomendações internacionais e promovam a comparabilidade dos resultados a nível nacional e internacional;
- f) Fazer recomendações ao Governo e aos parceiros de desenvolvimento visando a mobilização dos recursos;
- g) Apreciar os resultados do Pré-Censo Agrícola e do RGPH-2010;
- h) Promover a sensibilização junto das autoridades em favor das actividades previstas nos respectivos projectos estatísticos.

### **Artigo 5º**

#### **Colaboração**

1. Os Ministérios da Educação e Ensino Superior, do Ambiente, do Desenvolvimento Rural e dos Recursos Marinhos (MADRRM), da Saúde e da Administração Interna, através dos respectivos serviços desconcentrados, deverão prestar ao INE todo o apoio logístico necessário de que venha a carecer, designadamente em meios humanos e de transporte, no quadro da realização do RGPH-2010.
2. A colaboração a que se refere o número anterior, poderá ser solicitada directamente pelo INE, e realizada nos termos dos protocolos de colaboração a celebrar entre o IINE e os serviços competentes dos Ministérios supra referidos.

### **Artigo 6º**

#### **Comissões**

Sem prejuízo do disposto no nº 5 do presente artigo, em cada concelho funcionará uma Comissão Municipal “ad hoc”, com a seguinte composição:

- a) Os representantes dos serviços desconcentrados do MADRRM e da Saúde.
  - b) Um funcionário ou agente da Câmara Municipal, designado pelo respectivo Presidente.
2. Compete à Comissão Municipal proceder à coordenação das operações logísticas e administrativas dentro dos limites territoriais da sua jurisdição.

3. Nas Ilhas com mais de um concelho, o presidente do INE poderá criar uma Comissão Regional, com uma área de actuação superior à área de um Município.
4. A Comissão a que se refere o presente artigo, será presidida pelo responsável máximo do serviço desconcentrado do MADRRM.

### **Artigo 7.º**

#### **Apoio dos municípios**

A Comissão referida no artigo anterior será apoiada pelos municípios, nos termos que forem acordados entre o INE e os respectivos Municípios.

### **Artigo 8.º**

#### **Segredo estatístico e obrigatoriedade de prestação de informações**

Ao segredo estatístico e à obrigatoriedade de prestar informações e exhibir livros e documentos é aplicável o disposto no diploma relativo ao sistema estatístico nacional.

## **2. Objectivos**

### **Objectivo geral**

O RGPH-2010, visa melhorar o conhecimento das características da população e da habitação e, assim, contribuir para a consolidação das intervenções públicas e privadas, no contexto das políticas de desenvolvimento.

### **Objectivos específicos**

1. Fornecer informações sobre o estado, a estrutura e as características socioeconómicas da população ;
2. Fornecer informações relativas ao parque de edifícios e, em particular, o parque de habitações e as características essenciais da habitação;
3. Estudar a dinâmica da população, em comparação com os recenseamentos anteriores e outras fontes;
4. Estudar a fecundidade, a mortalidade, as migrações;
5. Fazer o inventário das infra-estruturas e dos equipamentos colectivos existentes ao nível de cada localidade, nomeadamente os sistemas de abastecimento de água potável e os serviços de educação e de saúde;
6. Disponibilizar aos utilizadores os dados relativos à alfabetização, à educação, nomeadamente o nível de instrução da população em idade escolar, da frequência escolar a partir dos 3 anos de idade, tendo em conta os níveis pré-escolar, primário, secundário, a formação profissional e superior;
7. Disponibilizar aos utilizadores os dados relativos às características económicas da população, nomeadamente a população activa e inactiva, o emprego e o desemprego, a procura de emprego, para a população com idade de 6 anos ou mais;
8. Disponibilizar aos utilizadores dados sobre a população portadora de deficiência,
9. Reforçar a capacidade do INE em matéria de execução de recenseamentos demográficos;
10. Reforçar a capacidade técnica e institucional do INE;
11. Reunir informações com vista às necessidades específicas de desenvolvimento das contas nacionais;

12. Obter informações sobre TIC;
13. Disponibilizar as informações de base para as projecções demográficas;
14. Servir de base a Amostra-mãe para os inquéritos;
15. Viabilizar a criação de uma célula de SIG no seio do SEN;
16. Disponibilizar informação de base para o cálculo de vários indicadores do DECRP e dos OMD e de outras agendas e compromissos nacionais.

### **3. Enquadramento Institucional**

A execução de uma operação estatística da envergadura de um recenseamento envolve muitos e importantes recursos, tanto materiais como humanos e financeiros, com efeito, o sucesso desta operação fica sempre dependente de um eficaz planeamento, organização e utilização de todos esses recursos.

A realização do RGPH-2010 representou um aumento significativo das actividades do INE, ao longo do período da sua execução, sendo que muitas das tarefas que se desenvolveram de forma simultânea e/ou sequencialmente nas diversas áreas, concomitantes ao projecto e actividades contínuas do INE.

Assim, procurando proporcionar uma melhor percepção de toda a estrutura executiva dos trabalhos de campo e das funções dos intervenientes a nível central e a nível regional, foi preciso criar as condições básicas para que as actividades censitárias se desenvolvessem de forma apropriada, sem prejudicar outros compromissos institucionais.

Tais condições passaram pelo redimensionamento do quadro do pessoal, das infra-estruturas, além das adaptações nas normas e nos sistemas administrativos, a fim de ajusta-los às especificidades do Censo. Esta operação requereu também, agilidade, controle e eficácia em todos os procedimentos operacionais, na gestão de recursos humanos, financeiros e materiais.

#### **3.1. Aspectos institucionais do RGPH-2010**

*O RGPH- 2010 é um projecto do Governo de Cabo Verde*

*Executado pelo INE através do Gabinete do Censo 2010*

*Realizado sob a supervisão do Conselho Nacional de Estatística*

### 3.2. Criação do Gabinete do Censo

De forma a operacionalizar todas as actividades que antecedem o RGPH- 2010 até à conclusão do projecto, foi fundamental a criação de uma equipa multidisciplinar e que engloba técnicos de todas as Direcções do INE, técnicos provenientes de outros sectores da Administração Pública e técnicos contratados especificamente para o projecto.

Nos termos do Artº 16º do Decreto-lei 39/96 de 14 de Setembro, conjugado com o despacho da Sua S.Excia, a Senhora Ministra das Finanças e Administração Pública de 14 de Maio de 2008, publicado no B.O. Nº 18 de 14 de Maio de 2008 – II Série, foi criada uma equipa de trabalho denominada *Gabinete do Censo 2010*, que engloba técnicos de todas as Direcções do INE, técnicos do MADRRM e técnicos contratados especificamente para o projecto.

O Gabinete foi instalado em **Outubro de 2008**, e a sua composição foi aprovada ao abrigo do artigo 13º do estatuto do INE, com base na **ordem de serviço nº 08**. É composto pelas seguintes células (com atribuições específicas):

- ☞ Célula de metodologia, concepção e análise;
- ☞ Cartografia e SIG;
- ☞ Sensibilização;
- ☞ Planeamento Formação e Recolha;
- ☞ Tratamento;
- ☞ Administração e Finanças

A nível interno, esta equipa que foi superiormente dirigida pelo Presidente do INE que é também o Coordenador Nacional do projecto, teve sob a sua dependência um Coordenador Técnico, que por sua vez teve sob a sua orientação todas as células, exceptuando a de Administração, que ficou na dependência directa do Coordenador Nacional.

Entretanto, com o desenrolar das actividades a célula de sensibilização também passou a funcionar sob a dependência directa do Coordenador Nacional. A competência do Coordenador Nacional e do Coordenador Técnico, assim como a descrição das actividades designadas a cada uma das células e a designação do pessoal efectivo do Gabinete encontra-se no Anexo 1.

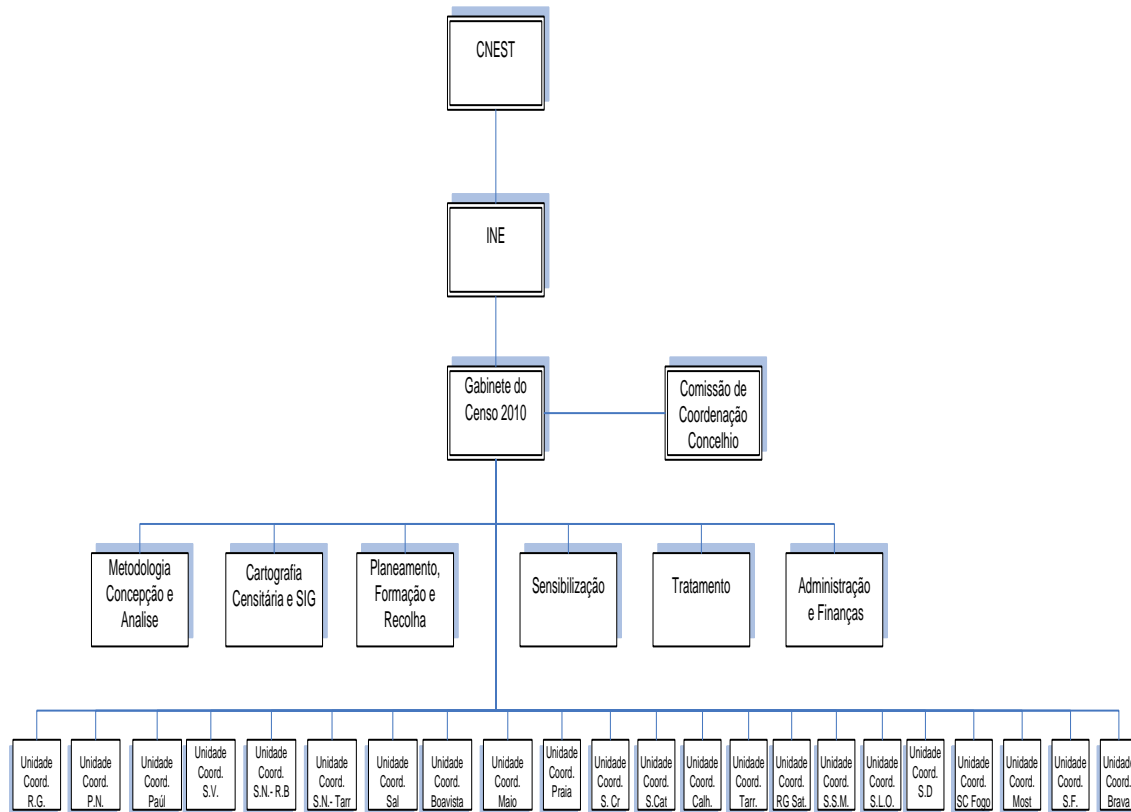
### Comissões Municipais

Criadas a nível de cada concelho/ilha conforme previsto no Artigo 6º do Decreto-Lei nº 27/2008 acima referido, no âmbito das missões de sensibilização realizadas pelo INE.

Tem como finalidade apoiar o INE na logística e sensibilização do RGPH-2010.



### 3.3. Estrutura organizativa do RGPH-2010



### 3.4. Estrutura organizativa da operação no terreno

Os trabalhos no terreno respeitavam uma hierarquia dirigida por do ponto de vista administrativo por um Coordenador e a parte técnica por um técnico do INE. Ao nível operacional cada equipa era constituída por 5 agentes recenseadores que trabalhavam sob a responsabilidade de um controlador. Pode-se ainda salientar a existência de supervisores recrutados como formadores, em cada concelho.

## 4. Fases do projecto

O RGPH- 2010, abrangeu toda a extensão do território nacional e, foi executado em três grandes fases, a saber:

- ☞ **A fase preparatória:** para a elaboração e promulgação dos diplomas legais das estruturas de implementação e execução, a apresentação do projecto para efeitos de financiamento, as actividades de cartografia censitária, a determinação das necessidades de dados, a preparação do plano de tubulação e de análise, a elaboração dos instrumentos de recolha, a sensibilização da população e a realização do recenseamento piloto;
- ☞ **A fase principal de contagem** que abrangeu a finalização dos documentos técnicos, a sensibilização, a recolha dos dados e a realização do inquérito pós-censitário;
- ☞ **A fase de tratamento, análise e divulgação:** ela diz respeito ao tratamento dos dados, a análise, a elaboração dos indicadores de avaliação e de impacto das políticas de desenvolvimento, a publicação e a divulgação de dados.

## 5. Cronograma geral das actividades

Uma operação de porte e complexidade de um Censo requer controlo eficaz, que funcione como a principal ferramenta de gestão de todas as actividades, permitindo o acompanhamento eficaz da evolução e encadeamento das diversas tarefas no tempo e entre as células executoras, assim como o acompanhamento dos recursos humanos, materiais e financeiros.

O planeamento do RGPH-2010 teve início em 2006, quando foram realizadas as primeiras reuniões técnicas no INE com o objectivo de elaborar uma proposta para a realização de um atelier de produtores/utilizadores para a montagem do projecto.

Na planificação do RGPH-2010, foi incorporado novas tecnologias, de forma a colocar à disposição das equipas envolvidas as facilidades e os benefícios da evolução tecnológica, sobretudo na fase de recolha de dados.

Tentou-se ainda fazer uma ampla divulgação do RGPH-2010, permitindo aos utilizadores de dados e à sociedade em geral, o acompanhamento de cada etapa desta operação. A primeira versão do cronograma de actividades foi elaborada no momento da elaboração do documento do projecto RGPH-2010, partindo de uma primeira relação das grandes etapas da operação e suas principais actividades. Com a evolução dos trabalhos, no entanto, surgiu a necessidade de algumas alterações, o que foi feito em reuniões com regularidade variada, com os responsáveis das diferentes células do Gabinete do Censo, conforme as necessidades de acompanhamento ditadas pelas actividades em andamento em cada período de operação.

Apresenta-se a seguir o cronograma actualizado das principais actividades desenvolvidas até à fase principal de recolha de dados.

**Quadro 1: Principais actividades desenvolvidas até à fase principal de recolha de dados**

<i>Actividades</i>	<i>Lugar</i>	<i>Data</i>
Elaboração do documento do projecto RGPB-2010	Praia	Janeiro /Maio 2008
Publicação da base legal do Censo	Praia	Setembro 2008
Criação do Gabinete do Censo	Praia	Outubro 2008
Mobilização de recursos	Praia	Outubro 2008 a Dezembro 2010
Missões de assistência técnica; visitas de trabalho e estágios	1ª Missão - 2 técnicos do IBGE	Agosto 2008
	2ª Missão - 3 técnicos do IBGE	Outubro 2008
	Visita de trabalho de 5 técnicos do INE ao IBGE	Novembro 2008
	Estágio de 2 técnicos do INE ao INE / Portugal	Novembro 2008
	3ª Missão - 3 técnicos do IBGE	Fevereiro 2009
	4ª Missão - 5 técnicos do IBGE	Abril 2009
	5ª Missão - 12 técnicos do IBGE	Setembro 2009
	6ª Missão - 1 técnico do IBGE	Outubro 2009
7ª Missão - 2 técnicos do IBGE	Junho 2010	
8ª Missão - 8 técnicos do IBGE	Junho/Julho 2010	
Elaboração do “draft 0” dos questionários e dos manuais de recenseador e controlador	Praia	Outubro 2008 a Março 2009
Discussão alargada com os utilizadores	Praia	Janeiro / Março e Abril 2009
Missões de sensibilização e criação das Comissões Municipais	Todos os concelhos	Março / Maio de 2009
Inventário das fontes de informação geográfica e reunião de dados existentes	Praia - INE, SCC e Câmaras de Mindelo e Praia	Agosto / Outubro 2008
Formação em GEOBASE e utilização do PDA	Praia	Outubro / Novembro 2008

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

<i>Actividades</i>	<i>Lugar</i>	<i>Data</i>
Formação dos técnicos da cartografia em Arc Gis Desktop 9.3	Praia	Fevereiro/ Março 2009
Preparação de uma base territorial	Praia	De Novembro 2008 a Março 2009
Elaboração e discussão dos questionários e do manual do recenseador para a actualização cartográfica e pré-censo agrícola	Praia	Março / Abril 2009
Concepção do programa de recolha de dados para actualização cartográfica	Praia	Fevereiro / Março 2009
Recrutamento dos agentes para realização da actualização cartográfica e pré-censo agrícola	Todos os concelhos	Março de 2009
Formação dos agentes para realização da actualização cartográfica e pré - censo agrícola	Praia e S. Vicente	Abril / Maio de 2009
Sensibilização para actualização cartográfica e pré - censo agrícola	Todos os concelhos	Abril / Setembro 2009
Actualização cartográfica e pré-censo agrícola (recolha)	Todos os concelhos	Abril / Outubro 2009
Conversão da base cartográfica do CS PRO para SPSS e elaboração das especificações de controlo de coerência	Praia	Outubro / Dezembro 2009
Preparação dos mapas em papel para o recenseamento piloto e dos projectos dos DR's pilotos para o PDA	Praia	Agosto / Setembro 2009
Discussão dos critérios de constituição dos DR's de 2010	Praia	Outubro 2009
Correcção manual das coordenadas dos pontos mal capturados durante a recolha de dados	Todos os concelhos (zonas urbanas)	Novembro/ Dezembro 2009

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

<i>Actividades</i>	<i>Lugar</i>	<i>Data</i>
Desenho dos limites dos DR's de 2010	Praia	Janeiro / Maio 2010
Validação dos limites dos DR's de 2010 no terreno e elaboração da memória descritiva	Todos os concelhos	Fevereiro / Maio 2010
Preparação dos projectos dos DR's de 2010	Praia	Janeiro / Maio 2010
Impressão dos mapas dos DR's de 2010	Praia / Brasil	Abril / Junho 2010
Revisão e correcção dos questionários e manuais para o recenseamento piloto	Praia	Janeiro / Agosto 2009
Elaboração da versão provisória do plano de tabulação	Praia	Janeiro / Agosto 2009
Elaboração das especificações de controlo de coerencia dos dados para o recenseamento piloto	Praia	Maio / Agosto de 2009
Recrutamento e formação dos agentes para realização do recenseamento piloto	Praia	Agosto / Setembro 2009
Sensibilização para o recenseamento piloto	Concelhos seleccionados	Setembro 2009
Recenseamento Piloto	30 DR's seleccionados	Setembro 2009
Avaliação recenseamento piloto	Praia	Outubro 2009 a Fevereiro 2010
Correcção e finalização dos questionários e manuais do recenseador e controlador	Praia	Dezembro 2009 a Abril 2010
Correcções e finalização das especificações de controlo de coerencia dos dados	Praia	Dezembro 2009 a Abril 2010
Correcção e finalização dos planos de tabulação	Praia	Dezembro 2009 a Abril 2010
Palnificação da recolha	Praia	Janeiro / Fevereiro 2010

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

<i>Actividades</i>	<i>Lugar</i>	<i>Data</i>
Campanha nacional de sensibilização	Todo o país	Janeiro/Julho 2010
Elaboração do manual de formador	Praia	Março/Abril de 2010
Formação dos técnicos do Gabinete	Praia	Maio 2010
Recrutamento e selecção dos formadores, recenseadores e controladores	Todos os concelhos	Março / Maio 2010
Preparação da formação de formadores recenseadores e controladores	Praia	Maio 2010
Formação dos formadores	Praia	Maio 2010
Formação dos recenseadores e controladores	Todos os concelhos	Junho 2010
Fase principal de recolha	Todos os concelhos	Junho/Julho 2010
Formação em “Java” para o desenvolvimento dos aplicativos para o recenseamento piloto	Praia	Maio 2009
Concepção da aplicação de recolha de dados para o recenseamento piloto	Praia	Julho 2009
Programação das especificações de controlo de coerência para recolha de dados do recenseamento piloto	Praia	Agosto /Setembro 2009
Desenvolvimento de uma aplicação para transmissão de dados da actualização cartográfica e do recenseamento piloto “on-line”, a partir do WEB site do INE	Praia	Maio 2009

<i>Actividades</i>	<i>Lugar</i>	<i>Data</i>
Finalização da aplicação da recolha em função das alterações feitas nos questionários	Praia	Dezembro 2009 a Junho 2010
Missão de consolidação da aplicação informática (missão conjunta entre elementos da célula de metodologia e da célula de tratamento)	Brasil	Março 2010
Correcção do programa das especificações de controlo de coerência	Praia	Dezembro 2009 a Junho 2010
Actualização da aplicação da transmissão on-line	Praia	Março / Junho 2010

## **6. Recursos humanos**

Um Censo mobiliza um grande número de pessoas, especialmente na recolha de dados. As actividades preliminares, iniciadas quase dois anos antes da recolha, determinaram o início das contratações em 2008, que culminaram com a contratação do pessoal para a recolha.

### **1. Pessoal permanente**

Com a criação do Gabinete do Censo, criou-se uma equipa multidisciplinar composta por 19 funcionários do INE<sup>2</sup>; 2 técnicos do MADRRM – um informático e um estatístico - sendo que o informático ficou afecto à célula de cartografia e SIG, e o estatístico à célula de metodologia, concepção e análise e; 2 técnicos contratados, conforme descrito no ponto 2.2.2 - C. Reforço da célula da cartografia.

A maioria dos técnicos do INE tinham participado no Recenseamento de População de 2000, e os 2 técnicos do MADRRM também já tinham participado no Recenseamento Agrícola de 2004, por conseguinte, uma grande parte do pessoal do Gabinete tinha alguma experiência em matéria de realização de Censos.

---

<sup>2</sup> Ver Anexo 1



## 2. Recrutamento e selecção do pessoal contratado

O processo de recrutamento e selecção do pessoal contratado para as diferentes fases do projecto foi realizado de acordo com o cronograma geral de actividades do RGPH-2010.

A seguir são apresentados por etapa da operação censitária a que atenderam todos os processos selectivos.

### A. Recrutamento dos coordenadores

Para operacionalizar todas as fases do RGPH-2010, considerou-se importante ter a nível de cada concelho, pessoas que pudessem acompanhar e orientar as diferentes actividades, de forma a assegurar uma eficiente colaboração entre as estruturas envolvidas e garantir um melhor aproveitamento das suas actividades para levar a cabo a actividade censitária.

Para o efeito os coordenadores foram recrutados mediante um **concurso público** anunciado nos principais jornais do país e na rádio, durante 3 semanas do mês de Janeiro de 2009.

Para se candidatar exigiu-se o seguinte perfil aos candidatos:

- ☞ Ter formação superior na área de estatística, matemática, sociologia, economia, gestão, e áreas afins
- ☞ Ser cabo-verdiano
- ☞ Ter idade mínima de 25 anos
- ☞ Ter disponibilidade imediata e a tempo inteira
- ☞ Ter capacidade para trabalhar em equipa
- ☞ Ter elevado sentido de responsabilidade e de organização;
- ☞ Facilidade de comunicação;
- ☞ Ter capacidade de chefia e liderança;
- ☞ Capacidade para trabalhar sob pressão, disponibilidade para trabalhar a qualquer hora, do dia ou da noite.
- ☞ Ter experiência na área, de preferência em operações estatística junto às famílias

O método de selecção compreendeu 2 fases - a avaliação curricular e a entrevista - e foi realizado por um júri composto pela Coordenadora Técnica do Censo 2010; uma técnica de Recursos Humanos da Direcção da Administração e Finanças do INE, e uma técnica do SIG, nomeados por um despacho do Presidente do INE.

A avaliação curricular foi feita com base nas candidaturas entregues à Instituição (INE), e, para a entrevista foi elaborado um **guião**. Foram estabelecidos pelo júri os procedimentos e os critérios de avaliação para o cargo onde, a classificação final foi dada através da seguinte média ponderada:

$0,70 * \text{Avaliação Curricular} + 0,30 * \text{Entrevista}$
---

Os candidatos seleccionados para entrevista deveriam ter no mínimo 70 pontos na avaliação curricular. (Ver Anexo 2).

Deram entradas no INE **135 candidaturas** tendo sido seleccionados 11 Coordenadores distribuídos da seguinte forma:

- ☞ 1 Coordenador - Concelhos de S. Domingos e S. Lourenço dos Órgãos;
- ☞ 1 Coordenador - Concelho de Santa Catarina de Santiago, que desistiu após a primeira reunião com a Comissão Municipal.
- ☞ 1 Coordenador – S. Salvador do Mundo e, após a desistência do candidato seleccionado para Santa Catarina de Santiago, este coordenador passou a se responsabilizar pelos dois concelhos;
- ☞ 2 Coordenadores - Concelho da Praia;
- ☞ 1 Coordenador - Concelho de S. Miguel;
- ☞ 1 Coordenador - Concelho de S. Vicente
- ☞ 1 Coordenador - Concelho de S. Nicolau
- ☞ 1 Coordenador - Concelho de Ribeira Grande de Santiago
- ☞ 1 Coordenador - Concelho de S. Filipe
- ☞ 1 Coordenador - Concelho de Boavista que acabou por desistir antes da assinatura do contrato.

Os coordenadores dos concelhos do Maio, R<sup>a</sup> Grande/Paul, Porto Novo, Santa Catarina da ilha de Fogo/Mosteiros, Sal e Tarrafal de Santiago foram recrutados entre os candidatos a vaga de recenseador para realização da actualização cartográfica e pré-censo agrícola, que, durante a entrevista e formação revelaram ter perfil adequado para o exercício do cargo.

Devido a falta de candidatos na Brava, o Presidente da Câmara desta ilha, indigitou uma pessoa para o cargo, a pedido do INE.

Na ilha de Boavista não foi possível encontrar um candidato, e, por isso, os trabalhos de actualização cartográfica e pré-censo agrícola foram assegurados pela controladora e supervisores do Gabinete que realizaram várias missões de supervisão naquela ilha.

Todos os seleccionados foram contratados por um período de seis meses, renovável ou não, mediante aviso prévio com um mês de antecedência por uma das partes.

### **Atribuições dos Coordenadores:**

Os Coordenadores tinham como principais atribuições:

- ☞ Assegurar a gestão administrativa do RGPH-2010, no concelho ou na ilha onde for afecto;
- ☞ Apoiar na sensibilização da população para ampla participação no Censo;
- ☞ Informar e encaminhar para o Gabinete do Censo todas as questões que necessitam do seu parecer;
- ☞ Informar ao Gabinete do Censo sobre o progresso dos trabalhos na ilha ou concelho;

- ☞ Elaborar relatórios e demais instrumentos que permitam seguir e avaliar as actividades desenvolvidas no âmbito do RGPH-2010, à atenção da Coordenadora Técnica.

Com o decorrer das diferentes actividades surgiram os seguintes problemas:

- ☞ Os coordenadores de Santa Catarina de Santiago / S. Salvador do Mundo e de S. Nicolau rescindiram os contratos após a realização da actualização cartográfica e pré-censo agrícola;
- ☞ Após a realização da actualização cartográfica e pré – censo agrícola, o INE não renovou os contratos dos coordenadores de R<sup>a</sup> Grande / Paul e do Porto Novo por não terem demonstrado o desempenho esperado;
- ☞ O INE também não renovou os contratos dos coordenadores do Maio e da Brava, por serem ilhas pequenas e os trabalhos em curso não justificarem a permanência dos mesmos;
- ☞ Após a realização do recenseamento piloto a coordenadora de S. Filipe também pediu demissão do cargo.

Posteriormente, com vista a dar continuidade aos trabalhos, o INE indigitou uma das controladoras do concelho de Porto Novo para o cargo de coordenador. Os coordenadores para S. Filipe, Ribeira Grande, Paul, Santa Catarina de Santiago, S. Nicolau e Boavista, foram recrutados a partir das candidaturas existentes na base de dados do INE, referentes ao pedido de emprego, por um período de quatro meses, ou seja, um período compreendido entre os meses de Abril e Julho de 2010. As ilhas da Brava e Maio continuaram sem coordenadores e os trabalhos foram assegurados pelos técnicos do INE, durante a fase da formação dos recenseadores e recolha de dados.

### **B. Seleção de técnicos superiores para reforço da Célula da Cartografia e SIG**

Com vista a reforçar a capacidade técnica do pessoal da célula de cartografia foram contratados 4 técnicos superiores em diferentes momentos, com o seguinte perfil:

- ☞ Experiência na gestão de bases de dados geográficos;
- ☞ Ter formação superior nas áreas de Geografia, informática, Cartografia, ou outras afins,
- ☞ Conhecimento e domínio de *softwares* de Sistemas de Informação Geográfica: ArcGIS;
- ☞ Conhecimento e domínio de outras ferramentas informáticas bases de dados, folhas de cálculo;
- ☞ Capacidade de trabalhar em equipa;
- ☞ Capacidade sólida de planejar, antecipar, e trabalhar sob pressão;
- ☞ Experiência de pelo menos 5 anos na área.

Estes técnicos foram recrutados a partir das candidaturas existentes na base de dados do INE, referentes ao pedido de emprego.

**OBS:** **1** trabalhou durante um período de dois anos; **1** trabalhou durante sete meses (de Março a Setembro 2009) e **2** trabalharam de Novembro e Dezembro de 2009 e até o fim dos trabalhos.

**C. Formadores do RGPH-2010**

Para melhor operacionalizar a fase principal da recolha de dados considerou-se importante ter a nível de cada concelho formadores/supervisores que pudessem formar/orientar os agentes recenseadores e controladores.

Para o efeito, o INE recrutou por tempo determinado os “*Formadores para o Censo 2010*”, em todos os concelhos com o seguinte perfil :

- ☞ Ter formação superior, preferencialmente nas áreas de Estatística, Sociologia, Economia, Geografia, Gestão e áreas afins
- ☞ Nacionalidade cabo-verdiana
- ☞ Idade mínima 22 anos
- ☞ Disponibilidade a tempo inteiro no período compreendido entre os meses de Maio e Junho de 2010
- ☞ Capacidade de liderança
- ☞ Capacidade para trabalhar sob pressão;
- ☞ Disponibilidade para trabalhar a qualquer hora de dia ou da noite

Os formadores foram recrutados através de concurso público anunciado nos principais jornais do país e na rádio, com a duração de 3 semanas do mês de Março de 2010. O método de selecção foi a avaliação curricular e entrevista.

A triagem curricular foi feita com base nas candidaturas entregues no INE, por um júri composto por 2 técnicas de Recursos Humanos da Direcção da Administração e Finanças do INE, pelo Director da Administração do INE e pela Coordenadora Técnica do RGPH-2010.

Para a entrevista também foi elaborado um guião. Foram estabelecidos pelo júri critérios de avaliação onde, a classificação final foi dada através da seguinte média ponderada:

$0,60 * \text{Avaliação Curricular} + 0,40 * \text{Entrevista}$
---

Todos os candidatos foram entrevistados nos seus concelhos de residência.

Das 136 pessoas, (técnicos superiores) que apresentaram a sua candidatura, 62 foram seleccionadas e ficaram assim distribuídas:

Concelho	Número de Formadores
Ribeira Grande	4
Porto Novo	3
Paúl	2
São Vicente	9
Ribeira Brava	2

Tarrafal São Nicolau	2
Sal	2
Boavista	1
Maio	1
Tarrafal de Santiago	3
Santa Catarina de Santiago	6
Santa Cruz	3
Praia	15
São Domingos	1
São Miguel	2
São Salvador do Mundo	1
São Lourenço dos órgãos	1
São Filipe e Santa Catarina no Fogo	3
Mosteiros	1
Brava	*

\* A formação foi assegurada por técnicos do INE

O júri teve alguma dificuldade na selecção final uma vez que alguns dos candidatos não se encontravam totalmente disponíveis e/ou não possuíam nível de formação académica solicitado. Outros desistiram momentos antes da formação.

Importa mencionar que, com vista a completar o número de formadores necessários em alguns concelhos, foi aberto uma excepção para os concelhos de Santa Catarina de Santiago e Santa Cruz. Cinco pessoas que não se tinham candidatado dentro do prazo, foram de igual forma entrevistados, dois dias antes da formação, respeitando todos os critérios de avaliação estabelecidos. Esses acabaram por ser seleccionados uma vez que possuíam experiências como formador e reuniam, de forma geral, os requisitos solicitados no anúncio.

A pedido do INE, as Câmaras Municipais do Sal, Boavista, Maio e São Vicente e a Delegação do Ministério de Educação de Santa Cruz indigitaram um técnico respectivamente para submeter a entrevista para os cargos de formadores / supervisores, tendo sido aceites.

Todos os seleccionados participaram numa formação e seguidamente foram contratados por um período de um mês, onde deveriam trabalhar como formadores dos recenseadores e controladores e fazer a supervisão dos trabalhos durante a recolha de dados.

#### **Atribuições dos formadores / supervisores**

Entre as suas atribuições pode-se destacar as seguintes:

- ☞ Administrar a formação para os agentes de terreno aplicando as técnicas de ensino e utilizando os materiais de acordo com as orientações do INE;
- ☞ Efectuar um reconhecimento prévio de todos os DR's e Zonas de Controlo pertencentes ao seu concelho antes de iniciar a recolha propriamente dita;

- ☞ Supervisionar os trabalhos dos agentes de terreno, orientando e corrigindo as falhas, assegurando assim a qualidade dos trabalhos de recolha no terreno;
- ☞ Zelar para o cumprimento do prazo estabelecido.

#### **D. Seleção dos agentes de terreno**

Os agentes de terreno foram recrutados de acordo com as fases do projecto:

##### **Fase preparatória da cartografia digital**

Numa primeira fase, fase preparatória para implementação da cartografia digital e com o objectivo de marcar os pontos, utilizando os mapas, Ortofotos na escala de 1:2000 e as imagens GOOGLE foram recrutados 11 pessoas mediante uma entrevista realizada a partir das candidaturas existentes na base de dados do INE, referentes ao pedido de emprego. Os mesmos deveriam ter o seguinte perfil:

- ☞ Habilitações literárias mínimas, 12º Ano de escolaridade;
- ☞ Conhecimentos de informática na óptica de utilizador;
- ☞ Capacidade para trabalhar em equipa;
- ☞ Disponibilidade imediata e total

Os seleccionados foram contratados por um período de 5 meses e trabalharam entre os meses de Novembro 2008 e Março 2009.

##### **Fase de actualização cartográfica**

Numa segunda fase, a fase de actualização cartográfica e o pré-censo agrícola, considerou-se necessário e importante recrutar os agentes de recolha de dados mediante **concurso público** anunciado nos principais jornais do país e na rádio, durante 3 semanas do mês de Março de 2009.

Para tal os candidatos deveriam ter o seguinte perfil :

- ☞ Habilitações literárias mínimas, 12º Ano de escolaridade;
- ☞ Ter idade compreendida entre 18 e 35 anos;
- ☞ Conhecimentos de informática na óptica de utilizador;
- ☞ Capacidade para trabalhar em equipa;
- ☞ Facilidade de comunicação
- ☞ Ter experiência na área, de preferência em operações estatísticas junto às famílias
- ☞ Disponibilidade imediata e total

Tal como foi feito no processo de selecção dos coordenadores, o método de selecção destes agentes também compreendeu 2 fases: a avaliação curricular e a entrevista. A triagem curricular

foi feita com base nas candidaturas entregues no INE, por 2 membros do júri composto por uma técnica de Recursos Humanos da Direcção da Administração e Finanças do INE, e pelos coordenadores de cada concelho/ilha.

Para a entrevista também foi elaborado um guião . Foram estabelecidos pelo júri critérios de avaliação onde, a classificação final foi dada através da seguinte média ponderada:

$0,60 * \text{Avaliação Curricular} + 0,40 * \text{Entrevista}$
---

Candidataram-se um total de 835 pessoas sendo: 685 em Santiago, 40 em S. Vicente, 18 em S. Nicolau, 9 no Sal, 5 na Boavista, 22 no Maio, 41 na ilha do Fogo e 15 na Brava.

Destes **112** seleccionados foram para formação. Após a formação **87** foram escolhidos para iniciar os trabalhos no terreno e os restantes ficaram como suplentes. Os seleccionados trabalharam em regime de contrato por um período determinado - entre 3 e 7 meses, dependendo do concelho. Os suplentes foram entrando de acordo com as necessidades de substituição verificadas durante a recolha de dados no terreno.

### **Recenseamento piloto**

Para a realização do recenseamento piloto não foi realizado concurso público para selecção dos agentes, na medida em que o número de pessoas necessárias era muito reduzido. Assim, optou-se por escolher em cada concelho piloto, 2 agentes que já tinham participado na actualização cartográfica e pré-censo agrícola e 5 que não tinham participado nesta actividade, mas cujas referências constavam na base de dados do INE.

Entretanto, teve-se sempre em consideração o critério de habilitações literárias (12º ano), disponibilidade total e imediata e experiência de trabalho como recenseador.

Foram seleccionados **43** agentes para a formação. No final foram escolhidos **36** e os restantes ficaram como suplentes. Todos os seleccionados trabalharam em regime de contrato durante duas semanas.

### **Fase da recolha de dados do Censo 2010**

De igual forma, para a recolha de dados, o INE recrutou em regime de contrato por tempo determinado “*Recenseadores para o Censo 2010*”, em todos os concelhos com o seguinte perfil:

- ☞ Escolaridade mínima de 12º ano
- ☞ Nacionalidade cabo-verdiana
- ☞ Idade compreendida entre 18 e 35 anos
- ☞ Disponibilidade a tempo inteiro no período compreendido entre Maio e Junho
- ☞ Experiência como inquiridor, de preferência em operações junto às famílias

- ☞ Capacidade para trabalhar em equipa
- ☞ Capacidade para trabalhar sob pressão
- ☞ Disponibilidade para trabalhar a qualquer hora de dia ou noite

A modalidade de selecção foi idêntica ao concurso dos formadores acima descritos. O prazo de entrega das candidaturas também foi o mesmo. Entretanto, em todos os concelhos o prazo foi alargado por mais **duas/três semanas** uma vez que, o número de candidaturas recebidas até a data estabelecida no anúncio foi insuficiente. Neste particular, importa mencionar que, com excepção da Praia, as Câmaras Municipais e os Centros de Emprego dos restantes concelhos tiveram um forte envolvimento nesse processo, apoiando o INE na divulgação do anúncio do concurso; recebimento e envio das candidaturas ao INE.

Na ilha da Boavista, devido a falta de candidatos, o INE teve algumas dificuldades em conseguir pessoas que estivessem disponíveis e interessadas a participar. Assim, foi feito um esforço enorme por parte do coordenador e contou-se com um grande envolvimento das Igrejas de Nazareno e Católica, da Delegação do MADRRM, Delegação do Ministério da Saúde, Câmara Municipal, Centro da Juventude, da Sociedade de desenvolvimento Turístico e pessoas em particular. Em S. Vicente teve-se que se recorrer às Universidades e várias entidades locais com o objectivo de encontrar pessoas capazes e com disponibilidade imediata

À semelhança dos outros concursos públicos, o processo de selecção procedeu-se em duas fases, sendo a primeira, a **análise curricular** e a segunda, a **entrevista**. Para a entrevista também foi elaborado um guião pelos membros do júri que foi composto por 2 técnicas de Recursos Humanos da Direcção da Administração e Finanças do INE, pelo Director da Administração do INE e pelos coordenadores a nível de cada concelho, onde se realizaram as entrevistas de forma descentralizada.

Todos os inscritos foram entrevistados e a selecção final foi feita mediante a pontuação atribuída apenas na entrevista, ou seja, da nota mais alta para a mais baixa, em função do número de candidatos desejado, e da disponibilidade dos mesmos. Em alguns concelhos, vários candidatos desistiram após a selecção alegando motivos pessoais, e necessidade de ter um emprego definitivo.

Todos os seleccionados participaram numa formação e seguidamente foram contratados por um período de um mês, que englobou a participação na formação dos agentes recenseadores e controladores e a recolha de dados no terreno.

Inicialmente deram entrada na base de dados do INE, **1492 candidaturas** sendo:

- ☞ 47 para Ribeira Grande de Santo Antão; 18 para Paul; 46 para Porto Novo;
- ☞ 205 para São Vicente
- ☞ 21 para Boavista (6 foram entrevistados em S. Vicente)
- ☞ 28 para Maio
- ☞ 68 para Sal
- ☞ 16 para Brava
- ☞ 106 para São Filipe Fogo; 29 para Mosteiros; 19 para Santa Catarina do Fogo;
- ☞ 31 para Ribeira Brava de São Nicolau; 18 para Tarrafal de São Nicolau;



- ☞ 412 para Praia; 123 para Santa Catarina; 19 para São Salvador do Mundo; 53 para Tarrafal; 55 para Santa Cruz; 74 para Santa Miguel; 34 para São Domingos; 35 para São Lourenço dos Órgãos; 35 Ribeira Grande de Santiago.

## **7. Custos e orçamento**

Os custos de uma operação como o Censo demográfico dependem do grau de planificação e organização dos trabalhos. As inovações tecnológicas e metodológicas, as mudanças para a cartografia digital, entre outros, são factores que representam forte impacto no orçamento global do RGPH-2010. Sendo uma operação muito complexa, abrange vários exercícios de cálculos que devem ser bastante criteriosos e de muitos cuidados, de forma a evitar sub ou super dimensionamentos, que venham comprometer a sua execução ou impedir/dificultar a sua aprovação pelas instâncias superiores e financiadores externos.

Para o RGPH-2010, na elaboração das primeiras estimativas, para além do número de pessoas a serem recenseadas, outros itens, como a forma de contratação do pessoal, sua remuneração, formação, assistência técnica, tecnologia de captura de dados, implementação do SIG, foram determinantes das principais parcelas do custo global da operação.

A execução financeira do Projecto ficou sob responsabilidade da Direcção Administrativa e Financeira do INE, que fez parte integral da unidade orgânica do Gabinete Censo, através da Ordem do serviço nº 8/2010 criado pelo Presidente do INE.

É de se destacar que o orçamento realizado foi inferior ao previsto. Isto deve-se fundamentalmente a eficiência na execução do projecto, ao facto de termos emprestado a maioria dos equipamentos utilizados na recolha no IBGE, não ser necessário a impressão de questionários em grandes quantidades e o transporte dos mesmos...

Além de assegurar toda a parte da gestão administrativa e financeira do Projecto e dos fundos posto a disposição do mesmo, a unidade serviu também de suporte logístico no apoio as outras células do Gabinete.

Para a realização do CENSO, o INE contou com o financiamento do Estado de Cabo verde, do Escritório de Fundos e Programas das Nações Unidas, da Cooperação Espanhola e do Banco Africano de Desenvolvimento, distribuídos conforme o quadro nº1, tendo o Escritório de Fundos e Programas das Nações Unidas apresentando a maior percentagem da participação financeira do Projecto.

**Quadro nº 2: Execução Financeira do Projecto**

Financiadores	Total em ECV	Total em Euros	Taxa de Execução
Nações Unidas	131.293.000	1.190.704	39%
Cooperação Espanhola	80.096.845	726.403	24%
Governo CV	100.270.368	909.358	30%
BAD	26.340.286	238.882	8%
<b>Total</b>	<b>338.000.499</b>	<b>3.065.347</b>	<b>100%</b>

**Quadro nº 3: Despesas Realizadas do Projecto por ano**

Financiadores	Ano					Total em ECV	Total em Euros
	2008	2009	2010	2011	2012		
Nações Unidas	28.718.985	39.164.254	63.409.761			131.293.000	1.190.704
Governo CV	4.673.043	33.190.261	28.811.343	13.272.457	149.741	80.096.845	726.403
Cooperação Espanhola	-	-	65.545.349	26.652.349	8.072.670	100.270.368	909.358
BAD			13.563.256	12.777.030		26.340.286	238.882
<b>Total</b>	<b>33.392.028</b>	<b>72.354.515</b>	<b>171.329.709</b>	<b>52.701.836</b>	<b>8.222.411</b>	<b>338.000.499</b>	<b>3.065.347</b>

O quadro nº 2 reporta a execução do projecto por ano, com destaque para o ano de 2010 que foi o ano da recolha de dados e o ano de 2009 que foi o início da actualização cartográfica.

**Quadro nº 4: Despesas realizadas por fases Projecto**

Fases do Projecto	TOTAL ECV	TOTAL Euros	Taxa de Execução
1. Despesas do Gabinete	143.142.645	1.298.169	42%
2. Assistência Técnica	18.620.017	168.866	6%

Despesas da Cartografia (3+7+8)	33.518.370	303.980	10%
3. Cartografia/Pré-recenseamento agrícola	31.763.506	288.065	
7. Actualização das Coordenadas Geográficas dos Edifícios do CENSO 2010	1.133.514	10.280	
8. Atelier de Validação do Código Geográfico Nacional	621.350	5.635	
4. Inquérito Piloto	4.551.436	41.277	1%
5. Sensibilização	23.397.215	212.191	7%
6. Recolha de dados	88.508.231	802.687	26%
9. Inquérito Pós-Censitário	3.352.920	30.408	1%
10. Tratamento	13.965.854	126.657	4%
11. Análise de Dados	4.408.188	39.978	1%
12. Disseminação	4.535.623	41.134	1%
<b>Total</b>	<b>338.000.499</b>	<b>3.369.327</b>	<b>100%</b>

Das despesas realizadas, podemos dividi-las por fases do projecto conforme o quadro nº 3 com destaque para as despesas do Gabinete tendo em conta a inclusão dos salários de todos os técnicos envolvidos no projecto, assim como os salários dos Coordenadores contratados para assegurar a gestão administrativa do RGPH-2010 nos concelhos e apoiar toda a parte da logística do mesmo.

**Quadro nº 5: Execução Financeira do Projecto**

	Valor em EV	Valor em €
Orçamento Aprovado	388.704.249	3.525.183
Despesas Realizadas	338.000.499	3.065.347
<b>Execução</b>	<b>87%</b>	

O quadro nº 5 refere-se a comparação entre o valor orçado e a despesas realizada, tendo o projecto atingido uma taxa de execução de 87% que consideramos uma boa uma vez que conseguimos realizar todas as fases do projecto e de acordo com o calendário das actividades programadas. Outra informação de destacar foi a utilização do PDA na

recolha de dados que contribui para uma diminuição da despesa. O detalhe da referida execução está no quadro nº 6.

**Quadro nº 6: Execução Financeira Detalhado do Projecto**

<b>Despesas Realizadas por Fases</b>	<b>Total ECV</b>	<b>Total Euros</b>
<b>1. Despesas do Gabinete</b>	<b>143.142.645</b>	<b>1.298.169</b>
1.1 Montagem do Gabinete CENSO	47.081.496	426.985
1.1.1 Aquisição dos Equipamentos Informáticos e Mobiliários	41.934.508	380.307
1.1.2 Aquisição do Software SIG e Formação	5.146.988	46.678
1.2 Funcionamento	96.061.149	871.184
1.2.1 Aluguer do Edifício	2.920.000	26.482
1.2.2 Limpeza e Segurança do Gabinete	2.700.893	24.495
1.2.3 Electricidade	2.754.527	24.981
1.2.4 Água	180.273	1.635
1.2.5 Consumíveis	2.380.682	21.591
1.2.6 Salário Equipa	53.216.843	482.627
1.2.7 Salário Coordenadores	31.907.931	289.375
<b>2. Assistência Técnica</b>	<b>18.620.017</b>	<b>168.866</b>
<b>3. Cartografia/Pré-recenseamento agrícola</b>	<b>31.763.506</b>	<b>288.065</b>
3.1 Correção de Pontos	1.431.900	12.986
3.1.1 Salário dos Agentes	1.379.400	12.510
3.1.2 Ajuda de Custo	52.500	476
3.2 Recrutamento	253.001	2.294
3.2.1 Anuncio na Comunicação Social	169.001	1.533
3.2.2 Seleção dos Agentes	84.000	762
3.3 Formação dos Agentes	6.495.535	58.908
3.3.1 Ajuda de Custo	4.576.517	41.505
3.3.2 Aquisição de Bilhetes	1.312.800	11.906
3.3.3 Aluguer de Sala	176.000	1.596
3.3.4 Manual e Kit Formação	328.218	2.977
3.3.5 Subsídio de Formação	102.000	925
3.4 Recolha de dados	23.044.170	208.989

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

3.4.1 Despesas do Terreno	23.044.170	208.989
3.4.1.1 Combustível	1.079.797	9.793
3.4.1.2 Comunicação	621.602	5.637
3.4.1.3 Consumíveis (Tinteiros e Toneres p/ Mapas)	482.363	4.375
3.4.1.4 Material de Terreno	906.655	8.223
3.4.1.5 Subsídio de Terreno dos Agentes	1.369.800	12.423
3.4.1.6 Transporte dos Agentes	6.019.231	54.589
3.4.1.7 Salário dos Agentes	10.503.794	95.260
3.4.1.8 Outras Despesas	605.181	5.488
3.4.1.9 Ajuda de Custo dos Agentes (reforço B. Vista e Sal)	365.614	3.316
3.4.1.10 Missão de Supervisão	1.090.133	9.886
3.4.1.10.1 Ajuda de Custo	764.633	6.935
3.4.1.10.2 Aquisição de Bilhetes	325.500	2.952
3.5 Validação dos Pontos e dos DR	538.900	4.887
3.5.1 Ajuda de Custo	517.800	4.696
3.5.2 Transporte dos Agentes de Terreno	21.100	191
Comunicação	-	-
Material de Terreno	-	-
<b>4. Inquérito Piloto</b>	<b>4.551.436</b>	<b>41.277</b>
4.1 Formação dos Agentes	2.184.427	19.811
4.1.1 Ajuda de Custo	1.303.500	11.822
4.1.2 Aquisição de Bilhetes	425.930	3.863
4.1.3 Aluguer de Sala	132.000	1.197
4.1.4 Manual e Kit Formação	234.997	2.131
4.1.5 Subsídio de Formação	88.000	798
4.2 Recolha de dados	2.367.009	21.467
4.2.1 Despesas do Terreno	2.367.009	21.467
4.2.1.1 Combustível	-	-
4.2.1.2 Comunicação	126.000	1.143
4.2.1.3 Consumíveis (Tinteiros e Toneres p/ Mapas)	-	-
4.2.1.4 Material de Terreno	58.766	533
4.2.1.5 Transporte dos Agentes	396.500	3.596

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

4.2.1.5 Salario dos Agentes	905.000	8.208
4.2.1.6 Outras Despesas	12.313	112
4.2.1.7 Missão de Supervisão	868.430	7.876
4.2.1.7.1 Ajuda de Custo	442.500	4.013
4.2.1.7.2 Aquisição de Bilhetes	425.930	3.863
<b>5. Sensibilização</b>	<b>23.397.215</b>	<b>212.191</b>
5.1 Apresentação do Projecto nos Concelhos	512.530	4.648
5.2 Confeccões de Brindes e Banir	11.113.700	100.791
5.3 Publicidade e Propaganda	11.770.985	106.752
<b>6. Recolha de dados</b>	<b>88.508.231</b>	<b>802.687</b>
6.1 Recrutamento	299.870	2.720
6.1.1 Anuncio na Comunicação Social	112.630	1.021
6.1.2 Seleccão dos Supervisores/formadores e Agentes	187.240	1.698
6.2. Formação	17.044.174	154.575
6.2.1 Formação Equipa de Informática	2.826.802	25.636
6.2.2 Formação de Formadores/Supervisores	3.551.171	32.206
6.2.2.1 Ajuda de Custo	2.749.000	24.931
6.2.2.2 Aquisição de Bilhetes	486.100	4.408
6.2.2.3 Aluguer de Sala	-	-
6.2.2.4 Manual e Kit Formação	67.071	608
6.2.2.5 Subsídio de Formação	111.000	1.007
6.2.2.6 Sonorização da Sala	138.000	1.252
6.2.3 Formação dos Agentes (Inquiridores e Controladores)	10.666.201	96.732
6.2.3.1 Ajuda de Custo	2.975.000	26.980
6.2.3.2 Aquisição de Bilhetes	687.950	6.239
6.2.3.3 Aluguer de Sala	1.128.504	10.234
6.2.3.4 Manual e Kit Formação	1.248.347	11.321
6.2.3.5 Subsídio de Formação	4.626.400	41.957
6.3 Despesas do Terreno	71.164.187	645.392
6.3.1 Ajuda de Custo dos Agentes (reforço B. Vista e Sal)	741.100	6.721
6.3.2 Combustível	662.000	6.004
6.3.3 Comunicação	1.313.896	11.916

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

6.3.4 Consumíveis (Tinteiros e Toneres p/ Mapas)	1.355.726	12.295
6.3.5 Material de Terreno	2.654.324	24.072
6.3.6 Subsídio de Terreno dos Agentes	5.866.600	53.205
6.3.7 Transporte dos Agentes	9.490.193	86.067
6.3.8 Salario dos Agentes	43.806.903	397.287
6.3.9 Outras Despesas	1.973.903	17.901
6.3.10 Missão de Supervisão	3.299.542	29.924
6.3.10.1 Ajuda de Custo	2.629.000	23.843
6.3.10.2 Aquisição de Bilhetes	670.542	6.081
<b>7. Atualização das Coordenadas Geográficas dos Edifícios do CENSO 2010</b>	<b>1.133.514</b>	<b>10.280</b>
7.1 Combustível	34.150	310
7.2 Comunicação	62.199	564
7.3 Consumíveis (Tinteiros e Toneres p/ Mapas)	24.670	224
7.4 Material de Terreno	58.765	533
7.5 Ajuda de Custos dos Técnicos	480.500	4.358
7.6 Aquisição de Bilhetes	132.280	1.200
7.7 Transporte dos Técnicos	340.950	3.092
<b>8. Atelier de Validação do Código Geográfico Nacional</b>	<b>621.350</b>	<b>5.635</b>
8.1 Ajuda de Custos dos Técnicos	224.900	2.040
8.2 Aquisição de Bilhetes	250.200	2.269
8.3 Organização (Sala, Coofee Break)	146.250	1.326
<b>9. Inquérito Pós-Censitário</b>	<b>3.352.920</b>	<b>30.408</b>
9.1 Despesa de Terreno	3.352.920	30.408
9.1.1 Combustível	100.000	907
9.1.2 Comunicação	172.000	1.560
9.1.3 Consumíveis (Tinteiros e Toneres p/ Mapas)	297.715	2.700
9.1.4 Material de Terreno	-	-
9.1.5 Subsídio de Terreno dos Agentes	192.100	1.742
9.1.6 Transporte dos Agentes	378.600	3.434
9.1.7 Material de Terreno	509.146	4.617
9.1.8 Salario dos Agentes	669.500	6.072
9.1.9 Outras Despesas	127.715	1.158

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

9.2 Missão de Supervisão	906.144	8.218
9.2.1 Ajuda de Custo	596.100	5.406
9.2.2 Aquisição de Bilhetes	310.044	2.812
<b>10. Tratamento</b>	<b>13.965.854</b>	<b>126.657</b>
10.1 Aquisição de Software SPSS e licença	10.965.854	99.450
10.2 Montagem do Laboratório de análise	3.000.000	27.207
<b>11. Análise de Dados</b>	<b>4.408.188</b>	<b>39.978</b>
11.1 Ajuda de Custo do Analistas (1/3)	683.008	6.194
11.2 Alojamento e alimentação do Analistas	1.925.180	17.460
11.3 Gratificação dos Analistas	1.800.000	16.324
<b>12. Disseminação</b>	<b>4.535.623</b>	<b>41.134</b>
12.1 Apresentação dos Resultados Preliminares	810.704	7.352
12.2 Difusão dos Resultados Preliminares	2.628.000	23.833
12.3 Publicação (pagamento de 1ª Parte do Contrato)	1.096.919	9.948
<b>Total</b>	<b>338.000.499</b>	<b>3.065.347</b>

## 8. Missões de assistência técnica, visitas de estudo e estágios

Para a preparação e concretização das diferentes actividades realizadas no âmbito da execução do RGPH-2010, o INE contou com a assistência técnica do IBGE em todas as fases.

Neste âmbito foram realizadas também visitas de estudo ao IBGE e visitas de estágio ao INE de Portugal conforme abaixo apresentado.

### A - Missões de assistência técnica do IBGE ao gabinete do Censo

#### Agosto 2008 – Diagnostico da situação dos trabalhos cartográficos

Participantes - 2 técnicos

Principais resultados da missão

- ☞ um diagnóstico da situação actual da cartografia elaborado;
- ☞ um inventário dos materiais disponiveis nas entidades externas ao INE (DGOTH, INGRH, NOSI, FORÇAS ARMADAS, Câmara Municipal da Praia, DGAA, DSSA).



- ☞ a elaboração de um calendário das actividades preparatórias do RGPH - 2010 actualizado e disponível.

**Outubro de 2008 – Formação em Estruturação de base territorial, Geoprocessamento Sensoriamento Remoto e GPS**

Participantes - 3 pessoas de cartografia

Principais resultados da missão:

Técnicos do Gabinete do Censo formados nas áreas de:

- ☞ Estruturação de Base Territorial para Censos;
- ☞ Noções Básicas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto e GPS.

**Fevereiro de 2009 - Apoio ao Desenvolvimento da aplicação informática para recolha da actualização cartográfica**

Participantes 3 pessoas de informática (em duas fases)

Objectivos: Apoiar a equipa nacional no desenvolvimento da aplicação informática para recolha de dados da actualização cartográfica e pré-Censo agrícola (desenvolvimentos de programas em CSPRO e Mobile Gis)

Principais resultados da missão:

- ☞ Aplicação informática desenvolvida e testada no terreno

**Abril de 2009 – Apoio na Formação de agentes terreno para actualização cartográfica**

Participantes 2 pessoas de cartografia

Objectivos.

- ☞ Apoiar a equipa nacional na formação dos agentes recenseadores e controladores
- ☞ Apoiar a equipa nacional na finalização dos projectos dos DR's para a recolha de dados no PDA

Principais resultados da missão:

- ☞ Formação realizada;
- ☞ Projectos elaborados;

- ☞ Algumas visitas de controlo no terreno realizadas;
- ☞ Calendário das actividades do RGPH - 2010 revisto e actualizado.

**Abril de 2009 – Apoio no desenvolvimento da aplicação informática para a recolha censo piloto**

Participantes: 3 pessoas de informática

**Objectivos.**

- ☞ Apoiar a equipa nacional no desenvolvimento da aplicação de recolha de dados para o censo piloto

**Principais resultados da missão:**

- ☞ Aplicação da recolha elaborada, mas não finalizada

**Setembro de 2009 – Apoio na formação agentes terreno e na supervisão da recolha do censo piloto**

Participante: 12 pessoas de metodologia

**Objectivos:**

- ☞ Apoiar a equipa nacional na formação dos agentes recenseadores e controladores para realização do recenseamento piloto
- ☞ Acompanhar a equipa nacional na supervisão da recolha de dados no terreno

**Principais resultados da missão:**

- ☞ Formação dos agentes recenseadores e controladores realizada;
- ☞ Sugestões sobre vários aspectos com o propósito de melhorar a apresentação dos questionários e corrigir prováveis erros conceptuais, garantindo a recolha da informação mais precisa elaboradas;
- ☞ Simulação da navegação do PDA em gabinete, no sentido de otimizar o tempo da entrevista realizada;
- ☞ Sugestões para a descrição dos distritos de recenseamentos (DR's) elaboradas;
- ☞ Orientações para a instalação dos postos de recolha de dados elaboradas.

**Outubro de 2009 – Apoio na avaliação e verificação dos trabalhos de cartografia**

Participantes: 1 pessoa de cartografia

**Objectivos:**

- ☞ Apoiar a célula de cartografia na avaliação e verificação dos trabalhos realizados até o recenseamento piloto;
- ☞ Apoiar a célula de cartografia na alteração do plano de trabalho existente, de acordo com as actividades previstas até recolha de dados em 2010.

**Principais resultados da missão:**

- ☞ Encontro com os supervisores do recenseamento piloto realizados;
- ☞ Plano de trabalho modificado.

**Junho de 2010 – Apoio na finalização da aplicação informática**

Participantes: 2 pessoas de informática

**Objectivos:**

- ☞ Apoiar a equipa nacional na finalização da aplicação da recolha para a fase principal da recolha de dados;
- ☞ Concepção dos módulos relativos à exportação de ficheiros e dos relatórios, que tinham ficado pendentes no recenseamento piloto

**Principais resultados da missão:**

- ☞ Aplicação da recolha corrigida e finalizada;
- ☞ Módulos relativos à exportação de ficheiros e dos relatórios concebidos;
- ☞ Realizadas visitas ao terreno para recolha de dados para transmissão durante a primeira semana da recolha;
- ☞ Acompanhamento da transmissão de dados no Site durante a primeira semana de recolha
- ☞ Foi gravado um DVD com todos os programas elaborados, exportação dos dados do PDA, exportação para CVS, conceitos básicos do SQL TOG enterprise, organização da carga dos dados, senhas no banco de dados para acesso ao SITE

**Junho/Julho de 2010 – Apoio na supervisão da recolha do censo 2010**

Participantes: 8 pessoas de metodologia e com experiência nos trabalhos no terreno

**Objectivos**

- ☞ Apoiar a equipa nacional na verificação e supervisão dos trabalhos de recolha de dados no terreno

**Principais resultados da missão:**

Esta missão foi realizada em dois momentos.

O primeiro grupo acompanhou o início da recolha de dados no terreno. Foram feitas diversas observações a respeito da aplicação de recolha de dados. Este grupo cooperou fazendo reuniões com os supervisores, controladores e recenseadores com o objectivo de corrigir os erros conceptuais.

O segundo grupo foi designado para acompanhar a recolha nas áreas mais críticas do concelho dando suporte à diversas zonas no tocante a problemas de limite de DR's, percurso dos mesmos, cobertura e qualidade da entrevista, preocupando-se também com a listagem dos moradores para evitar omissões e inclusões indevidas.

**B - Visitas de trabalho dos técnicos do INE ao IBGE**

Por solicitação do IBGE, era fundamental a visita de técnicos do INE-CV ao Brasil para verem, na prática, toda a organização e preparação do seu Censo 2010, e obter outros conhecimentos para serem aplicados em Cabo Verde.

**Novembro de 2008**

**Participantes:** 3 técnicos da Célula de Cartografia & SIG

Esta visita foi de extrema importância porque permitiu aos técnicos do INE adquirir conhecimentos, *in loco*, da organização, do funcionamento, dos suportes técnicos que o IBGE utiliza para construção da sua base territorial, com vista a sua eventual aplicação no Censo 2010 em Cabo Verde. Para além disso, foi também possível conhecer o perfil dos recursos humanos, bem como os produtos do sistema como a cartografia censitária e os cartogramas.

**Participantes:** 2 técnicos da Célula da Informática

Durante a visita os técnicos tiveram oportunidade de conhecer o processo de recolha e transmissão de dados, ou seja:

- i) Tratamento e validação dos questionários no PDA;

- ii) Carregamento, descarga e sincronização dos arquivos;
- iii) Utilização do GPS para rastreamento das coordenadas;
- iv) Supervisão (gestão) dos trabalhos de recolha;
- v) Transmissão de dados: Segurança e Protecção dos dados – métodos usados; implementação de uma infra-estrutura (solução) tecnológica de suporte para o Censo 2010 (processo recolha/transmissão: Interação SERVIDORES BASE DE DADOS, WEB e Postos de recolha);
- vi) Definição da Plataforma de Desenvolvimento dos Aplicativos e formato dos arquivos outputs.

### **Março de 2010**

Participantes: 1 técnica na área de metodologia e 2 técnicos informáticos da célula de tratamento de dados.

*Objectivos da visita:*

- ☞ Consolidar a aplicação informática de recolha e tratamento dos dados dos questionários do Censo 2010;
- ☞ Conhecer a experiência do IBGE na elaboração e uso do aplicativo de gestão de trabalho no terreno e no aplicativo de controlo de recolha de dados.
- ☞ Desenvolver os instrumentos de controlo e transmissão diária.
- ☞ Consolidar a Aplicação Informática e reforçar o grau de autonomia dos técnicos
- ☞ Apoiar a equipa nacional na validação de todos os instrumentos metodológicos do RGPH 210;
- ☞ Apoiar a equipa nacional na formação dos formadores

### **C- Estágio sobre a metodologia de realização dos Censos de População e Habitação ao Instituto Nacional de Estatística de Portugal**

#### **Novembro de 2008**

Participantes: 2 técnicas da célula de Metodologia

Objectivos do estágio:

- ☞ Familiarizar os técnicos do INE-CV com a experiência de Portugal relativamente à realização dos recenseamentos da população e habitação, particularmente os aspectos metodológicos dos Censos 2011 ao nível da concepção, recolha e tratamento dos dados;
- ☞ Conhecer a articulação entre as várias unidades estatísticas e a respectiva hierarquia; variáveis e conceitos do recenseamento da habitação e do recenseamento da população;
- ☞ Conhecer as actividades de preparação dos Censos 2011, designadamente os trabalhos preparatórios do 2º teste dos Censos 2011, e as principais conclusões do 1º teste;
- ☞ Perceber os principais aspectos práticos na realização do trabalho de terreno.

Principais resultados do estágio:

Os objectivos do estágio foram atingidos, na medida em que a equipa ficou devidamente informada sobre os trabalhos preparatórios do Censo 2011. Houve encontros de trabalhos com os responsáveis de cada actividade que disponibilizaram todos os documentos elaborados e testados até a presente data. Estavam igualmente disponíveis para qualquer esclarecimento.

Foi sugerido que a realização do recenseamento da habitação nos moldes definidos pelas recomendações internacionais deverá ser ponderada e objectivada pelo Gabinete tendo em conta que os objectivos de muitas variáveis referentes aos edifícios e alojamentos que nos censos anteriores foram observadas tinham como objectivo não caracterizar estas como uma unidade estatística pré-definida mas sim, avaliar as condições de vida dos agregados familiares.

Um dos principais objectivos do estágio era a elaboração de um *draft* de questionário para o recenseamento da habitação. Tendo em consideração de que não foi decidido sobre a realização ou não do recenseamento da habitação optou-se por listar um conjunto de variáveis pertinentes que devem ser incluídas nos questionários de edifício e alojamento.

Na área da Cartografia recomendou-se o seguinte:

- ☞ É de extrema importância a marcação dos limites administrativos nos DR's até ao nível da menor divisão administrativa. Para tanto, recomendou que o INE-CV tenha encontros de trabalhos com as Câmaras e outros serviços que trabalham com a divisão territorial para aproveitar os trabalhos feitos e completar a parte em falta, em colaboração com os mesmos.
- ☞ Apesar de a toponímia ainda ser recente em Cabo Verde e deficiente, poder-se-á iniciar um trabalho de harmonização dos endereços sobretudo com as principais empresas que utilizam os endereços para distribuição de correspondência. São os casos da Electra, Telecom, Correios e as Câmaras Municipais.

# Cartografia e SIG

De acordo com a planificação para a realização de um recenseamento, a cartografia serve para delimitar e referenciar geograficamente o universo de estudo e as suas unidades de observação, planificar a estratégia de recolha, assegurar a cobertura de cada uma das unidades administrativas do país, e evitar o sub/sobre-registro. Isto se obtém graças a produção de mapas de qualidade a serem utilizados na operação, e um sistema de arquivos e cadastros, que juntos, constituem a Base Territorial.

Os avanços tecnológicos voltados para a recolha, tratamento e divulgação da informação geográfica, promoveram a disseminação de ferramentas de Sistema de Informação Geográfica (SIG), para os quais as bases cartográficas e os dados referenciados a áreas geográficas constituem requisitos fundamentais para as análises, e subsídios para tomada de decisão na implementação de programas de desenvolvimento.

Os principais objectivos da cartografia para o RGPH-2010 foram:

- ☞ Assegurar a total cobertura do país;
- ☞ Geo-referenciar os edifícios;
- ☞ Constituir um cadastro de endereços;
- ☞ Facilitar a representação, a análise e a divulgação dos resultados

Assim, a base operacional do RGPH-2010, incorporou os requisitos exigidos, não apenas para as operações de recolha e de construção de cadastros para a selecção de amostras dos inqueritos junto às famílias, mas também para divulgação dos resultados.

Para o cumprimento dos principais objectivos já foram realizadas as seguintes actividades:

## **1. Elaboração da Base territorial e Desenvolvimento da Cartografia Digital**

A elaboração da base territorial do RGPH 2010 consistiu na delimitação dos DR's, na elaboração de cadastros, na produção dos instrumentos de suporte à recolha e na divulgação de dados. Por motivos operacionais, esta delimitação teve por princípio básico a manutenção dos DR's do RGPH-2000.

Descreve-se a seguir a sequência da elaboração da Base Territorial e Desenvolvimento da Cartografia Digital para o RGPH-2010:

*1ª Fase: Inventário de Fontes de Informação Geográfica e Reunião de dados geográficos existentes*

Consistiu na realização de encontro com instituições da Administração Central e Local, de forma a conhecer os trabalhos em curso nessas instituições, na produção e/ou utilização de informação geográfica.

- ☞ DGOth - Direcção Geral do Ordenamento do Território e Habitação
- ☞ INGRH - Instituto Nacional da Gestão dos Recursos Hídricos
- ☞ NOSI - Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação
- ☞ INIDA - Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
- ☞ DSSA - Direcção dos Serviços da Segurança Alimentar
- ☞ DGA - Direcção Geral do Ambiente
- ☞ Câmaras Municipais
- ☞ Forças Armadas

Compilação de dados geográficos existentes

- ☞ Ortofotomapas (2004) à escala 1/10 000 executados pela empresa Municípiã para a totalidade do território nacional;
- ☞ Ortofotomapas (2004) à escala 1/2 000 executados pela empresa Municípiã para as áreas urbanas do território;
- ☞ Levantamento topográfico à escala 1/25 000 executado pela NATO.

Outras informações utilizadas

- ☞ Mapas Impressos (Escala 1/25 000)
- ☞ Cartografia do RGPH-2000 com os limites dos DR's
- ☞ Imagens de satélites do Google Earth



### ***2ª Fase: Conversão de Dados***

Consistiu na formação dos técnicos da célula da cartografia e Agentes de marcação de pontos em GEOBASE e ArcGis Desktop e na:

- ☞ Digitalização dos limites administrativos
- ☞ Digitalização dos limites dos DR's do RGPH-2000
- ☞ Georeferenciação dos edificadros (ver Figura abaixo)



### ***3ª Fase: Integração de dados cartográficos digitais***

Consistiu na construção da topologia das características geográficas, ou seja, na marcação de:

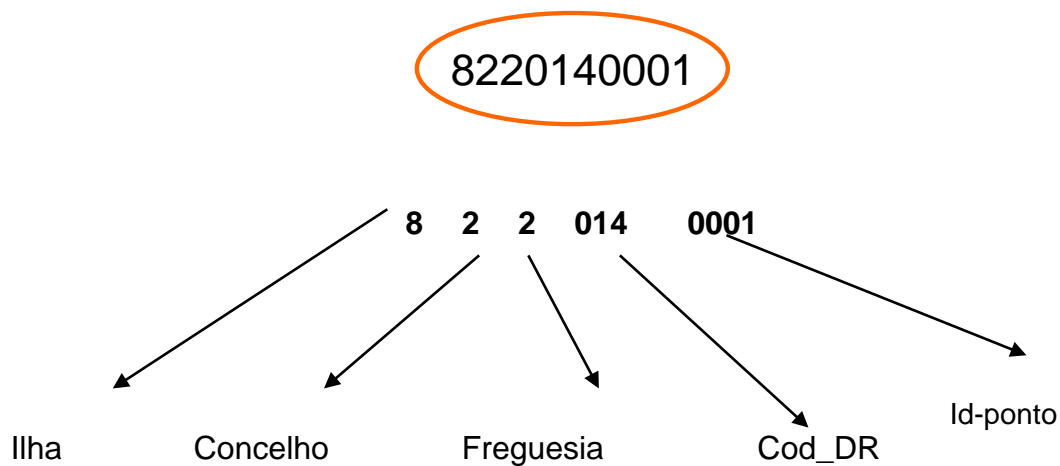
- ☞ Contorno da Ilha;
- ☞ Limite dos Concelhos;
- ☞ Limites das Freguesias;
- ☞ Limites dos DR's;
- ☞ Pontos dos edificadros.

### **4ª Fase: Definição dos DR's para o RGPH-2010**

- ☞ Cada ponto é identificado por um código "Geocódigo" que permite a relação entre os dados geográficos com dados alfanuméricos, recolhidos no terreno.

- ☞ Integração das coordenadas de novas edificações capturados no terreno
- ☞ Integração de dados recolhidos na fase de contagem
- ☞ Recodificação das características geográficas digitais
- ☞ Definição dos limites dos DR's para o RGPH-2010
- ☞ Projectos e mapas dos DR's para o RGPH-2010

É a “Chave” ou o “Identificador” que permite fazer o link.



## 2. Realização da actualização cartográfica e pré-Censo agrícola

Esta foi a primeira actividade de terreno realizada no âmbito da execução do RGPH-2010, em todos os concelhos. Esta actividade foi realizada em duas etapas:

A primeira consistiu numa avaliação dos DR's urbanos e rurais, utilizando documentos cartográficos existentes (DR's de 2000), para verificação das divergências e/ou existência de elementos que poderiam ser confirmados no terreno. Esta actividade foi iniciada no Gabinete com a preparação dos mapas em papel e preparação dos respectivos projectos para o PDA.

A segunda etapa consistiu numa operação no terreno, a nível nacional e de forma exaustiva, cujo objectivo principal foi:

- ☞ Inventariar o conjunto dos lugares habitados;
- ☞ Disponibilizar dados sobre os edifícios e alojamentos para a constituição dos DR's;
- ☞ Disponibilizar dados sobre a população, a nível de cada zona/lugar;

- ☞ Disponibilizar um registo actualizado e completo dos serviços públicos e outros equipamentos colectivos a nível de cada zona.

Foi realizado ao mesmo tempo o **pré-censo agrícola**, que consistiu em inventariar de forma exhaustiva todas as explorações agrícolas familiares a nível nacional, bem como algumas das suas características tendo como base o agregado familiar.

Para se atingir os objectivos, para além do reconhecimento dos DR's de 2000 no terreno os agentes tinham as seguintes tarefas fundamentais:

- ☞ Georeferenciar as construções encontradas no terreno e que não constavam nos mapas dos DR's;
- ☞ Anular as construções encontradas nos mapas e que já não existem no terreno;
- ☞ Classificar todas as construções georeferenciadas nos respectivos (DR's);
- ☞ Identificar e caracterizar os agregados familiares nos respectivos (DR's);
- ☞ Realizar o inventário das explorações agro-pecuárias.

Para a recolha de informação foi elaborado um questionário em formato digital com as seguintes secções:

- ☞ Secção A – Identificação do DR
- ☞ Secção B – Identificação do edificado, com informações relativas ao endereço e tipo de edificado
- ☞ Secção C – caracterização do alojamento, com informações relativas ao endereço, forma de ocupação e forma de utilização
- ☞ Secção D – Tipo de utilização, caracterização dos edifícios não familiares, caracterização de não edifícios e situação actual
- ☞ Secção E – Identificação e caracterização dos agregados familiares
- ☞ Secção F – Informações da exploração agrícola

### ***Dificuldades encontradas***

Apresenta-se a seguir os principais problemas que foram comuns a todas as equipas que trabalharam nesta operação:

#### ***a) Reconhecimento do limite dos DR's e do edificado no mapa em papel e no PDA***

As especificidades de cada bairro/zona, nomeadamente em termos de características orográficas e de ordenamento territorial, bem como a delimitação do próprio limite, facilitaram ou dificultaram o reconhecimento dos limites dos DR's, seja no mapa em papel seja no PDA. A pequenez do ecrã do PAD constituiu também uma dificuldade no reconhecimento dos DR's. Por outro lado, tanto a escala de impressão dos mapas em papel, como uma definição inexata dos limites dificultaram também o reconhecimento.

Houve situações de troca no reconhecimento dos edificados, e por conseguinte também os dados recolhidos ficaram trocados. Nalguns casos as correcções foram feitas no terreno, noutros no escritório.

De referir, contudo, que essas dificuldades foram sendo ultrapassadas à medida que os agentes foram mostrando maior aptidão para reconhecer os limites, e, por outro lado, a utilização do GPS facilitou muito esse trabalho.

*b) Utilização e funcionamento do equipamento de recolha (PDA)*

Os problemas mais frequentes verificados com o funcionamento do PDA foram os seguintes:

- ☞ Bateria que não aguentava trabalhar durante todo o dia;
- ☞ Bloqueios que com o tempo foram ultrapassados;
- ☞ Tela pouco visível, sobretudo no caso de exposição à luz do sol;

Em relação à inclusão de novos pontos, os problemas que ocorreram com maior frequência foram os relacionados com a lentidão do GPS e com programa CONECTOR.

*c) Aplicação dos conceitos e qualidade da recolha de dados*

No que se refere à aplicação dos conceitos abordados durante a formação, pode-se afirmar que houve um domínio relativamente completo dos mesmos, por parte dos agentes. Entretanto, os aspectos relacionados com a **“linguagem da realização da entrevista”** merecem alguns reparos. O facto de o questionário ser elaborado em português e da entrevista ser feita em crioulo, criou alguma dificuldade na tradução e aplicação correcta das alternativas de resposta.

De ponto de vista de inovação tecnológica, ou seja, recolha de dados com recurso ao PDA, pode-se considerar que a qualidade da recolha de dados foi muito satisfatória. Todavia, ocorreram algumas falhas na recolha de dados de algumas variáveis, designadamente:

- ☞ Não preenchimento do endereço dos alojamentos em alguns questionários (inexistência de toponímia no país);
- ☞ Não preenchimento do nome do responsável de agregado familiar em alguns questionários;

Algumas trocas de informações relativas aos edificados;

- ☞ Às vezes a tabela conectada a nível do PDA não funcionava da melhor forma: números de outros DR's apareciam em projectos diferentes e houve muitos casos de duplicação de pontos, que foram solucionados depois do controlo.

*d) Logística e Comunicação*

Em relação a este tópico não se registaram muitas queixas, sendo apenas a referir algum atraso pontual no pagamento de salários e subsídios de transporte dos agentes.

*e) Adesão da população*

De uma forma geral, a população aderiu muito bem a esta operação, não tendo sido registado casos dignos de realce relativamente a recusa no fornecimento de dados. Todavia, houve alguns casos de recusas em que não foi possível convencer as pessoas envolvidas a fornecer os dados e, como tal, esses casos ficaram por resolver.

*f) Cumprimento do prazo*

O prazo inicialmente estabelecido para a conclusão dos trabalhos de recolha de dados, ou seja, 3 meses, não foi cumprido pela maioria das equipas por uma série de razões, entre as quais aponta-se:

- ☞ Reduzido número de agentes, para a quantidade de entrevistas a serem realizadas;
- ☞ Existência de um número relativamente elevado de pontos no projecto inicial e grande quantidade de pontos novos para serem incluídos;
- ☞ Um elevado número de agregados ausentes, sobretudo nos meios urbanos, o que implicou múltiplas visitas a estes agregados;
- ☞ Necessidade em alguns casos de corrigir/repetir entrevistas já realizadas, devida a perdas de informação;
- ☞ Desistências constantes de agentes por motivos pessoais e/ou suspensão de agentes sob proposta dos coordenadores. Muitas destas situações foram resolvidas tardiamente devido à falta de agentes de reserva para fazer a substituição, sobretudo na Praia, Santo Antão e Fogo.

Para minimizar alguns problemas, foram realizadas muitas entrevistas no final do período da tarde e/ou à noite.

Esta actividade decorreu durante 7 meses (de Abril a Outubro 2009) na Praia, tendo os restantes concelhos terminado em períodos diferentes, de acordo com o tamanho e número de DR's para serem actualizados.

*g) Outros problemas*

- ☞ Assalto a uma recenseadora no concelho da Praia – zona de Ponta d’Água. Foram roubados o PDA e alguns bens pessoais, pertencentes à referida agente. Após a intervenção da polícia, o PDA foi recuperado, mas, infelizmente, os dados das entrevistas que tinham sido realizadas foram eliminados da memória, não tendo sido realizado cópias de segurança do referido projecto. Posteriormente foram repetidas todas as entrevistas que já tinham sido realizadas nesse DR.
  
- ☞ Outro caso ainda mais grave tem a ver com o roubo do computador portátil de um dos coordenadores. Nesse computador estavam todas as informações referentes a 5 DR’s urbanos e também não havia nenhuma cópia de segurança. Após quase dois meses, o computador foi encontrado pela polícia, mas os dados foram todos apagados. Assim, após uma nova sensibilização a equipe do referido concelho teve que repetir os trabalhos nos 5 DR’s.

Depois desses episódios de roubo, todos os equipamentos de recolha de dados passaram a ter um código de acesso que impede o acesso ao conteúdo do mesmo, por pessoas não autorizadas a trabalhar com o referido equipamento.

### ***Sugestões e Recomendações***

- ☞ A opção pela utilização do PDA na recolha de dados foi bastante acertada, pois as vantagens são evidentes. Entretanto, sugere-se que os problemas verificados e identificados nos diferentes concelhos, em função das especificidades de cada um, sirvam para melhorar as estratégias de utilização deste instrumento nas operações futuras;
  
- ☞ Repensar a constituição da equipa de trabalho de modo a se ajustar aos objectivos traçados (nomeadamente custos e prazos). Sugere-se que no futuro seja feita uma selecção mais criteriosa e cuidadosa dos recenseadores e, sempre que possível seleccionar recenseadores residentes na zona onde irão trabalhar;
  
- ☞ Estudar as escalas mais adequadas para a impressão dos mapas em papel, de modo a facilitar o trabalho de identificação dos DR’s e dos edificados, mediante a confrontação entre o mapa em papel e no PDA;
  
- ☞ Aumentar o número de dias de formação de agentes recenseadores e controladores, sobretudo, os dias de prática no terreno. Desta forma pode-se melhorar a prática da utilização do PDA, realização da entrevista e preenchimento dos questionários;
  
- ☞ Apostar de uma forma mais intensa na sensibilização da população em operações futuras;
  
- ☞ Reduzir o tamanho dos DR’s tomando por base o tempo médio gasto por agente na realização de uma entrevista na fase do recenseamento piloto; sobretudo, os DR’s onde só à hora do almoço ou à noite é possível encontrar pessoas em casa; considerar as especificidades de cada zona/bairros e as vias de acesso aos DR’s;

- ☞ Afectar um número de agentes de reserva relativamente grande em todos os concelhos, para se poder evitar os atrasos ocorridos, causados pelas frequentes desistências;
- ☞ Enviar para os concelhos, todos os materiais dois dias antes do arranque dos trabalhos no terreno;
- ☞ Verificar os projectos de todos os DR's antes de serem enviados para os Coordenadores a fim de evitar possíveis atrasos.

### **3. Correção das coordenadas dos pontos capturados**

Durante o pré-censo, foram capturadas coordenadas dos edifícios construídos posteriormente à data que as imagens do Google Earth foram feitas.

Com as respectivas coordenadas, esses pontos foram mapeados, contudo, pela exactidão (accuracy) do GPS utilizado para capturar as coordenadas, os pontos mapeados nem sempre correspondiam à verdadeira localização do edifício cuja coordenada fora capturada, pelo que tiveram que ser corrigidas as localizações. Tinham erros de precisão, isto é, incorporavam desvios, em alguns casos muito grandes e que variavam de alguns metros, a quilómetros. Como não obedeciam a um padrão único, ou seja, não comportavam sempre da mesma forma, inviabilizaram qualquer tentativa de correção automática. Por isso, a correção das localizações foi feita no terreno, seguindo a seguinte metodologia:

1. Mapeamento dos pontos cuja coordenada foram capturados;
2. Criação duma tabela com informações dos pontos capturados;
3. A localização dos pontos no terreno e;
4. Correção da localização na Base Geográfica.

Os técnicos da cartografia realizaram missões de verificação dos DR's para o recenseamento piloto e aproveitaram para explicar aos coordenadores e recenseadores e alguns controladores como fazer o arrastamento destes pontos para os respectivos locais. Outros coordenadores receberam uma breve formação no Gabinete, antes de fazer este trabalho nos respectivos concelhos. Esta actividade foi realizada nos meses de Novembro e Dezembro de 2009.

#### ***A. Mapeamento dos pontos cujas coordenadas foram capturadas***

O mapeamento de todos os pontos cujas coordenadas foram capturadas, foi realizado com recurso ao Software ArcGIS 9.x e no mapa, tendo sido esses pontos assinalados com cor amarela, para diferenciá-los dos pontos marcados (que no mapa apareciam a vermelho). A cada ponto foi-lhe associado um ID.



Os mapas foram impressos em escala diversa, dependendo do tamanho do DR a trabalhar, contudo, com detalhe suficiente para auxiliar na orientação no campo, na identificação clara do edificado e na marcação do local exacto da localização.

**B. Criação duma tabela com informações dos pontos capturados**

Para a localização precisa do ponto cuja localização era alvo de correcção, foi criada uma tabela com informações referentes ao ponto, tabela essa que continha os seguintes atributos:

- ☞ LOCALIZAÇÃO (contendo informações sobre Ilha, Concelho, Freguesia e DR);
- ☞ Cod\_DR (constituído pelo código da Ilha, Concelho, Freguesia e DR);
- ☞ Codigo\_Ponto (constituído pelo código da Ilha, Concelho, Freguesia, DR e código do ponto);
- ☞ TOTAL\_ALOJ (total de alojamentos no edifício);
- ☞ Identificação (Nome de um Representante do Agregado Familiar e Número de residentes femininos e masculinos para edifícios com pelo menos um alojamento habitado, ou, Tipo de edifício, Forma de utilização, Caracterização de edifícios não familiares e Situação actual);
- ☞ Endereço (com todas as informações da SECÇÃO B – IDENTIFICAÇÃO DO EDIFICADO do questionário);
- ☞ REF\_Alojamento;
- ☞ Zona/Lugar;
- ☞ FORMA\_OCUPACAO – Forma de ocupação;
- ☞ COND\_OCUPAC – Condição de ocupação e;
- ☞ Exploração Agrícola (Nome de um Chefe de Exploração Agrícola, sexo e idade).

**C. 3 - A localização dos pontos no terreno.**

Esta tarefa foi realizada seguindo a seguinte metodologia: com o auxílio dos mapas em papel, o pessoal no terreno identificava o ponto, servindo das informações constantes na tabela e indagava sobre sua correcta localização. Se a localização no terreno coincidia com a do mapa em papel, assinalava o ponto como estando correctamente localizado. Caso contrário, assinala no mapa a correcta localização à caneta e unia os pontos (localização mapeada e correcta localização com uma linha). Esta tarefa foi realizada em dois momentos diferentes, sendo:



### *1º Momento – DR's para o Recenseamento Piloto*

Nesta fase, a finalidade era corrigir apenas a localização dos pontos capturados e pertencentes aos DR's onde se iria decorrer o Recenseamento Piloto. Contudo, aproveitando a estadia no terreno, pontos de outros DR's foram também sujeitos à correcção da sua localização.

Nesta fase, essa tarefa foi realizada apenas por técnicos da Célula da Cartografia e SIG do INE.

### *2º Momento – DR's de zonas urbanas e DR's de Zonas Rurais, mas com características Urbanas.*

No 2º Momento, o objectivo foi corrigir a localização dos pontos capturados e pertencentes aos restantes DR's que pertencem às zonas urbanas do país e ainda dos DR's, que apesar de fazerem parte das zonas rurais, as construções eram agrupadas e organizadas, à semelhança das zonas urbanas. Os DR's rurais com construções dispersas, não foram alvo de trabalho, devido à dificuldade que apresentavam na identificação e localização precisa.

Nesta fase, essa tarefa foi realizada principalmente pelos coordenadores dos concelhos, contando ainda com alguns recenseadores do recenseamento piloto.

### *D. Correcção da localização na Base Geográfica*

Após a localização dos pontos no terreno, os pontos cuja localização no mapa estava fora do local na base geográfica, foram arrastados e colocados na verdadeira localização, com utilização do ArcGIS 9.x.

## **4. Constituição dos DR's do RGPH-2010**

Para a constituição dos DR's para o RGPH-2010, fez-se a junção da base geográfica com a alfanumérica (dados do pré-censo), procedeu-se ao desenho dos limites. Para isso, levou-se em conta os seguintes critérios:

- ☞ O tamanho do DR foi definido segundo o número de alojamentos familiares, sendo diferenciados por meio de residência;
- ☞ Os DR's nas zonas urbanas deveriam ter em média **180 alojamentos familiares** e nas zonas rurais, **150 alojamentos familiares** (critério definido em conjugação com a célula de metodologia após o recenseamento piloto);
- ☞ Os limites foram apoiados na linha de costa, estradas e caminhos, cumeadas e linhas de água, principalmente, ribeiras;

- ☞ Nas zonas com alojamentos muito dispersas, tomou-se em conta a área, pelo que alguns DR's tinham tamanhos menores;
- ☞ Os temas, estradas e linhas de água, foram previamente trabalhados, a partir de dados digitalizados recolhidos e na sua ausência, foram digitalizados sobre imagens (Ortofotos e Imagens do Google Earth).

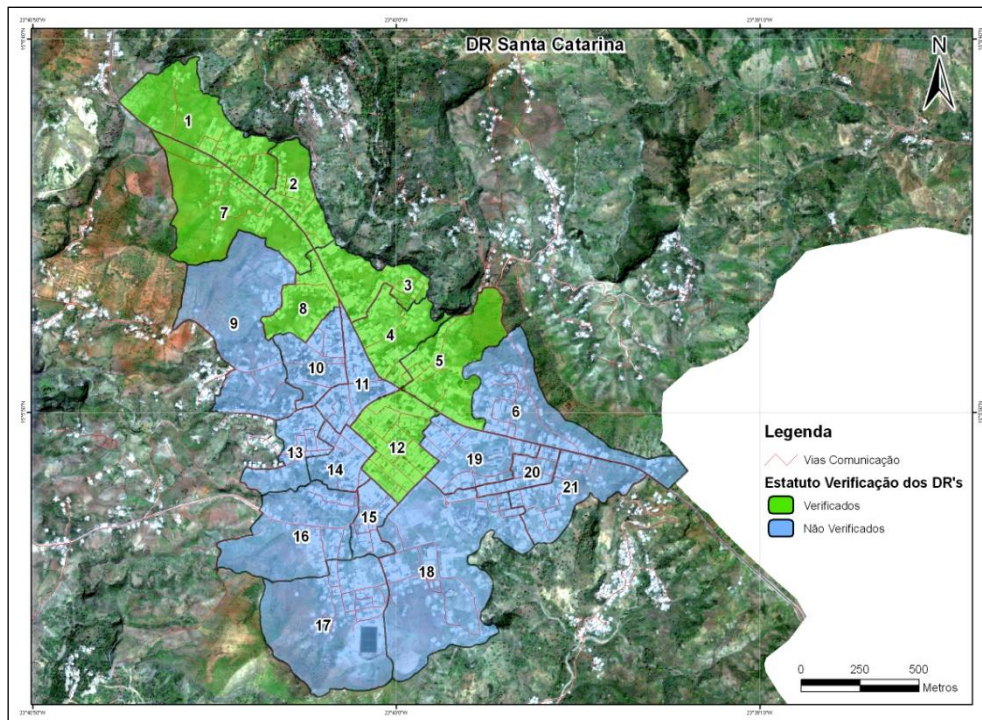
### **Validação no terreno dos DR's para o censo 2010**

Sendo que os limites foram definidos no Gabinete, careceram de uma validação no terreno.

Assim, os técnicos da cartografia deslocaram-se a todos os concelhos para fazer a validação dos limites de todos os DR's e proceder a descrição das respectivas memórias descritivas. Nos casos onde necessários, os limites foram redesenhados, tendo em conta as informações recolhidas no terreno. Durante a estadia no terreno, fez-se também o levantamento de toponímias diversas que foram posteriormente adicionados à base cartográfica. As informações toponímicas e da base geográfica foram utilizadas para feitura dos mapas dos DR's, bem como os respectivos projectos.

Durante as missões de validação os técnicos da cartografia foram acompanhados dos técnicos da metodologia e dos coordenadores que também opinaram sobre o tamanho e o limite dos DR's, e, em alguns casos este trabalho foi feito apenas pelos coordenadores.





### Actividades após validação dos DR's

À medida que os DR's foram validados no terreno, foram também corrigidos no Gabinete, de acordo com as alterações propostas com base no entendimento entre os elementos da equipa de validação.

A correcção foi acompanhada da preparação dos projectos dos respectivos DR's. Seguidamente iniciou-se a impressão dos mapas para serem distribuídos a todos os agentes no terreno. Como eram muitas cópias a serem feitas e o gabinete não possui capacidade para absorver-las na globalidade, chegou-se a um entendimento com o IBGE para fazer uma parte. Entretanto, como houve alguma demora no envio dos arquivos ao Brasil, acabou-se por fazer a maioria nas principais empresas do país, e, por isso, fez-se apenas 1 cópia de cada DR em vez de 2 como inicialmente previsto.

### **5. Constituição do cadastro de endereços**

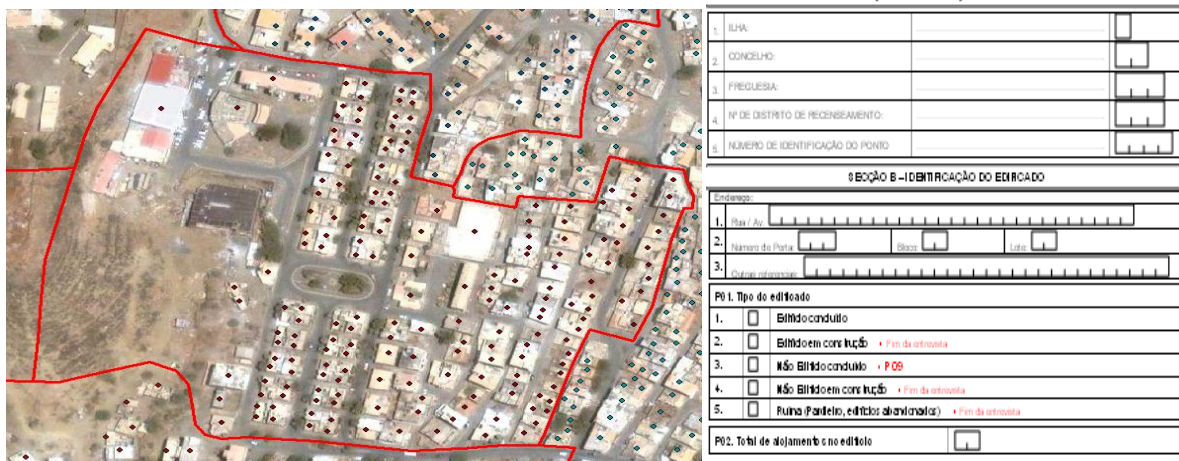
Como em Cabo Verde não existe um cadastro de endereços, o INE, aproveitando as actividades do RGPH-2010, decidiu pela criação de um cadastro de endereço, de forma a dar resposta a algumas dificuldades que tem enfrentado no âmbito das suas actividades, como o envio de questionários e localização de unidades estatísticas.

## Objectivos

- ☞ Criar uma base de dados de endereços a partir dos dados recolhidos na fase de actualização cartográfica, que será actualizada durante a fase principal de recolha de dados;
- ☞ Possibilitar a integração desses dados em qualquer sistema de informação Geográfica.

Este cadastro definiu-se como sendo registos e inventários de endereços dos edifícios, contendo informações sobre a sua localização. Estes registos permitem a criação de uma base de dados de endereços, estruturada seguindo regras e lógicas pré estabelecidas, mais concretamente passando pelas seguintes fases:

- ☞ Criação de uma base de dados alfanumérica
- ☞ Criação de uma base de dados geo-espacial
- ☞ Integração das duas bases – obtenção de uma base integrada
- ☞ Cartografia e análises de dados



A partir desta base é possível incrementar com mais e variadas informações tornando assim uma poderosa ferramenta de utilidade pública com as seguintes vantagens:

- ☞ Facilita na localização de edifícios;
- ☞ Automatiza a lista de endereços;
- ☞ Todos os edifícios no cadastro estão geo-referenciados;
- ☞ Fácil manutenção e actualização dos dados cadastrais;
- ☞ Visualiza a informação cadastral de forma gráfica;
- ☞ Serve de apoio aos serviços de bombeiros, protecção civil, segurança pública, entrega de correspondências, roteiro nas cidades;
- ☞ Optimiza o sistema de transporte rodoviário;
- ☞ Padroniza e normaliza os endereços



Entretanto, as informações recolhidas sobre a identificação, localização e caracterização dos edifícios durante a actualização cartográfica foram de deficiente qualidade. Detectou-se na base que havia muitos casos sem informação; outros com alguma informação que muito pouco ajudavam no que se pretendia; outros casos com algumas informações na parte correspondente a outras referências. Assim, o Gabinete decidiu deixar esta actividade para ser retomada posteriormente, com base nas informações recolhidas durante a fase principal de recolha de dados.

# Metodologia

## 1. Princípios

### 1.1. Cobertura

O RGPH 2010 será, como todas as operações estatísticas deste género, uma operação de cobertura exaustiva, abrangendo todo o território nacional que, para fins estatísticos, será dividido em pequenas áreas designadas por Distritos de Recenseamento, DR tendo em conta o critério de alojamento. Com efeito os Distritos de Recenseamento situados em áreas consideradas urbanas foram definidos com base em 180 alojamentos e os Distritos de Recenseamento situados em áreas consideradas rurais com dimensões médias de 150 alojamentos

### 1.2. Momento censitário

O “momento censitário”, ou data de referência, corresponde ao dia e hora em relação aos quais se recolherão todos os dados. A referência a este momento é absolutamente fundamental para evitar duplicações ou omissões de contagens provocadas pela deslocação normal das pessoas.

Assim, a residência e presença de cada indivíduo, bem como a maior parte dos dados recolhidos, serão referenciados às 00 horas do dia 16 de Junho de 2010.

As características económicas, no questionário individual, dirão respeito à última semana completa que procedeu aquele momento, ou seja, a semana de 9 a 15 de Junho de 2010.

As questões relativas à mortalidade e a fecundidade dizem respeito aos últimos 12 meses e as relacionadas com a emigração são relativas ao período dos últimos 5 anos.

### 1.3. Pressupostos metodológicos

### 1.3.1. Avaliação do RGPH 2000

Para a montagem do Projecto do RGPH 2010 e com o objectivo principal de recolher subsídios e por parte dos principais produtores e utilizadores de estatísticas foi realizado um Atelier de avaliação do censo anterior, o RGPH 2000.

Para além do balanço do RGPH 2000 foi discutido os desafios e os aspectos institucionais para o Censo 2010, e foram fixados os objectivos gerais e específicos do mesmo.

O atelier que decorreu em Outubro de 2006 em Santa Catarina, Santiago, contou com a participação de técnicos do INE, alguns OPES, representantes de instituições parceiras do Sistema Nacional Estatístico e Instituições Internacionais.

A destacar: a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Habitat, do Escritório Comum dos Fundos e Programas das Nações Unidas em Cabo Verde e o NOSI e de importantes segmentos dos utilizadores como a Direcção-Geral do Planeamento, o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, a Associação Cabo-verdiana de Deficientes, a Direcção-Geral da Solidariedade Social, o Instituto das Comunidades e a Plataforma das ONG's.

De acordo com o balanço feito pelos participantes do RGPH 2000 foi considerado um sucesso quer pelo conteúdo e pela sua utilização quer pela qualidade dos mesmos. Em termos de boas práticas o atelier reteve: o inventário aos equipamentos colectivos com levantamento das coordenadas por GPS das estruturas de saúde e de educação, no âmbito da cartografia censitária; as acções de sensibilização da população; valorizou as parcerias com da Administração Pública em especial o protocolo com Ministério de Educação que permitiu disponibilizar os professores do ensino básico para trabalharem como agentes de terreno. Igualmente, foi considerado como boa prática as formações dos agentes de terreno em regime de multiplicação e a produção dos relatórios das análises temáticas e a publicação de artigos em Jornais

No entanto, em termos de desafios o atelier recomendou que o RGPH 2010 tivesse em conta as boas práticas anteriores, as capacidades criadas e no que diz respeito aos indicadores a disponibilizar o RGPH 2010 tivesse em conta as prioridades inscritas na Agenda Estatística para o Desenvolvimento 2006-2010, devendo designadamente disponibilizar 12 dos 48 indicadores do Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD), designadamente os Indicadores 1, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 29, 45, 47 e 48, assim como, as necessidades de informações estatísticas para a elaboração dos instrumentos de planeamento, do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, de programas sectoriais de desenvolvimento e para a produção da cartografia da pobreza em Cabo Verde.

Em termos de conteúdo recomendou-se:

- ☞ Inclusão da variável religião com carácter de resposta facultativa tendo em conta que não é de declaração obrigatória, na Lei de Bases Gerais do Sistema Estatístico Nacional;
- ☞ Melhoramento na recolha de informação sobre a fecundidade, priorizando que sempre que as mulheres estejam no alojamento aquando da entrevista sejam questionadas pessoalmente, por forma a contribuir para a melhoria da qualidade dos dados;
- ☞ Melhoramento na recolha da informação sobre a migração;

- ☞ Melhoria na recolha da informação sobre a mortalidade;
- ☞ Inclusão da variável orfandade para todas as crianças menores de 18 anos;
- ☞ No que diz à educação recomenda-se: a classificação dos estabelecimentos de ensino aquando da recolha da variável frequência escolar; a recolha das razões para nunca ter frequentado um estabelecimento; a desagregação do nível secundário de acordo com a via geral ou a via técnica; especificação do nível dentro do nível superior (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento).
- ☞ No domínio das características económicas da população recomendou-se melhor integração das recomendações da OIT e das NU neste domínio destacando-se os seguintes aspectos: baixar a idade de observação de 10 para 6 anos por forma a recolher informações que permitam aprofundar a análise do trabalho infantil; incluir a variável rendimento para melhorar os indicadores e a metodologia da cartografia da pobreza; incluir as horas trabalhadas como medida, ainda que grosseira, da produtividade; incluir a formação profissional na óptica da empregabilidade, sobretudo a formação *on job*; classificar o ramo de actividade económica a 4 dígitos para utilização mais adequada nas Contas Nacionais;
- ☞ No que diz respeito às condições de vida, acesso a bens duradouros, recomenda-se o alargamento da lista de bens de acordo com a lista utilizada no QUIBB 2007 e a inclusão do acesso ao telefone, telemóvel, computador e internet como meios de comunicação e informação.
- ☞ Melhoria da recolha de informação do recenseamento da habitação com a inclusão da unidade de observação edifício para além do alojamento. Para o efeito neste domínio cada unidade seria observada por um conjunto de variáveis de acordo com as recomendações das NU. Propõe-se a inclusão de variáveis que permitam a medição dos encargos com o arrendamento e aquisição de habitação bem como os encargos com a sua manutenção.

Relativamente às análises temáticas o atelier recomenda que estas devam ser continuadas, tendo em atenção a melhoria e aprofundamento de análise em alguns temas.

Ainda, foram propostos analisar os seguintes temas em 2010:

- ☞ Migrações
- ☞ Mortalidade
- ☞ Educação com as seguintes sugestões
- ☞ Condições de vida dos Agregados Familiares
- ☞ Características Económicas da População
- ☞ Criança
- ☞ População idosa
- ☞ População portadora de deficiência
- ☞ A Habitação no Censo 2010

### **1.3.2. Recomendações das NU para a ronda dos Censos 2010**

A realização do RGPH-2010, para além de levar em consideração os ensinamentos dos Censos anteriores, teve em conta as recomendações e os princípios das Nações Unidas para a ronda de Censos de 2010, nomeadamente as novas normas internacionais preconizadas e os temas a serem contemplados nos principais módulos da operação.



Para o efeito, foram realizadas varias pesquisas sobre toda a documentação técnica e metodológica dos Censos tendo em conta as recomendações das Nações Unidas, as recomendações das conferências internacionais sobre os Censos, e documentos de outros países que já realizaram o Censo da ronda de 2000, e dos que estão a preparar a ronda de 2010

### **1.3.3. Consultas aos utilizadores/produtores de dados**

O censo é uma oportunidade que acontece de dez 10 em dez anos e por isso, na medida do possível, deve responder as necessidades dos utilizadores. Na preparação do Censo de população e habitação, é necessário e importante consultar os principais utilizadores de informação em particular o segmento académico, aos pesquisadores em demografia, educação e saúde, habitação, trabalho, pobreza e desigualdades sociais, género, deficiência, entre outros, sobre as reais necessidades do País.

Com efeito foram realizados três encontros alargados com diversos utilizadores e varias sessões com utilizadores em áreas específicas, versando sobre o conteúdo dos questionários, os temas e os planos de análise de dados.

#### ***1º Encontro com utilizadores, Praia, 16 de Janeiro de 2009***

Tendo em conta que uma das inovações do RGPH 2010 seria a inclusão do Edifício como unidade de observação e melhoramento na recolha das informações relativas ao alojamento, de modo a melhor conhecer o parque habitacional em Cabo Verde, uma versão zero dos instrumentos metodológicos (unidades a observar, variáveis a inquirir, conceitos e questionários sobre o recenseamento habitação) foram apresentados aos principais utilizadores da área da habitação: MHOT, IFH, Ordem dos Arquitectos, Ordem dos Engenheiros, Câmaras Municipais, Correios, entre outros.

Após apresentação, apreciação e discussão da metodologia para o recenseamento habitação os participantes congratularam-se pela inovação não deixando de reconhecer algumas fragilidades ainda existentes no País e que deverão ser analisadas e melhoradas. Entre outros aspectos, destaca-se a fragilidade da base de endereços e toponímia, a dificuldade de delimitação urbana e rural dos Concelhos, e a sobreposição das zonas entre dois Concelhos.

Neste domínio apesar de todos os esforços do INE para que houvesse mais subsídios para melhoramento da metodologia, importa mencionar que dos potenciais utilizadores acima identificados, apenas o IFH enviou os comentários ao INE e colaborou com o Gabinete na melhoria das propostas e formação dos agentes recenseadores e controladores para realização do recenseamento piloto.

#### ***2º Encontro com utilizadores, Praia, 05 de Março de 2009***

Com o objectivo de apresentar a metodologia do recenseamento da população mais concretamente, as unidades a observar (indivíduo e agregado familiar, as variáveis e os conceitos) foi realizado um segundo encontro com a participação dos seguintes utilizadores: Ministérios da Educação, de Saúde, das Finanças, diversas Organizações de Mulheres, IEFP, INGRH, Universidades, diferentes Associações e ONG's, representantes religiosos, entre outros.

Todos tiveram uma participação muito activa durante a discussão e fizeram um conjunto de sugestões visando a melhoria dos conteúdos propostos.

### ***3º Encontro com utilizadores, Praia, 02 de Abril de 2009***

Após as introduções das alterações propostas no segundo encontro, foi realizado o terceiro encontro com o objectivo de se assegurar que o RGPH-2010 irá atender as necessidades de informação estatística para a elaboração dos instrumentos de planeamento, do Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza, de programas sectoriais de desenvolvimento e para a produção da cartografia da pobreza em Cabo Verde.

As propostas foram de novo largamente discutidas e, com excepção de algumas variáveis, foi possível obter um consenso no que diz respeito ao conteúdo que responderia às necessidades dos utentes, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

### ***Encontros bilaterais***

Por forma a aprofundar melhor as discussões em áreas específicas vários encontros bilaterais foram realizados com os parceiros, entre as quais se ressalta o GEP do Ministério da Educação, IEFP, IFH, Associação de Deficientes etc.

## **2. As principais apostas metodológicas**

### **2.1. Inovações tecnológicas**

#### **Cartografia digital**

A Cartografia digital consistiu na feitura da divisão do território nacional em Distritos de Recenseamento (DR), em formato digital, com utilização do software ArcMap 9.x.

A cartografia para o RGPH-2010, iniciou com a digitalização dos limites administrativos do país e dos DR's do RGPH-2000.

A cartografia para o RGPH-2010, foi desenvolvida, basicamente, em 3 etapas principais, sendo:

1. No gabinete, georeferenciação, com cobertura de pontos, de todas as construções detectadas no terreno, com excepção de estradas, independentemente da forma e tamanho, utilizando Ortofotomapas e Imagens do Google Earth;
  
2. No terreno, a actualização da cobertura de pontos obtida na 1ª etapa, inserindo as novas construções que não apareciam nos Ortofotomapas e Imagens do Google Earth utilizados, com ajuda do PDA e eliminação dos pontos que efectivamente não constam no terreno.
  
3. No gabinete, integração das novas informações obtidas na 2ª etapa e conclusão da base cartográfica.

A 3ª etapa consistiu no desenho dos DR's para o RGPH 2010 (947 DR's), onde o critério utilizado foi que tem que ser totalmente composto pela parte duma Freguesia e o número de alojamento. Estipulou-se que, em média, os DR's devem conter no meio urbano 180 alojamentos e no meio rural, 150 alojamentos.

No desenho dos DR's, foi dada atenção especial ao traçado dos seus limites, de forma a serem bem visíveis no terreno, pelo que foram apoiados, preferencialmente, nas estradas, nas ribeiras e nas cumeadas.

Cada DR tem um código único, sendo os primeiros 3 dígitos, o código da Freguesia a que diz respeito.

Por forma a georreferenciar as informações recolhidas, cada edifício tem um código único, de 10 dígitos, sendo que os primeiros 6 dígitos, o código do DR.

Com as informações recolhidas no terreno durante a 2ª etapa, foi possível classificar os edifícios e alojamentos, por forma de uso, e desenvolveu-se uma codificação e simbologia para cada tipo de uso, informações essas que foram utilizadas no mapa que os inquiridores utilizaram para a recolha de informações censitárias no terreno.

Ainda a referir que cada DR tem um mapa em papel, feita a escala 1:2.000 e um projecto para o PDA.

#### **Utilização do Personal Digital Assistant (PDA) na recolha de informação**

Uma das grandes apostas do RGPH 2010 foi a nível tecnológico com a substituição da recolha em questionários em formato papel para a recolha com utilização do computador de mão ou Personal Digital Assistant (PDA) em todas as fases de recolha do RGPH-2010.

O PDA é um aparelho muito utilizado na recolha de informações, na georeferenciação e localização, graças ao seu dispositivo GPS (Global Positioning System). É composto de um processador, de memória viva, de um ecrã táctil e de funcionalidades de rede (ver figura abaixo).

Esta opção tecnológica traz inúmeras vantagens, dentre as quais estão:

- ☞ A crítica imediata (controle coerência), no momento em que os dados estiverem sendo digitados, possibilitando a correcção da informação no acto da entrevista;
- ☞ O preenchimento de todos os quesitos (perguntas) obrigatórios, evitando a não resposta por esquecimento ou erro do recenseador;
- ☞ A automatização do preenchimento dos dados a partir de saltos automáticos no formulário, dispensando a passagem por quesitos (perguntas) para os quais, eventualmente, não há informações e otimizando o tempo do recenseador e do informante;
- ☞ O acompanhamento em tempo real do andamento da recolha de dados em todos os municípios, propiciando um melhora gestão do trabalho;
- ☞ Dispensa de produção de grande de grande volume de papel, transporte e armazenamento;
- ☞ Georeferenciamento de todos os edifícios da recolha (uso do GPS);
- ☞ Preenchimento de todas as perguntas obrigatórias;

#### **Utilização do Statline para difusão de informação**

Os dados do censo foram disponibilizados no website do INE e mesmo a evolução da recolha foi acompanhada online a medida que os dados iam sendo transmitidos de todos os concelhos para o servidor central no INE.

#### **Implementação de um gabinete de SIG no INE**

A construção de um SIG no INE fez parte dum dos objectivos que se traçou para se atingir com o RGPH-2010.

OSIG do INE, consiste na georeferenciação de todas as informações recolhidas no Censo e na difusão dos principais resultados num WebGIS.

Tendo em conta que na feitura da cartografia para o Censo foram georeferenciados todos os edifícios, então, a base de dados advinda do Censo é, ela em si, georeferenciada. Desta forma, com todas as informações georeferenciadas, deu forma

a um SIG, onde é possível realizar as mais variadas análises espaciais das informações censitárias.

Desenvolveu-se o WebGIS do INE com recurso ao P-Mapper (software Open Source), onde alguns indicadores foram disponibilizados espacialmente. Bastando para isso, aceder à página do INE na internet, para obter essas informações.

## 2.2. Inovações de conteúdo

O objectivo de qualquer censo é, em primeiro lugar, enumerar, ou seja contar.

Seguidamente, e não menos importante, surge o segundo objectivo: conhecer como se distribuem determinadas características nos universos em estudo. É pois, neste sentido, que se define as unidades estatísticas de um censo como entidades que possam ser objecto de observação e caracterização.

Sendo um dos princípios básicos de um censo a contagem individualizada, torna-se necessário que cada uma destas unidades de observação seja definida de forma própria. Deste modo, entende-se por unidade estatística, o facto elementar, de qualquer natureza, que possa ser objecto de observação e ao qual se faça corresponder uma definição precisa e objectiva.

Para o recenseamento da população manteve-se as unidades de observação: o agregado familiar e o indivíduo.

Mas para o recenseamento da habitação tendo como objectivo principal *“fornecer informações relativas ao parque de edifícios e, em particular, o parque de Habitações e as características essenciais da habitação”*, a atingir, e após consultas de vários documentos do INE de Portugal e outros países com experiência nesta matéria e uma análise profunda das recomendações internacionais, em matéria desse Censo, ponderou-se como inovação, a realização do Censo de habitação com a introdução de duas unidades estatísticas específicas Edifício e Alojamento cujos questionários contemplam algumas variáveis consideradas relevantes para a caracterização do parque habitacional.

Assim, foram definidos como principais objectivos do Censo da habitação os seguintes aspectos:

- ☞ Contar todos os edifícios com pelo menos um alojamento
- ☞ Caracterizar todos os edifícios com pelo menos um alojamento
- ☞ Contar todos os alojamentos disponíveis no parque habitacional (habitados e os vagos disponíveis)
- ☞ Caracterizar os alojamentos do parque habitacional
- ☞ Medir o nível de conforto dos agregados familiares

Observa-se que a unidade de observação alojamento já era observado nos Censos anteriores, mas numa lógica das condições de vida dos agregados e não como uma unidade estatística individualizada independentemente do(s) agregado(s) residentes. Ou seja, variáveis de caracterização do alojamento que em 2000 caracterizavam tão-somente a situação do agregado no alojamento em 2010 passam a caracterizar o alojamento como unidade de observação, passando as observações da situação do agregado para o questionário relativo a esta unidade estatística de modo a permitir a comparabilidade com o Censo anterior.

Resumidamente enumera-se as seguintes inovações relativamente ao conteúdo:

- ☞ Definição de quatro unidades estatísticas de observação: indivíduo, agregado familiar, alojamento e edifício, sendo esta última observada pela primeira vez;
- ☞ Melhorias na caracterização dos alojamentos
- ☞ Inclusão da orfandade das crianças menores de 18 anos
- ☞ Substituição da abordagem deficiência para abordagem das incapacidades.
- ☞ Inclusão da variável Religião.
- ☞ Inclusão de variáveis que permitem melhorar as questões relativas à mortalidade, fecundidade e migração
- ☞ Melhorias na recolha da variável relativa à idade.
- ☞ Melhorias na caracterização da variável relativa ao estado civil, com informações que permitem distinguir estado civil de facto e legal da população.
- ☞ Melhorias na caracterização da emigração, com introdução da questão sobre os motivos da emigração.
- ☞ Inclusão de novas modalidades na questão relativa à relação de parentesco com o intuito de se analisar os núcleos familiares.

### **3. Instrumentos de notação**

#### **3.1. Evolução nas variáveis observadas no RGPH 2010 relativamente a 2000**

As inovações de conteúdo face às existentes no RGPH 2000 decorrem da tentativa de adaptação às transformações da sociedade, às recomendações internacionais e às necessidades dos utilizadores, visando sempre garantir a pertinência e a qualidade da informação recolhida numa perspectiva de continuidade da série censitária.

Uma das principais inovações no que diz respeito ao conteúdo é a introdução do EDIFÍCIO e do ALOJAMENTO como unidades distintas de observação visando por um lado melhorar a qualidade de informação do censo da habitação, e por outro, quantificar e caracterizar o parque habitacional existente.

O RGPH 2010 manteve-se a observação, de forma exaustiva, de todas as unidades estatísticas seleccionadas face ao RGPH 2000: o Alojamento, o Agregado familiar e o Indivíduo, existindo no entanto algumas alterações ao nível das variáveis e respectivas modalidades.

As variáveis observadas nos diversos questionários relativos a cada unidade estatística foram determinadas tendo em conta de modo equilibrado os seguintes aspectos:

- ☞ As necessidades do país, quer a nível nacional, quer a nível regional
- ☞ A comparabilidade internacional, tanto a nível das regiões como a nível mundial
- ☞ A capacidade dos inquiridos para responder às questões solicitadas
- ☞ A competência técnica dos recenseadores para obtenção de informações por observação directa
- ☞ Os recursos disponíveis a nível nacional para a recolha durante o Censo.

Algumas características do Edifício em 2000 foram observadas na óptica da caracterização dos alojamentos: material de revestimento exterior, época de construção.

A recolha de informação é melhorada quer em termos de formulação das questões quer a nível de inclusão de variáveis. Assim, algumas informações que antes eram colocadas numa perspectiva de utilização do agregado passam a ser observadas directamente ao alojamento.

Inclui-se as variáveis sobre ligação à rede pública de distribuição de água, a existência de instalações de banho ou duche, existência de sistema de evacuação de águas residuais e a existência de cozinha.

O Agregado familiar é observado não só com o objectivo de quantificar o número de pessoas que o compõe e a sua tipologia mas também com o objectivo de recolher informações sobre as condições de vida. Com efeito para além das variáveis observadas em 2000 foram incluídas ainda o modo de evacuação de resíduos sólidos (lixos caseiros) e o valor da renda para os que habitam alojamentos sob o regime de arrendamento.

Os módulos sobre a Emigração e Mortalidade que são abordados no Questionário do Agregado Familiar também contemplaram algumas inovações:

No módulo sobre a Emigração o conceito de emigração é alargado tomando como pessoas que emigraram nos últimos 5 anos toda aquela que saiu para ir residir num País estrangeiro independentemente do motivo. No RGPH 2000 considerava-se somente os que emigravam por motivos de trabalho e agrupamento familiar, ficando de fora todos os estudantes e os que emigravam por outros motivos (saúde, e outras razões pessoais que não seja trabalho).

De modo a permitir a comparação com os resultados do RGPH 2000 inclui-se a variável motivo de emigração.

No módulo Mortalidade inclui-se questões relativas à mortalidade materna para as mulheres falecidas com idade entre os 12 e 50 anos.

Melhora-se a recolha de informação da data do falecimento das crianças com a desagregação da resposta da variável idade no falecimento em dias, meses e anos.

De acordo com recomendações internacionais a variável sobre a deficiência é substituída pela variável relativa à incapacidade tendo em conta a vertente conceptual inerente à temática da deficiência e da incapacidade que é muito complexa e abrangente que requer um procedimento de recolha de informação bastante mais exigente e dotado de conhecimento específico.

Inclui-se como variáveis de observação nos indivíduos menores de 18 anos a orfandade e o registo de nascimento.

No que diz às variáveis relativas á actividade económica inclui-se o tempo no desemprego e número de horas trabalhadas.

Inclui-se como variável de resposta facultativa a religião.

Relativamente á fecundidade das mulheres entre os 12 e 50 anos inclui-se a variável idade na data de nascimento do primeiro filho nascido vivo.

A recolha de informação nos alojamentos colectivos também foi inovada. Passa-se a recolher todas as características individuais de todas as pessoas que residem por um período de mais de 6 meses em alojamentos colectivos, permitindo principalmente ter as características dos estudantes e idosos que residem em lares, dos presos e dos que residem em quartéis.

## **VARIÁVEIS**

De modo a satisfazer o segundo objectivo de um censo, o de caracterizar as unidades estatísticas seleccionadas, constituem-se vários grupos de características ou variáveis a observar. Estas características ou variáveis podem ser de dois tipos: primárias ou derivadas.

Variáveis primárias são aquelas cuja informação se obtém, directamente, através de uma ou várias questões dos questionários dos Censos.

Por oposição a estas, definem-se as variáveis derivadas cujas modalidades, apesar dos dados obtidos resultarem também de informação constante nos questionários censitários, são calculadas através da combinação das modalidades de diversas variáveis primárias ou das respostas de vários indivíduos a determinadas questões.



**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

O quadro seguinte enumera as diferenças entre os dois censos, 2000 e 2010. A apresentação que se segue tenta respeitar a ordem pela qual, no terreno, os recenseadores fizeram a abordagem às unidades estatísticas observadas.

*Quadro nº 7: Diferenças entre os dois censos, 2000 e 2010*

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO: EDIFÍCIO			
VARIÁVEL	RGPH 2000	RGPH 2010	OBSERVAÇÕES
TIPO DE EDIFÍCIO		1. Edifício clássico com 1 alojamento a. Concluído b. Não concluído 2. Edifício clássico com 2 alojamentos a. Concluído b. Não concluído 3. Edifício clássico com 3 ou mais alojamentos a. Concluído b. Não concluído 4. Outro tipo de edifício clássico 5. Edifícios não clássicos (barracas, casa de bidão, contentores)	VARIÁVEL NOVA
TIPO DE UTILIZAÇÃO		1. Edifício afecto exclusivamente à habitação 2. Edifício com maior parte da área afectada à habitação 3. Edifício com a maior parte da área afectada a fins diferentes da habitação (comércio, serviços,...)	VARIÁVEL NOVA
NÚMERO DE PISOS		1. 1 piso 2. 2 pisos 3. 3 pisos 4. 4 pisos 5. 5 pisos 6. 6 pisos ou mais	VARIÁVEL NOVA
REVESTIMENTO EXTERIOR DA FACHADA PRINCIPAL	1. Pedra solta 2. Pedra e argamassa 3. Blocos de cimento 4. Pedra e terra 5. Outro	1. Revestida com reboco sem pintura 2. Revestida com reboco com pintura 3. Revestida com azulejos, ladrilhos ou outro material cerâmico 4. Revestida com outros materiais (vidro, madeira, betão armado, pedra rústica, mármore, granito, etc.) 5. Sem revestimento com pedra à vista 6. Sem revestimento com bloco à vista	OBSERVADA PARA O ALOJAMENTO EM 2000
TIPO DE COBERTURA E MATERIAL UTILIZADO	1. Betão armado 2. Telha 3. Fibrocimento 4. Palha 5. Lata/cartão/saco	1. Inclinação, revestida a telhas (fibrocimento, metálicas, etc) 2. Inclinação, revestida em betão 3. Inclinação, revestida a palha 4. Inclinação, revestida com bidão 5. Inclinação, revestida com outro material (madeira) 6. Em terraço (betão armado) 7. Misto (inclinação e em terraço)	OBSERVADA PARA O ALOJAMENTO EM 2000
EPOCA DE CONSTRUÇÃO	1. Antes de 1990 2. 1990 ou depois. Precisar o ano  _ _	1. Antes 1975 2. De 1975 a 1979 3. De 1980 a 1984 4. De 1985 a 1999 5. De 2000 a 2004 6. De 2005 a 2010 7. Não sabe / não respondeu	OBSERVADA PARA O ALOJAMENTO EM 2000
NÚMERO DE ALOJAMENTOS OCUPADOS PARA FINS HABITACIONAIS		1. Número de alojamentos	VARIÁVEL NOVA

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO: ALOJAMENTO			
VARIÁVEL	CENSO 2000	CENSO 2010	OBSERVAÇÕES
TIPO DE HABITAÇÃO FAMILIAR	ALOJAMENTO FAMILIAR 1) Casa individual 2) Apartamento 3) Vivenda 4) Barraca 5) Parte de casa	ALOJAMENTO FAMILIAR 1. Moradia independente 2. Apartamento 3. Barraca (Casa de lata / bidão, casa madeira) 4. Contentor 5. Improvisado em edifício (garagem, escola, fabrica) 6. Outro local habitado 7. <i>Agregado familiar num alojamento colectivo</i>	<b>REFORMULADA</b>
	ALOJAMENTO COLECTIVO:	ALOJAMENTO COLECTIVO: 1. Hotéis, residenciais e similares 2. Centro de reabilitação / lar de crianças / adolescentes 3. Lar estudantes 4. Lar de idosos 5. Lar de freiras / padres e similares 6. Quartel 7. Prisão 8. Hospital 9. Centros de reabilitação 10. Trabalho (estaleiros de obras)	<b>VARIÁVEL NOVA</b>
FORMA DE OCUPAÇÃO	NÃO EXISTIA	1. Residência habitual 2. Uso sazonal /Residência secundária 3. Vazio para vender 4. Vazio para arrendar 5. Vazio por outro motivo 6. Vazio sem informação	<b>VARIÁVEL NOVA</b>
SITUAÇÃO NA OCUPAÇÃO	NÃO EXISTIA	1. Ocupado aceita responder 2. Ocupada recusa responder 3. Ocupado, mas ausente	<b>VARIÁVEL NOVA</b>
PROPRIEDADE DO ALOJAMENTO	NÃO EXISTIA	1. Ao privado /pessoa particular 2. Ao Estado 3. À Câmara Municipal 4. Não sabe	<b>VARIÁVEL NOVA</b>
NÚMERO DE DIVISOES			OBSERVADA EM 2000 RELATIVAMENTE AO AGREGADO <b>REFORMULADA</b>
LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DISTRIBUIÇÃO DE AGUA	NÃO EXISTIA	1. Sim, no interior do alojamento 2. Sim, no exterior do alojamento 3. Não tem água canalizada da rede pública	<b>VARIÁVEL NOVA</b>
ELECTRICIDADE	NÃO EXISTIA	1. Sim 2. Não	
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	1. Casa de banho com retrete 2. Casa de banho sem retrete 3. Retrete / Latrina 4. Sem casa de banho, sem retrete e nem latrina	1. Sanita com autoclismo 2. Sanita sem autoclismo 3. Latrina 4. Não tem sanita nem latrina pública	OBSERVADA EM 2000 RELATIVAMENTE AO AGREGADO <b>REFORMULADA</b>
INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	NÃO EXISTIA	1. Sim 2. Não	<b>VARIÁVEL NOVA</b>
SISTEMA EVACUAÇÃO AGUAS RESIDUAIS	NÃO EXISTIA	1. Rede publica de esgoto 2. Fossa séptica 3. Não tem	<b>VARIÁVEL NOVA</b>
COZINHA	1. Sim 2. Não	1. Sim, no interior do alojamento 2. Sim, no exterior do alojamento 3. Alojamento kitchenette 4. Não tem cozinha nem kitchenette	OBSERVADA EM 2000 RELATIVAMENTE AO AGREGADO <b>REFORMULADA</b>

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

MATERIAL DO PAVIMENTO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cimento</li> <li>2. Terra</li> <li>3. Madeira / parquet</li> <li>4. Mosaico</li> <li>5. Mármore/ marmorite</li> <li>6. Outra (sintético, cortiça, borracha)</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cimento</li> <li>2. Madeira / parquet</li> <li>3. Mosaico</li> <li>4. Mármore/ granito</li> <li>5. Terra</li> <li>6. Outra (sintético, cortiça, borracha)</li> </ol>	OBSERVADA EM 2000 RELATIVAMENTE AO AGREGADO REFORMULADA
-----------------------	--	--	--

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO: AGREGADO FAMILIAR – CONDIÇÕES DE VIDA			
VARIÁVEL	CENSO 2000	CENSO 2010	OBSERVAÇÕES
FORMA DE OCUPAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Arrendada / subarrendada</li> <li>2. Própria</li> <li>3. Cedida</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Própria / Co-proprietário</li> <li>2. Arrendatário / subarrendatário</li> <li>3. Cedido pelo empregador</li> <li>4. Cedido de outra forma</li> <li>5. Outra condição</li> </ol>	REFORMULADA AS MODALIDADES RESPOSTA
VALOR DA RENDA	NÃO EXISTIA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Menos de 10.000</li> <li>2. De 10.000 a 14.999</li> <li>3. De 15.000 a 19.999</li> <li>4. De 20.000 a 24.999</li> <li>5. De 25.000 a 34.999</li> <li>6. 35.000 ou mais</li> </ol>	VARIÁVEL NOVA
NÚMERO DE DIVISÕES QUE OCUPA	QUANTIDADE	QUANTIDADE	COMPARAVEL
NÚMERO DE DIVISÕES QUE UTILIZA PARA DORMIR	QUANTIDADE	QUANTIDADE	COMPARAVEL
PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Electricidade</li> <li>2. Vela</li> <li>3. Petróleo</li> <li>4. Gás</li> <li>5. Outro</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gás</li> <li>2. Electricidade</li> <li>3. Petróleo</li> <li>4. Outro</li> </ol>	MODALIDADES REFORMULADAS
PRINCIPAL FONTE DE ABASTECIMENTO DE AGUA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Água canalizada da rede pública</li> <li>2. Água canalizada mas da cãs dos vizinhos</li> <li>3. Chafariz</li> <li>4. Autotanque</li> <li>5. Outra fonte</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Água canalizada da rede pública</li> <li>2. Cisterna</li> <li>3. Autotanque</li> <li>4. Chafariz</li> <li>5. Poço</li> <li>6. Nascente</li> <li>7. Levada</li> <li>8. Outra</li> </ol>	MODALIDADES REFORMULADAS
PRINCIPAL MODO DE EVACUAÇÃO DAS AGUAS RESIDUAIS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fossa séptica</li> <li>2. Rede esgotos</li> <li>3. Redor da casa</li> <li>4. Natureza</li> <li>5. Outro</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fossa séptica / Rede esgotos</li> <li>2. Redor da casa</li> <li>3. Natureza (mar, ar livre, céu aberto)</li> <li>4. Outro</li> </ol>	MODALIDADES REFORMULADAS
MODO DE EVACUAÇÃO DOS RESIDUOS SÓLIDOS (LIXOS CASEIROS)	NÃO EXISTIA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Colocado em contentores</li> <li>2. Recolhido pelo carro de lixo</li> <li>3. Enterrados /queimados</li> <li>4. Jogado ao redor da casa</li> <li>5. Jogado na natureza</li> <li>6. Outro</li> </ol>	VARIÁVEL NOVA
PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA PREPARAÇÃO DOS ALIMENTOS	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Carvão</li> <li>2. Lenha</li> <li>3. Petróleo</li> <li>4. Gás</li> <li>5. Electricidade</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Gás</li> <li>2. Lenha</li> <li>3. Carvão</li> <li>4. Electricidade</li> <li>5. Outro</li> <li>6. Não prepara</li> </ol>	MODALIDADES REFORMULADAS
BENS DE EQUIPAMENTO E ACESSO A SERVIÇOS	RÁDIO TELEVISÃO FRIGORIFICO AUTOMÓVEL VIDEO CASSETE	FRIGORIFICO FOGÃO A GÁS / CAMPINGÁS MICROONDAS ARCA CONGELADORA MÁQUINA LAVAR ROUPA	REFORMULADA

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

		APARELHO DE AR CONDICIONADO TERMO ACUMULADOR TELEFONE FIXO TELEMOVEL TELEVISÃO RADIO LEITOR CD/DVD/VIDEO COMPUTADOR ACESSO A TV A CABO ACESSO A INTERNET AUTOMÓVEL	
--	--	--	--

## UNIDADE DE OBSERVAÇÃO: INDIVÍDUO

VARIÁVEL	CENSO 2000	CENSO 2010	OBSERVAÇÕES
SEXO	1. Masculino 2. Feminino	Masculino  Feminino	
DATA NASCIMENTO	Mês e Ano	DIA, MÊS E ANO	
IDADE	Idade em anos completos na data da entrevista	Idade em anos completos na data do momento censitário. 1. Meses 2. Anos	REFORMULADA
RELAÇÃO DE PARENTESCO	1. Chefe 2. Conjugue 3. Filha(o) 4. Mãe ou Pai 5. Irmã/Irmão 6. Neta(o) /Bisneta(o) 7. Nora ou genro 8. Sobrinha(o) 9. Outro parentesco 10. Sem parentesco	1. Chefe 2. Conjugue 3. Filha(o) 4. Mãe ou Pai 5. Irmã/Irmão 6. Neta(o) /Bisneta(o) 7. Nora ou genro 8. Sobrinha(o) 9. Outro parentesco 10. <b>Sem parentesco</b>	MODALIDADES REFORMULADAS
NATURALIDADE	Ilha / Concelho / Freguesia / Estrangeiro (com indicação do nome do País)	Ilha / Concelho / Freguesia / Estrangeiro (com indicação do nome do País)	
NACIONALIDADE	1. Caboverdeana 2. Estrangeira	3. <b>Caboverdeana</b> 4. <b>Dupla (caboverdeana e outra estrangeira)</b> 5. <b>Estrangeira</b> 6. <b>Apátrida</b>	MODALIDADES REFORMULADAS
LOCAL RESIDÊNCIA HABITUAL	Ilha / Concelho / Freguesia / Estrangeiro (com indicação do nome do País)	Ilha / Concelho / Freguesia / Estrangeiro (com indicação do nome do País)	
SITUAÇÃO PERANTE A RESIDÊNCIA	1) Residente presente 2) Residente ausente 3) Visita	1. Residente presente 2. Residente ausente 3. Visita	

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

<b>LOCAL ANTERIOR</b>	<b>RESIDÊNCIA</b>	Ilha / Concelho / Freguesia / Estrangeiro (com indicação do nome do País)	Ilha / Concelho / Freguesia / Estrangeiro (com indicação do nome do País)	
<b>DURAÇÃO NA RESIDÊNCIA ACTUAL</b>	INDICAÇÃO DO NUMERO DE ANOS		1. MENOS DE 1 ANO 2. UM ANO OU MAIS → INDICAR Nº DE ANOS	<b>REFORMULADA</b>
<b>TIPO DE DEFICIÊNCIA</b>	<b>MOTORA</b> Não tem Paralisia cerebral Paralisia total Paralisia membro anterior Paralisia inferior Outras	<b>OUTRA</b> Não tem Mental Cego total Cego parcial Surdo parcial Surdo total Mudo	<b>SUBSTITUIÇÃO PELA ABORDAGEM INCAPACIDADE</b>	
<b>INCAPACIDADE</b>  DIFICULDADE EM VER  DIFICULDADE EM OUVIR  DIFICULDADE LOCOMOÇÃO  DIFICULDADE DE MEMÓRIA E CONCENTRAÇÃO  DIFICULDADE DE CUIDAR DE SI MESMO  DIFICULDADE EM COMPREENDER E FAZER-SE ENTENDER			1. Não consegue de modo algum 2. Tem muita dificuldade 3. Tem alguma dificuldade 4. Não tem dificuldade	<b>VARIAVEL NOVA</b>
<b>ESTADO CIVIL</b>	1. Solteiro 2. Casado 3. União de facto 4. Divorciado 5. Separado 6. Viúvo		1. Solteiro 2. Casado 3. União de facto 4. Divorciado 5. Separado 6. Viúvo	<b>REFORMULADA A FORMA DE LEVANTAR A QUESTAO</b>
<b>ORFANDEDE</b>  <b>MAE / PAI ESTÁ VIVO?</b>	<b>NÃO EXISTIA</b>		1. Sim, e vive com a mãe/pai no agregado 2. Sim, mas não vive no agregado 3. Não 4. Não sabe	<b>VARIAVEL NOVA</b>
<b>REGISTO NASCIMENTO</b>	<b>NÃO EXISTIA</b>		<b>SIM</b>	<b>VARIAVEL NOVA</b>

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

		NAO	
ALFABETIZAÇÃO			COMPARAVEL
FREQUÊNCIA ESCOLAR	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Nunca frequentou</li> <li>2. Frequentou</li> <li>3. Está a frequentar</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Esta a frequentar um estabelecimento público</li> <li>2. Esta a frequentar um estabelecimento público</li> <li>3. Frequentou, mas já não frequenta</li> <li>4. Nunca frequentou</li> </ol>	REFORMULADA
NÍVEL DE ENSINO	NIVEL / ANO	NIVEL / ANO	COMPARAVEL
CONCLUSÃO ENSINO SUPERIOR	NÃO EXISTIA		VARIAVEL NOVA
ÁREA DE FORMAÇÃO			COMPARAVEL
RELIGIAO	NÃO EXISTIA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adventista</li> <li>2. Assembleia de deus</li> <li>3. Católica</li> <li>4. Deus é amor</li> <li>5. Igreja nazarena /protestante</li> <li>6. Islâmica / muçulmana</li> <li>7. Judaica</li> <li>8. Nova apostólica</li> <li>9. Racionalismo cristão</li> <li>10. Testemunha de jeová</li> <li>11. Universal reino de deus</li> <li>12. Outra</li> <li>13. Sem religião</li> </ol>	VARIAVEL NOVA
PRINCIPAL MEIO DE VIDA ULTIMOS 12 MESES	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Trabalho</li> <li>2. Rendimento de propriedade/empresa</li> <li>3. Pensão</li> <li>4. A cargo família residente em cv</li> <li>5. A cargo família residente no estrangeiro</li> <li>6. Outro</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Trabalho</li> <li>2. Rendimento de propriedade/empresa</li> <li>3. Reforma</li> <li>4. Pensão</li> <li>5. Acção social</li> <li>6. A cargo família residente em cv</li> <li>7. A cargo família residente no estrangeiro</li> <li>8. Bolsa de estudo</li> <li>9. Outro</li> </ol>	REFORMULADA MAS COMPARAVEL
CONDIÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA	<p>COM DUAS QUESTOES</p> <p>Empregado</p> <p>Desempregado</p> <p>Inactivo</p>	<p>COM TRES QUESTOES QUE PERMITEM MELHOR CAPTAR OS INDIVIDUOS QUE TRABALHARAM PELO MENOS UMA HORA NA SEMANA REFERENCIA</p> <p>Empregado</p> <p>Desempregado</p> <p>Inactivo</p>	REFORMULADA
SITUAÇÃO NA PROFISSÃO	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Trabalhador de administração pública</li> <li>2. Trabalhador do sector empresarial privado</li> <li>3. Trabalhador do sector empresarial do estado</li> <li>4. Trabalhador por conta própria</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Trabalhador de administração pública</li> <li>2. Trabalhador do sector empresarial do estado</li> </ol>	COMPARAVEL

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

	<p>5. Patrão / empregador 6. Trabalhador familiar sem remuneração 7. Outra situação</p>	<p>3. Trabalhador do sector empresarial privado 4. Militar / forças armadas 5. Trabalhador por conta própria sem pessoal ao serviço 6. Trabalhador por conta própria com pessoal ao serviço (patrão / empregador) 7. Trabalhador familiar não remunerado 8. Trabalhador em casa de família 9. Trabalhador na produção para o próprio consumo 10. Trabalhador em cooperativas / associações comunitárias 11. Trabalhador em organizações internacionais 12. Aprendiz ou estagiário 13. Outra situação</p>	
<b>RAMO DE ACTIVIDADE</b>	<b>CAE-CV</b>	<b>CAE-CV</b>	<b>COMPARAVEL</b>
<b>PROFISSÃO</b>	<b>NOMENCLATURA PROFISSAO</b>	<b>NOMENCLATURA PROFISSAO</b>	<b>COMPARAVEL</b>
<b>LOCAL DE TRABALHO</b>	<p>1. ILHA / CONCELHO / FREGUESIA 2. ESTRANGEIRO</p>	<p>1. NA PROPRIA RESIDENCIA 2. FORA DA RESIDENCIA MAS NO MESMO CONCELHO 3. NOUTRO CONCELHO 4. ESTRANGEIRO</p>	<b>REFORMULADA</b>
<b>HORAS TRABALHADAS</b>	<b>NÃO EXISTIA</b>	<p>1. 1-4 horas 2. 5-14 horas 3. 15-29 horas 4. 30-34 horas 5. 35-39 horas 6. 40-44 horas 7. 45 horas ou mais</p>	<b>VARIAVEL NOVA</b>
<b>TEMPO NO DESEMPREGO</b>	<b>NÃO EXISTIA</b>		<b>VARIAVEL NOVA</b>
<b>RAZÕES PARA NÃO TER PROCURADO EMPREGO</b>	<b>NÃO EXISTIA</b>		<b>VARIAVEL NOVA</b>
<b>FECUNDIDADE</b>	<p>Nº FILHOS NASCIDOS VIVOS Nº FILHOS AINDA VIVOS Nº FILHOS NASCIDOS NOS ULTIMOS 12 MESES SEXO DOS FILHOS NOS ULTIMOS 12 MESES</p>	<p>Nº FILHOS NASCIDOS VIVOS Nº FILHOS AINDA VIVOS Nº FILHOS NASCIDOS NOS ULTIMOS 12 MESES SEXO E DATA NASCIMENTO DOS FILHOS NOS ULTIMOS 12 MESES DATA ULTIMO FILHO NASCIDO VIVO IDADE DA MULHER A QUANDO DO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO</p>	<b>REFORMULADA</b>

### 3.2. Questionários

Para efeito de recolha foram desenhados 6 questionários, sendo um para cada unidade estatística a observar:

- ☞ *QUESTIONÁRIO DO EDIFÍCIO* – utilizado para cada edifício, de natureza permanente ou não, que contenha pelo menos um alojamento familiar (ocupado ou não).
- ☞ *QUESTIONÁRIO DO ALOJAMENTO* utilizado para todos os tipos de alojamentos, situados em edifícios de tipo clássico e não clássicos.
- ☞ *QUESTIONÁRIO DO AGREGADO FAMILIAR* – concebido de forma a recolher informações sobre:
  - (i) as condições de vida do agregado familiar;
  - (ii) a emigração nos últimos 5 anos;
  - (iii) a mortalidade dos últimos 12 meses;;
  - (iv) a listagem de todas as pessoas que compõem o agregado familiar, assim como, as relações de parentesco com seu representante.
- ☞ *QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL* – utilizado para a recolha de informações que caracterizam individualmente cada pessoa residente (presente ou não no momento censitário) no agregado familiar ou no alojamento colectivo.

E, ainda mais dois questionários complementares:

- ☞ *QUESTIONÁRIO DO ALOJAMENTO COLECTIVO* – utilizado para listar todas as pessoas presentes nos alojamentos colectivos, sejam elas residentes ou não.
- ☞ *QUESTIONÁRIO DOS SEM-ABRIGO* – este utilizado em formato papel tinha como propósito recolher as informações dos sem-abrigo, ou seja, das pessoas que não residem em alojamentos familiares nem em alojamentos colectivos, mas sim residem nas ruas, praças, cais, etc.

## 4. Inquérito piloto

As operações experimentais constituem um elemento deveras importante para o conhecimento e o aumento da segurança na realização da operação definitiva. É através da experimentação que é possível um controlo eficaz do risco de situações imprevistas e, sobretudo, a percepção de quais os procedimentos mais adequados à realização actual e com sucesso dos Censos.



O Inquérito Piloto, sendo uma simulação do recenseamento, em todas as suas vertentes, desde a recolha à exploração dos dados procurou, essencialmente, proceder à simulação do RGPH 2010, nas condições em que previsivelmente se verificariam na altura da sua realização.

### ***1.1. Objectivos***

Em termos de objectivos, o inquérito piloto preconizou testar:

1. A cartografia ou a lista dos DR's a recensear:
  - ☞ Avaliar o sistema de recorte do território nacional em Distritos de Recenseamentos (DR's)
  - ☞ Avaliar o tamanho dos DR's e a precisão dos mapas (limites dos DR's)
2. Os questionários e outros documentos metodológicos (manual do agente recensador, manual do agente controlador etc...)
  - ☞ Avaliar a formato do questionário no PDA
  - ☞ Avaliar o conteúdo dos questionários
  - ☞ Avaliar o carácter operacional dos conceitos utilizados
  - ☞ Avaliar a qualidade das instruções
3. Os procedimentos de recrutamento e de formação do pessoal de terreno (avaliar o método empregado na formação do pessoal de execução, a todos os níveis)
4. A duração da recolha no terreno e os meios logísticos necessários para execução da recolha no período previsto;
5. A campanha de sensibilização e de informação sobre o RGPH-2010;
6. Exploração e tabulação dos dados.

### ***1.2. Período de referência***

Tratando-se de um teste, o recenseamento piloto, deve ser realizado nas mesmas condições que o Censo propriamente dito. Assim, a duração no terreno é a mesma que a prevista para o RGPH-2010, ou seja, 15 dias.

Com efeito, no recenseamento piloto o momento **censitário** correspondeu às zero horas do dia **16 de Setembro de 2009**. Para as **variáveis económicas** a semana de referência correspondeu ao período compreendido entre **9 e 15 de Setembro de 2009**.

Apesar da recolha inicialmente ser estipulada para ser realizada em 15 dias, foi concedido mais uma semana para colmatar as deficiências e problemas encontrados no início, como a chuva em algumas ilhas; lentidão e bloqueios sucessivos do PDA; e dificuldades em encontrar as pessoas em casa.

### **1.3. Âmbito geográfico**

O **recenseamento piloto** foi realizado numa amostra constituída por 30 DR's localizados nos seguintes concelhos: Porto Novo, S. Vicente, Praia, Santa Catarina e S. Filipe.

A amostra obedeceu a um conjunto de **critérios** que asseguram:

- ☞ Inclusão de zonas rurais e urbanas;
- ☞ Inclusão de localidades que permitem abarcar os diferentes tipos de realidade do país.

O quadro seguinte apresenta o número e tipo de DR's piloto por concelho:

<b>Ilha</b>	<b>Concelho</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Nº e tipo de DR's</b>
Santiago	Praia	N. Senhora da Graça	10 DR's urbanos
	Santa Catarina	Santa Catarina	5 DR's rurais
S. Vicente	S. Vicente	N. Senhora da Luz	5 DR's urbanos
Fogo	S. Filipe	N. Senhora da Conceição	5 Dr's rurais
S. Antão	Porto Novo	S. João Baptista	5 Dr's rurais

Com o intuito de definir o melhor critério para a constituição dos DR's de 2010, procedeu-se da seguinte forma:

- ☞ Foram seleccionados 2 DR's do Censo 2000, a fim de se confirmar a população recenseada durante os trabalhos da actualização cartográfica e pré-Censo agrícola;
- ☞ Por outro lado, foram constituídos 2 Dr's com base no critério alojamento - 250 alojamentos familiares, e;
- ☞ Um DR com base no critério população (com uma média de 1000 pessoas no meio urbano e 600 pessoas no meio rural).

A metodologia de recolha consistiu em entrevista directa junto dos representantes dos agregados familiares ou a pessoas idóneas residentes nos agregados, ou, em casos especiais, em entrevista directa aos próprios indivíduos, sempre que estes estiverem presentes.

#### ***1.4. Estrutura organizativa do terreno***

A estrutura organizativa utilizada foi idêntica à que se pretendeu utilizar na recolha em 2010, ou seja:

A cada agente recenseador foi atribuído um DR para a recolha. Para cada controlador foi atribuído uma zona de controlo, constituída por 5 DR's, ou seja, cada controlador tinha sob a sua responsabilidade 5 agentes recenseadores.

Em cada um dos concelhos de S. Vicente, Fogo e Porto Novo foi afecto um supervisor, técnico do Gabinete do Censo. O supervisor de Santa Catarina foi a coordenadora de Ribeira Grande de Santiago.

Inicialmente havia 3 supervisores na Praia, dos quais, 1 deveria trabalhar na zona de Eugénio Lima e 2 em d' Achada Santo António. Estes eram os coordenadores de S. Domingos/S. Lourenço dos Órgãos, a coordenadora de S. Miguel e o coordenador de Tarrafal. Entretanto, o coordenador de Tarrafal acabou por desempenhar o papel de controlador, visto que havia muitas dificuldades de controlo e coordenação no seio desta equipa.

Os trabalhos foram seguidos a nível nacional pela responsável de metodologia do Gabinete do Censo. As equipas que trabalharam nos concelhos de S. Vicente, S. Catarina, S. Antão e Praia, tiveram também o apoio dos técnicos do IBGE, que trabalharam como supervisores nesta operação. Estes deixaram recomendações e sugestões relativas aos questionários e procedimentos no terreno que foram discutidas e analisadas nos encontros de avaliação desta operação.

São apresentadas, a seguir, as atribuições de cada um dos membros da equipa de terreno:

##### *Atribuições do recenseador*

Ao recenseador antes de dar início à realização das entrevistas, deveria percorrer o DR onde iria trabalhar, de modo a conhecer, sobretudo, os limites do mesmo. Durante os trabalhos de recolha o recenseador realizava a cobertura do DR, caracterizando os edifícios, identificando os alojamentos familiares dos não familiares, e realizando as entrevistas junto dos representantes dos agregados familiares.

##### *Atribuições do controlador*

***Antes do início dos trabalhos de recolha***

- ☞ Apoiar os recenseadores da sua zona de controlo no reconhecimento dos DR's sob sua responsabilidade;
- ☞ Entregar todos os materiais aos recenseadores;
- ☞ Organizar e distribuir tarefas aos recenseadores que fazem parte da sua equipa.

***Durante os trabalhos de recolha***

- ☞ Retreinar os recenseadores;
- ☞ Acompanhar no terreno, cada um dos recenseadores, sobretudo na primeira semana de trabalho;
- ☞ Controlar os trabalhos dos recenseadores. O controlo consistiu em verificar se cada recenseador estava a trabalhar no DR que lhe foi atribuído e se as entrevistas estavam sendo realizadas correctamente, seguindo as instruções do manual;
- ☞ Apoiar os recenseadores na resolução de casos de recusa;
- ☞ Zelar para o cumprimento dos prazos;
- ☞ Fazer diariamente cópia de segurança dos dados de cada um dos recenseadores.

***Após o término da recolha***

- ☞ Verificar se todos os alojamentos transcritos na “FICHA DE CONTROLO”, foram recenseados;
- ☞ Receber de cada recenseador os materiais não utilizados;
- ☞ Entregar todas as cópias dos dados ao coordenador/supervisor para transmissão on-line.

**Atribuições do supervisor**

- ☞ Conhecer, previamente, todos os DR's pilotos do concelho sob sua responsabilidade;
- ☞ Coordenar as actividades de reconhecimento prévio dos DR's pelos recenseadores e controladores;
- ☞ Auxiliar os controladores e recenseadores na resolução dos casos de recusas;

- ☞ Zelar pela qualidade das informações recolhidas e pelo cumprimento dos prazos estabelecidos.

### ***1.5. Instrumentos de recolha de dados***

Como instrumentos de recolha foram testados quatro questionários, um para cada unidade estatística de observação:

#### ***Questionário edifício***

Este modelo foi utilizado para cada edifício, de natureza permanente ou não, que contenha pelo menos um alojamento familiar (ocupado ou não). Como edifícios consideram-se também as barracas, casas de bidão, contentores, se estiverem ocupados no momento censitário;

#### ***Questionário alojamento***

Utilizado para todos os tipos de alojamento, situados em edifícios de tipo clássico e não clássicos. No caso de se situarem em edifício de tipo clássico poderão ou não estar ocupados no momento censitário;

#### ***Questionário agregado familiar***

Foi concebido de forma a recolher informações sobre: (i) as condições de vida do agregado familiar; (ii) a emigração nos últimos 5 anos; (iii) a mortalidade dos últimos 12 meses, e; (iv) listar todos os indivíduos que compõem os agregados familiares, assim como as relações de parentesco com representante do agregado familiar.

#### ***Questionário individual***

Este questionário foi preenchido com informações de cada indivíduo residente (presente ou não no momento censitário) no agregado familiar;

### ***1.6. Formação dos agentes de terreno***

De modo a capacitar os agentes de terreno seleccionados para a recolha foi realizado uma formação durante 15 dias no Concelho da Praia.

Para o efeito foi elaborado e utilizado os seguintes manuais e fichas de controlo.

#### ***Manual do agente recenseador***

Fornecia o suporte para o efectivo do trabalho da recolha. Nele estavam os conceitos, as

definições e as normas de preenchimento dos instrumentos de recolha, bem como as demais orientações necessárias ao desempenho das tarefas do agente recenseador.

### ***Manual do controlador***

Apresentava as instruções necessárias ao trabalho de Controlador, começando pelo reconhecimento dos DR's, passando pela tarefa de distribuição dos trabalhos aos agentes da sua zona de controlo, verificação dos trabalhos durante a recolha, realização dos backups dos dados até entrega dos dados aos supervisores/coordenadores.

### ***Ficha de controlo de dados no terreno***

Utilizada para fazer o registo dos edifícios, dos alojamentos residenciais e não residenciais existentes nos DR's, dos agregados familiares, e do número de pessoas listadas em cada agregado familiar.

### ***Mapa do distrito de recenseamento***

Instrumento de orientação do trabalho nos DR's, mostrando os limites dos mesmos. Foram utilizados mapas em papel e em suporte electrónico.

### ***PDA***

Instrumento de recolha onde foram registados os dados obtidos.

## ***1.7. Avaliação do recenseamento piloto***

### ***1.7.1. Avaliação da qualidade dos dados do recenseamento piloto***

Nos trabalhos de recolha de dados, ocorrem sempre algumas falhas de cobertura e de qualidade da informação. Algumas fontes que levam à ocorrência de falhas são a interpretação incorrecta de conceitos, definições ou procedimentos estabelecidos nos manuais técnicos, tendo como possíveis consequências omissões de edifícios e/ou alojamentos; omissões de pessoas residentes

e/ou preenchimento incorrecto das informações. Neste contexto, foi feito uma avaliação rápida da qualidade dos dados do recenseamento piloto, de forma a se conhecer tanto quanto possível a magnitude dessas falhas a fim de se subsidiar a interpretação dos resultados e o aperfeiçoamento do Censo.

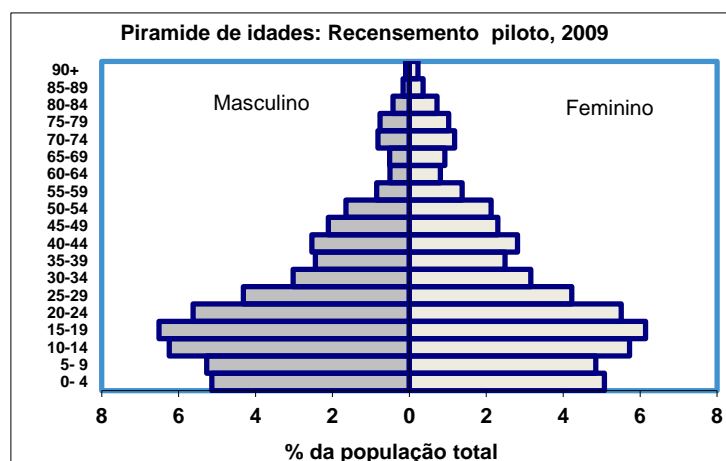
Importa mencionar que esta avaliação só foi possível fazer 3 meses após a recolha de dados no terreno, devido a problemas verificados a nível da aplicação da recolha. O formato de output de dados era inadequado para o tratamento e análise dos mesmos. Assim, as dificuldades na resolução deste problema causaram grande atraso no apuramento dos dados.

#### Avaliação da estrutura da população

Apresenta-se os principais indicadores utilizados para a avaliação dos dados referentes à estrutura por sexo e idade da população: *Pirâmides de idade; a relação de masculinidade; % da população por grandes grupos e índices de dependências*. Esta avaliação foi completada com a avaliação global da qualidade dos dados referentes à declaração de idades através do cálculo e interpretação do *índice de Wipple*.

A figura abaixo indica que a distribuição da população por idade reflecte a estrutura esperada, ou seja:

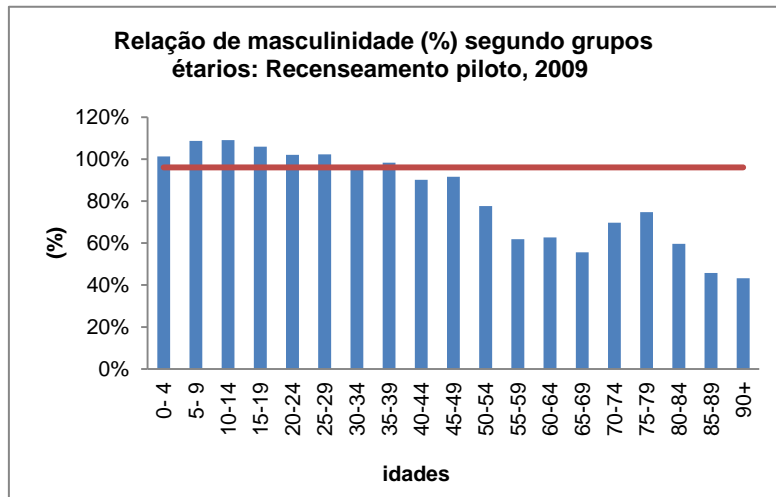
- i) a base indica o declínio da fecundidade;
- ii) as entrancas nos efectivos de 60-70 anos reflectem os problemas não demográficos observados no passado, particularmente a fome e seca dos anos 40 (1940-1950);
- iii) o formato geral do mesmo indica o processo natural do envelhecimento da população .



#### Relação de masculinidade

A figura seguinte mostra a relação de masculinidade (o quociente entre o número de homens por 100 mulheres) por grupos de idade. Observa-se uma redução gradual com o aumento das idades, sobretudo nas idades mais avançadas, o que pode ser devido à sobre mortalidade masculina.

O aumento verificado no grupo dos 70-85 pode ser devido à uma má declaração de idades; omissão de mulheres, ou ainda ao aumento de homens em razão duma eventual imigração de retorno.



#### População segundo grandes grupos etários

Os dados da tabela A indicam que 32% da população tem menos de 15 anos. A população potencialmente activa representa cerca de 61% enquanto a população idosa 7%. Mesmo que se trate duma apreciação da estrutura de idade baseada num total de 16.605 pessoas, observa-se alguma diferença em relação à estrutura verificada no Censo 2000. Recorde-se que em 2000 os jovens representavam 42%, a população potencialmente activa representava 51% enquanto a população idosa representava, também, cerca de 7% da população.

Estrutura da população segundo grandes grupos de idades e sexo			
	Masculino	Feminino	Total
0-14	2.765	2.598	5.363
%	34,0	30,7	32,3
15-64	4.910	5.137	10.047
%	60,3	60,7	60,5
65+	462	733	1.195
%	5,7	8,7	7,2
<b>Total</b>	<b>8.137</b>	<b>8.468</b>	<b>16.605</b>
Índice dependência jovens	56,3	56,3	50,6



Índice dependência idosos	9,4	9,4	14,3
Índice de envelhecimento			22,3

Fonte: Recenseamento piloto 2009

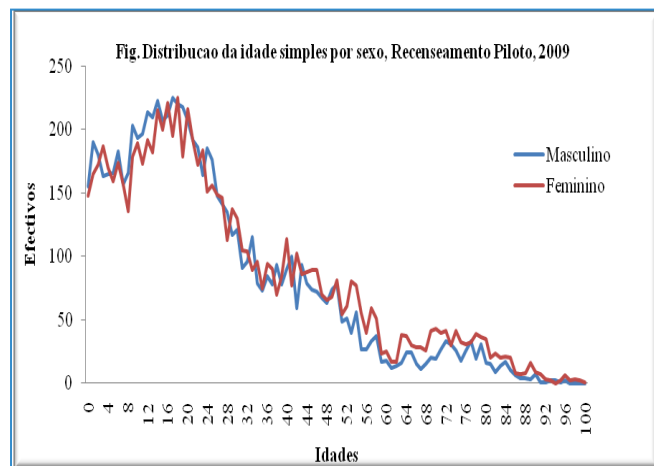
Da tabela observa-se também que, de cada 100 pessoas potencialmente activas existem sob a sua dependência económica cerca de 51 jovens e 14 idosos, enquanto no Censo 2000 estes valores eram de 82 e 12 respectivamente. Isto pode indicar um ligeiro aumento da população idosa em detrimento da diminuição da população jovem.

O índice de envelhecimento (o quociente entre a população idosa e a população jovem) é cerca de 22%. Segundo o critério de Siegel et Swanson (2004) e das Nações Unidas, poderá indicar uma população na fase intermediária do envelhecimento, se for considerada a seguinte escala: menos de 15% - população jovem; entre 15% e 30% - população na sua fase intermediária do envelhecimento é superior à 30% - população envelhecida.

#### Avaliação da qualidade dos dados sobre a variável idade simples

O facto de as pessoas não saberem a idade ou não estarem seguras dela, contribui para que haja uma tendência ao arredondamento da mesma, motivada pela atracção ou aversão a alguns dígitos. Isto faz com que inconscientemente as idades sejam na maioria das vezes declaradas em os números que terminam pelo algarismo 0 (Zero) ou 5 (cinco).

A figura ao lado mostra a repartição da população por idade simples. Como não existem muitos picos, pode-se considerar que, de uma maneira geral, a idade foi bem declarada. No entanto, para melhor aprofundar a qualidade desta variável de grande importância na análise de dados foi calculado também o índice de whipple cujos resultados encontram-se a seguir.



#### **1.7.2. Avaliação empírica do recenseamento piloto**

De acordo com os vários encontros realizados a nível do Gabinete, onde foram discutidas e analisadas todos os relatórios dos supervisores e da equipa do IBGE, apresenta-se as principais recomendações para melhoramento (Ver os relatórios no Anexo 3):

### Cartografia

Considerou-se, que os DR's eram muito grandes em área e com muita dispersão de aglomerados, principalmente nos meios rurais. Nestes casos os mapas foram apresentados em sub-projectos sem nenhuma indicação o que dificultou a identificação das zonas e lugares. Em consequência, as zonas de controlo tornaram-se muito grandes e com muitas dificuldades de supervisão.

Quase em todos os DR's havia muitos pontos a incluir. Um outro problema que também atrapalhou os trabalhos foi a troca de informação - quando se incluía um ponto este vinha com o mesmo número de um ponto já existente.

Conclui-se que os DR's constituídos com base no critério alojamento eram na sua grande maioria mais pequenos quer em número de alojamentos quer em número de população.

Assim, de acordo com os relatórios de terreno recomendou-se o seguinte para esta área:

- ☞ Eliminar da base os pontos não validos para a fase de recolha propriamente dita, exemplos: cisternas, chiqueiros, igrejas, comércios, fabrica etc;
- ☞ Rever a cor *dos status* de acordo com a finalização dos questionários, ou seja, atribuir uma cor para cada um dos seguintes casos: ponto duplicado; recusa; questionários incompletos; pontos não recenseáveis; alojamentos concluídos, etc)
- ☞ Adoptar o seguinte critério para a constituição dos DR's de 2010, tomando em média:
  - ☞ 180 alojamentos no meio urbano
  - ☞ 150 alojamentos no meio rural
- ☞ Considerar as especificidades de cada Freguesia/ Concelho/Ilha e meio de residência, aquando da constituição e recorte dos DR's 2010,ou seja:
  - ☞ Ter em conta a área e os acessos, principalmente no meio rural
  - ☞ Não incluir zonas diferentes e distantes num mesmo DR
  - ☞ Incluir a memória descritiva de cada DR
  - ☞ Constituir uma zona de controlo com 3 DR's e ter em atenção os acessos entre os DR's que fazem uma zona de controlo
  - ☞ Rever a apresentação dos mapas dos DR's que são necessários subdividir em sub projectos, incluindo o nome das zonas e lugares para melhor identificação dos mesmos.

- ☞ Incluir nos mapas os pontos de referência: escola, hospitais, e nomes das ruas e vias quer limites dos DR's quer as internas.
- ☞ Em cada Concelho/Freguesia constituir DR's especiais com os alojamentos colectivos que serão incluídos num projecto a parte que será atribuído a um recenseador especial.

### Utilização do PDA

Durante os primeiros dias alguns problemas relacionados com o PDA condicionaram a recolha, a destacar:

- ☞ A lentidão do PDA
- ☞ Algumas especificações de controlo não existentes ou mal especificadas também condicionaram o avanço das entrevistas.

Recomendou-se um melhor controlo das especificações de coerência, e teste de velocidade do PDA.

### Questionários

Globalmente não se constatou muitos problemas com os questionários, no entanto sugeriu-se uma revisão de algumas terminologias utilizadas substituindo-as para outras mais correntes e mais perceptíveis para a população. Incluir as datas do momento censitário em algumas perguntas que exigem que esta seja sempre mencionada.

### ***Questionário Edifício***

Uma das principais dificuldades deste questionário estava relacionada com a contabilização dos alojamentos existentes e com a subjectividade de avaliação das necessidades de reparações, pelo facto de muitos edifícios possuírem vários alojamentos nas traseiras, ou pelo facto dos moradores não os declarar temendo informar que estes estão alugados, entre outros aspectos.

### Endereço:

Tendo em conta que alguns edifícios têm mais do que uma entrada principal, para ruas diferentes, e que o endereço geralmente é utilizado para fins de localização dos agregados ou dos alojamentos propõe-se que haja o endereço do edifício e endereço do alojamento.

### Conceitos

Melhorar a formação no que diz respeito aos conceitos:

- ☞ Edifício e alojamento
- ☞ Edifícios em construção e concluído. Neste aspecto sugere-se a substituição da expressão “em construção” por “não concluído”, pois a expressão utiliza a palavra construção que já é utilizada no conceito de edifício;
- ☞ É de todo importante que haja alguma discussão com técnicos da área (envolvendo todas as Instituições passíveis de utilização dessas informações) com o objectivo de rever a pertinência de algumas questões e / ou reformulação das mesmas.

#### Necessidades de reparação

- ☞ Ver a pertinência da questão pois a percepção diferencia de pessoa para pessoa.
- ☞ Dificuldade em analisar a necessidade de reparação quando o edifício não esta concluído, principalmente quando este ainda tem blocos a vista nas fachadas

#### Época de construção

Mudar a pergunta sobre a época de construção do edifício para o fim, antes do número total de alojamentos familiares.

Foi proposto rever a metodologia de inquirição do questionário edifício e sugeriu-se que esta seja feita mas em contacto com algum morador de modo que se possa responder as questões relativas a época de construção e a quantidade de alojamentos familiares.

#### Quantidade de alojamentos familiares

Difícil contabilizar a quantidade de alojamentos sem entrar em contacto com os moradores.

#### Material utilizado na fachada principal

Substituir a expressão “fachada” por “parede”

### ***Questionário Alojamento***

#### Forma de ocupação

Ver a pertinência da desagregação das modalidades das casas vazias, tendo em conta que só no meio urbano que se poderá ter maior e melhores informações sobre o porquê dos alojamentos estarem vazios.

#### Situação na ocupação

Rever o objectivo da questão, em que questionário melhor se enquadra e a posição no questionário (se deve vir no princípio ou no fim). Se em princípio o objectivo é o resultado da entrevista esta deverá vir no fim.

#### Ligação a rede pública de água

Rever a formulação da questão para uma mais simples de tradução para o crioulo de forma mais imediata

#### Alojamento tem retrete

Rever a formulação da questão, para: “*o alojamento tem sanita ou latrina?*”

#### Cozinha

Definir conceito de cozinha, principalmente as no exterior do alojamento

Ainda foram sugeridas a substituição de alguns termos para os mais simples e mais comuns:

1. Divisão por outra mais simples
2. Interior para dentro;
3. Exterior para fora
4. Electricidade para luz eléctrica
5. Retrete para sanita
6. Dispositivo descarga para autoclismo
7. Águas residuais para água suja
8. Pavimento para chão
9. Instalação de banho ou duche por banheira com chuveiro

#### ***Emigração***

- ☞ Reforçar na formação os conceitos relacionados com a emigração
- ☞ Rever a pertinência da obrigatoriedade de resposta para o “mês” de partida ou regresso
- ☞ Substituir os títulos por questões formuladas.

#### ***Mortalidade***

Não houve problemas de maior, contudo sugere-se que se substituíam os títulos por questões formuladas.

### *Listagem*

Incluir no questionário as perguntas que o inquiridor deve fazer para obter a listagem:

1. “Pode dizer-me os nomes de todos os indivíduos que fazem parte deste agregado, que residem neste e dormiram na noite de 15 para 16 de Junho de 2010?”
2. “Pode dizer-me os nomes de todos os indivíduos que fazem parte deste agregado, que residem neste e que por algum motivo (ex.: trabalho) não dormiram na noite de 15 para 16 de Junho de 2010?”
3. “Pode dizer-me os nomes de todos os indivíduos que **não** fazem parte deste agregado, que **não** residem neste alojamento **mas que dormiram** na noite de 15 para 16 de Junho de 2010? Por exemplo visitas.”
4. Tem algum bebé ou criança nascida antes de 15 para 16 de Junho de 2010 que não listou?
5. Tem Empregadas domésticas que dormem e comem com este agregado?
6. Tem indivíduos faziam parte deste agregado que faleceu depois de 15 para 16 de Junho de 2010?

Incluir no final uma pergunta que permite confirmar o número total de indivíduos residentes e visitas no alojamento no momento censitário.

Informaticamente eliminar o procedimento de reordenação dos indivíduos de modo evitar a troca de informações quando se tem de eliminar ou introduzir um novo indivíduo.

### **Relação de parentesco**

- ☞ Ver a possibilidade de inscrever a relação de parentesco logo aquando da listagem de cada nome
- ☞ Rever as modalidades de relação de parentesco, principalmente a pertinência das de “filho casado ou não casado”

### *Questionário Indivíduo*

#### Idade

- ☞ Rever a flexibilidade no controlo entre as variáveis idade e data nascimento de modo que possa permitir a continuação do questionário
- ☞ Ver possibilidade de questionar a idade antes da data de nascimento
- ☞ Discutir a sugestão do IBGE, da inclusão de idade presumível

#### Nacionalidade

- ☞ Reforçar a terminologia de nacionalidade
- ☞ Reforçar na formação a diferença entre nacionalidade e naturalidade, enfatizando que uma nem sempre tem a ver com a outra.
- ☞ Ver possibilidade de perguntar nacionalidade antes de local de nascimento
- ☞ Reforçar a existência de tripla nacionalidade

#### Incapacidade

- ☞ Rever a questão sobre a mobilidade de modo que fique coerente com as outras questões que tem em conta a utilização de dispositivos de compensação
- ☞ Reconsiderar a pertinência das questões relativas a “memória e concentração” e “compreender e fazer-se entender”, e vestir-se
- ☞ Mudar a ordem das modalidades de resposta de acordo com as sugestões do IBGE

#### Estado civil

- ☞ Definir o objectivo da questão e decidir se se quer o estado civil legal ou o de facto.
- ☞ Rever se existe como substituir o estado civil por uma terminologia mais compreensível
- ☞ Melhorar os conceitos das modalidades
- ☞ Ter em atenção que misturando os estados civis legal e o de facto que um indivíduo pode pertencer a duas modalidades diferentes.
- ☞ Ver as sugestões do IBGE e as perguntas dos questionários deles como sugestão de melhoria

#### Educação

- ☞ Rever a pertinência de desagregar o pré-escolar em anos de estudo, tendo em conta que muitos pais não sabem em que ano está o filho, e mesmo porque em muitos jardins não se faz essa diferenciação por motivos.

- ☞ Rever o enquadramento no nível de ensino dos indivíduos com Instituto Pedagógico, pois ao longo do tempo houve muitas mudanças de equivalência.
- ☞ Rever o enquadramento das formações profissionais
- ☞ Rever como adaptar os níveis de ensino feitos no estrangeiro, caso dos que estudaram em alcorão, os chineses, etc. Para o efeito sugere-se encontros com líderes associações de imigrantes
- ☞ Incluir no manual tabela de conversão entre o ensino antigo e o actual e vários exemplos.
- ☞ Como considerar a conclusão de um ano quando o nível é superior? Pois é possível estar a frequentar, por exemplo, o 3º ano e ter disciplinas pendentes do 1º ano.

#### Principal meio de vida

- ☞ Acrescentar na pergunta a referência de 12 meses
- ☞ Rever o período de referência nos documentos metodológicos e ver as práticas internacionais

#### Situação na actividade económica

- ☞ Rever a terminologia a utilizar – trabalho ou emprego?
- ☞ Rever período de referência – fixo ou móvel?
- ☞ Inverter a ordem das perguntas P24 e P25.

#### Razão para não procurar emprego

- ☞ Sugere-se uma análise dos resultados de outros inquéritos para verificar o peso de cada uma das modalidades com o intuito de diminuir a quantidade de modalidades;
- ☞ Analisar a hipótese de inscrever as modalidades por ordem de importância e definir que modalidade escolher quando existir mais do que uma?

Quando foi a última vez que trabalhou: Corrigir no questionário, na modalidade 6, “mais do que 5 anos” para “5 anos ou mais”

Desempregados a mais de 5 anos: Ver a pertinência de questionar a profissão, a actividade económica e situação na profissão aos desempregados de 5 anos ou mais

Conceitos: Reforçar a formação sobre ocupação principal e actividade económica, principalmente quando os indivíduos trabalham por conta própria

Local de trabalho - Rever a questão para os pescadores e mergulhadores



*Horas trabalhadas* - Rever se diz respeito a semana de referência ou são horas trabalhadas habitualmente. Caso for horas habitualmente trabalhadas não existe uma modalidade que indique que um indivíduo habitualmente é desempregado, que só trabalhou 1 h por acaso na semana de referência.

### **Religião**

Introduzir a modalidade Nova Apostólica

### **Fecundidade**

- ☞ Incluir na questão a referência ao momento censitário.
- ☞ A questão das adopções onde a mãe biológica perde o contacto com os filhos ou mesmo de filhos que emigram e perde o contacto, impõe a necessidade de se avaliar as hipóteses de inclusão de uma modalidade que permita registar quando não se sabe se o filho está vivo ou não.
- ☞ Sugere-se a passagem da pergunta P40, data do nascimento do último filho, para depois de P42, sexo e data de nascimento dos filhos nascidos nos últimos 12 meses para evitar quando o ultimo filho nascer nos últimos 12 meses não se faça a pergunta sobre a data de nascimento 2 vezes.

### **OUTRAS SUGESTÕES:**

Reformulação das perguntas em dois formatos:

***Perguntas terminadas por ponto de interrogação (?)*** – quando estas devem ser lidas na forma interrogativa, aguardar a resposta e registar entre as opções aquela que corresponde ao informado pelo entrevistado

***Perguntas terminadas em dois pontos (:)*** – quando estas devem ser lidas incluindo todas as modalidades de resposta, de forma pausada e clara para que o entrevistado possa escolher a alternativa mais adequada à sua situação

***Alterações feitas posteriormente durante a finalização dos documentos:***

Questionário Edifício

- ☞ Foi eliminada a questão sobre as necessidades de reparação
- ☞ Todas as questões de caracterização do edifício, cuja resposta depende da visualização do próprio recenseador, foram formuladas na afirmativa tendo em conta que não serão colocadas a ninguém
- ☞ As questões sobre a época de construção e o número de alojamentos foram colocadas na interrogativa pois deverão ser colocadas a um representante do edifício.

### Questionário Alojamento

- ☞ Tendo em conta os objectivos e a utilidade de um endereço, e as situações verificadas no terreno foi introduzido o campo “**Rua/avenida**” no **endereço do alojamento**. Este em alguns casos coincide com o do edifício mas em outros existem alojamentos num mesmo edifício mas com endereços em ruas diferentes.
- ☞ Foi incluído a variável **contacto: telefone/móvel**, pois considerou-se ser de extrema utilidade nos casos de dúvidas ou mesmo para marcações de entrevistas.
- ☞ Foi introduzido logo no início a questão sobre “a quem pertence o alojamento: privado, estado ou câmara municipal” que anteriormente estava no questionário agregado familiar na secção sobre condições de vida.
- ☞ A questão relativa a quantidade de agregados no alojamento: as modalidades de resposta foram alteradas de modo a permitir a inclusão de um salto quando existe um só agregado. Se existir um só agregado este deverá começar a responder na questão 4 da secção condições de vida do agregado, caso contrário, se houver mais do que, cada agregado começa na primeira pergunta.

### Questionário Agregado Familiar

#### *Secção Condições de Vida:*

- ☞ A questão 12 do questionário que foi para piloto, sobre a quem pertence o alojamento, foi passada para o questionário alojamento.
- ☞ Na questão sobre: “em que condição ocupa o alojamento” que a modalidade cedida fosse subdividida em duas: cedida pelo empregador e cedida de outra forma.
- ☞ Na questão sobre a posse de equipamentos, foram eliminados alguns bens não considerados pertinentes (leitor de CD, leitor de DVD, Vídeo, Gira-discos, *campingás*) e a variável sobre posse de automóvel foi separando em automóveis de serviço e próprios.

*Secção Emigração:*

- ☞ Sugeriu-se que o conceito sobre a emigração seja amplamente discutido de modo a permitir a inclusão de todos os indivíduos que mudaram de residência para um país estrangeiro.
- ☞ Propôs-se a inclusão da variável “motivo de emigração” com as modalidades: procura de emprego, reagrupamento familiar, estudos, saúde, melhor qualidade de vida e outra, de modo a poder em parte permitir a comparabilidade com os dados do Censo 2000 que investigou somente os que foram a procura de trabalho e / ou reagrupamento familiar.

*Secção Mortalidade:*

Sem alterações de registo a não ser a reformulação da primeira questão.

*Secção Listagem:*

- ☞ Sugeriu-se que seja incluída no PDA as questões que permitem uma melhor composição do agregado familiar.
- ☞ Igualmente sugerimos que fosse analisada a possibilidade de resposta da questão sobre a situação na residência aquando da listagem. Por um lado confirma a inclusão ou não na lista dos membros do agregado e por outro não será feita repetitivamente.
- ☞ As modalidades da variável relação de parentesco, principalmente as relativas a discriminação dos filhos entre que ainda são solteiros e os que já vivem em união devem ser analisadas a sua pertinência. Ver a possibilidade de inclusão, em alternativa, da distinção entre os filhos do representante e cônjuge, filho só do representante e filho só do cônjuge (enteado).

*Questionário Individual*

- ☞ Inversão das questões sobre a idade completa e a data de nascimento. Permite que em alguns casos os entrevistados mandarem fazer as contas sobre a idade actual com base na data de nascimento que já foi referida.
- ☞ Sugerimos a introdução da variável idade presumível quando não se tem nem a data de nascimento nem a idade exacta do indivíduo
- ☞ Inversão das questões sobre a nacionalidade e local de nascimento: sugere-se que seja questionada primeiro a nacionalidade e depois o local de nascimento para que não haja as relações directas entre as duas variáveis.
- ☞ Sugerimos na secção **Incapacidade:**

- a. Que a questão sobre a dificuldade de mobilidade seja feita nos mesmos moldes de que as outras anteriores, ou seja, que a avaliação seja feita com a utilização de dispositivos de compensação.
- b. Que a questão sobre a utilização de dispositivos de compensação seja feita somente para os indivíduos que declaram ter alguma dificuldade de mobilidade
- c. Ver onde incluir a utilização da prótese de membro superior;
- d. A inclusão da questão: “ *tem alguma deficiência mental / intelectual permanente que lhe limite as suas actividades habituais como trabalhar, ir a escola, brincar, etc?*”;

☞ Na secção sobre nupcialidade sugeriu-se que seja incluída a questão sobre a vivência actual em companhia de um cônjuge ou companheiro antes de formular a questão sobre o estado civil legal. A combinação das duas perguntas permite resultados sobre o estado civil legal e o de facto.

☞ Sugerimos a inclusão da variável “registo de nascimento” para as crianças de 10 anos ou menos. Esta permite-nos ter uma ideia real da quantidade de crianças sem registo.

☞ Na secção **educação** sugerimos que:

e. Na questão sobre a frequência escolar a modalidade “está a frequentar” seja repartida em duas: “está a frequentar uma escola pública” e “está a frequentar uma escola privada”, permitindo assim responder numa mesma pergunta a questão.

f. Na questão relativa ao nível e ano de estudo sugerimos que no pré-escolar não se considere os anos em separado mas sim somente o nível.

g. Analisar a questão da conclusão do último ano que frequentou para os casos universitários.

☞ Na secção actividade económica:

h. Substituição do termo emprego para trabalho

i. Inversão de ordem entre as perguntas 2 e 3, ou seja, questionar a existência de um trabalho que estava temporariamente ausente antes de questionar se fez alguma actividade em particular

j. Foram introduzidas sugestões de formulação de questões que permitam melhor avaliar se o indivíduo trabalhou (ver questão PI.32)

k. Sugerimos também algumas modalidades na questão sobre as razões para não ter procurado trabalho (tais como: ocupa-se das tarefas do lar em substituição de responsabilidades familiares; aposentado/reformado ou está na reserva)

l. Sugerimos a inclusão das modalidades “militar/forças armadas” e aprendiz / estagiário como modalidades da situação perante a ocupação principal (PI.41)

m. Sugerimos que a situação na ocupação, actividade económica e situação na ocupação sejam questionadas somente para os que trabalham actualmente

☞ Inclusão da modalidade “nova apostólica” na variável religião

☞ Na secção fecundidade: para que a idade do último filho não fosse questionado mais do que uma vez, principalmente quando este nasceu nos últimos 12 meses, sugerimos a nova sequência de questões que a nosso ver não perde nenhuma informação e é mais coerente em termos de dialogo com o entrevistado.

## **5. Acções de Formação**

As várias acções de formação tiveram lugar no âmbito do RGPH-2010, tiveram como principal objectivo assegurar a uniformidade no desempenho de todos os participantes nas diferentes actividades censitárias, provendo os formandos de instrumentos que os habilitassem a preencher e/ou orientar o preenchimento correcto dos questionários da recolha e actuar como instrutores e multiplicadores de conhecimentos sobre o Censo. Para tanto, foram realizadas várias acções de formação, de acordo com o planeado nas diferentes actividades desenvolvidas ao longo da sua execução.

### **5.1. Formação em marcação de pontos nos ortofotos e utilização do PDA**

No âmbito da actividade preliminar da cartografia censitária, foram realizadas duas sessões de formação, que constituíram uma etapa importante no processo da preparação da base territorial, preparação da cartografia para o pré-Censo agrícola e utilização do PDA, cujo objectivo principal foi de capacitar os técnicos na marcação de pontos nos ortofotos e na utilização do PDA.

#### Períodos de realização:

☞ Primeira formação: 27 a 31/10/2008;

☞ Segunda formação: 03 a 07/11/2008

#### Participantes:

☞ Primeira formação – 11 agentes recrutados para marcação de pontos nas ortofotos e um técnico da Direcção Geral de Ordenamento do Território.

- ☞ Segunda formação – todos os técnicos das diferentes células do Gabinete Censo e um técnico da DGOH

Formadores: 3 técnicos do IBGE - Brasil

- ☞ Buscando assegurar a fixação dos conteúdos, esta formação foi desenvolvida através de realização de cursos presenciais, com o apoio de utilização de transparentes, manuais e outros materiais impressos. Foram aplicadas simulação de casos e exercícios, visando estimular a participação activa dos formandos.

Metodologia e execução

O conteúdo programático, com uma carga horária total de cerca de 25 horas cada, foram desenvolvidos num período de 5 dias para cada formação e distribuído nos seguintes tópicos.

<b>1ª Formação</b>	<b>2ª Formação</b>
Estruturação de Base Territorial	Actualização Cartografia Censitária com Geobase
Noções Básicas de Cartografia	PDA - Apresentação
Noções Básicas de Geoprocessamento	Geopad - Apresentação
Geobase - Apresentação	Geopad - Prática
Geobase - Prática	Geopad - Prática em campo

**5.2. Formação no âmbito da actualização cartográfica e o pré-censo agrícola**

A actualização cartográfica e pré-censo agrícola, como primeira operação de terreno e pilar fundamental para o sucesso do Censo enumerou como principais objectivos:

- ☞ Permitir a cobertura exhaustiva do território durante a operação da recolha propriamente dita;
- ☞ Garantir o dimensionamento do suporte logístico e em recursos humanos necessários para a recolha;
- ☞ Realizar o pré-censo agrícola, ou seja, um inventário exhaustivo de todas as explorações agrícolas familiares e das suas características gerais.

Para a execução desta actividade foi necessário realizar duas acções de formação, um no pólo da Praia e outro em S. Vicente, destinadas aos agentes recenseadores e controladores recrutados mediante um concurso público descrito no ponto 2.2.2. D- Actualização cartográfica e pré-censo agrícola.

Objectivo das formações:

O principal objectivo das duas formações era dotar os agentes de conhecimentos teóricos e práticos necessários a uma correcta orientação no terreno, abordagem dos representantes dos agregados familiares, actualização dos mapas e realização do pré- censo agrícola.

Formação pólo da Praia - 13 a 25 de Abril de 2009

Participantes: 70 agentes das ilhas de Santiago, Maio, Fogo e Brava, dos quais foram seleccionados 16 como controladores e 42 como recenseadores. Os restantes ficaram como agentes de reserva. Participaram também os coordenadores da Praia, Santa Catarina / S. Salvador do Mundo, S. Domingos / S. Lourenço dos Órgãos, S. Cruz, S. Miguel, Ribeira Grande de Santiago, Santa Catarina / Mosteiros Brava e S. Vicente.

Formação pólo de S. Vicente - 4 a 16 de Maio de 2009

Participantes: 42 agentes das ilhas de S. Vicente, Sal, S. Antão, S. Nicolau e Boavista, dos quais foram seleccionados 30 recenseadores e 8 controladores. Participaram também os Coordenadores de S. Vicente, Porto Novo, Ribeira Grande / Paul e S. Nicolau

Método pedagógico: expositivo; interactivo com apresentação de diapositivos; simulação de entrevistas e prática no terreno.

Formadores: Técnicos do Gabinete do Censo, sendo 2 informáticos, 2 técnicos da célula da cartografia e 4 técnicos da célula de metodologia. Na Praia os formadores foram coadjuvados por 2 técnicos do IBGE.

Logística: Havia 2 salas de formação na Praia e 1 sala em S. Vicente.

Materiais utilizados: PDA; manual; mapas; quadro, marcadores; data-show, etc

Execução

Em ambas as formações, o conteúdo programático, com uma carga horária total de 60 horas cada, foram desenvolvidos num período de 12 dias distribuídos de acordo com os seguintes temas e conteúdos:

- 1 – Enquadramento legal, institucional e objectivos do RGPH 2010
- 2 – Informações gerais da formação
  - 2.1 – Metodologia
  - 2.2 - Organização do RGPH 2010
  - 2.3 – Princípios gerais do RGPH
  - 2.4 - Confidencialidade das informações
  - 2.5 – Cartografia censitária – Objectivos
  - 2.6 – Pré-Censo agrícola - Objectivos
- 3 – Agentes de terreno da cartografia censitária
  - 3.1 - Descrição dos deveres e tarefas dos agentes recenseadores
- 4 – Conceitos e definições
- 5 – Apresentação do Questionários em papel e técnicas de entrevista
  - 5.1 – Apresentação dos Questionários em papel
  - 5.2 – Técnicas de entrevista
- 6 – Apresentação do PDA
  - 6.1 – Componentes do PDA
  - 6.2 – Ligação do PDA
  - 6.3 – Funcionalidade do PDA
  - 6.4 – Operações básicas do PDA (Manuseamento);
  - 6.5– Configuração de conexão do PDA
- 7 - Princípios gerais da cartografia (Metodologia de recolha de dados no PDA)
  - 7.1 - Mapa (escala, legenda, pontos cardiais)
  - 7.2 - Forma de orientação
- 8 – Demonstração do uso do mapa no PDA
  - 8.1– Iniciação do Mobile GIS
  - 8.2 – Manuseamento do mapa no PDA: Abrir projecto, Zoom, Identificação do ponto
  - 8.3 - Georeferenciação dos pontos: GPS, captura de novos pontos
  - 8.4 – Identificação do DR
- 9 – Questionários no PDA
- 10 – Prática no terreno

No penúltimo dia da formação, os formandos foram organizados em diferentes grupos que se deslocaram para o terreno acompanhados pela equipa dos formadores e técnicos do IBGE. Os DR's correspondentes aos locais onde ocorreram as formações foram subdivididos em “vários sub-DR's” e cada um foi atribuído a um grupo para realização da actividade prática. Fizeram o reconhecimento dos limites dos DR's, e, cada formando teve a tarefa de inquirir alguns agregados familiares, contabilizar a duração da entrevista e fazer um levantamento de problemas e dúvidas encontrados. De regresso à sala de formação foram debatidos em plenária todas as dúvidas.

#### *Avaliação dos formandos*



Os controladores e os suplentes foram escolhidos na base da avaliação do desempenho de cada formando durante a formação, ou seja, foram escolhidos entre os que demonstraram melhor compreensão dos conteúdos, maior destreza no manuseio do PDA, e capacidade de liderança. Os controladores tiveram um dia de formação suplementar, onde foram transmitidos aspectos específicos para melhor desempenho das suas atribuições.

Importa mencionar que os PDA's foram distribuídos aos formandos na última semana da formação o que não revelou ser uma boa prática. Assim, entendeu-se que nas formações futuras os PDA's devem ser distribuídos aos formandos logo nos dois primeiros dias de forma a se familiarizarem melhor com o seu manuseio.



### 5.3. Formação dos agentes de terreno para o Recenseamento piloto

*Período de realização:* 31 de Agosto e 12 de Setembro de 2009

O recenseamento piloto constitui uma das actividades preparatórias do RGPH- 2010. Ele visa fundamentalmente testar todos os procedimentos e métodos e, melhorar o conteúdo do questionário e outros instrumentos de recolha, assim como a formação, os procedimentos de recolha e de tratamento informático.

Para sua execução foi realizada uma formação dirigida aos agentes de recolha de dados no terreno de forma centralizada na Praia, com vista a garantir uma boa realização e sucesso da mesma.

*Objectivos:*

Dotar os agentes de conhecimentos teóricos e práticos necessários a uma correcta orientação no terreno abordagem junto dos representantes dos agregados familiares e preenchimento correcto dos questionários.

*Participantes:* agentes residentes nos concelhos de São Filipe; Praia; Santa Catarina de Santiago, São Vicente e Porto Novo, ou seja, concelhos onde seriam realizados esta operação. Participaram um total de 35 formandos, sendo 14 do concelho da Praia e 7 de cada um dos restantes concelhos, recrutados conforme descrito no ponto 2.2.2. E- Recenseamento piloto.

*Formadores:* foram técnicos do Gabinete do Censo, sendo 2 informáticos, 2 da cartografia e 4 da metodologia. A equipa contou também com apoio de 6 técnicos do IBGE que fizeram intervenções pontuais em diferentes temas, e apoiaram na actividade prática no terreno e durante a recolha de dados.

O método pedagógico utilizado foi: expositivo; interactivo com apresentação de diapositivos; simulação de entrevistas e pratica no terreno

*Metodologia e execução*

Numa primeira fase foram apresentados os conceitos teóricos, os questionários em formato papel de forma a dominarem a lógica dos mesmos e a familiarizarem com as perguntas e as modalidades de resposta. Numa segunda fase foi cedido o PDA a cada um dos participantes para familiarizarem com a sua utilização, exercitarem o preenchimento dos questionários em formato electrónico, simulações de entrevista em sala e prática em casa. Os principais temas abordados foram:

- ☞ Enquadramento e objectivos do recenseamento piloto
- ☞ Conceitos e definições
- ☞ Apresentação dos Questionários em papel: Edifício, Alojamento, Agregado familiar e Individuo
- ☞ Técnicas de entrevista

- ☞ Registo no PDA
- ☞ Procedimentos, organização e gestão da operação de recolha

Importa mencionar que o tema “**incapacidade**”, foi ministrado em colaboração com a representante do “Handicap Internacional” em Cabo Verde.

No penúltimo dia da formação, os formandos foram organizados em 5 grupos para realização de uma actividade prática no terreno. Cada um teve tarefa de fazer o reconhecimento do DR, inquirir um agregado familiar, contabilizar a duração da entrevista e fazer um levantamento dos problemas identificados. De regresso à sala de formação foram debatidos em plenária todas as dúvidas.

Os controladores e os suplentes foram escolhidos na base da avaliação do desempenho de cada formando durante os dias de formação. Os controladores tiveram um dia de formação suplementar, onde receberam informações suplementares e específicas, visando um melhor desempenho das suas actividades.

#### **5.4. Acções de formação para fase principal de recolha de dados**

Com o objectivo último de garantir a capacitação dos recenseadores e controladores que constituíram um dos suportes indispensáveis para garantir o sucesso da operação censitária, a recolha dos dados, foram desenvolvidas acções de formação em três níveis encadeados:

##### **Nível 1 : Formação dos quadros do INE**

Esta acção de formação on-job dirigida aos quadros do Gabinete do Censo e outros técnicos do INE que participaram nas fases preparatórias do RGPH-2010 teve como objectivo capacitar os mesmos como formadores para a acção de formação de formadores e supervisores (nível 2).

*Período de realização:* primeira semana do mês de Abril de 2010.

##### **Nível 2 : Formação dos formadores e supervisores**

Qualquer operação estatística deve ser realizada por indivíduos bem treinados e responsáveis. É muito importante que cada formando tenha consciência da importância chave que tem no processo de recolha. É com base nesse pressuposto que se realizou esta formação com vista a capacitar todos os formandos para cumprirem da melhor forma as suas tarefas como formadores dos recenseadores e controladores e, como supervisores durante a recolha de dados no terreno.

*Período de realização:* de 7 a 29 de Maio de 2010 (2 semanas).

### **Organização da formação**

**Lugar:** Esta formação foi realizada de forma centralizada na Praia, mais concretamente no Centro de Estágio da Federação Cabo-verdiana de Futebol (Várzea)

**Horário:** Uma carga horária compreendida entre 8:30 e 17:00 horas, e os seguintes intervalos:

- 1) 10:00 – 10:30 horas; 2) 12:30 – 14:00 horas; 3) 15:30 -15:45 horas

**Participantes:** 81 Técnicos superiores recrutados, de acordo com os procedimentos descritos no ponto 2.2.2. F- Formadores do RGPH-2010. Conforme já referido, os mesmos possuem entre outros requisitos, o nível de licenciatura, conhecimento de informática na óptica de utilizador, experiência em operações estatísticas junto das famílias.

Quadro 8: Distribuição dos participantes por Concelho

<b>Concelho</b>	<b>Participantes</b>
Porto Novo	3
Ribeira Grande	4
Paul	2
S. Vicente	9
Ribeira Brava	2
Tarrafal de S. Nicolau	2
Sal	4
Boavista	1
Maio	1
Praia	15
Santa Catarina;	6
S. Miguel;	2
S. Lourenço dos Órgãos;	1
Tarrafal;	3
Santa Cruz;	3
Domingos;	1
S. Salvador de Mundo	1
S. Filipe / Santa Catarina do Fogo	4
Mosteiros	1
Técnicos do INE	16

**Formadores:** Técnicos do Gabinete do Censo, sendo 3 informáticos e 6 da célula de metodologia e 2 técnicas do IBGE que apoiaram na componente pedagógica.

Materials didácticos:

- ☞ PDA
- ☞ Manual do agente recenseador
- ☞ Manual do controlador
- ☞ Mapas e memória descritiva dos mapas
- ☞ Quadro
- ☞ Marcadores
- ☞ Data-show

Metodologia e execução

A formação foi realizada em duas etapas:

**1. Capacitação pedagógica**

A cargo de duas técnicas do IBGE, teve como principal objectivo desenvolver nos futuros formadores habilidades e atitudes necessárias à sua actuação em sala de aula. O conteúdo programático desta etapa, com uma carga horária de 8 horas foi distribuído principalmente nos seguintes tópicos:

- ☞ Relações Interpessoais
- ☞ Processo ensino-aprendizagem
- ☞ Planeamento
- ☞ Dinâmica da aprendizagem
- ☞ Técnicas do ensino e recursos institucionais
- ☞ A aula como um processo

Foram aplicadas técnicas de dinâmica de grupo, simulação de casos, resolução de exercícios, visando estimular a participação activa dos formandos, de modo a propiciar segurança na aplicação dos procedimentos da recolha e transmissão de conhecimentos.

**2. Capacitação técnica,**

Visou assegurar a fixação dos conteúdos transmitidos e proporcionar aos formandos segurança na operacionalização dos conceitos e procedimentos da recolha. Foi desenvolvida através de actividades, com apoio a dispositivos de capacitação que contemplou, a apresentação de diapositivos, manuais de recenseador e controlador, questionários em papel, PDA, mapa em papel do DR onde foi realizado a actividade prática e sua respectiva memória descritiva.

Os principais temas abordados foram:

- ☞ Conceitos e definições
- ☞ Metodologia dos trabalhos
- ☞ Iniciação à recolha no PDA
- ☞ Questionários com preenchimento no PDA

Optou-se por um método essencialmente afirmativo/expositivo, com apoio dos documentos técnicos e metodológicos e acompanhamento das perguntas feitas pelos participantes. Este método foi complementado com exercícios, trabalhos práticos e simulações de entrevistas em grupo com o objectivo de reforçar os conhecimentos.

Os formandos foram organizados em diferentes grupos que se deslocaram ao terreno (DR 029) para realização da actividade prática, que compreendeu o reconhecimento dos limites do DR com utilização do mapa em papel e em suporte digital; identificação e caracterização dos edifícios e alojamentos e realização de entrevistas. De regresso à sala de formação foram debatidos em plenária todas as dúvidas.

**Constrangimentos:**

- ☞ Duração relativamente curta em relação ao conteúdo temático, sobretudo o número de horas propostas para realização de simulações em sala;
- ☞ Tempo consagrado à prática no terreno foi insuficiente. Questões relacionadas com orientação dos mapas, captação de pontos, inclusão de pontos novos, entendimento da memória descritiva deveriam ser mais aprofundados;
- ☞ Inicialmente foi previsto duas salas de formação. Após a formação pedagógica optou-se por deixar todos os formandos na mesma sala, com vista a uniformizar os conteúdos e a linguagem. Isto não revelou ser interessante, pois o elevado número de pessoas dificultou o desempenho tanto dos formadores como dos formandos e, o desempenho individual nos exercícios de simulações em sala;
- ☞ Explicação deficiente do modo de preenchimento da “ ficha de controlo no terreno”;
- ☞ Conteúdos relativos à formação dos controladores não foram abordados adequadamente, por falta de tempo;
- ☞ Problemas no aplicativo de recolha de dados e nas especificações de controlo de coerência introduzidos no programa, dificultaram a abordagem teórica dos questionários e seu preenchimento no PDA;
- ☞ Resistência por parte dos formandos em assinar o contrato, alegando questões salariais, subsidio de terreno e muitas horas de trabalho no terreno. No final, após negociações com a Direcção do INE, todos acabaram por assinar com excepção de 2 formadoras da ilha do Sal e como tal o INE foi obrigado a encontrar uma solução alternativa.
- ☞ Os questionários dos estabelecimentos colectivos e sem abrigo não foram abordados de forma aprofundada, por falta de tempo.
- ☞ Também não foi possível realizar as sessões relativas à sensibilização e à formação de controladores, conforme previsto no programa, não obstante terem a noção da importância

desta acção e o papel que deviam ter no terreno. Os agentes tiveram no entanto, um papel importante neste quesito.

### **Nível 3 : Formação dos recenseadores e controladores**

A formação dos agentes recenseadores e controladores consistiu uma etapa fundamental de aprendizagem para todos os actores envolvidos no processo de recolha. Permitiu-lhes apreender e aplicar os conceitos, definições e procedimentos necessários para que desenvolvessem as suas funções de forma que o Censo fosse executado com sucesso. Assim, o seu principal objectivo era dotar os formandos de conhecimentos teóricos e práticos necessários para um efectivo processo de recolha de dados junto aos agregados familiares.

O grupo dos formandos foi constituído por agentes recrutados, de acordo com os procedimentos descritos no ponto 2.2.2. G- Recenseadores e controladores para a recolha de dados. Os mesmos tinham entre outros requisitos, o 12º ano de escolaridade, conhecimento de informática na óptica de utilizador, experiência em operações estatísticas junto das famílias. Na Praia também participaram alguns funcionários do INE que posteriormente foram escolhidos para supervisor e recenseadores nos alojamentos colectivos.

Data de realização: De 31 de Maio a 12 de Junho de 2010 (2 semanas)

#### Organização da formação

Local: Esta formação foi realizada **de forma descentralizada**, a nível de cada concelho/ilha

Horário: das 8:30 às 17h00 horas com os seguintes intervalos: 1) 10:00 – 10:30 horas; 2) 12:30 – 14:0 horas; 3) 15:30 -15:45 horas.

Formadores: Em todos os concelhos, para além dos formadores, havia pelo menos um **técnico do INE** durante todo o período da formação e da recolha. Este deveria coadjuvar os formadores, assegurando a qualidade técnica da formação, e a qualidade dos dados durante a recolha.





Formação dos agentes da ilha Brava

#### Recursos didácticos/material de apoio

- ☞ Manual de formador, no qual se incluía o plano das secções, os objectivos, os métodos pedagógicos, instrumentos e ferramentas e a distribuição do tempo para cada aula;
- ☞ Data-show;
- ☞ PDA;
- ☞ Quadro;
- ☞ Manuais de recenseador e controlador

É de se referir que o manual de formador foi o suporte pedagógico fundamental nesse processo de capacitação, e, os exercícios práticos revelaram-se pertinentes na medida em que permitiram identificar as dúvidas e reforçar os conceitos não assimilados. Foi também importante, todos os ensinamentos adquiridos nas fases anteriores.

#### Metodologia e execução

Com o objectivo de uniformizar o conteúdo desta formação a nível de todos os concelhos/ilha, o Gabinete do Censo elaborou um **manual de formador** – em material impresso que apresenta todas as orientações necessárias ao trabalho do Formador. Nele estão contidos a planificação das aulas que oferecem ao formador o passo a passo para a sua tarefa de ensinar os recenseadores e controladores a recolher adequadamente os dados. Encontra-se indicado também os momentos exactos em que deveriam ser usados os slides, os manuais de recenseador e de controlador, o quadro e outros materiais.



Para além deste manual foi também elaborado um conjunto de slides em formato PowerPoint que visava apoiar o formador no desenvolvimento dos temas, de modo a facilitar o processo ensino-aprendizagem. Entretanto, cada formador poderia adapta-los de acordo com as suas necessidades. Foi preparado também um conjunto de exercícios que deveriam ser resolvidos pelos formandos à medida que terminavam cada capítulo dos questionários. Tanto os slides como os exercícios foram utilizados na formação de formadores.

Com a preparação de todos estes materiais, o Gabinete queria não só uniformizar o conteúdo, como também garantir que, diariamente e no mesmo horário, estava sendo passado a mesma mensagem em todas as salas, com vista a garantir a qualidade técnica e o cumprimento dos prazos.

Em todos os concelhos, o período de manhã do primeiro dia dos trabalhos foi dedicado a um pequeno encontro com todos os formadores onde se fez a distribuição dos mesmos pelas salas de formação e a planificação dos conteúdos a serem ministrados nos primeiros dias, tendo a formação propriamente dita o seu início no período da tarde na maioria dos casos. Ainda no período de manhã foram discutidas questões administrativas, relacionadas com salário, subsídios de transporte etc.

#### *Transmissão da Componente Teórica*

Nesta fase foi proposto um método pedagógico essencialmente afirmativo/expositivo, consistindo na transmissão do saber do formador ao formando, com apoio na apresentação de documentos (quadros, maquetas, audiovisuais, manuais) e acompanhamento de perguntas feitas pelos participantes (exposição - debate).

Este método foi complementado com exercícios e trabalhos práticos preparados pelo Gabinete, cujo objectivo era reforçar os conhecimentos e o saber - fazer.

O formador orientou-se pelo respectivo manual, e, no fim de cada sessão deveria solicitar aos formandos de fazer o resumo oral, com o objectivo de, por um lado, avaliar o cumprimento da sessão, e, por outro lado, avaliar a aquisição de conhecimentos por parte dos formandos.

O conteúdo programático da formação foi idêntica ao da formação dos formadores, e a língua de trabalho foi a crioula.

#### *Componente prática*

Destinada, sobretudo, à verificação e consolidação das competências adquiridas do ponto de vista teórico.

Foi proposto, métodos pedagógicos de carácter essencialmente activo, em que os formandos através de simulações de casos iam corrigindo atitudes que possam penalizar o seu desempenho. A dinâmica de grupo foi também um momento de interacção e de partilha entre os formandos.

Esta componente foi reforçada com a apresentação de fotografias ilustrativas de diferentes tipos de edifícios, com vista a facilitar o entendimento dos formandos nessa matéria.

Foi também realizado uma actividade prática de reconhecimento de um DR no terreno, com identificação e caracterização dos edifícios e determinação do número de alojamentos pertencentes ao DR. De regresso à sala de formação foram debatidos em plenária todos os “problemas e dúvidas levantados”.

#### Seleccção dos controladores

A partir do reconhecimento do nível de competência demonstrado por cada formando, tanto do ponto de vista teórico como pratico, associado aos níveis de participação e interesse, bem como da disponibilidade e outras aptidões individuais (conhecimento do terreno, facilidade de comunicação, compreensão da estrutura social da zona, etc.), os formadores procederam à selecção dos controladores.

Os mesmos foram escolhidos entre os melhores, e deveriam também manifestar ter capacidade para liderança. Antes da decisão final foi pedido aos formandos que indigitassem os seus controladores através do voto secreto. As duas propostas foram concertadas e foram escolhidos realmente os que demonstraram maior capacidade para o cargo. Em muitos casos as duas propostas coincidiram.

#### Formação dos controladores

Tal como na transmissão da componente teórica foi proposto um método essencialmente afirmativo/expositivo com o objectivo de se aprofundar aspectos específicos das competências teóricas e práticas, em respeito às atribuições do agente controlador. Foi dado particular importância às técnicas de reconhecimento no terreno dos DR's e dos procedimentos de preenchimento e verificação dos questionários, backup dos dados etc. Esta formação foi realizada durante 1 dia, e o principal material utilizado foi o manual de controlador, slides e PDA.

Enquanto se realizava a formação dos controladores, os restantes formandos continuaram com actividades de simulações de entrevistas na sala.

#### **Cumprimento do programa**

O programa de formação, previamente estabelecido, foi cumprido na íntegra embora se tenha registado, em algumas salas, algum atraso na distribuição dos materiais (manual do recenseador, pastas, ...).

Ao longo das duas semanas de formação, foram realizadas várias reuniões de concertação, com o objectivo de todos se inteirar (formadores e coordenadores) dos problemas encontrados durante as aulas, permitindo assim, planificar os conteúdos a serem ministrados nos dias seguintes e esclarecer todas as dúvidas relacionadas com conceitos e definições. Todos os casos de dúvidas foram esclarecidos em grupo nas respectivas reuniões, e, posteriormente transmitidos aos formandos. Isto visava uniformizar os conceitos permitindo que todos tivessem a mesma opinião sobre situações não previstas nem no Gabinete, nem durante a preparação da formação dos formadores e recenseadores.

Apresenta-se a seguir o número de participantes na formação, o número de salas de formação e de formadores por concelho:

**Quadro 9: participantes na formação, o número de salas de formação e de formadores por concelho**

<i>Concelhos</i>	<i>Nº de formandos</i>	<i>Nº de salas</i>	<i>Nº de formadores</i>
Praia	298	6	19 sendo 4 técnicos do INE
Ribeira Grande de Santiago	22	1	1 - coordenador do concelho
S. Domingos	23	1	2 sendo 1 técnico do INE
S. Lourenço dos Orgãos	18	1	2 sendo 1 técnico do INE
Santa Cruz	57	2	4 sendo 1 técnico do INE
Santa Catarina de Santiago	100	3	7 sendo 1 técnico do INE
S. Salvador do Mundo	20	1	2 sendo 1 técnico do INE
S. Miguel	38	1	3 sendo 1 técnico do INE
Tarrafal de Santiago	53	2	3 sendo 1 técnico do INE
Paul	24	1	2 *
Porto Novo	55	2	3 sendo 1 técnico do INE
Ribeira Grande	49	2	5 sendo 1 técnico do INE
S. Filipe	66	2	5, sendo 1 técnica do INE
Mosteiros/Santa Catarina do Fogo	40 (15 de Santa Catarina e 25 dos Mosteiros)	1	2 sendo 1 técnico do INE
Maio	23	1	2 sendo 1 técnico do INE
Brava	21	1	2 todos técnicos do INE
Ribeira Brava	29	1	3 sendo 1 técnico do INE
Tarrafal de S. Nicolau	18	1	3 sendo 1 técnico do INE

Sal	52	2	3 sendo 1 técnico do INE
S. Vicente	192	5	12 sendo 3 técnicos do INE
Boavista	12	1	2 sendo 1 técnico do INE
Total	1210	38	87 sendo 26 técnicos do INE e 1 coordenador

OBS: \* Os concelhos de Paul e Ribeira Grande, foram apoiados pelo mesmo técnico do INE

Digno de realce é o facto que a maioria das salas de formação foi disponibilizada pelos membros das Comissões Municipais. Outras foram oferecidas por outros serviços, acarretando o INE apenas com as despesas básicas de serviços. Na Praia todas as salas foram alugadas e encontravam-se dispersas umas das outras, o que dificultou muito a coordenação.

### Constrangimentos

De uma forma geral a formação decorreu muito bem, tendo-se registado no entanto, alguns aspectos que devem ser melhorados no futuro:

- ☞ Inicialmente, algumas salas não estavam equipadas com materiais de suporte visando as condições normais do arranque da formação. Ou não tinham computadores, ou não tinham data-show, ou então faltavam quadros, papel, canetas, etc;
- ☞ Algumas salas também não possuíam condições físicas para 2 semanas de trabalho. Ou eram muito quentes, ou eram pequenas, ou as cadeiras eram desconfortáveis. De recordar que algumas salas funcionaram nas escolas do EBI;
- ☞ Elevado número de formandos em algumas salas, o que dificultou em parte o desempenho tanto dos formadores como dos formandos. Neste particular destaca-se o caso da Praia, onde esse número era em média de 45 pessoas por sala;
- ☞ Chegada tardia dos materiais de formação (manuais, mapas, PDA's, etc.) em alguns concelhos, devido a problemas relacionados com atraso nos voos;
- ☞ Envio de materiais em quantidade insuficiente para alguns concelhos, por parte do INE. Isto contribuiu para que alguns formandos tivessem contacto com os manuais e outros materiais alguns dias após o arranque da formação, dificultando assim o seu aproveitamento;
- ☞ Alguns formandos foram desistindo no decorrer da formação, sobretudo na Praia, S. Vicente e Sal devido à incompatibilidade do horário com outras actividades pessoais. Muitos não se encontravam disponível a tempo inteiro e outros estudavam num horário que era incompatível com o horário da formação. Importa realçar que estes factos não foram revelados durante o processo de selecção, pois a disponibilidade total foi um dos critérios

para o recrutamento. Por conta disso, em alguns concelhos, houve problemas de substituição dos agentes que desistiram durante a recolha ou que revelaram fraco desempenho porque os agentes de reserva foram insuficientes;

- ☞ PDA's disponibilizados, no início, em número insuficiente em alguns concelhos, com destaque para a Praia e Santa Catarina de Santiago; Em alguns casos, o DR escolhido para prática ficava muito longe das salas de formação, o que obrigou as equipas a deslocarem-se. Importa lembrar que a escolha do DR para actividade prática foi feita a nível do Gabinete, no momento da preparação da respectiva formação e, em muitos casos, sem informação da localização das salas;
- ☞ Pagamento tardio do subsídio de transporte que gerou um clima de tensão entre os formandos, coordenadores e formadores que tiveram que gerir vários casos de ameaça de abandono por parte dos formandos;
- ☞ Muitos formandos recusaram a assinar o contrato no final da formação, alegando baixo salário, subsídio de terreno não estipulado, e muitas horas de trabalho. Entretanto, posteriormente, vieram a fazê-lo, após a negociação com o INE, com excepção de 2 formandos na ilha do Sal.

# Recolha de dados

A recolha de informações constituiu uma das fases mais importantes do RGPH-2010. As principais preocupações foram: garantir a exaustividade da recolha; assegurar a qualidade das informações e atender ao cumprimento dos prazos estabelecidos. Assim, aspectos como dimensionamento adequado das equipas de terreno, o planeamento e execução cuidadosa das actividades de controlo dos trabalhos e o suporte de um sistema de informações adequado contribuem, decisivamente, para o sucesso desta actividade.

## 1. Instrumentos de recolha

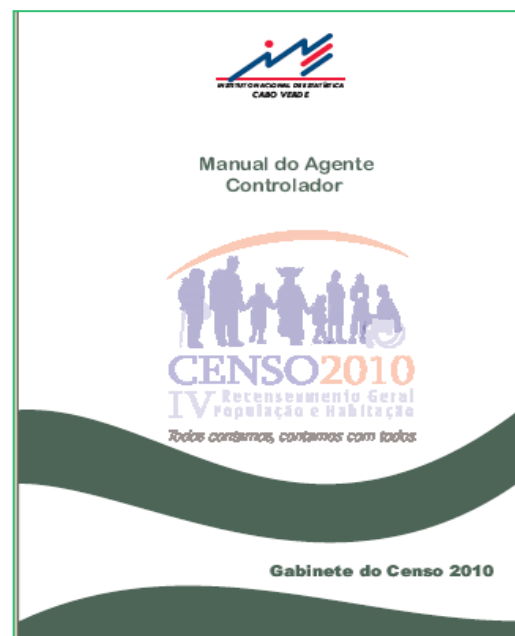
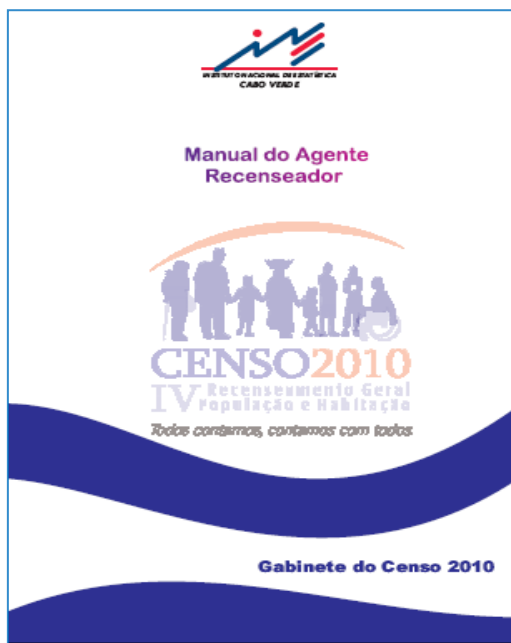
Os instrumentos de recolha utilizados no RGPH-2010 foram sempre objecto de atenção de especialistas, tendo como objectivo torna-los o mais eficiente possível. Além dos cuidados para definição de seus conteúdos, sua forma final procurou sempre atender os aspectos de apresentação, e sobretudo os diversos requisitos técnicos exigidos pelo trabalho de terreno. A seguir são identificados os diferentes instrumentos utilizados na recolha:

- **QUESTIONARIO EDIFÍCIO** – Instrumento de recolha utilizado para cada edifício, de natureza permanente ou não, que contenha pelo menos um alojamento familiar (ocupado ou não).
- **QUESTIONARIO ALOJAMENTO** – Utilizado para todos os tipos de alojamentos, situados em edifícios de tipo clássico e não clássicos.
- **QUESTIONARIO DO AGREGADO FAMILIAR** – Este questionário foi concebido de forma a recolher informações sobre: (i) as condições de vida do agregado familiar; (ii) a emigração nos últimos 5 anos; (iii) a mortalidade dos últimos 12 meses, e (iv) listar todas as pessoas que compõem o agregado familiar, assim como, as relações de parentesco com seu representante e situação de residência.
- **QUESTIONARIO INDIVIDUAL** – Instrumento mais detalhado, utilizado para o registo de informações que caracterizam individualmente cada pessoa residente (presente ou não no momento censitário) no agregado familiar ou no alojamento colectivo.
- **QUESTIONÁRIO DOS ALOJAMENTOS COLECTIVOS** – Utilizado para listar todas as pessoas presentes nos alojamentos colectivos sejam eles residentes ou não no momento censitário.
- **QUESTIONÁRIO DOS SEM ABRIGO** – Utilizado para recolher as informações dos sem-

abrigo, ou seja, das pessoas que não residem em alojamentos familiares nem em alojamentos colectivos, mas **Sim** residem nas ruas, praças, cais, etc.

Conforme já referido, todos os questionários foram utilizados em formato electrónico com excepção do questionário sem-abrigo que foi utilizado em papel.

- **MANUAL DO AGENTE RECENSEADOR** – Instrumento que deu suporte para todo o trabalho do recenseador, sendo utilizado desde a etapa da formação. Nele constam os conceitos, as definições, os procedimentos e orientações necessárias ao desempenho de sua tarefa, bem como as normas de preenchimento dos questionários.
- **MANUAL DO CONTROLADOR** – Contém as instruções que orientaram o trabalho do controlador, desde o reconhecimento dos DR's, até ao encerramento dos trabalhos.



- **MANUAL DO FORMADOR** – Instrumento que serviu de suporte pedagógico aos formadores no processo de capacitação dos recenseadores e controladores. Este manual incluía para além do plano das sessões, seus objectivos, métodos pedagógicos, instrumentos e ferramentas, a distribuição do tempo, e todo o manual do recenseador.
- **FICHA DE CONTROLO NO TERRENO** - Utilizada para o registar todos os edifícios existentes em cada DR por tipo; número de alojamentos por edifício; número de agregados familiares em cada alojamento; e numero de indivíduos por agregado, existente em cada ponto considerado valido (pontos recenseáveis).

Esta ficha era preenchida pelos recenseadores e deveria conter também informações relativas aos pontos não recenseáveis. Tinha como objectivo também, manter diariamente e de forma organizada, um histórico dos trabalhos e produtividade dos mesmos, de forma a facilitar o controlo por parte dos controladores e/ou supervisores.

- **MAPAS DOS DR's** – Instrumento de orientação nos DR's, mostrando os limites dos mesmos. Foram utilizados mapas em papel e em suporte digital. Para cada DR havia também uma descrição da sua memória descritiva.
- **PDA's** - Para a recolha de dados foram utilizados dois tipos de PDA's.
- **ETIQUETAS "EDIFICIOS E ALOJAMENTOS RECENSEADOS"**- Utilizada para facilitar o controlo dos edifícios e alojamentos recenseados. Todos os recenseadores deveriam colar esta etiqueta na parte superior de cada alojamento recenseado, indicando o número do ponto (edifício) e o número do respectivo alojamento.



## **2. Constituição das equipas e atribuições de cada membro**

São apresentados a constituição das equipas de terreno em cada concelho, assim como as principais actividades desenvolvidas realçando as responsabilidades de cada um dos membros. **A nível de cada concelho, cada equipa era constituída por um determinado número de recenseadores, controladores, supervisores e coordenadores.**

Cada recenseador tinha sobre a sua responsabilidade um DR para fazer a recolha de dados, e, a cada controlador foi afecto uma zona de controlo, constituída por 5 DR's, ou seja, cada controlador tinha sob a sua responsabilidade 5 agentes recenseadores. Em cada concelho havia um ou mais supervisores e um coordenador.

### **RECENSEADORES**

**Os recenseadores** foram na sua maioria colocados nas suas próprias zonas de residência. Isto facilitou os trabalhos, porque conheciam as pessoas da vizinhança e ficavam até bem tarde no terreno, o que resolveu uma grande parte dos problemas relacionados com transporte. Apesar



disso, alguns recenseadores consideraram este facto negativo, uma vez que as pessoas sentiam algum receio de prestar informações.

Entretanto, em alguns concelhos com localidades distantes e isoladas, como Porto Novo, S. Nicolau, Santa Catarina de Santiago e Mosteiros, e sem agentes residentes nestas localidades, houve necessidade de fazer alguns migrarem para fora das suas residências, ficando as despesas de instalação e transporte a cargo do INE.

Os recenseadores tinham as seguintes atribuições:

- ☞ Percorrer o DR onde iria trabalhar antes do arranque dos trabalhos, de modo a conhecer, sobretudo, os seus limites;
- ☞ Realizar a cobertura do DR, caracterizando os edifícios, identificando os alojamentos familiares dos não familiares, e realizando as entrevistas junto dos representantes dos agregados familiares, de acordo com os conceitos, definições e formas de actuação constantes do Manual;
- ☞ Preencher a FICHA DE CONTROLO de dados após a realização de cada entrevista;
- ☞ Resolver os casos de recusa;
- ☞ Zelar para o cumprimento dos prazos

Uma perfeita cobertura do DR acontece quando todas as suas unidades estatísticas são listadas de acordo com as regras estabelecidas, e todos os alojamentos são visitados para realização de entrevistas. Assim, a primeira preocupação do recenseador foi conhecer onde vai executar o seu trabalho, ou seja, as zonas de habitação, os acessos para cada uma dessas zonas, os trajectos a efectuar para rentabilizar as deslocações e os meios a utilizar. Para o efeito recebeu do seu controlador / supervisor, um **mapa do DR** em papel com a descrição de seus limites. Recebeu também uma versão digital do mapa armazenada no PDA, para fazer o reconhecimento prévio do DR dois **dias antes** de iniciar as entrevistas.

Após a realização da entrevista em cada alojamento, os recenseadores deveriam colar em lugar bem visível e de difícil acesso às crianças uma etiqueta de **“EDIFÍCIOS E ALOJAMENTOS RECENSEADOS”**, que, conforme já referido, facilitava os trabalhos de controlo, permitindo verificar se de facto o alojamento foi ou não recenseado.

### **CONTROLADORES**

A cada controlador foi afecto um zona de controlo, constituída por 5 DR's. O controlador, em colaboração com o supervisor/coordenador, participou na escolha e distribuição de DR's aos recenseadores que deveriam trabalhar sob a sua responsabilidade. Entretanto, houve casos em que um controlador tinha sob a sua responsabilidades 4 ou 6 DR's, dependendo da situação no terreno.

De uma maneira geral os controladores tinham as seguintes atribuições:

- ☞ Apoiar os recenseadores da sua zona de controlo no reconhecimento dos DR's;
- ☞ Organizar e distribuir tarefas aos agentes que fazem parte da sua equipa;
- ☞ Acompanhar no terreno cada um dos recenseadores, sobretudo na primeira semana de trabalho;
- ☞ Controlar os trabalhos dos recenseadores. O controlo consistiu em verificar se cada agente estava trabalhando no DR que lhe foi atribuído e se as entrevistas estavam sendo realizadas correctamente, seguindo as instruções do manual do recenseador. O controlador deveria assistir 3 entrevistas realizadas por cada recenseador logo nos dois primeiros dias do arranque dos trabalhos;
- ☞ Retreinar os recenseadores em caso de necessidade, ou seja, fazer uma formação continua junto dos que evidenciaram maiores dificuldades de conduzir as entrevistas e/ou preenchimento dos questionários;
- ☞ Verificar se o recenseador marcou na **FICHA DE CONTROLO** a correcta situação na residência de cada membro do agregado, e se todas as pessoas listadas nessa ficha foram recenseadas,
- ☞ Apoiar os recenseadores na resolução de casos de recusa;
- ☞ Zelar para o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- ☞ Fazer diariamente cópia de segurança dos dados de cada um dos recenseadores e entrega-los ao coordenador/supervisor para transmissão.

### ***SUPERVISORES***

**Os supervisores** que foram os formadores dos recenseadores e controladores, eram responsáveis directos pela qualidade de dados no terreno. Coordenaram todo o trabalho técnico além de fazer a ligação entre os controladores/recenseadores e os técnicos do Gabinete.

Os supervisores estabeleceram todo o esquema de execução dos trabalhos de recolha, objectivando a garantia da qualidade das informações e o cumprimento dos prazos. Para tal, orientavam e acompanhavam a execução das rotinas, bem como, através de entendimento com os coordenadores faziam alterações, para melhor ajusta-las à realidade do seu trabalho. Dentre as atribuições dos supervisores devem ser citadas:

- ☞ Coordenar as actividades de reconhecimento prévio dos DR's pelos recenseadores e controladores;

- ☞ Avaliar as correcções realizadas pelos recenseadores/controladores nos mapas e nas descrições dos limites dos DR's;
- ☞ Auxiliar os controladores e recenseadores na resolução dos casos de recusas;
- ☞ Propor aos coordenadores a substituição ou suspensão de agentes;
- ☞ Fazer uma formação contínua junto dos agentes (recenseadores e controladores) que evidenciaram maiores dificuldades de conduzir as entrevistas, do preenchimento dos questionários e executar as tarefas específicas do controlador.
- ☞ Estabelecer uma rotina de supervisão que permitisse acompanhar e avaliar a qualidade dos trabalhos dos recenseadores e controladores que se encontravam sob suas responsabilidades;
- ☞ Zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos para a recolha.

Importa mencionar que alguns recenseadores foram desistindo no decorrer dos trabalhos por questões pessoais e/ou relacionadas com transporte e pagamento de subsídios. Como **o número de reserva era muito reduzido**, em muitos casos, os controladores tiveram que substituir os recenseadores na realização de entrevistas e os supervisores fizeram o trabalho dos controladores e, em alguns casos tornaram-se mesmo recenseadores.

### ***COORDENADORES***

**Os coordenadores** foram os responsáveis por questões administrativas e logística do RGPH-2010, nos concelhos onde foram designados, conforme já referido. Assim, antes da recolha tinham que verificar se todos os materiais estavam disponíveis e em quantidade suficiente.

Apoiaram também a equipa técnica do Gabinete nas actividades de sensibilização junto dos agregados familiares, e, da mesma forma, como conhecedores dos DR's (os DR's de 2010 foram feitos como uma actividade conjunta, entre os coordenadores e técnicos da cartografia) tinham a responsabilidade de apoiar todos os restantes membros da equipe no reconhecimento dos DR's; na resolução de casos de recusa; na conservação dos materiais e cumprimento do prazo. Merece ser destacado o facto da coordenadora de Ribeira Grande de Santiago para além das responsabilidades administrativas ter desempenhado também responsabilidades técnicas, enquanto formadora/supervisora no concelho.

O quadro seguinte indica o número de recenseadores, controladores e DR's no RGPH-2010, por concelho:

**Quadro 10: número de recenseadores, controladores e DR's no RGPH-2010, por concelho**

<i>Concelhos</i>	<i>Nº de recenseadores</i>	<i>Nº de controladores</i>	<i>Nº de DR's</i>
Praia	221, entre os quais 4 fizeram alojamentos colectivos	44	217
Ribeira Grande de Santiago	16	4	16
S. Domingos	24, entre os quais 1 fez alojamento colectivo	6	23
S. Lourenço dos Órgãos	13	3	13
Santa Cruz	44	11	44
Santa Catarina de Santiago	80	16	84 (4 Vazios)
S. Salvador do Mundo	15	4	15
S. Miguel	32	6	32
Tarrafal de Santiago	46	8	47 (sendo 1 vazio)
Paul	12	3	12
Porto Novo	38	8	38
Ribeira Grande	38	9	38

S. Filipe	50, entre os quais 1 fez alojamento colectivo	12	49
Mosteiros	18	4	18
Santa Catarina do Fogo	11	3	11
Maio	18	4	18
Brava	15, entre os quais 2 fizeram alojamentos colectivos	4	13
Ribeira Brava	19	6	21 (2 vazios)
Tarrafal S. Nicolau	16	3	17 (1 vazio)
Sal*	46 (6 vieram de Porto Novo)	8	53 (1 vazio)
S. Vicente	147, entre os quais 4 fizeram alojamentos colectivos	31	147 (sendo 4 vazios)
Boavista	21	4	22 (sendo 1 Vazios)
<b>Total</b>	<b>939</b>	<b>213</b>	<b>948 (sendo 14 vazios)</b>

### 3. Cartografia

No processo de recolha de dados no terreno, a cartografia afigura-se como um meio e instrumento importante de planeamento, programação e facilitação dos trabalhos dos recenseadores, controladores, supervisores e coordenadores.

### Reconhecimento dos limites dos DR's

Em todos os concelhos esta tarefa deveria ser realizada nos dias 14 e 15 de Junho, de acordo com o inicialmente previsto. Entretanto, devido a atrasos verificados durante a formação; problemas relacionados com questões de logística; dias de feriados, só foi possível iniciar no dia 15.

Esta é uma tarefa que, embora menos exigente do ponto de vista técnico, requer muito esforço físico e tempo, sobretudo no meio rural. Ela é condicionada pela forma como o DR foi traçado. De uma maneira geral, pode-se afirmar que não houve grandes dificuldades na sua execução, salvo em alguns casos em que os limites naturais não eram nítidos e tão evidentes nos mapas, ou as memórias descritivas não eram muito claras. Na maioria dos casos recorreu-se ao GPS para se certificar da posição. Entretanto, destacam-se os principais problemas encontrados durante a recolha:

- ☞ Devido à dispersão territorial de alguns DR's bem como à concentração/dispersão dos edifícios foi necessário subdividir esses DR's e afecta-los a vários recenseadores por forma a terminar os trabalhos no prazo. Esta situação verificou-se sobretudo na Praia, nos DR's 100, 162, 159, 163, 201, 139 e 34;
- ☞ Em alguns concelhos esta tarefa foi feita sob a pressão do tempo e houve a necessidade de se recorrer a viaturas em algumas zonas por se ter iniciado um pouco tarde;
- ☞ A chegada tardia dos mapas a alguns concelhos dificultou grandemente o arranque. Além disso, alguns concelhos receberam os mapas dividido em 3-4 partes e perderam muito tempo a fazer a colagem dos mesmos;
- ☞ Convém salientar que, o reconhecimento dos limites depende grandemente das características orográficas das áreas em estudo. Em alguns casos a situação orográfica dificultou um pouco, por serem zonas desorganizadas e de difícil acesso;
- ☞ Houve alguns casos em que os limites nos mapas não coincidiram com a realidade observada e houve também alguns casos de superposição dos limites;
- ☞ Em alguns concelhos não foram disponibilizados todas as descrições dos limites dos DR's, o que também dificultou o desempenho das equipas.

Todos estes problemas foram resolvidos na medida de possível pelos supervisores e controladores, e, na maior parte das vezes com recurso ao GPS.

### Identificação dos pontos

Relativamente à identificação dos pontos existentes no mapa e no PDA (projecto), houve muitas dificuldades.

Verificaram-se casos de trocas de pontos em alguns dos DR`s, em todos os concelhos, no início dos trabalhos, o que implicou um trabalho extra da equipa do Gabinete. Assim, houve entrevistas que foram realizadas com associação indevida do ponto georreferenciado – alguns recenseadores não estavam adoptando o procedimento correcto para a identificação dos pontos no mapa digital. Foi reforçada a instrução de como realizar a ampliação do mapa no PDA para melhor identificação do ponto.

A troca de pontos foi notada pelos controladores e supervisores e tentou-se corrigir no início e no terreno. Os recenseadores em causa tiveram uma chamada de atenção e foram acompanhados mais de perto pelos controladores e supervisores.

Entretanto, posteriormente constatou-se que a amplitude do problema era maior e a sua correcção no terreno obrigava a equipa a um grande atraso no término dos trabalhos. Assim, o Gabinete, em concertação com a equipa técnica do IBGE, decidiu parar com estas correcções no terreno desde que os pontos em questão não estivessem fora dos limites dos respectivos DR´s. Esta decisão também foi tomada com base no sigilo das informações, pois os dados não serão divulgados a nível individual.

Houve situações em que sobre um edifício foram captados vários pontos obrigando, assim, o recenseador a identificar o verdadeiro ponto eliminando os outros inválidos.

Observou-se que alguns casos específicos de pontos “**não válidos, ou não recenseáveis**” continuaram na base de dados (pocilgas, Chafarizes...). Estes pontos inflacionaram o número de pontos existentes num DR e, eventualmente, tiveram reflexos no planeamento e programação dos trabalhos dos recenseadores.

#### Captação de pontos novos

A captação de pontos novos num DR só poderia acontecer nas situações em que durante a actualização cartográfica o edifício existia no terreno mas foi omisso; o ponto do edifício foi mal captado; ou o edifício não existia na altura.

Em muitos casos houve um elevado número de pontos (edifícios) a serem incluídos, sobretudo, nos DR´s urbanos, onde se verificou um crescimento exagerado de muitas construções (sobretudo, clandestinas).

#### Outros problemas

- ☞ Ocorreram casos de desaparecimento do projecto do DR no IBEGE MOBILE GIS;
- ☞ Algumas vezes não se conseguia ter acesso ao mapa e aos pontos georreferenciados;
- ☞ Houve alguns casos de perda de dados no PDA;

Estas situações dificultaram muito os trabalhos, pois, era necessário fazer a reinstalação de projectos no PDA e os recenseadores eram obrigados a fazer a repetição dos trabalhos, a partir dos dados perdidos e não recuperados da última transmissão.

Como não se conseguiu ter pontos de apoio de informática em todos os municípios para agilizar a solução, a reinstalação do projecto era feita na sede dos coordenadores / supervisores, o que obrigava à paralisação dos trabalhos durante alguns momentos.

#### Zonas de controlo

Em algumas situações as considerações feitas acima relativamente à dimensão e dispersão dos DR's, dispersão dos edifícios nos DR's dificultaram muito o trabalho de controlador que se quer mais próximo dos recenseadores.

Esta situação foi condicionada muitas vezes, por problemas relacionados com questões de transporte. A maioria dos controladores não teve uma viatura à disposição para permitir a deslocação rápida entre os DR's. Dependiam da viatura que se encontrava à disposição do supervisor ou de transporte público, cujo horário de funcionamento era incompatível com as exigências do terreno.

#### **4. Quem foi recenseado e quem respondeu à entrevista**

O **momento censitário, ou data de referência** da informação, correspondeu ao dia e hora em relação aos quais se recolhem todos os dados. A referência a este momento é fundamental para evitar duplicações ou omissões de contagens que podem ser provocadas pela deslocação de pessoas.

Assim, a residência e a presença, bem como a maior parte dos dados pretendidos, referem-se às **00 horas do dia 16 de Junho de 2010.**

#### QUEM FOI RECENSEADO

O recenseamento abrangeu todos os cabo-verdianos e estrangeiros residentes ou presentes no território nacional. Assim, foram recenseados:

- ☞ Todas as pessoas que **vivem habitualmente** no agregado familiar e que ali passaram a noite de 15 para 16 de Junho de 2010
  
- ☞ Todas as pessoas que **vivem habitualmente** no agregado familiar e que ali Não passaram a noite de 15 para 16 de Junho de 2010



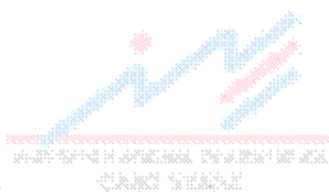
- ☞ Todas as pessoas que **Não vivem habitualmente** no agregado familiar (visitas) mas que ali passaram a noite de 15 para 16 de Junho de 2010
- ☞ As pessoas **falecidas DEPOIS** das 00 horas do dia 16 de Junho de 2010.

#### **Não foram recenseadas**

- ☞ Todas as pessoas **nascidas DEPOIS** das 00 horas do dia 16 de Junho de 2010;
- ☞ Todas as pessoas **falecidas ANTES** das 00 horas do dia 16 de Junho de 2010.

#### QUEM RESPONDEU À ENTREVISTA

- O **questionário Edifício** foi preenchido pelo agente recenseador com base em observação e perguntas directas feitas ao proprietário ou, ainda, aos inquilinos, porteiros/guardas, etc., ou pessoas que melhor conhecem as características do edifício.
- Os **questionários do alojamento, do agregado familiar e questionário individual** foram respondidos pelo representante do agregado familiar. Em caso de ausência, doença ou outra impossibilidade deste, o questionário foi respondido por um outro membro do agregado familiar que seja suficientemente idóneo. As perguntas relativas à **fecundidade** foram, preferencialmente, respondidas pelas mulheres as quais as questões dizem respeito.
- Sempre que o representante não soube responder às perguntas relativas a uma certa pessoa, foi solicitado o contacto deste para que ele próprio possa responder às perguntas.
- O **questionário do alojamento colectivo** foi preenchido pelo agente recenseador ou pelo coordenador com base numa listagem com informações sobre as visitas que passaram a noite de referência nesses alojamentos. Esta listagem foi fornecida pelos responsáveis dos respectivos alojamentos. Os residentes nesses alojamentos responderam às questões relativas ao questionário individual de forma separada.
- O questionário dos **sem-abrigo** foi respondido por eles, de forma individual, na noite de referência.



Gabinete do Censo 2010

## 5. Recenseamento dos alojamentos colectivos e sem abrigo

Os **alojamentos colectivos** foram recenseados na sua maioria pelos coordenadores/supervisores, após uma explicação do preenchimento do respectivo questionário pela Coordenadora Técnica, ou pelos técnicos do INE. Somente em casos excepcionais, ou seja, concelhos com muitos alojamentos colectivos, foram recrutados recenseadores para realizar esta tarefa.

Na Praia e S. Vicente o recenseamento **dos presos** foi feito pelos funcionários das respectivas cadeias e que assistiram a formação dos recenseadores.

Na ilha do Sal os presos foram recenseados por um técnico do INE que se deslocou para o efeito.

Nos hotéis, residenciais, pensões e hospitais os coordenadores e/ou técnicos do INE recolheram a listagem das pessoas consideradas “**visitas**” e que passaram a noite de referencia nos respectivos alojamentos, e, as informações foram posteriormente introduzidas no PDA. Os residentes foram recenseados individualmente pelos recenseadores e/ou técnicos do INE.

Não foram detectadas constrangimentos a nível metodológico nem conceptual. Somente a níveis informáticos que surgiram alguns problemas tendo em conta o número de indivíduos a introduzir em cada alojamento.

No dia 15 à noite, foi feito o recenseamento dos “**sem-abrigo**” em todos os concelhos pelos coordenadores, conforme previsto inicialmente. Na Praia este trabalho foi feito por três equipas constituídas pela Coordenadora Técnica, pelo Coordenador da Praia e dois Supervisores. As equipas saíram à rua na noite anterior para recolher informações e identificar os possíveis locais aonde poderão encontrar essas pessoas.

## 6. Recenseamento nos barcos

A responsabilidade do recenseamento das embarcações nos Portos ficou inteiramente a cargo dos coordenadores. Para o efeito, a Direcção do INE entrou em contacto com o Comando da Policia Marítima que forneceu cópia dos registos de todas as embarcações que passaram a noite de 15 de Junho nos portos. Posteriormente, estas informações foram introduzidas no PDA.

## 7. Utilização e funcionamento do PDA

Inicialmente, alguns recenseadores tiveram dificuldades na utilização do PDA, sobretudo na identificação de pontos e preenchimento dos questionários, sobretudo nos concelhos onde alguns agentes não tiveram acesso aos PDA´s no início a formação. Assim, como consequência, os primeiros dias de trabalho serviram como período de adaptação quer ao PDA quer ao questionário.

Um outro problema, não menos importante, foi a actualização da versão do aplicativo de recolha por três vezes, o que criou uma certa instabilidade no seio da equipa, sobretudo na primeira actualização. Os recenseadores praticamente ficaram um dia sem trabalhar, porque foram recolhidos todos os PDA's para se fazer a mudança do aplicativo. Tratou-se no entanto, de uma medida importante que visava aumentar o desempenho do PDA, sobretudo em termos de rapidez.

Relativamente ao funcionamento do PDA, os problemas mais frequentes estavam relacionados com:

- ☞ A bateria que não aguentava trabalhar durante todo o dia;
- ☞ Frequentes cortes de energia dificultou o carregamento das baterias, e conseqüentemente, teve reflexos na realização das entrevistas;
- ☞ Muitas vezes o aplicativo de recolha não obedecia às instruções de saltos do questionário dificultando a realização das entrevistas;
- ☞ Houve situações de bloqueios dos PDA's;
- ☞ O GPS funcionava lentamente consumindo algum tempo;
- ☞ Tela pouco visível, sobretudo no momento de exposição ao sol o que dificultou imenso a produtividade dos recenseadores.
- ☞ Descarga e exportação do PDA tomavam muito tempo.

## **8. Exportação de dados, backup e transmissão on-line**

Todo o processo de backup, exportação de dados e transmissão on-line foi da inteira responsabilidade dos coordenadores. Entretanto, esta tarefa foi realizada pelos técnicos do INE nos concelhos de S. Vicente, Santa Catarina de Santiago, S. Filipe; Brava e Maio dada a presença de informáticos do INE nestes concelhos.

Diariamente os controladores tinham a responsabilidade de fazer o backup dos PDA's dos recenseadores na sua responsabilidade para o seu cartão de memória, a fim de evitar perdas de informação. No entanto, nem todos cumpriram esta tarefa da melhor forma possível e houve assim, alguns casos de perdas de informação.

Foram emanadas ordens por parte da equipa de informática do Censo, de que a exportação de dados de todos os DR's deveria ser diário de modo a poder alimentar o site do INE com a evolução dos trabalhos no terreno.

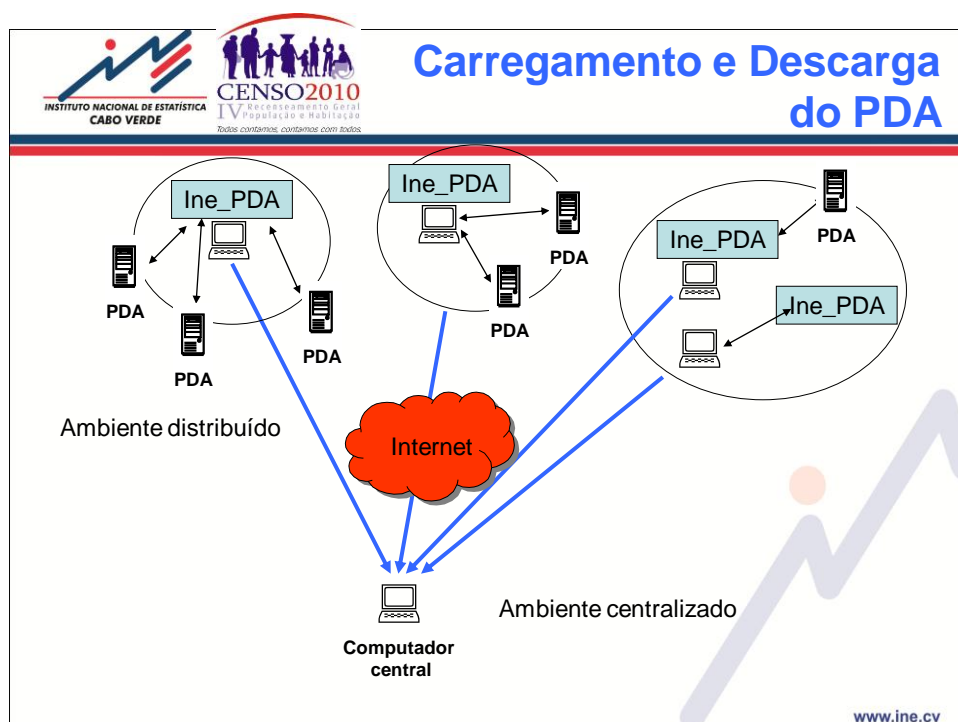
Entretanto, após a exportação feita logo no segundo dia dos trabalhos, constatou-se que o processo diário consumia muito tempo e os recenseadores ficavam praticamente parados porque os PDA's deveriam ser descarregados nos gabinetes dos coordenadores. Por vezes nem todos os

DR's foram possíveis de fazer a exportação tendo em conta que esta era realizada em horário que muitas vezes os agentes tinham entrevistas marcadas.

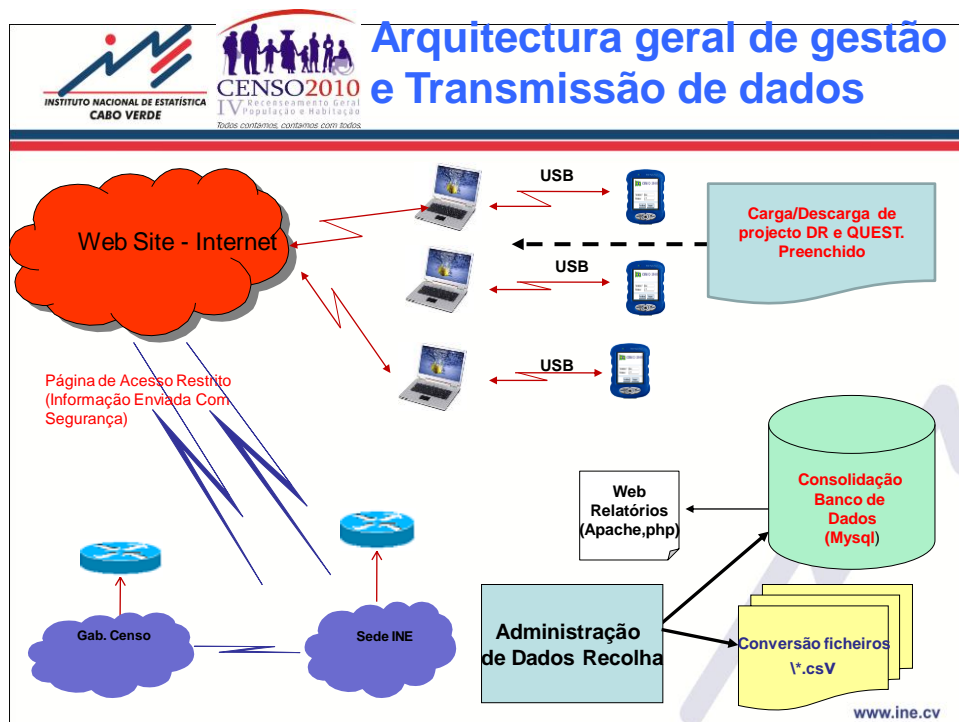
Por conta destes constrangimentos, em alguns concelhos, decidiu-se fazer a exportação de três em três dias, no terreno, onde os coordenadores se deslocavam para o efeito. Posteriormente, no Gabinete, faziam a transmissão on-line para o servidor. No entanto, após a primeira semana constatou-se que havia problemas na transmissão. O número de edifícios, alojamentos, agregados e indivíduos que constavam nos relatórios dos PDA's para exportação eram superiores ao número apresentado no SITE do INE.

Assim, antes da devolução dos PDA's para o INE os coordenadores procederam mais uma vez ao processo de backup de todos os PDA's para o computador, com vista a ter informações completa e actualizada de todos os DR's. Também ao nível do INE os informáticos procederam de novo a extracção de todos os dados constantes nos PDA's e nos backups realizados.

A seguir é apresentado o esquema de carregamento e descarga dos dados do PC para os PDA e dos PDA's para os PC e também através do site do INE:



A figura a seguir apresenta a arquitectura geral de recolha e transmissão dos dados da sede do INE para os concelhos e destes para o servidor central do censo:



## 9. Sensibilização e adesão da população

De uma forma geral, a população aderiu muito bem ao RGPH 2010. A maioria da população já estava informada sobre o Censo e, muitas vezes, chamava os recenseadores para visitar as suas casas. A sensibilização foi direccionada a todas as camadas da população (Comunicação Social; aos Directores de serviços; aos académicos, alunos, professores, igrejas, ONG's etc.). Foram afixados posters em paragens de autocarros e cartazes afixados em lojas e espaços com maior visibilidade. Peças de teatro foram realizados alusivos ao censo...uma linha verde gratuita foi disponibilizada as pessoas que tinham alguma dificuldade em recensear.

No entanto, tivemos alguns constrangimentos sem impactos de maior, como por exemplo:

- ☞ Em alguns concelhos os outdoors foram colocados em zonas pouco visíveis.
- ☞ Algumas pessoas confundiram o *Recenseamento da População* com o *Recenseamento Eleitoral*;
- ☞ Algumas pessoas entraram em contacto com o INE através da linha verde grátis informando que ainda não estavam recenseadas quando já estavam recenseadas por algum outro membro do seu agregado e não tomaram conhecimento. Os recenseadores foram obrigados a se deslocar às casas destas pessoas que deixavam contacto, para realizar a entrevista, perdendo assim algum tempo;
- ☞ Algumas recusas e resistências por parte dos nacionais. Muitos casos foram resolvidos pelos controladores, supervisores e/ou coordenadores, mas alguns ficaram por resolver. Neste concreto, teve-se que recorrer a ajuda de várias entidades (Comissões Concelhias criadas para o censo) ou parceiros sociais do INE, como a Delegação Escolar, as Igrejas



locais (Católica, Nazarena, Adventista, Testemunhas do Jeová), a Câmara Municipal, as Universidades, as **ONGs**, o GOIP, a Promoção Social, o ICCA entre outras, que intervieram junto aos agregados familiares explicando-lhes a importância do Censo, e, do papel dos respectivos representantes como informantes;

- ☞ Tivemos algumas dificuldades em recensear alguns estrangeiros. No caso dos africanos houve um apoio do responsável dessa comunidade no sentido de sensibilizar essa população a aderir ao Censo. No caso dos chineses pediu-se intervenção da Embaixada de China que se prontificou a traduzir os questionários, visando facilitar a sua compreensão. Isto só veio a acontecer após o término da recolha;
- ☞ Muitos estrangeiros dificultaram no início a entrada em edifícios com mais de um alojamento para efeitos de contabilização;
- ☞ Foi registado igualmente algumas resistências em pessoas com um nível de instrução relativamente alto que com alguma dificuldade acabaram por responder;
- ☞ O problema mais grave foi a constante ausências dos membros agregados familiares das suas residências, sobretudo onde vivia uma única pessoa. Isto fez com que muitas entrevistas fossem realizadas à noite e nos finais de semana, atrasando a produtividade. Apesar dos recenseadores deixarem os cartões de visita com contactos, e de repetidas insistências por parte dos mesmos, muitos agregados só foram recenseados no término dos trabalhos.
- ☞ Teve-se também situações de agregados estrangeiros que não falam nem o crioulo nem o português. Isto também causou grandes problemas, pois na maioria dos casos nem os recenseadores, nem os controladores e nem os supervisores falavam também as suas línguas. Esses casos foram resolvidos pelos membros do Gabinete;
- ☞ Muita resistência por parte dos “Rabelados”, apesar do apoio solicitado no encontro tido com a representante dessa comunidade. Muitos não colaboraram no início e causaram grandes transtornos à equipa. Após muitas insistências, queriam informar apenas o total de pessoas que fazem parte do seu agregado. Muitas perguntas ficaram pendentes nos respectivos questionários;

A resolução dos casos de recusa variou de concelho para concelho, de acordo com as pessoas envolvidas. Foram resolvidas em grande parte pela equipa de terreno.

Os casos extremos que foram muito residuais foram solucionados contabilizando apenas o total de pessoas residentes nos referidos agregados e os seus respectivos sexos, através de informações de vizinhos. Algumas dessas informações foram incluídas no PDA e estes indivíduos contam como indivíduos com entrevistas não iniciadas.

## 10. Logística e comunicação

A fase da recolha de dados, como a principal etapa da realização de um Censo demográfico representa um aumento significativo das actividades em todo o país. São muitas tarefas que se desenvolvem em simultâneo e, sendo assim, é preciso criar as condições básicas para um controle e eficácia na gestão de recursos humanos, financeiros, materiais e de comunicação.

Neste particular merece ser reconhecido o apoio incondicional que os serviços desconcentrados membros da Comissão Municipal deram em quase todos os concelhos, cedendo salas para a instalação das equipas e realização da formação; disponibilizando viaturas para a recolha (em alguns casos o INE entrava com combustível e pagamento de condutores); facilitando aos coordenadores no uso da Internet; e apoiando na sensibilização.

Entretanto, ao longo da recolha houve vários constrangimentos, entre os quais, importa destacar os seguintes:

- ☞ Demora na atribuição de ajudas de custo e subsídio de terreno. Esta situação provocou situações constrangedoras e de ameaças de abandono dos trabalhos por parte dos recenseadores e controladores. Muitos moravam longe e tinham que pagar transporte e alimentação.

Convém salientar que até o término dos trabalhos, toda a equipa de terreno (recenseadores, controladores e supervisores) recebeu apenas uma parte dos seus subsídios. Neste particular os coordenadores tiveram um papel muito importante, tentando explicar à equipa o motivo dos atrasos, com a finalidade de manter a calma e à disciplina no seio da mesma.

- ☞ Iniciou-se os trabalhos de recolha sem rede de comunicação, devido algum atraso com a operadora, o que dificultou muito o controlo e supervisão no terreno, na medida em que, na maioria dos casos, não se poderia entrar em contacto com os recenseadores para saber o local exacto onde se encontravam. Convém recordar que cada controlador tinha na sua responsabilidade 5 agentes recenseadores e, com a dispersão das zonas e ainda sem comunicação foi muito difícil a sua deslocação e cumprir as suas atribuições nos primeiros dias.

Esta situação foi resolvida quase no final da primeira semana dos trabalhos. Entretanto, alguns recenseadores não foram introduzidos na *rede móvel* até o final dos trabalhos, devido a problemas relacionados com os seus números (já estavam inseridos num pacote e não poderiam estar no facultado pelo INE);

- ☞ Chegada tardia dos materiais de sensibilização em alguns concelhos devido a problemas relacionados com transporte;
- ☞ Muita demora no envio de senhas de combustível para os coordenadores que trabalharam com viaturas alugadas e/ou cedidas. Em muitos casos o montante atribuído foi insuficiente para o número de dias estipulado pelo INE;
- ☞ Alguns coordenadores não tiveram acesso à rede Internet disponibilizada pelo INE. Isto



criou alguns constrangimentos nos contactos com o INE e na transmissão de dados on-line. Assim, alguns tiveram que aceder à rede emprestada, outros utilizaram cyber cafés onde nem sempre foi possível fazer o download dos materiais enviados pelo INE (aplicativo de recolha e projectos de DR's que se corrompiam), e alguns chegaram a utilizar a rede em praça pública disponibilizadas pelas Câmaras Municipais;

- ☞ Houve uma rotura/falta dos materiais de terreno nos concelhos da Praia e S. Vicente (mapas, memórias descritivas, etiqueta “EDIFICIOS E ALOJAMENTOS RECENSEADOS”, FICHA DE CONTROLO, etc). Esta situação prolongou-se por 3 dias e dificultou um pouco o controlo no terreno. Para minimizar a situação, em alguns bairros os supervisores adoptaram por marcar os alojamentos recenseados com giz;
- ☞ Apesar de todo o esforço feito para uma disponibilização atempada e em número suficiente de viaturas em todos os concelhos, este constituiu um dos grandes problemas durante a recolha. Deve-se lembrar que uma parte das viaturas utilizadas no terreno foram cedidas pelos serviços que fazem parte das Comissões Municipais, outras foram alugadas pelo INE e outras foram as próprias viaturas do INE que deram cobertura, sobretudo, na ilha de Santiago.

Alguns concelhos terminaram o reconhecimento dos DR's no dia do arranque da recolha, outros não conseguiram distribuir os recenseadores atempadamente nos DR's, devido a falta de viaturas; em outros concelhos o número de viaturas foi insuficiente pelo número de pessoas. Nestes casos optou-se pelo pagamento de subsídio de transporte aos recenseadores e controladores que trabalharam em DR's com acesso a transporte público (o montante foi atribuído de acordo com as localidades), ficando as viaturas afectas aos supervisores.

O número de viaturas disponibilizadas em alguns concelhos revelou ser insuficiente, sobretudo nos concelhos com maior parte da área rural e com zonas muito dispersas. Iniciava-se a distribuição dos recenseadores às 7:30 – 8:00 horas da manhã e quando se chegava no último já era muito tarde, 10-11 horas para se iniciar os trabalhos. No período da tarde, havia o mesmo problema pois alguns recenseadores eram recolhidos relativamente cedo, para se poder dar cobertura a todos.

Na Praia e S. Vicente foram dados um passe a todos os recenseadores e controladores para utilização dos autocarros da TRANSCOR e da MOURA COMPANY, que foi obtido com um desconto feito pelos Administradores das respectivas empresas após um encontro com a Direcção do INE. Estes passes com validade de um mês deveriam ser utilizados durante a formação e recolha com o término a 30 de Junho.

Importa mencionar também que, alguns condutores das viaturas alugadas não estavam disponíveis para trabalhar no ritmo e nas condições que o terreno exigia, alegando que no momento da elaboração do contrato não lhes foi dito que deveriam trabalhar à noite, nos finais de semana e nem que deveriam deslocar-se de forma constante com as equipas.

Apresenta-se a seguir um quadro com a quantidade de viaturas utilizadas durante a recolha em

todos os concelhos durante a fase de recolha de dados.

**Quadro 11: Quantidade de viaturas utilizadas durante a recolha, por concelhos e segundo a fase de recolha de dados**

<i>Concelhos</i>	<i>Nº de viaturas</i>	<i>Alugada</i>	<i>Cedida</i>
Praia	9	5	4 pelo INE
Ribeira Grande de Santiago	2	2	
S. Domingos	2	2	
S. Lourenço dos Orgãos	2	1	1-Câmara Municipal
Santa Cruz	3	2	1- Delegação Ambiente
Santa Catarina de Santiago	6	6	
S. Salvador do Mundo	2	1	1-Câmara Municipal
S. Miguel	2	1	1-Câmara Municipal
Tarrafal de Santiago	4	1	1- Ministério Saúde 1-Minist. Educação 1-Câmara Municipal
Paul	2	2	
Porto Novo	3	3	
Ribeira Grande	5	3	1-Câmara Municipal 1- Delegação Ambiente
S. Filipe	4	4	
Mosteiros	1	1	
Santa Catarina	2	2	
Maio	1	1	
Brava	1	1	
Ribeira Brava	1	1	
Tarrafal de S. Nicolau	1	1	

Sal	2	2	
S. Vicente	6	6	
Boavista	2	1	1-Câmara Municipal
Total	63	49	14

### **11. Período de recolha**

O tempo de recolha de dados no terreno foi condicionado por série de factores endógenos e exógenos:

- ☞ Preparação dos recenseadores
- ☞ Logística e organização dos trabalhos no terreno
- ☞ Questões relacionadas com cartografia
- ☞ Facilidade/dificuldade de acesso às zonas de trabalho
- ☞ Tempo de entrevista
- ☞ Desistência de alguns recenseadores
- ☞ Dificuldades em contactar os representantes dos agregados familiares
- ☞ Algumas perguntas pendentes nos questionários
- ☞ Alguns casos de resistências/recusas
- ☞ Actualização da versão do aplicativo de recolha por três vezes

A Cartografia influenciou no tempo disponível para a realização da recolha devido:

- ☞ Aos DR's que abarcam várias zonas relativamente distantes umas das outras levando o recenseador / controlador muito tempo a percorrê-los;
- ☞ Aos casos de trocas de pontos, na identificação do edifício;
- ☞ Ao desaparecimento do projecto do DR no IBEGE MOBILE GIS;
- ☞ Ao número significativo de pontos novos a ser incluído.
- ☞ Alguns DR's eram relativamente grande, com elevado número de agregados familiares e de entrevistas a serem realizadas.

O tempo de entrevista variou de acordo com a composição do agregado (número de indivíduos, sexo, nº de crianças, nº de velhos, etc.) foi condicionado pela lentidão e bloqueios dos PDA's, na fase inicial dos trabalhos que provocaram algum desconforto e stress, tanto do lado do recenseador como do respondente; e, pela adaptação de muitos recenseadores a esse instrumento, sobretudo durante a primeira semana da recolha.

A ausência excessiva dos representantes dos agregados familiares em casa afectou muito a duração da recolha. A maioria das pessoas que poderia substituir os representantes dos agregados não sabiam responder a várias perguntas. Por conta disso, conforme já referido, muitas entrevistas foram realizadas à noite e muitos agregados foram visitados várias vezes para completar as entrevistas, o que diminuiu o desempenho dos agentes.

Verificou-se fraco envolvimento de alguns recenseadores e desistência de outros, por questões pessoais e/ou relacionadas com transporte e pagamento de subsídios. Em muitos casos os controladores tiveram que substituir os recenseadores na realização de entrevistas e os supervisores fizeram o trabalho dos controladores e, em alguns casos tornaram-se recenseadores, por falta de agentes de reservas para substituir aqueles que desistiram.

Conforme referido, em todos os concelhos os trabalhos deveriam iniciar nos dias 14 e 15 de Junho com o reconhecimento dos limites dos DR's e a recolha seria entre 16 e 30 do mesmo mês. Entretanto, só foi possível fazer o reconhecimento dos DR's no dia 15. Em alguns concelhos, para além do reconhecimento dos DR's foi feito também a colocação de cartazes nas localidades e distribuição de folhetos informativos, brindes alusivos ao Censo permitindo, de algum modo, sensibilizar a população.

A recolha iniciou no dia 16, mas, a partir da segunda semana verificou-se que havia um grande atraso por conta dos problemas acima mencionados. Assim, com vista a atingir os objectivos preconizados, o INE decidiu prolongar o prazo do término para mais uma semana, portanto, dia **7 de Julho**. No entanto, apesar dos constrangimentos a maioria concelhos terminaram 1-2 dias antes do dia 30. Na Praia e no Sal só foi possível terminar no dia 10, na tentativa de resolver casos de recusas e de pendentes nos questionários.

## **12. Avaliação de desempenho dos recenseadores e controladores**

### Aspecto disciplinar

Antes da ida ao terreno, foi realizada uma reunião de todos os elementos da equipa na qual foi estabelecido um contrato, ou seja, um conjunto de regras que têm a ver com as tarefas, os direitos e os deveres de todos os membros da equipa.

De salientar que o mesmo foi cumprido cabalmente. Entretanto, houve algumas situações de conflitos, desistências e abandono que acabou por atrapalhar um pouco os trabalhos por falta de agentes de reserva para se proceder às devidas substituições. É fundamental ter reservas em todas as operações estatísticas, não obstante acarretar um custo para a instituição.

É de realçar o espírito de equipa que foi conseguido na maioria dos casos, graças ao engajamento de todos, à presença de forma permanente dos controladores e supervisores no terreno junto dos recenseadores apoiando-os em tudo o que for necessário.

#### Apresentação dos objectivos e sigilo das informações

No que diz respeito à apresentação dos objectivos do Censo bem como à confidencialidade das informações, os recenseadores não tiveram dificuldades e respeitaram escrupulosamente aquilo que foi ministrado durante a formação

#### Forma de colocação das perguntas e de anotação no PDA

A forma de colocação de perguntas e de anotação no PDA depende do domínio que o inquiridor tem das perguntas do questionário e do manuseio do PDA.

Globalmente os recenseadores e controladores saíram da formação com uma base sólida no que diz respeito aos principais conceitos e definições. Entretanto, tanto no que se refere à colocação de perguntas, como às anotações no PDA, deve-se dizer que, nos primeiros dias, muitos tiveram grandes dificuldades, porém não em todas as perguntas, mas que foram sendo superadas com o apoio e esclarecimento dos supervisores. Entretanto, destacam-se os aspectos mais comuns a quase todos os recenseadores no início da recolha e que foram ultrapassados com o apoio dos supervisores:

- ☞ Como houve alguns casos de trocas de pontos, algumas entrevistas foram realizadas com associação indevida do ponto georreferenciado – vários recenseadores não estavam adoptando o procedimento correcto para a identificação dos pontos no mapa digital. Foi reforçada a instrução de como realizar a ampliação do mapa para melhor identificação do ponto.
- ☞ Alguma dificuldade em identificar os edifícios, quando têm em comum, paredes geminadas e assim quantificar o número de alojamentos;
- ☞ Dificuldade de identificar o número de alojamentos existentes nos prédios mistos;
- ☞ As entrevistas feitas em crioulo (o questionários estava em português) dificultaram em grande parte o desempenho dos recenseadores, porém com o passar do tempo este desafio foi superado;
- ☞ Alguns estavam cometendo erros conceituais e foram orientados conforme o Manual do Agente Recensador;
- ☞ Aas perguntas sobre incapacidade, uma vez que os recenseadores não liam as opções de resposta para os informantes e muitas vezes induziam a respostas negativas;

- ☞ A pergunta: “quantos agregados familiares vivem neste alojamento?” não estava sendo bem entendida pelos entrevistados. Alguns recenseadores não conseguiam diferenciar o conceito de agregado familiar do indivíduo;
- ☞ Alguns recenseadores trocavam a pergunta “Quantas divisões utilizam para dormir?” para “Quantos quartos utilizam para dormir?”, deixando de computar outras divisões que são utilizadas para dormir ou incluindo quartos que não são utilizados habitualmente para dormir;
- ☞ No tema Emigração, a pergunta estava sendo efectuada da seguinte forma: Alguma pessoa que vivia aqui viajou / migrou? Este procedimento poderia incluir pessoas que viajaram de férias, negócios, e que não perderam a condição de residente.

### **13. Acompanhamento dos trabalhos**

O trabalho de acompanhamento da recolha foi realizado pelos controladores, supervisores e coordenadores, e pelo acompanhamento á distância por telefone e mensagens via internet, por parte do Coordenador Nacional e da Coordenadora Técnica. Deve-se lembrar que em todos os concelhos havia um técnico do INE, que era responsável pela qualidade dos dados. Por esta razão não foi possível a realização de visitas da Coordenadora Técnica aos diferentes concelhos, para uma verificação *in-loc* do andamento dos trabalhos.

Durante as actividades de supervisão, para além dos aspectos relacionados com a forma de colocação das perguntas e de anotação no PDA acima descritas, foi constatado que no início, nem todos os supervisores e controladores estavam acompanhando as entrevistas de seus recenseadores, conforme instrução dada durante a formação. Estavam mais envolvidos com resolução dos problemas relacionados com o PDA, do que com o seguimento dos agentes. Os controladores, no início, não estavam realizando backup e a preparação do dado para a exportação, o que dificultou a recuperação dos dados não exportados nos casos de perda acima mencionados.

Posteriormente, visando a corrigir as falhas, os supervisores passaram a fazer reuniões com as equipas envolvidas de muita regularidade, com o objectivo de garantir a qualidade da informação, reforçando alguns conceitos e procedimentos.

Durante esta fase o Gabinete contou com o apoio e assistência técnica de duas equipas do IBGE, que acompanharam os trabalhos de supervisão na Praia, sobretudo nas localidades de: Achada S. Felipe, Vila Nova, Achadinha, Cidadela, Palmarejo, Santa Catarina, Paiol, Castelão, Achada Mato, Ponta d’Água, Achada Grande, Eugénio Lima, Plateau, Achada Santo Antonio, Várzea, Bela Vista, Terra Branca, Prainha, Plateau, Fazenda e Lém Ferreira, Paiol/Coqueiro/Castelão, Vila Nova, Safende, Pensamento, S. Pedro Latada, etc.

Ambas as equipas deram um apoio incondicional, a todas as equipas do terreno, e tiveram uma grande intervenção no esclarecimento de dúvidas relativas aos conceitos, preenchimento das perguntas no PDA, reconhecimento dos DR’s, resolução de casos de recusa, identificação e

captação de pontos. Colaboraram também, com a área de informática, realizando actualização do aplicativo da recolha e exportação dos dados.

# C onceitos

Os conceitos e formas de investigação utilizados no RGPH 2010 foram definidos levando em conta, prioritariamente, as necessidades dos utilizadores, especialmente das instituições governamentais e locais, assim como a sociedade civil de uma maneira geral e organizações internacionais. Foram levadas também em consideração as recomendações internacionais e a comparabilidade tanto nacional como internacional.

São a seguir apresentados todos os conceitos, definições e formas de investigação utilizados no RGPH 2010

## **DIVISÃO POLITICA E ADMINISTRATIVA DO PAÍS**

Do ponto de vista político-administrativo, Cabo Verde esta dividido em Ilhas, Concelhos e Freguesias.

As Freguesias estão divididas em Cidades/ Vilas ou Zonas e Bairros ou Lugares.

Para além desta subdivisão administrativa distingue-se em cada Concelho dois meios de residência: o meio urbano que é constituído pelo conjunto das cidades e vilas do País e o meio rural que é constituído por todo o território situado fora do perímetro urbano.

Para efeitos do recenseamento as divisões administrativas devem ser respeitadas. Assim, para facilitar as actividades estatísticas subdivide-se as Freguesias em áreas ainda menores, chamadas de Distritos de Recenseamento (DR).

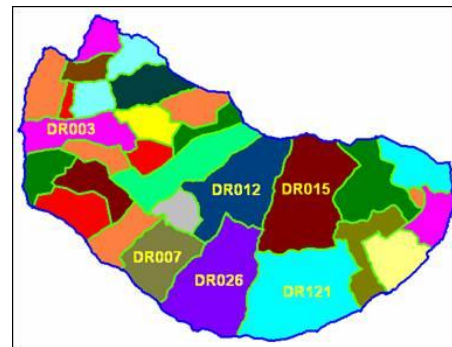
## **DISTRITO DE RECENSEAMENTO**

Um Distrito de Recenseamento (DR) é uma porção do território nacional, cuidadosamente delimitada para efeito de trabalho estatístico. A cada agente recenseador é atribuída uma determinada área de trabalho (Distrito de Recenseamento), dentro da qual nenhum edifício com habitação, alojamento ou pessoa pode ficar por recensear, nem os respectivos questionários por preencher.

Um DR pode ser composto por :



- ☞ Um bairro;
- ☞ Parte de um bairro;
- ☞ Mais do que um bairro;
- ☞ Partes de diferentes bairros;
- ☞ Um lugar;
- ☞ Parte de um lugar;
- ☞ Mais do que um lugar;
- ☞ Partes de diferentes lugares.



**Distritos de Recenseamento**

### **ZONA DE CONTROLO (ZC)**

Uma zona de controlo é um conjunto formado por 4 distritos de recenseamento sob a responsabilidade de um controlador.

### **MAPA**

Mapa é a representação no plano, dos aspectos geográficos, naturais e culturais de um espaço terrestre. Podem representar a totalidade da superfície terrestre ou apenas uma parte.

#### **Componentes do mapa**

Independentemente do tipo de mapa que estivermos a utilizar e da área nele retratada (o mundo, um continente, um país ou apenas um bairro), para que a sua leitura seja facilitada e se considere o mapa completo em termos de concepção deve conter 4 elementos fundamentais:

- **Título** – é o elemento que nos permite identificar o assunto que está representado no mapa e que deve responder a três questões: o **quê, onde e quando?**
- **Orientação** – normalmente aparece sobre a forma da Rosa-dos-ventos desenhada no mapa ou com a indicação de uma seta que indica um dos rumos da Rosa-dos-ventos, na maior parte dos casos o Norte.
- **Legenda** – Serve para nos ajudar a descodificar o significado das cores, dos símbolos e dos sinais convencionais utilizados no mapa.
- **Escala** – é a relação entre as dimensões dos elementos representados em um mapa e aquelas medidas directamente sobre a superfície da Terra

## Localização

Significa determinar a posição exacta de um lugar na superfície da Terra. Pode ser feita de duas formas:

- Relativa (pontos cardeais)
- Absoluta (latitude, longitude e altitude). A localização absoluta utiliza linhas imaginárias de referência.

## SISTEMAS DE COORDENADAS

Para que cada ponto da superfície da Terra possa ser localizado, foi criado um sistema de linhas imaginárias que são chamados de meridianos e paralelos. A utilização de um sistema de coordenadas implica a possibilidade de criar condições para a localização e a orientação de quaisquer objectos, bem como suas relações espaciais.

### Latitude

É a distância, medida em graus, entre o Equador e o lugar considerado. Pode ser medida para Norte ou para Sul do Equador. O seu valor máximo é de 90° nos pólos e o valor mínimo de 0° no Equador.

### Longitude

É a distância, medida em graus, entre o Semimeridiano de Greenwich ou de referência e o lugar considerado. Pode ser medida para Este e para Oeste do Semimeridiano de Greenwich. O seu valor mínimo é de 0° no Semimeridiano de referência e o seu valor máximo é de 180° no semimeridiano oposto ao de referência.

## GPS

Chama-se *GPS (Global Positioning System)* a um conjunto de 24 satélites artificiais responsáveis pela transmissão contínua de informações a receptores, fixos ou móveis, permitindo que estes calculem suas posições com notável precisão.

**Número de satélites a captar:** Quanto maior o número de satélites um receptor GPS conseguir captar, melhor será a precisão. É necessário algum tempo para que o GPS possa obter o número mínimo de satélites (3 a 9 satélites) necessários para obter o posicionamento, assim como as suas coordenadas. As unidades GPS geralmente não funcionam dentro de casas ou outras coberturas, debaixo de água ou terra. Prédios, terrenos, interferências electrónicas ou uma cobertura densa de uma floresta, por exemplo, podem bloquear o envio/recepção do sinal, causando erros de posição, ou eventualmente nenhuma leitura de posição.

## MOMENTO CENSITÁRIO

O “**momento censitário**”, ou **data de referência** da informação, corresponde ao dia e hora em relação aos quais se recolhem todos os dados. A referência a este momento é fundamental para evitar duplicações ou omissões de contagens que podem ser provocadas pela deslocação das pessoas.

Assim, a residência e a presença, bem como a maior parte dos dados pretendidos, referem-se às **00 horas do dia 16 de Junho de 2010**.

## DEFINIÇÕES DAS UNIDADES ESTADÍSTICAS A OBSERVAR

### EDIFÍCIO

É considerado edifício, toda a construção independente, coberta, limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão da fundação à cobertura, destinada a servir de habitação ou outros fins.

Um edifício é, por princípio, uma construção distinta:

- ☞ Tem uma entrada particular;
- ☞ Não tem habitualmente comunicação com outros edifícios;
- ☞ Pode ter um número de identificação independente (nº de lote, de porta, de bloco, etc.)

### Serão recenseados como edifícios:

- ☞ Todas as construções que contenham um ou mais alojamentos;
- ☞ Todas as construções destinadas à habitação (moradias, vivendas, edifícios de apartamentos, etc.), **mesmo que se encontrem vazias ou sejam de residência secundária**;
- ☞ Todas as construções, ainda que principalmente destinadas a actividades económicas, e que integrem pelo menos um alojamento. É o caso de uma fábrica que possui no seu interior um alojamento para o guarda ou de um prédio ocupada por escritórios onde existe um alojamento para o porteiro.
- ☞ Todas as construções que constituam alojamentos colectivos (hotéis, pensões e convivências – hospitais, prisões, lares de estudantes, etc.).
- ☞ Todas as barracas, alojamentos móveis (tendas, contentores, barcos, caravanas, etc.), ou outros **alojamentos em locais não destinados à habitação** desde que, no momento censitário, estejam ocupados por pessoas;

- ☞ Todos os edifícios, que ainda se encontrem em construção e que estejam ocupados no momento censitário. Exemplo: os edifícios em construção cujos guardas e /ou trabalhadores ocupam parte desta como habitação permanente.

Entende-se **por locais não destinados à habitação** qualquer construção que tenha sido concebida de raiz para actividades económicas (fábricas, escritórios, celeiros, etc.) ou qualquer outro lugar que esteja habitado no momento censitário (garagens, gruta, vão de escada, entradas de prédios ou partes inferiores de pontes onde se encontrem os sem abrigos, etc.) desde que não tenha sido transformado para habitação.

**Não serão recenseados:**

- ☞ Todos os edifícios que se destinam exclusivamente à actividade económica, serviços públicos, empresas privadas, etc.;
- ☞ Todos aqueles que se encontrem ainda em construção e não ocupados no momento censitário;
- ☞ Todos os que se encontrem em ruínas e não ocupados no momento censitário;
- ☞ Edifícios totalmente ocupados pelos serviços consulares ou embaixadas;

**Casos particulares de edifícios:**

- ☞ No caso das construções em fila, faz-se corresponder um edifício a cada entrada independente.
- ☞ Nas construções “em círculo” ou em “rectângulo” ou “condomínios fechados”, considera-se um ou mais edifícios conforme a sua estrutura, tendo em conta as entradas independentes.

No caso de certos edifícios constituídos por vários **módulos**, onde possam surgir dúvidas quanto à identificação do edifício, deve-se ter em consideração as características da casa principal.

Quando existirem habitações anexas onde vivem famílias que nelas fazem a sua vida privada completa (cozinhar, dormir, arrecadação de objectos pessoais, etc.), deve-se considerar esses anexos como um edifício autónomo em relação ao principal.

**ALOJAMENTO**

Entende-se por alojamento todo o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação e que no momento censitário, não está a ser utilizado totalmente para outros fins.

Existem casos de alojamentos que embora não tendo sido construídos para fins habitacionais, estão ou são utilizados como alojamento.

Por distinto e independente entende-se o seguinte:

<b>Distinto</b>	Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade, arcando total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou habitação.
<b>Independente</b>	Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento.

**Serão ainda recenseados como alojamentos:**

- ☞ As instalações móveis (tendas, barcos, caravanas, contentores, etc.), barracas e as improvisadas em locais não destinados à habitação que, no momento censitário, estão a ser utilizadas como local de habitação de pelo menos um agregado familiar;
- ☞ Todas as instalações que, em princípio, não foram construídas, reconstruídas ou transformadas para a habitação e que no momento do recenseamento estão ocupadas para esse fim;
- ☞ As instalações colectivas (hotéis, pensões e Similares, lares, prisões, hospitais, quartéis, etc.) quando em funcionamento no momento censitário, com ou sem utentes.

**Não serão recenseados como alojamentos**

Os locais construídos para habitação que no momento censitário estão sendo inteiramente utilizados para fins Não de habitação, como por exemplo, um apartamento construído para habitação e que se encontre totalmente ocupado por um consultório medico, um escritório de advocacia, etc.

Só se caracteriza correctamente a existência de mais de um alojamento num edifício quando forem atendidos, **simultaneamente**, os critérios de separação e independência.

Dessa forma, devem ser considerados partes integrantes do alojamento

- ☞ Os compartimentos contíguos a uma habitação e utilizados para fins habitacionais pelo (s) agregado (s) que o (s) ocupa (m);
- ☞ Os compartimentos isolados, mas próximos, e que foram construídos para fazer parte integrante do alojamento e que se destinam também à habitação do agregado familiar (quartos, cozinha, casa de banho, etc.).

Os alojamentos podem ser de dois tipos: alojamento familiar e alojamento colectivo.

## ALOJAMENTO FAMILIAR

Define-se como alojamento familiar todo o alojamento que pelo modo como foi construído, ou como está a ser utilizado, se destina a alojar, normalmente, apenas um agregado familiar, embora nele possam residir vários agregados no momento censitário. Os alojamentos familiares podem ser de dois tipos:

### 1. Alojamento familiar clássico

Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso directo ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico são consideradas como parte integrante do mesmo.

Estão incluídos neste grupo os seguintes alojamentos:

*Moradia independente*

É um alojamento (rés do chão ou duplex) cercado por muros de tipo clássico e cuja entrada principal dá, geralmente, para uma rua ou para um terreno circundante ao edifício, estruturalmente construído para habitar um só agregado familiar, apesar de no momento censitário poder haver mais do que um agregado familiar.

*Apartamento*

É um alojamento inserido num edifício com 2 ou mais alojamentos, cuja entrada principal dá, geralmente, para uma escada, um corredor ou um pátio

### 2. Alojamento familiar não clássico

Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado ou não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos um agregado familiar no momento censitário.

Estão incluídos neste grupo os seguintes alojamentos:

<i>Barraca</i>	Construção independente feita em geral com vários materiais velhos, usados e/ou grosseiros. Inclui-se neste grupo as casas de lata / bidão e as construções feitas com madeira aparelhada, que não foi previamente preparada para esse fim (habitações de operários construídas normalmente com tábuas destinadas a cofragens).
<i>Alojamento móvel</i>	Instalação construída para ser transportada ou que seja uma unidade móvel (contentores, barco, carro de campismo, entre outros).
<i>Improvisado em edifício não destinado à habitação</i>	Alojamento situado numa construção permanente que não foi reconstruída ou transformada para habitação, nem sofreu adaptação funcional para esse fim e esteja habitada no momento censitário. São exemplos: os alojamentos nas fábricas, escolas, chafarizes, etc.
<i>Outro local habitado</i>	Todo o alojamento diferente das modalidades acima referidas

## ALOJAMENTO COLECTIVO

Define-se como alojamento colectivo todo o alojamento, estruturalmente separado e independente que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar um conjunto de pessoas e que, no momento censitário está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes.

### Tipos de alojamento colectivo:

- **Hotéis, Residenciais e Similares**

Alojamento colectivo que ocupa a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes, que se destina a albergar um conjunto de pessoas sem objectivos comuns e segundo um determinado preço, tal como um hotel ou uma pensão entre outros. Incluem-se também os estabelecimentos de turismo em espaço rural.

- **Convivências:**

Alojamento colectivo que ocupa a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes ou de circunstância e que se destina a ser habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade ou a um regime comum e ligadas por um objectivo ou interesses pessoais comuns.

Incluem-se neste grupo as instituições de Apoio Social (lar de idosos, instituições de acolhimento para crianças), Educação (lares de estudantes, colégios internos – tipo S. Jorginho e INIDA), Saúde (hospital, centros de saúde), Religiosa (lar de freiras, convento, mosteiro, etc.), Militar, Prisional e Trabalho, etc.

## **AGREGADO FAMILIAR**

É um conjunto formado por uma ou mais pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente debaixo do mesmo tecto, sob a responsabilidade de um representante, partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, a despesa da habitação, alimentação e/ou vestuário.

### **Atenção aos seguintes casos:**

- ☞ **Filhos casados ou vivendo em união de facto** e vivem com os pais na mesma casa de forma independente (não partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e/ou vestuário) formam um agregado familiar à parte;
- ☞ **Um grupo de pessoas** aparentadas ou não que vive na mesma casa constitui um só agregado familiar, se partilha o essencial das despesas de alojamento e alimentação.
- ☞ **Um grupo de pessoas** aparentadas ou não que vive na mesma casa e que partilha somente as despesas de alojamento constitui agregados separados (caso dos imigrantes, dos estudantes, etc.).
- ☞ **Uma empregada doméstica** que vive em casa do patrão faz parte do agregado familiar do patrão.

## **REPRESENTANTE DO AGREGADO FAMILIAR**

É a pessoa responsável pelo agregado familiar, reconhecida como tal pelos restantes membros.



Em cada agregado familiar deverá haver sempre um representante e deve ser uma pessoa aí residente, podendo estar presente ou não no momento da entrevista.

## POPULAÇÃO RESIDENTE

Toda a pessoa que vive habitualmente (há 6 meses ou mais) num agregado familiar, independentemente de ali ter ou não **passado a noite de 15 para 16 de Junho** de 2010;

Toda a pessoa que vive, há menos de 6 meses, num agregado familiar, mas que tenciona aí ficar durante seis meses ou mais.

### *Exemplos:*

- ☞ Um trabalhador que acaba de ser transferido;
- ☞ Um bebé que acaba de nascer;
- ☞ Uma pessoa que pertencia a um agregado e que passou a pertencer a um outro por motivos diversos.

### **Residente presente (RP)**

Toda a pessoa que reside habitualmente (há 6 meses ou mais) no agregado e ali passou **a noite de 15 para 16 de Junho de 2010**.

Inclui-se ainda nesta modalidade:

- ☞ Pessoa que na noite de referência não dormiu na sua casa por motivo de trabalho por um período não superior a 1 (um) dia.

*Exemplo:* Guardas e outros trabalhadores nocturnos ou por turnos

- ☞ Pessoa que na noite de referência não dormiu na sua casa por se encontrar numa festa.

### **Residente ausente (RA)**

Toda a pessoa que reside habitualmente no agregado familiar, mas na **noite de 15 para 16 de Junho de 2010** se encontrava temporariamente ausente, ou seja, estava fora do local de residência ou do país, por um período inferior a 6 meses e tenha intenção de retorno.

### **Não devem ser incluídos:**

- ☞ Pessoas a cumprirem serviço militar obrigatório

- ☞ Estudantes que se encontram no estrangeiro ou fora da sua Freguesia por um período superior a 6 meses.

## POPULAÇÃO NÃO RESIDENTE - VISITA

Toda a pessoa que passou a noite **de 15 para 16 de Junho de 2010** no agregado familiar, mas que ali não reside habitualmente e nem tem intenção de ficar por 6 meses ou mais.

### *Exemplo:*

Pessoas que no momento censitário estavam em Cabo Verde por motivos de férias, de trabalho, de formação, de participação em seminários, desde que seja por um período de menos de 6 meses.

**A seguir serão apresentados os conceitos das variáveis pesquisadas para cada unidade estatística de observação de acordo com a sua ordem nos questionários.**

## UNIDADE ESTATÍSTICA – EDIFÍCIO

### **TIPO DE EDIFÍCIO**

O objectivo desta variável é caracterizar o tipo de edifício, ou seja, distinguir os edifícios “clássicos” (construções cuja estrutura e materiais empregues têm um carácter não precário, cuja duração esperada é de pelo menos 10 anos) dos edifícios não clássicos, ou seja, construções de outro tipo, como sejam as construções improvisadas ou de acaso – barracas, contentores, tendas, caravanas, abrigos naturais.

Entre os edifícios clássicos ainda se distingue os que já estão completamente concluídos, não apresentando nenhum sinal de evolução na vertical ou na horizontal, com revestimento (no caso de rebocada pode ser com ou sem pintura) e com toda as portas e janelas instaladas, dos que ainda não estão.

A variável será observada de acordo com as seguintes modalidades de resposta:

*Edifício clássico com 1 alojamento*

Inclui-se nesta modalidade todo o edifício de habitação construído estruturalmente para possuir **um alojamento** e com entrada a dar geralmente para uma rua ou um terreno circundante ao edifício.

<p><i>Edifício clássico com 2 alojamentos</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo o edifício de habitação construído estruturalmente para possuir <b>dois alojamentos</b> e com entrada a dar geralmente para uma rua ou um terreno circundante ao edifício. Os dois alojamentos podem estar em pisos diferentes ou no mesmo piso.</p>
<p><i>Edifício clássico com 3 ou mais alojamentos</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo o edifício de habitação construído estruturalmente para possuir <b>três ou mais alojamentos</b>, com entrada a dar geralmente para uma escada, hall ou corredor, ainda que no período de referência não estejam todos a ser utilizados para fins habitacionais.</p>
<p><i>Outro tipo clássico</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo o edifício clássico que não corresponda às tipologias anteriores, como seja, os edifícios que constituam <b>alojamentos colectivos</b>, ou de uma <u>escola ou uma fábrica que contém um alojamento de residência habitual</u>.</p>
<p><i>Edifícios não clássicos</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo as construções improvisadas ou de acaso, construídas geralmente com materiais precários, não definitivos.</p> <p>São exemplos as barracas (casas de bidão/lata), casas de madeira de cofragem), os contentores, etc.</p>

**Os edifícios clássicos são classificados de acordo com a sua conclusão.**

<p><i>Concluído</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo o edifício que está completamente construído, não apresentando nenhum sinal de evolução na vertical ou na horizontal, com revestimento</p>
-------------------------	---

	<p>(no caso de rebocada pode ser com ou sem pintura) e com toda as portas e janelas instaladas.</p> <p>Considera-se ainda como concluído todos os edifícios tradicionais feitos só de pedra.</p>
<p><i>Não concluído</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo o edifício que apresente sinais de evolução da construção e/ou com as paredes sem revestimento ou com falta de portas e janelas.</p>

De acordo com as recomendações internacionais as variáveis que a seguir se apresentam, apenas são observadas para os edifícios clássicos; os edifícios clássicos de outro tipo e os não clássicos, embora objecto de contagem, não são caracterizados pelo recenseamento.

### **TIPO DE UTILIZAÇÃO**

Esta variável tem por objectivo conhecer a utilização que é dada a cada edifício como um todo, classificando os edifícios em função do tipo de utilização a que estão sujeitos no momento censitário.

A variável será observada de acordo com as seguintes modalidades de resposta:

<p><i>Edifício afecto exclusivamente à habitação</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo o edifício em que a totalidade da área útil esteja afectada à habitação ou usos complementares desta (por exemplo: estacionamento, arrecadação ou usos sociais).</p> <p>Inclui-se ainda todos os edifícios que estejam totalmente ocupados com alojamentos colectivos cuja finalidade seja a hospedagem ou residência de pessoas.</p> <p><b>Exemplos:</b> hotéis e Similares, lares de idosos, lar de estudantes, lares de freiras, aldeia SOS).</p>
<p><i>Edifício com maior parte da área afectada à habitação</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo o edifício em que metade ou a maior parte da área útil (50 a 99%) esteja afectada à habitação podendo existir actividades comerciais ou de serviços no rés-</p>

	do-chão ou em qualquer piso.
<i>Edifício com maior parte da área afectada a fins diferentes da habitação</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o edifício em que a parte afectada à habitação ou funcionalmente a ela afectada corresponda a menos de metade da área útil (menos de 50%), estando a maior parte da área afectada a outros fins que não os da habitação, ou seja, ocupadas com escritórios, comércio ou outras actividades económicas.

### ***NÚMERO DE PISOS (PAVIMENTOS)***

O objectivo desta variável é quantificar o número de pisos do edifício.

Por piso (pavimento) entende-se cada um dos planos habitáveis ou utilizáveis do edifício, qualquer que seja a sua relação com o nível do terreno. Serão considerados como pisos o rés-do-chão, a cave, o sótão, o piso recuado, habitáveis ou utilizáveis com funções complementares da habitação, como os que servem de garagens, parqueamentos, arrecadações, etc.

### ***PRINCIPAIS MATERIAIS UTILIZADOS NO REVESTIMENTO DAS PAREDES EXTERNAS DA FACHADA PRINCIPAL***

O objectivo desta variável é caracterizar o tipo de material utilizado no revestimento das paredes exteriores da fachada principal do edifício.

Quando o edifício tenha no revestimento exterior mais que um tipo de material deve ser considerado aquele é utilizado na maior parte das paredes exteriores.

A variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

<i>Revestida com reboco sem pintura</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o edifício cuja parede da fachada principal é revestida com argamassa (normalmente, areia misturada com cimento) e sobre a qual não foi feita nenhuma pintura.
<i>Revestida com reboco e com pintura ou marmorite</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o edifício cuja parede da fachada principal é revestida com argamassa (normalmente, areia misturada com cimento) e sobre a qual foi feita pintura.  Inclui-se igualmente nesta modalidade todo o edifício cuja parede da fachada principal é revestida com <b>marmorite</b> (material que corresponde a uma mistura

	<p>de areia, cimento e granulado de vidro ou de pedra, com acabamento polido ou rugoso, a qual é aplicada sobre as paredes).</p>
<p><i>Revestida com azulejos, ladrilhos ou outro material cerâmico</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo o edifício cuja parede da fachada principal é revestida com materiais pré-fabricados, tais como, azulejos, ou outro tipo de cerâmico, normalmente com dimensões inferiores às do azulejo, que são aplicados nas paredes como acabamento final.</p>
<p><i>Revestida com outros materiais</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo o edifício cuja parede da fachada principal é revestida com materiais não previstos nas modalidades anteriores.</p> <p><b>Exemplo:</b> vidro, madeira, betão à vista, mármore, granito, pedra rústica, etc.</p>
<p><i>Sem revestimento com blocos à vista</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo o edifício cuja parede da fachada principal não esteja revestida por nenhum material acima mencionado e apresenta os blocos à vista.</p>
<p><i>Sem revestimento com pedra à vista</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade todo o edifício cuja parede da fachada principal não esteja revestida por nenhum material acima mencionado e apresenta as pedras à vista.</p> <p>Incluem-se todos os edifícios tradicionais feitos com pedra.</p>

### TIPO DE COBERTURA E MATERIAIS UTILIZADOS NO SEU REVESTIMENTO

Esta variável tem como propósito caracterizar o tipo de cobertura do edifício. De acordo com as recomendações, apenas é pertinente identificar os materiais utilizados no seu revestimento quando se estiver perante uma cobertura inclinada.

A variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

<i>Inclinada, revestida a telhas (fibrocimento, telhas metálicas, etc.)</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o edifício com a cobertura inclinada e revestida com telhas.
<i>Inclinada, revestida em betão</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o edifício com a cobertura inclinada e revestida com betão.
<i>Inclinada, revestida com palha</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o edifício com a cobertura inclinada e revestida com palha.
<i>Inclinada, revestida com chapas metálicas "bidão"</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o edifício com a cobertura inclinada e revestida com chapas metálicas do tipo bidão ou lata.
<i>Inclinada, revestida com outro material (cartão, madeira, etc.)</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o edifício com a cobertura inclinada e revestida com outro material não identificado anteriormente.  <i>Exemplo:</i> revestida com madeira, cartão, ...
<i>Em terraço (de betão armado);</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o edifício com a cobertura em terraço e revestida com betão armado
<i>Mista (inclinada e terraço)</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o edifício cuja cobertura seja mista, ou seja, tenha parte com cobertura inclinada e parte em terraço.

### ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO

Pretende-se com esta variável identificar o período de construção do edifício, de modo a caracterizar a idade do parque habitacional.

Por época de construção entende-se o período de construção do edifício propriamente dito ou o período de construção da parte principal do edifício, isto é, aquela que corresponde à estrutura,

quando diferentes partes de um edifício correspondem a épocas distintas; ou o período de reconstrução, para os edifícios que sofreram uma transformação completa.

Considera-se que um edifício sofreu uma transformação completa quando foi alvo de uma obra de reconstrução, ou seja, de uma obra de construção subsequente à demolição total ou parcial de uma edificação existente, das quais resulta a manutenção ou reconstituição da fachada, da cêrcea e do número de pisos.

A variável será classificada de acordo com a seguinte proposta de modalidades:

1. Antes 1975
2. De 1975 a 1979
3. De 1980 a 1984
4. De 1990 a 1989
5. De 1990 a 1994
6. De 1995 a 1999
7. De 2000 a 2004
8. De 2005 a 2010
9. Não sabe / Não respondeu

### ***NÚMERO DE ALOJAMENTOS***

O objectivo desta variável é contabilizar o número de locais ou espaços distintos e independentes (alojamentos ou fogos), delimitados por paredes e cobertos, que permitam a residência de um ou mais indivíduos.

Não serão contabilizados como alojamentos, os locais construídos para habitação que, no momento censitário, estejam a ser inteiramente utilizados para fins não residenciais.

A variável será observada com a indicação do número de alojamentos.

<b>UNIDADE ESTATÍSTICA – ALOJAMENTO</b>
---

### ***TIPO DE ALOJAMENTO***

A observação desta variável é fundamental para definir as categorias em que se dividem os alojamentos, pois só a partir de uma definição precisa de cada uma delas poderemos, na prática, determinar se estamos ou não perante um alojamento.

O objectivo desta variável é classificar os alojamentos segundo a natureza do conjunto de indivíduos que os ocupa, podendo distinguir-se três situações:

#### ***Alojamento familiar***



Define-se como alojamento familiar todo o alojamento que pelo modo como foi construído, ou como está a ser utilizado, se destina a alojar, normalmente, apenas um agregado familiar, embora nele possam residir vários agregados no momento censitário.

Os alojamentos familiares podem ser de dois tipos:

### ***1. Alojamento familiar clássico***

Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso directo ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros). As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico são consideradas como parte integrante do mesmo.

Estão incluídos neste grupo os seguintes alojamentos:

<i>Moradia independente</i>	É um alojamento (rés do chão ou duplex) cercado por muros de tipo clássico e cuja entrada principal dá, geralmente, para uma rua ou para um terreno circundante ao edifício, estruturalmente construído para habitar um só agregado familiar, apesar de no momento censitário poder haver mais do que um agregado familiar.
<i>Apartamento</i>	É um alojamento inserido num edifício com 2 ou mais alojamentos, cuja entrada principal dá, geralmente, para uma escada, um corredor ou um pátio

### ***2. Alojamento familiar não clássico***

Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado ou não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos um agregado familiar no momento censitário.

Estão incluídos neste grupo os seguintes alojamentos:

<i>Barraca</i>	Construção independente feita em geral com vários materiais velhos, usados e/ou grosseiros. Inclui-se neste grupo as casas de lata / bidão e as construções feitas com madeira aparelhada, que não foi previamente preparada para esse fim (habitações de operários construídas normalmente
----------------	---

	com tábuas destinadas a cofragens).
<i>Alojamento móvel</i>	Instalação construída para ser transportada ou que seja uma unidade móvel (contentores, barco, carro de campismo, entre outros).
<i>Improvisado em edifício não destinado à habitação</i>	Alojamento situado numa construção permanente que não foi reconstruída ou transformada para habitação, nem sofreu adaptação funcional para esse fim e esteja habitada no momento censitário. São exemplos: os alojamentos nas fábricas, escolas, chafarizes, etc.
<i>Outro local habitado</i>	Todo o alojamento diferente das modalidades acima referidas

### **ALOJAMENTO COLECTIVO**

Define-se como alojamento colectivo todo o alojamento, estruturalmente separado e independente que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar um conjunto de pessoas e que, no momento censitário está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes.

#### **Tipos de alojamento colectivo:**

- **Hotéis, Residenciais e Similares**

Alojamento colectivo que ocupa a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes, que se destina a albergar um conjunto de pessoas sem objectivos comuns e segundo um determinado preço, tal como um hotel ou uma pensão entre outros. Incluem-se também os estabelecimentos de turismo em espaço rural.

- **Convivências:**

Alojamento colectivo que ocupa a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes ou de circunstância e que se destina a ser habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade ou a um regime comum e ligadas por um objectivo ou interesses pessoais comuns.

Incluem-se neste grupo as instituições de Apoio Social (lar de idosos, instituições de acolhimento para crianças), Educação (lares de estudantes, colégios internos – tipo S. Jorginho e INIDA), Saúde (hospital, centros de saúde), Religiosa (lar de freiras, convento, mosteiro, etc.), Militar, Prisional e Trabalho, etc.

### **FORMA DE OCUPAÇÃO**

O objectivo desta variável é obter informação sobre a forma de ocupação do alojamento familiar, distinguindo-se num primeiro nível os ocupados dos vagos. Para os alojamentos não ocupados deve ser observado o motivo da não ocupação.

**Alojamento familiar ocupado:** é o alojamento familiar que, no momento censitário está afecto à habitação de uma ou mais famílias e que, por isso, não está disponível no mercado de habitação. Serão individualizadas as seguintes situações:

- ☞ ***Residência habitual*** – alojamento familiar que constitui a residência principal habitual de, pelo menos, uma família;
- ☞ ***Uso sazonal ou secundário*** – alojamento familiar não disponível no mercado de habitação, que só é utilizado periodicamente e onde ninguém tem a sua residência principal habitual.

**Alojamento familiar vago:** é o alojamento familiar clássico que, no momento censitário, se encontra disponível no mercado da habitação. Serão individualizadas as seguintes situações:

- ☞ ***Para venda*** – o alojamento está disponível no mercado de habitação para ser transaccionado;
- ☞ ***Para arrendar*** – o alojamento está disponível para ser ocupado por alguém que pague, para isso e periodicamente, um montante em dinheiro (renda);
- ☞ ***Por outros motivos*** – o alojamento está vago por razões que não caibam nas situações anteriores, como seja por exemplo, o caso de um alojamento abandonado e/ou em estado de deterioração que só possa ser habitado após obras de beneficiação.
- ☞ ***Sem informação*** – quando não é possível obter qualquer informação sobre o motivo.

<p style="text-align: center;"><b>AS VARIÁVEIS SEGUINTE FORAM OBSERVADAS SOMENTE NOS <u>ALOJAMENTOS HABITADOS COMO RESIDENCIA HABITUAL</u></b></p>
--

### **PROPRIETARIO DO ALOJAMENTO**

Pretende-se com esta variável identificar o proprietário do alojamento, ou seja se este pertence ao privado, ao Estado ou às câmaras Municipais.

A variável será classificada com as seguintes modalidades:

- ☞ **Privado /pessoa particular** – sempre que o alojamento é propriedade de um particular, independentemente que este seja o morador no momento censitário.
- ☞ **Estado** – sempre que o alojamento é propriedade do Estado. Inclui-se Ministérios, Instituições Publicas, Direcções Gerais, Serviços desconcentrados do Estado.
- ☞ **Câmara Municipal** – sempre que o alojamento é propriedade das Câmaras Municipais.
- ☞ **Não sabe** – somente quando não é possível identificar o proprietário do alojamento.

### ***NÚMERO DE DIVISÕES***

O objectivo desta variável é quantificar o número de divisões do alojamento.

Entende-se por divisão o espaço, num alojamento, delimitado por paredes. De um modo geral, quartos, salas de jantar, salas de estar, ou outros espaços utilizados para habitação devem ser contabilizados como divisões desde que satisfaçam as condições acima referidas.

Não são considerados como divisões corredores, halls, vestíbulos, varandas, marquises, cozinhas, casas de banho e despensas, ainda que possam satisfazer as condições definidas de divisão.

As divisões afectas exclusivamente a actividades económicas não devem ser contabilizadas.

### ***LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA***

O objectivo desta variável é conhecer se o alojamento tem ligação a rede pública de distribuição de água, independentemente desta ser ou não a principal fonte de água para consumo doméstico no alojamento.

A variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

<i>Sim, no interior do alojamento</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento que tem água canalizada na cozinha ou na casa de banho.
<i>Sim, no exterior do alojamento</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento que tem água canalizada somente no quintal, e em nenhuma das divisões que o integram (cozinha, casa de banho) ou, só possui uma torneira afixada na parede exterior do alojamento.
<i>Não tem água canalizada da rede pública</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o

--

alojamento que não tem água canalizada nem no interior nem no exterior.
---

Situações especiais de observação:

- ☞ Quando o alojamento tem em anexo (no quintal, etc.) a cozinha e/ou a casa de banho, e dentro destas possui água canalizada, considera-se essa situação como existindo água no interior do alojamento.
- ☞ Quando um alojamento dispuser de água canalizada no quintal, mas não em qualquer das divisões que o integram (cozinha, casa de banho), deverá ser considerado como tendo água canalizada no exterior do alojamento ou no edifício, mas fora do alojamento.

### ***ACESSO A ELECTRICIDADE***

O objectivo desta variável é conhecer se o alojamento tem ou não ligação a rede distribuição de electricidade seja ela legal ou não.

A variável será classificada de acordo com as seguintes modalidades:

- Sim
- Não

### ***INSTALAÇÕES SANITÁRIAS***

Esta variável tem como objectivo conhecer a existência de instalações sanitárias, ou seja, de um dispositivo para a defecação, e proceder à sua caracterização.

Define-se como **sanita** um dispositivo ligado à uma fossa séptica ou à rede pública de esgoto que permite a evacuação dos excrementos.

Por **autoclismo** entende-se o sistema mecânico para abastecimento de água no interior da sanita/retrete.

Entende-se por **latrina** uma pequena construção ou estrutura geralmente separada da casa, aonde as pessoas vão fazer as suas necessidades fisiológicas (fezes e urina).

A variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

<i>Sim, sanita com autoclismo</i>
-----------------------------------

Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento que tenha pelo menos uma sanita ligada a um autoclismo em funcionamento.
---

<i>Sim, sanita sem autoclismo</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento que tenha pelo menos uma sanita mas que não esteja ligada a um autoclismo em funcionamento.
<i>Latrina</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento que tenha pelo menos uma latrina.
<i>Nem retrete nem latrina</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento que não tenha sanita nem latrina.

### **INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE**

Pretende-se com esta variável conhecer a existência ou não de instalação de banho ou duche, ou seja se o alojamento possui uma banheira com chuveiro.

Entende-se por instalação de banho ou duche a instalação ligada, de modo permanente, a um sistema de canalização de água e a um sistema de esgoto que permita a evacuação das águas residuais, resultantes do banho, para fora do alojamento.

Não considere-se como instalação de banho ou duche a simples existência de um lavatório (ligado ou não a uma rede de esgoto/fossa séptica), nem as instalações improvisadas com recipientes suspensos que, enchidos manualmente, sirvam de chuveiro.

A variável será classificada de acordo com as seguintes modalidades:

- Sim
- Não

### **SISTEMA DE EVACUAÇÃO AGUAS RESIDUAIS**

O objectivo desta variável é conhecer a disponibilidade e o tipo de sistema de evacuação de águas residuais do alojamento.

Entende-se por sistema de evacuação das águas residuais toda a instalação permanente que permita a evacuação das águas residuais de um alojamento para fora do mesmo.

A variável será classificada de acordo com as seguintes modalidades:

- Sim, ligado a rede pública de esgotos;
- Sim, ligado a uma fossa séptica
- Não

Entende-se por **rede pública de esgotos** o caso de existência de uma rede de esgotos (existente somente em alguns bairros da Cidade da Praia, Cidade do Mindelo, Cidade do Porto Novo, ...) que capta todos os despejos e os canaliza segundo uma determinada via.

**Fossa séptica** é um receptáculo de estrutura especial que, por via de uma canalização apropriada, recebe as águas residuais de um ou poucos alojamentos, com determinados processos de assepsização.

## **COZINHA**

Esta variável tem como objectivo observar se o alojamento dispõe ou não de cozinha kitchenette.

Entende-se por **cozinha** o local destinado para a preparação das principais refeições, que seja de facto utilizado para este fim, mesmo que também sirva como sala de jantar, sala de estar, etc. A cozinha poderá encontrar-se separada do alojamento (no quintal por exemplo).

Por **kitchenette** entende-se um pequeno espaço, dentro de uma divisão, usualmente separado por um pequeno balcão ou Similar, dedicado à confecção dos alimentos. Esta situação encontra-se de forma mais frequente em zonas urbanas e em apartamentos de menor área.

As modalidades desta variável são:

- ☞ Sim, no interior do alojamento
- ☞ Sim, no exterior do alojamento
- ☞ Não

## **MATERIAL UTILIZADO NO PAVIMENTO**

O objectivo desta variável é obter informação sobre o principal material utilizado na maior parte do pavimento das divisões do alojamento.

A variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

<i>Cimento</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento cujo pavimento é de cimento.
<i>Madeira / Parquet</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento cujo pavimento é revestido com madeira ou parquet, taco ou tábuas preparadas para essa finalidade.
<i>Mosaico</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento cujo pavimento é revestido de

	mosaico.
<i>Mármore / granito</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento cujo pavimento é revestido de mármore ou granito.
<i>Terra</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento cujo pavimento é revestido de terra batida.
<i>Outro</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o alojamento cujo pavimento é revestido de qualquer outro material não descrito anteriormente.

### ***QUANTIDADE DE AGREGADOS QUE VIVEM NO ALOJAMENTO***

Esta variável tem como objectivo contabilizar quantos agregados compartilham o mesmo alojamento.

Ou seja, permite observar o tipo de ocupação a que o alojamento está sujeito, distinguindo-se os que têm ocupação simples – ocupada por um só agregado familiar – dos que têm uma ocupação partilhada – alojamento ocupado por mais do que um agregado familiar.

### ***NÚMERO DE DIVISOES POR OCUPANTE (DERIVADA)***

O objectivo desta variável é conhecer o rácio entre o número de divisões do alojamento e o número de ocupantes.

### ***INDICADORES DE OCUPAÇÃO (VARIÁVEL DERIVADA)***

Estes indicadores têm como objectivo caracterizar a ocupação dos alojamentos familiares clássicos em função do número médio de divisões, agregados e pessoas residentes.

**Número médio de divisão por alojamento:** média do número de divisões em alojamentos familiares clássicos.

**Número médio agregado por alojamento:** média do número médio de agregados familiares residentes em alojamentos familiares clássicos.

**Número médio de pessoas por alojamento:** média número de pessoas residentes em alojamentos familiares clássicos.



**Número médio de pessoa por divisão:** média do número de indivíduos residentes por divisão dos alojamentos familiares clássicos.

## UNIDADE ESTATÍSTICA – AGREGADO FAMILIAR

### SECÇÃO I – Condições de vida dos agregados

Um dos objectivos do RGPH 2010 é estudar as condições de vida dos agregados familiares.

Com a introdução da unidade estatística alojamento como unidade de observação directa muitas das variáveis que antes eram observadas para o agregado passam a referir-se ao alojamento como unidade de observação.

De modo a recolher informações sobre as condições de vida dos agregados familiares optou-se por introduzir o questionário sobre as condições de vida que é aplicado a cada um dos agregados que habitam o alojamento de modo separado.

Entende-se por **agregado familiar** um conjunto formado por uma ou mais pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente debaixo do mesmo tecto, sob a responsabilidade de um representante, partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, a despesa da habitação, alimentação e/ou vestuário.

#### Atenção aos seguintes casos:

- ☞ **Filhos casados ou vivendo em união de facto** e vivem com os pais na mesma casa de forma independente (não partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e/ou vestuário) formam um agregado familiar à parte;
- ☞ **Um grupo de pessoas** aparentadas ou não que vive na mesma casa constitui um só agregado familiar, se partilha o essencial das despesas de alojamento e alimentação.
- ☞ **Um grupo de pessoas** aparentadas ou não que vive na mesma casa e que partilha somente as despesas de alojamento constitui agregados separados (caso dos imigrantes, dos estudantes, etc.).
- ☞ **Uma empregada doméstica** que vive em casa do patrão faz parte do agregado familiar do patrão.

### REPRESENTANTE DO AGREGADO FAMILIAR

É a pessoa responsável pelo agregado familiar, reconhecida como tal pelos restantes membros.

Em cada agregado familiar deverá haver sempre um representante e deve ser uma pessoa aí residente, podendo estar presente ou não no momento da entrevista.

### ***ACESSO ÀS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DO ALOJAMENTO.***

Esta pergunta é feita somente quando o agregado partilha o alojamento com outro agregado.

Tem como objectivo saber se o agregado tem acesso ou não às instalações sanitárias do alojamento.

A variável será observada com as seguintes modalidades:

- Sim
- Não
- Alojamento não tem sanita nem latrina

### ***NÚMERO DE DIVISÕES DO ALOJAMENTO QUE OCUPA O AGREGADO***

Esta pergunta é feita somente quando o agregado partilha o alojamento com outro agregado.

Tem como objectivo saber quantas divisões do alojamento cada agregado ocupa no alojamento.

Em caso onde dois agregados partilham um mesmo alojamento e tem uma divisão em comum, esta não deverá ser contabilizada por forma não se duplicar o número de divisões.

### ***PRINCIPAL FONTE DE ENERGIA PARA ILUMINAÇÃO***

O objectivo desta questão é saber a principal fonte de energia que o agregado utiliza para iluminação.

Apesar de ser feita para todos os agregados, mesmo aos que declararam habitar em alojamentos com electricidade, permite identificar se esta é a principal fonte de energia que utiliza para iluminação e para os que não possuem electricidade qual é a fonte de energia que utilizam.

Esta variável será observada com as seguintes modalidades:

- Electricidade
- Vela
- Petróleo
- Gás
- Outro

***NÚMERO DE DIVISÕES DO ALOJAMENTO QUE UTILIZA PARA DORMIR***

Tem como objectivo saber do total das divisões que ocupa no alojamento, quantas são utilizadas para dormir.

***PRINCIPAL FONTE DE AGUA QUE UTILIZAM NO AGREGADO FAMILIAR***

O objectivo desta questão é saber a principal fonte de água para uso doméstico que o agregado utiliza.

Sabe-se que apesar de se ter ligação à rede pública de distribuição de água, nem sempre esta é a principal fonte do agregado familiar.

Esta variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

<i>Água canalizada de rede pública</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o agregado que abastece principalmente através da rede pública de distribuição de água, ou seja, por meio de água canalizada.
<i>Água canalizada na casa dos vizinhos</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o agregado que abastece principalmente na casa de um vizinho que por sua vez abastece por meio da rede pública de distribuição de água.
<i>Chafariz</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o agregado que se abastece principalmente nos chafarizes.
<i>Autotanque</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o agregado que abastece principalmente recorrendo a autotanques que podem ser privados, municipais ou outros.
<i>Outras fontes</i>	Inclui-se nesta modalidade todo o agregado que abastece principalmente de fontes não mencionadas acima: cisterna, poço, levada, nascente, outra.

### ***PRINCIPAL MODO DE EVACUAÇÃO DAS AGUAS RESIDUAIS***

Este indicador de carácter comportamental tem como objectivo saber o principal modo de evacuação das águas residuais.

Esta variável será observada com as seguintes modalidades:

- ☞ Rede de esgoto / fossa séptica
- ☞ Redor da casa
- ☞ Natureza
- ☞ Outro

### ***FONTE DE ENERGIA PARA PREPARAÇÃO DOS ALIMENTOS***

O objectivo desta questão é saber a principal fonte de energia que o agregado utiliza para preparar os alimentos.

Esta variável será observada com as seguintes modalidades:

- ☞ Gás
- ☞ Lenha
- ☞ Carvão / madeira
- ☞ Electricidade
- ☞ Outro
- ☞ Não prepara

### ***MODO DE EVACUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXOS CASEIROS)***

Este indicador de carácter comportamental tem como objectivo saber o principal modo de evacuação dos resíduos sólidos, ou seja, os lixos caseiros.

Esta variável será observada com as seguintes modalidades:

- ☞ ***Contentores*** – quando os resíduos sólidos são colocados em contentores públicos
- ☞ ***Carro de lixo*** – quando os resíduos sólidos são entregues em carros de lixo postos à disposição pelas Câmaras Municipais
- ☞ ***Enterrados / Queimados*** – quando os resíduos sólidos são enterrados ou queimados
- ☞ ***Redor da casa*** – quando os resíduos sólidos são colocados mesmo ao redor da casa
- ☞ ***Natureza*** – quando os resíduos sólidos são colocados em espaços abertos afastados das residências
- ☞ ***Outro***

### ***POSSE DE BENS DE EQUIPAMENTO***

O conforto dos agregados familiares é condicionado pela posse de alguns bens de equipamento duráveis.

Com efeito esta variável tem por objectivo recolher informação sobre a posse de alguns bens de equipamento de apoio ao trabalho doméstico, equipamento para regulação do ar e da água, equipamentos de comunicação, áudio e vídeo, acesso aos serviços de tecnologia de informação e comunicação (TIC) e meios de transporte.

Assim foram consideradas os seguintes bens e serviços:

- **EQUIPAMENTOS DE APOIO AO TRABALHO DOMÉSTICO**
  - ☞ Frigorífico
  - ☞ Fogão a gás (inclui os campingás)
  - ☞ Microondas
  - ☞ Arca Congeladora
  - ☞ Máquina lavar roupa
  
- **EQUIPAMENTO PARA REGULAR O AR E AGUA**
  - ☞ Aparelho de ar condicionado
  - ☞ Termo acumulador
  
- **EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO, AUDIO E VIDEO**
  - ☞ Telefone fixo
  - ☞ Telefone móvel
  - ☞ Aparelho de televisão
  - ☞ Rádio
  - ☞ Leitor CD / DVD/ Vídeo
  - ☞ Computador / portátil
  
- **ACESSO AOS SERVIÇOS DE TIC**
  - ☞ Acesso a TV por cabo (ZAP, XCTV, TVCABO ou ZON)
  - ☞ Acesso à internet (ADSL)
  
- **MEIO DE TRANSPORTE**
  - ☞ Automóvel

### ***REGIME DE PROPRIEDADE***

O objectivo desta variável é obter informação sobre a condição mediante a qual o(s) indivíduo(s) ocupam a totalidade de um alojamento ou parte do mesmo.

A variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

- ☞ *Proprietário ou co-proprietário* – Classificam-se aqui os alojamentos ocupados, total ou parcialmente pelo proprietário, bem como as situações em que o alojamento é propriedade de mais do que 1 indivíduo.
- ☞ *Arrendatário ou sub-arrendatário* – Situações em que existe um contrato verbal ou escrito, pelo qual o alojamento, no todo ou em parte, é ocupado mediante retribuição regular.
- ☞ *Cedida pelo empregador* – quando este é cedido pelo empregador de um dos indivíduos que integram o agregado familiar de forma gratuita. Incluem-se aqui as situações de cedência gratuita do alojamento, de usufruto, ou casos em que a ocupação do alojamento está geralmente associada a um contrato em que, directa ou indirectamente, lhe é atribuído um valor, por exemplo, porteiro(a), guarda, etc.
- ☞ *Cedida de outra forma* – quando este é cedido de forma gratuita por familiares ou amigos. Exemplo: um pai proprietário de um alojamento e cede de forma gratuita ao filho.
- ☞ *Outra situação* – Quando a ocupação do alojamento é de forma não consensual.

### **VALOR DA RENDA**

Entende-se por renda o montante despendido mensalmente, pela ocupação de um alojamento ou parte deste em regime de arrendamento ou sub-arrendamento.

A variável é observada com base em escalões da quantia mensal despendida pelo inquilino. Assim, se a periodicidade da renda não for mensal, terá que a converter em mensal.

- Menos de 10.000
- De 10.000 a 14.999
- De 15.000 a 19.999
- De 20.000 a 24.999
- De 25.000 a 34.999
- 35.000 ou mais

As amortizações de empréstimo contraídos para a compra de casa própria, ou as mensalidades pagas no caso de propriedade resolúvel, não são consideradas rendas.

### **SECÇÃO II – EMIGRAÇÃO**

O objectivo desta secção é recolher informações que permitem obter uma estimativa, por sexo e idade do número de cabo-verdianos que emigraram para o exterior nos últimos 5 anos, assim como, captar os fluxos migratórios internacionais.

Para efeito será contabilizado todos os indivíduos que eram membros residentes do agregado familiar e que emigraram ou foram viver em outro país nos últimos 5 anos (16 de Junho de 2005 a 15 de Junho de 2010).

### **EMIGRAÇÃO**

Entende-se por emigração o processo mediante o qual se deixa uma área de residencial para se fixar noutra lugar. Em sentido lato, é a saída de habitantes de um país para outro país.

Não é considerado emigração pessoas que viajaram por motivos de férias, tratamento de curta duração (tempo inferior a 6 meses), em serviço (exemplo dos indivíduos que foram em missões diplomáticas trabalhar em embaixadas), formações de curta duração (tempo inferior a 6 meses).

Não devem ser consideradas pessoas que emigraram fora do período de referência.

### **SECÇÃO III – MORTALIDADE**

O objectivo desta secção é recolher informações que permitem obter uma estimativa, por sexo e idade do número de indivíduos que residiam no agregado e que faleceram nos últimos 12 meses.

Um outro objectivo é facultar informações relativas a mortalidade materna, ou seja, informações quantitativas sobre as mulheres com idade 12-60 anos que faleceram devido a complicações relacionadas com a gravidez, com o parto ou nos primeiros 42 dias após o parto.

Para efeito serão contabilizados todos os indivíduos que eram membros residentes do agregado familiar e que faleceram nos últimos 12 meses (16 de Junho de 2005 a 15 de Junho de 2010).

Relativamente à mortalidade materna, será observada para todas as mulheres com idade 12-50 anos se o falecimento decorreu:

- Durante a gravidez
- Durante o parto
- Nos primeiros 42 dias depois do parto

### **RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O REPRESENTANTE DO AGREGADO FAMILIAR**

Entende-se por **representante do agregado** familiar a pessoa responsável pelo agregado familiar e que é considerado como tal pelos restantes membros.

Em cada agregado familiar deverá haver sempre um representante. Este deverá ser uma pessoa, maior de idade, residente, podendo estar presente ou não no momento do recenseamento, desde que a ausência seja inferior a 6 meses.

A **relação de parentesco** determina-se por referência ao representante do agregado familiar utilizando para tal a seguinte classificação:

A variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

<i>Representante do agregado</i>	<p>Inclui-se nesta modalidade a pessoa responsável pelo agregado familiar, reconhecida como tal pelos restantes membros.</p> <p>Em cada agregado familiar deverá haver sempre um representante e deve ser um indivíduo aí residente, podendo estar presente ou não no momento da entrevista.</p> <p>O representante não pode ter idade inferior a 10 anos.</p>
<i>Cônjuge do representante: marido / esposa ou parceiro(a) em união de facto</i>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que vive conjugalmente com o representante pelo agregado, existindo ou não vínculo matrimonial.</p> <p>O cônjuge não pode ter idade inferior a 10 anos.</p>
<i>Filho(a) do representante e do cônjuge</i>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que é filho(a) biológico do representante e do cônjuge.</p>
<i>Filho(a) só do representante</i>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que é filho(a) biológico somente do representante e não do cônjuge</p>
<i>Filho (a) só do cônjuge – enteado (a)</i>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que é filho(a) biológico somente do cônjuge e não do representante</p>
<i>Filho adoptivo</i>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa adoptada legalmente pelo representante.</p>
<i>Pai</i>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que for declarada como sendo pai do representante</p>
<i>Mãe</i>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que for declarada como sendo mãe do representante</p>
<i>Sogro ou sogra</i>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que for declarada como sendo pai ou mãe do cônjuge do representante</p>



<i>Nora ou genro</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que for declarada como sendo cônjuge (marido /esposa/companheiro) casado ou em união de facto do filho(a) do representante.
<i>Irmão ou irmã</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que for declarada como sendo irmão ou irmã do representante.
<i>Neto(a) ou bisneto(a)</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que for declarada como sendo neto(a) ou bisneto(a) do representante
<i>Avô/avó ou bisavô/bisavó</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que for declarada como sendo avô/avó ou bisavô/bisavó do representante
<i>Outro parentesco</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que for declarada como sendo cunhada(o), tia(o), sobrinha(o), primo(a), etc. do representante
<i>Empregada(o) doméstico</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que for declarada como sendo pessoa paga para os afazeres domésticos, cuidar de crianças e/ou idosos, e dorme habitualmente no agregado.
<i>Outra sem parentesco</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que for declarada como sendo pessoa residente no agregado que não tem nenhum laço de parentesco com o representante do agregado.

#### ***DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR (VARIÁVEL DERIVADA)***

O objectivo desta variável é conhecer o número de membros do agregado familiar, quer sejam residentes presentes, quer sejam residentes ausentes (não se incluindo os indivíduos presentes não residentes).

#### ***TIPOLOGIA DO AGREGADO FAMILIAR (VARIÁVEL DERIVADA)***

Pretende-se com esta variável tipificar o agregado familiar segundo a sua composição, atendendo à relação de parentesco entre seus membros.

A variável será classificada de acordo com as seguintes modalidades:

- ☞ *Unipessoais* – agregados constituídos por um só indivíduo
- ☞ *Casal isolado* – agregados constituídos pelo representante e o respectivo cônjuge
- ☞ *Conjugais nucleares* – agregado constituído pelo representante, seu cônjuge e os filhos e ou enteados.
- ☞ *Conjugais não nucleares* – agregado constituído pelo representante, seu cônjuge, os filhos e ou enteados e mais algum outro indivíduo aparentado ou não
- ☞ *Monoparental* – agregado constituído pelo representante e pelos filhos
- ☞ *Outro* – agregados com composições diferentes às apresentadas anteriormente.

<b>UNIDADE ESTATÍSTICA – INDIVÍDUO</b>
--

Como unidade estatística, objecto de observação no recenseamento, compreende todo o indivíduo, residente ou apenas presente num alojamento no momento censitário, ou seja às 0 horas do dia 16 de Junho de 2010 ou que, não estando presente a essa hora, lá chegou até as 12 horas desse mesmo dia.

### ***LOCAL RESIDÊNCIA HABITUAL***

Esta variável é fundamental para assegurar que cada indivíduo tenha apenas um local de residência habitual. Esta regra é básica para evitar que os indivíduos possam, em termos nacionais, ser recenseados em mais do que um local ou não ser contado em nenhum. O mesmo princípio é aplicado no contexto internacional.

Entende-se por local de residência habitual o local geográfico onde o indivíduo reside a maior parte do ano (mais de 6 meses), normalmente em comunhão com o seu agregado familiar directo e onde possui a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Assim, são considerados residentes habituais:

- Os indivíduos que vivem no seu local de residência habitual por um período contínuo de pelo menos 6 meses
- Os indivíduos chegados ao seu local de residência habitual há menos de 6 meses, anteriores ao momento censitário, com intenção de aí permanecer por um período mínimo de 6 meses.

Devem ser incluídos os indivíduos que estiveram temporariamente ausentes do seu local de residência habitual por um curto período de tempo inferior a 6 meses, por motivos de trabalho, férias ou outros.

### ***SITUAÇÃO PERANTE A RESIDÊNCIA***

Esta variável observada tendo como referência o momento censitário, é indispensável no sentido de assegurar que cada indivíduo é recenseado no seu alojamento de residência habitual.

A variável será classificada de acordo com as seguintes modalidades.

#### **Residente:**

Toda a pessoa que vive habitualmente (há 6 meses ou mais) num agregado familiar, independentemente de ali ter ou não passado a noite de 15 para 16 de Junho de 2010; considera-se ainda como residente toda a pessoa que vive, há menos de 6 meses, num agregado familiar, mas que tenciona aí ficar durante seis meses ou mais.

#### **Residente presente (RP)**

Toda a pessoa que reside habitualmente (há 6 meses ou mais) no agregado e ali passou **a noite de 15 para 16 de Junho de 2010**.

Inclui-se ainda nesta modalidade:

- ☞ Pessoa que na noite de referência não dormiu na sua casa por motivo de trabalho por um período não superior a 1 (um) dia.
- ☞ Pessoa que na noite de referência não dormiu na sua casa por se encontrar numa festa.

#### **Residente ausente (RA)**

Toda a pessoa que reside habitualmente no agregado familiar, mas na **noite de 15 para 16 de Junho de 2010** se encontrava temporariamente ausente, ou seja, estava fora do local de residência ou do país, por um período inferior a 6 meses e tenha intenção de retorno.

#### **Não devem ser incluídos:**

- ☞ Pessoas a cumprirem serviço militar obrigatório
- ☞ Estudantes que se encontram no estrangeiro ou fora da sua Freguesia por um período superior a 6 meses.

## **Visita**

Toda a pessoa que passou a noite **de 15 para 16 de Junho de 2010** no agregado familiar, mas que ali não reside habitualmente e nem tem intenção de ficar por 6 meses ou mais.

*Exemplo:* Pessoas que no momento censitário estavam em Cabo Verde por motivos de férias, de trabalho, de formação, de participação em seminários, desde que seja por um período de menos de 6 meses.

A observação da variável “situação perante a residência” permitirá, posteriormente, determinar e distinguir a **população presente** e a **população residente**:

### ***POPULAÇÃO PRESENTE (OU POPULAÇÃO “DE FACTO”)***

Indivíduos que, no momento censitário, se encontrem num alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá cheguem até às 12 horas desse dia.

### ***POPULAÇÃO RESIDENTE (OU POPULAÇÃO “DE DIREITO”)***

Indivíduos que, independentemente de, no momento censitário, estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de pelo menos 12 meses anteriores ao momento censitário ou, os indivíduos chegados ao seu local de residência habitual nos 12 meses anteriores ao momento censitário, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

## ***SEXO***

A observação desta variável é fundamental para qualquer análise da estrutura da população, deste modo deve ser observada para todos os indivíduos, quer sejam residentes quer sejam presentes não residentes.

**AS VARIÁVEIS SEGUINTE APENAS SÃO RECOLHIDAS PARA A  
POPULAÇÃO RESIDENTE.**

## ***IDADE EM MESES / ANOS COMPLETOS***

A observação da idade em meses / anos completos confirma a idade que será calculada com base na diferença entre a data de nascimento e a data de referência ao momento censitário.

Será observada em **meses completos** para todos os indivíduos que ainda não tenham completado 12 meses de vida.

Será observada em **anos completos** para todos os indivíduos com 1 ano completo ou mais.

### ***DATA DE NASCIMENTO***

Para se obter informação sobre a idade dos indivíduos, será observado a data de nascimento: dia, mês e o ano de nascimento para todos os indivíduos.

### ***NACIONALIDADE***

O objectivo desta variável é recolher informação sobre a nacionalidade dos indivíduos, variável fundamental para a identificação da população estrangeira, ou seja, daquela que não detém a nacionalidade do país onde reside.

Pretende-se ainda a identificação dos indivíduos com dupla nacionalidade e dos apátridas, sendo estes últimos indivíduos a quem nenhum estado reconheceu nacionalidade (indivíduos sem nacionalidade).

Será entendida como **nacionalidade** a cidadania legal e actual do indivíduo no momento censitário, ou seja, o vínculo legal existente entre o indivíduo e o seu país, adquirido por nascimento, naturalização ou outra forma de aquisição de nacionalidade.

Esta variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

☞ ***Cabo-verdiana***

☞ ***Dupla nacionalidade***, onde se deve especificar o nome do país da segunda nacionalidade

☞ ***Estrangeira*** (indicando o nome do País)

☞ ***Apátrida***

### ***LOCAL DE NASCIMENTO OU NATURALIDADE***

Por naturalidade entende-se o local de nascimento, ou seja, o local de residência da mãe, à data do nascimento do indivíduo.

O critério de recolha desta informação será a seguinte:

- ☞ *Na freguesia que reside actualmente*
- ☞ *Noutra freguesia*: indicando a Freguesia
- ☞ No *Estrangeiro*, indicando o nome do País

### **LOCAL RESIDÊNCIA ANTERIOR**

Esta variável tem como objectivo obter informação sobre o padrão das migrações quer a nível interno quer a nível externo.

Comparativamente ao local de residência actual permitirá quantificar os indivíduos que não mudaram de residência, dando deste modo indicações sobre a dinâmica do mercado habitacional.

*Por residência anterior entende-se o local geográfico onde o indivíduo residia antes da sua residência actual, ou seja, antes da sua residência no momento do Censo*

O critério de recolha desta informação será a seguinte:

- ☞ *Sempre nesta Freguesia*
- ☞ *Noutra Freguesia*, indicando a Freguesia
- ☞ *Estrangeiro*, indicando o nome do País

### **DURAÇÃO NA RESIDÊNCIA**

Esta variável tem como objectivo recolher informação que permite quantificar a duração na residência actual dos indivíduos que alguma vez mudaram de residência. Complementada com a variável anterior permite definir os períodos das migrações.

- ☞ O critério de recolha desta informação recolhida com indicação em anos completos da duração na residência actual

### **INCAPACIDADE**

O objectivo deste tema é conhecer o número de indivíduos que avaliam possuir alguma incapacidade, assim como o grau de severidade dessas incapacidades que os podem impedir em certa forma na integração social.

Uma pessoa é considerada incapacitada quando tem algumas deficiências, limitações, ou dificuldades que a limita na actividade da vida diária e restrições na participação social, decorrente de problemas de saúde ou da idade (envelhecimento).

A Incapacidade é observada **em 6 domínios distintos**, através da avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente diariamente, na realização de determinadas actividades. Será observada igualmente a necessidade de uso de dispositivo de compensação.

A incapacidade é avaliada tendo em conta os seguintes domínios de estudo:

- ☞ *Dificuldade em ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto.*
- ☞ *Dificuldade em ouvir mesmo usando aparelhos auditivos*
- ☞ *Dificuldade em andar ou subir escadas, mesmo usando dispositivos de compensação (próteses, bengala, cadeira de roda, etc.)*
- ☞ *Dificuldade em cuidar de si mesmo como por exemplo, se vestir ou tomar banho – tem como objectivo investigar a autonomia e a independência que a pessoa tem para cuidar de si mesma.*
- ☞ *Dificuldade em compreender os outros ou fazer-se entender*

***Cada uma das variáveis será observada de acordo com as seguintes modalidades:***

- ☞ *Não consegue de modo algum – quando a pessoa é incapaz de ver, ouvir, subir escadas, cuidar de si mesma*
- ☞ *Muita dificuldade – quando a pessoa tem grande dificuldade*
- ☞ *Alguma dificuldade – quando a pessoa tem alguma dificuldade*
- ☞ *Não tem dificuldade – quando a pessoa declarar não ter nenhuma dificuldade em ver, ouvir, subir escadas, cuidar de si mesma.*

### ***ESTADO CIVIL***

A variável estado civil é um elemento deveras importante para verificar as relações de parentesco entre as pessoas, sobretudo em situações de não coincidência entre a situação legal e a situação de facto.

O estado civil é o estatuto pessoal de cada indivíduo perante as leis ou os costumes relativamente às práticas matrimoniais em vigor num país.

Propõe-se que no Censo 2010 seja observada o estado civil como a situação em que o indivíduo, com **idade de 12 anos ou mais**, vive em termos de relacionamento conjugal (situação de “facto”) e perante o registo civil (situação de direito ou legal). Sempre que a situação “de facto” e a de “direito” não coincidam prevalecerá a primeira.

Para o efeito sugere-se que antes de observar o **estado civil de direito** seja questionado aos indivíduos, com **idade de 12 anos ou mais**, se vivem em união em companhia com um cônjuge ou companheiro?

### Estado civil de facto

A variável será observada com as seguintes modalidades:

<i>Sim</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que vive actualmente com o(a) marido / esposa ou companheiro(a)
<i>Não, mas já viveu</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que actualmente não vive com um marido / esposa ou companheiro(a) mas já viveu alguma vez.
<i>Não, nunca viveu</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa que nunca viveu em companhia de cônjuge, marido/esposa ou companheiro(a).

### Estado civil de direito

O estado civil de direito ou legal é o estado civil que o indivíduo é identificado em termos legais e vem registado nos seus documentos.

As categorias de estado civil de direito ou legal mais frequentes e que devem ser identificadas são:

- ☞ **Solteiro** – para a pessoa que tenha o estado civil solteira e não esteja actualmente a viver em união de facto
- ☞ **Casado** – pessoa casada no civil, no religioso ou em ambos;
- ☞ **União de facto** – para a pessoa que vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a) com quem não contraiu casamento civil ou religioso;
- ☞ **Divorciado** – para a pessoa que tenha o estado civil de divorciado,
- ☞ **Viúvo** – pessoa com estado civil viúvo



### **ORFANDADE**

O objectivo desta variável é observar para todos os indivíduos menores de 18 anos a orfandade paterna e materna, ou seja, se o pai e a mãe biológica estão ainda vivos e se vivem no mesmo agregado das crianças.

A variável será observada com as seguintes modalidades:

- ☞ *Sim, e vive no agregado*
- ☞ *Sim, mas não vive no agregado*
- ☞ *Não*
- ☞ *Não sabe*

### **REGISTO DE NASCIMENTO**

O objectivo desta variável é quantificar as crianças, menores de 18 anos que foram registados.

A variável será observada com as modalidades:

- ☞ *Sim*
- ☞ *Não*

<b>VARIAVEIS RELACIONADAS COM A EDUCAÇÃO</b>
--

<b>As variáveis relacionadas com a educação são observadas para todos os indivíduos com 3 anos ou mais, com excepção da variável alfabetismo que será observada somente para indivíduos com 6 anos ou mais.</b>
---

### **ALFABETISMO**

O objectivo desta variável é distinguir os indivíduos que têm capacidade para ler e escrever, daqueles que não têm.

As modalidades desta variável serão as seguintes:

- ☞ ***Sabe ler e escrever -***
- ☞ ***Não sabe ler nem escrever -*** consideram-se neste grupo os indivíduos que não conseguem ler e escrever frases, percebendo o seu conteúdo, mesmo que sejam simples. Incluem-se neste grupo: aqueles que apenas escrevem algarismos ou o próprio nome; aqueles que apenas conseguem ler mas não escrever e aqueles que lêem e escrevem frases memorizadas.

### ***FREQUÊNCIA ESCOLAR***

Pretende observar-se a situação actual dos indivíduos face ao sistema de ensino, distinguindo os indivíduos que nunca o frequentaram, os que estão a frequentar e os que já frequentaram.

Para os que estão frequentar será caracterizado se o estabelecimento de ensino é de gestão pública ou gestão privada.

As modalidades a considerar serão as seguintes:

- ☞ ***Está a frequentar um estabelecimento público:*** inclui os indivíduos que estão matriculados e assistem regularmente às aulas, assim como as crianças que frequentam o ensino pré-escolar, em estabelecimentos de gestão pública.
- ☞ ***Está a frequentar um estabelecimento privado:*** inclui os indivíduos que estão matriculados e assistem regularmente às aulas, assim como as crianças que frequentam o ensino pré-escolar, em estabelecimentos de gestão privada.
- ☞ ***Sim frequentou, mas já não frequenta:*** inclui os indivíduos que já frequentaram o sistema de ensino e que actualmente não frequentam, porque terminaram os estudos ou porque desistiram dos mesmos.
- ☞ ***Nunca frequentou:*** inclui os indivíduos que nunca assistiram regularmente às aulas num estabelecimento de ensino, pessoas que nunca se matricularam em algum estabelecimento de ensino, embora possam saber ler e escrever;

### ***NÍVEL E ANO DE ESCOLARIDADE***

O objectivo desta variável é observar o nível e o ano de escolaridade mais elevado atingido pelo indivíduo, independentemente de ter concluído com êxito, ou que esteja a frequentar.

Entende-se por **nível de instrução** o grau máximo concluído ou que tenha frequentado (sem concluir) num nível mais avançado que se tenha atingido no sistema educativo do país em que se tenha estudado.

O nível de instrução de uma pessoa é medido pelo nível e classe / ano que frequenta ou que frequentou no sistema onde faz ou fez os seus estudos.

Serão utilizadas as seguintes modalidades:

NÍVEL		CLASSE / ANO						
01	PRÉ-ESCOLAR							
02	ALFABETIZAÇÃO	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6			
03	ENSINO BÁSICO	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6			
04	SECUNDÁRIO VIA GERAL	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6			
05	SECUNDÁRIO VIA TECNICA (ATE 1994)	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td></td><td></td><td></td></tr> </table>	1	2	3			
1	2	3						
06	SECUNDÁRIO VIA TECNICA (1994 A 2004)	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr><td></td><td></td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td></tr> </table>			3	4	5	6
		3	4	5	6			
07	SECUNDÁRIO VIA TECNICA (A PARTIR 2004)	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td>5</td><td>6</td></tr> </table>					5	6
				5	6			
08	CURSO MÉDIO	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td></td><td></td><td></td></tr> </table>	1	2	3			
1	2	3						
09	BACHARELATO	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td></td><td></td></tr> </table>	1	2	3	4		
1	2	3	4					
10	LICENCIATURA	<table border="1" style="display: inline-table; border-collapse: collapse;"> <tr><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>4</td><td>5</td><td>6</td></tr> </table>	1	2	3	4	5	6
1	2	3	4	5	6			
11	MESTRADO							
12	DOUTORAMENTO							

### **ÁREA DE FORMAÇÃO**

O objectivo desta variável é recolher informação das áreas de estudo de todos os indivíduos que tenham completado um curso superior, ou seja, um curso que dê acesso ao grau de bacharelato, curso médio, licenciatura, mestrado ou doutoramento.

A variável será observada através da designação do curso em questão.

#### Situações especiais de observação:

Os indivíduos que possuam mais do que um curso superior deverão indicar o curso de grau mais elevado, se tiverem graus diferentes ou o mais relacionado com a profissão que estão a exercer ou com a última que exerceram, quando os cursos têm o mesmo grau. Se o indivíduo nunca trabalhou deverá ser indicado o curso para o qual se sente mais vocacionado.

### **VARIAVEIS RELACIONADAS COM A SITUAÇÃO ECONÓMICA**

As variáveis relacionadas com a situação económica são observadas para todos os indivíduos com 10 anos ou mais.

### **PRINCIPAL MEIO DE VIDA**

Esta variável tem por objectivo obter informação relativa à fonte principal de onde o indivíduo retirou os meios, financeiros ou em géneros, necessários à sua subsistência, durante os **doze meses anteriores** ao momento censitário.

<p><i>Trabalho</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa cujo principal meio de vida provem de rendimento recebido do trabalho por conta de outrem ou por conta própria, em directa ligação com o exercício da respectiva actividade profissional.</p>
<p><i>Rendimento da propriedade / empresa</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa cujo principal meio de vida provem de rendimento de propriedades, como por exemplo as provenientes do aluguer de moradias, de terreno, juros vencidos sobre depósitos bancários, lucros de empresas que detêm ou de actividade comercial, dividendos que tenha obtido em resultado de participação em empresas, seguros de vida, direitos de autor, etc.</p>
<p><i>Reforma</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa cujo principal meio de vida provem de prestação pecuniária, periódica e permanente, destinada a substituir a remuneração do trabalho que a pessoa já não aufere.</p>
<p><i>Pensão</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa cujo principal meio de vida provem de prestação recebida pelas pessoas que foram consideradas como não capazes de prover os seus próprios meios de subsistência.</p> <p>Incluem-se todos os tipos de pensões que estiverem em vigor no momento censitário: pensão por invalidez, pensão por sobrevivência, pensão por acidente de trabalho ou doença profissional; pensão de reserva, pensão social mínima, pensão das FAIMO paga pelo Estado Cabo-verdiano ou paga por uma entidade estrangeira, pública ou privada.</p>
<p><i>Apoio social</i></p>	<p>Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa cujo principal meio de vida provem de apoios assegurado pelo Estado, Organismos Públicos ou Instituições Particulares de Solidariedade Social, através de subsídios, equipamentos sociais ou outros.</p>

<i>A cargo da família residente em Cabo Verde</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa cujo principal meio de vida provem de familiares residentes em Cabo Verde;
<i>A cargo da família residente no estrangeiro</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa cujo principal meio de vida provem de familiares residentes no estrangeiro;
<i>Bolsa de estudo</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa cujo principal meio de vida provem de uma bolsa de estudos. Esta pode ser paga por uma instituição do estado de Cabo Verde ou por uma Instituição não estatal ou estrangeira.
<i>Outros</i>	Inclui-se nesta modalidade toda a pessoa cujo principal meio de vida provem de outras fontes não mencionadas anteriormente. Como por exemplo, aquelas que vivem de dádivas, os estudantes que vivem de empréstimos bancários etc.

### **CONDIÇÃO PERANTE A ACTIVIDADE ECONÓMICA**

O objectivo desta variável é conhecer a condição do indivíduo perante a actividade económica, ou seja, certificar se a pessoa trabalhou ou não, ou se tem algum trabalho em que esteve ausente, na semana de referência

Para fins do recenseamento, considera-se como trabalho toda actividade económica que uma pessoa tenha exercido durante pelo menos 1 hora na semana de referência: trabalho remunerado, trabalho sem remuneração e trabalho na produção para o próprio consumo.

- **Trabalho remunerado**

Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, formação, etc.) na produção de bens ou serviços ou nos serviços domésticos.

- **Trabalho sem remuneração**

Ocupação sem remuneração na produção de bens ou serviços numa actividade económica de um outro membro do agregado familiar.

- **Trabalho na produção para o próprio consumo**

Ocupação desenvolvida na produção de bens, compreendendo as actividades da agricultura, pecuária, produção florestal, extracção vegetal, caça, pesca e aquicultura, destinados somente à alimentação de pelo menos um membro do agregado.

Atendendo à situação dos indivíduos na semana de referência, consideram-se os seguintes grupos de população:

**A) População activa** - *Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico.*

Consideram-se como fazendo parte da população activa os seguintes subconjuntos de indivíduos:

### **1. População empregada**

*População com 15 ou mais anos que, na semana de referência, se encontrava numa das seguintes situações:*

- ☞ Tinha trabalhado durante pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- ☞ Tinha um trabalho e não estava ao serviço, mas mantinha uma ligação formal com o seu trabalho;
- ☞ Tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica.

#### **Consideram-se como fazendo parte da população empregada:**

- a) Os indivíduos que, na semana de referência, não trabalharam por motivos passageiros, tais como doença, licença de maternidade, férias, acidentes de trabalho, redução de actividade por motivos técnicos, condições climatéricas desfavoráveis ou outros motivos;
- b) Os trabalhadores familiares não remunerados se trabalharem, pelo menos, 15 horas na semana de referência;
- c) Os indivíduos a fazer formação profissional e que mantêm um vínculo com a entidade empregadora;
- d) Aprendiz e estagiários que recebem uma remuneração em dinheiro ou em géneros;

e) Estudantes, domésticos, reformados ou em pré-reforma que estejam, pelo menos, numa das situações acima indicadas para a população empregadora e que trabalharam na semana de referência;

f) Os trabalhadores sazonais que não trabalharam durante a semana de referência por ser fora da “época do ano”, e que têm assegurado o regresso ao trabalho no início da próxima temporada para o mesmo empregador e este continua a pagar-lhes um salário ou parte significativa do mesmo durante o período em que não trabalharam. Os trabalhadores sazonais que não preenchem estes requisitos devem ser classificados como desempregados ou não activos, dependendo da situação em que se encontram.

## **2. População desempregada**

- ☞ À procura do primeiro trabalho (*indivíduo que nunca teve um trabalho e que está à procura de um trabalho*),
- ☞ À procura de novo trabalho (*indivíduo que já trabalhou ou que já teve um trabalho e que está à procura de um trabalho*).
- ☞ A situação de desemprego será observada em sentido lato e em sentido restrito.

**Desemprego em sentido lato:** situação dos indivíduos com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, se encontram, simultaneamente, nas situações seguintes:

- ☞ Sem trabalho, remunerado ou não;
- ☞ Disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

**Desemprego em sentido restrito:** situação dos indivíduos com idade mínima de 15 anos que, na semana de referência, se encontram, simultaneamente, nas situações seguintes:

- ☞ Sem trabalho, remunerado ou não;
- ☞ Disponível para trabalhar num trabalho, remunerado ou não;
- ☞ À procura de trabalho, ou seja, tenha feito diligências nas últimas quatro semanas para encontrar um trabalho, remunerado ou não.

Consideram-se como diligências:

- ☞ Contacto com um centro de emprego público ou agências privadas;
- ☞ Contacto com empregadores;
- ☞ Contactos pessoais ou com associações sindicais;
- ☞ Colocação ou respostas a anúncios;
- ☞ Realização de provas ou entrevistas para selecção;

- ☞ Procura de terrenos, imóveis ou equipamento, com a finalidade de criar uma empresa própria;
- ☞ Solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria.

**Serão incluídos na população desempregada (sentido restrito)**

- a) Os indivíduos que, embora tendo conseguido um trabalho, só vão começar a trabalhar em data posterior à da semana de referência;
- b) Os estudantes, domésticos, ou indivíduos que, no período de referência, desenvolvem uma actividade não económica, mas que satisfazem todas as condições para serem considerados desempregados.

Neste contexto, será ainda observado, para todos os indivíduos em situação de desemprego, se efectuaram ou não diligências para encontrar trabalho e as razões para não ter procurado trabalho nas últimas 4 semanas precedentes ao momento censitário.

**B) População inactiva** - *Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que, na semana de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados.*

Na população inactiva incluem-se os seguintes grupos:

- a) **Indivíduos com menos de 15 anos;**
- b) **Estudantes:** compreende os indivíduos com pelo menos 15 anos e que, na semana de referência, frequentavam qualquer tipo de ensino (incluindo curso de formação profissional que não seja da responsabilidade de uma entidade empregadora), e que não exerciam uma profissão nem estavam desempregados;
- c) **Domésticos:** inclui os indivíduos que não tendo trabalho nem estando desempregados, na semana de referência, se ocuparam principalmente das tarefas domésticas nos seus próprios lares;
- d) **Reformados, aposentados ou na reserva:** indivíduos que, não tendo trabalhado na semana de referência, recebem, por tal facto, uma pensão de reforma, aposentação, velhice ou reserva.
- e) **Incapacitados permanentes para o trabalho:** indivíduos com 15 anos ou mais que, na semana de referência, não trabalharam por se encontrarem permanentemente incapacitados para trabalhar, quer recebam ou não pensão de invalidez;
- f) **Outros inactivos:** engloba os inactivos, com 15 ou mais anos, que não podem ser classificados em qualquer das categorias anteriores.



Os inactivos que sejam estudantes e simultaneamente se ocupam de tarefas do lar, serão incluídos na modalidade "Estudantes".

### ***OCUPAÇÃO PRINCIPAL OU PROFISSÃO***

É o ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Para os indivíduos que exerçam mais do que uma profissão, deverá ser observada apenas a profissão principal. Por profissão principal entende-se aquela em que o indivíduo ocupou mais tempo na semana de referência.

Será utilizada a Classificação Nacional de Profissões mais recente à data dos Censos 2010.

#### Situações especiais de observação:

Quando, na semana de referência, o indivíduo desenvolveu uma modalidade de trabalho completamente diferente daquele que exerce habitualmente, deverá considerar-se a profissão habitual, já que a semana de referência se pode considerar atípica em relação a esta variável.

Os indivíduos desempregados à procura de novo emprego serão classificados segundo a última profissão que exerceram.

### ***SITUAÇÃO NA PROFISSÃO***

Esta variável tem como objectivo conhecer a forma como o indivíduo desenvolve a sua profissão. Esta informação complementa a informação recolhida sobre a condição perante a actividade económica e a profissão.

Entende-se por **Situação na Profissão** a relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

A variável será classificada de acordo com as seguintes modalidades:

**Trabalhador por conta de outrem:** indivíduo activo que, na semana de referência, exerceu uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha. Os trabalhadores por conta de outrem subdividem-se em:

- ☞ Trabalhador da Administração Pública
- ☞ Trabalhador do Sector empresarial do Estado

☞ Trabalhador do Sector empresarial Privado

**Militar / Forças armadas** – Para a pessoa que era Militar do Exército, Marinha, Aeronáutica ou das Forças Auxiliares como Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros, inclusive a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório.

**Trabalhador por conta própria com pessoal ao serviço (Patrão / Empregador):** Indivíduo activo que exerce uma actividade independente, com ou sem associados, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.

**Trabalhador por conta própria ou isolado sem trabalhador ao serviço:** indivíduo activo que exerce uma profissão por sua conta ou em sociedade, sem empregar, na semana de referência, trabalhadores por conta de outrem, mas podendo ter a ajuda de trabalhadores familiares não remunerados.

**Trabalhador familiar não remunerado:** indivíduo activo que, na semana de referência, trabalhou pelo menos 15 horas por conta de um familiar sem remuneração regular, não sendo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho. Classificam-se também nesta categoria os indivíduos que habitualmente trabalham por conta de um familiar sem remuneração mas que na semana de referência não o fizeram por motivos passageiros, tais como: férias, acidente de trabalho, causa técnicas, etc.

Apesar das recomendações internacionais não imporem qualquer limite de horas para se considerar trabalhador familiar não remunerado (para além do ter trabalhado 1 hora), desde 1970 que os censos têm estabelecido o limite das 15 horas trabalhadas. A imposição deste limite teve como principal objectivo não considerar como população empregada indivíduos que trabalharam ocasionalmente menos de 15 horas num estabelecimento ou empresa de um familiar. Assim, no sentido de dar continuidade à série iniciada em 1970 e não aumentar “artificialmente” o universo da população empregada propõe-se a manutenção deste limite.

**Membro (activo) de cooperativa ou associações comunitárias:** Indivíduo que exerce uma actividade independente, e que a esse título, pertence a uma cooperativa produtora de bens e/ou serviços na qual cada membro toma parte, em pé de igualdade, na organização da produção e em outras actividades da cooperativa, decidindo sobre os investimentos a efectuar e sobre a repartição dos lucros entre os seus membros.

Nesta rubrica incluem-se todos os familiares dos membros de cooperativas de produção que tenham participado em qualquer actividade produtiva da cooperativa. Incluem-se também todos os indivíduos que exerçam a sua profissão em empresas em autogestão.

**Trabalhador em casa de família** - indivíduo que trabalha por outrem, como empregado doméstico, jardineiro, guarda,...

**Trabalhador de Organizações Internacionais** – indivíduo que declarou trabalhar por uma organização internacional.

**Trabalhador em ONG's** - indivíduo que declarou trabalhar por uma ONG.

**Aprendiz / estagiário** - indivíduo que declarou estar fazendo um estágio ou aprendendo uma actividade em alguma instituição/empresa.

**Outra situação não especificada:** indivíduos empregados ou desempregados à procura de novo emprego, que não possam ser incluídos em nenhuma das modalidades anteriores.

### ***HORAS TRABALHADAS***

O objectivo desta variável é recolher informação sobre a duração habitual de trabalho, ou seja, o número de horas habitualmente trabalhadas pela pessoa na sua ocupação principal, na semana de referência.

As horas extraordinárias serão incluídas quando estas sejam trabalhadas com carácter regular.

O tempo passado no local de trabalho na execução de trabalhos tais como a preparação dos instrumentos de trabalho, preparação e manutenção de ferramentas, os tempos de trabalho mortos mas pagos, devidos a ausências ocasionais de trabalho, paragem de máquinas, acidentes ou pequenas pausas para café também deverão ser contabilizadas.

### ***LOCAL DE TRABALHO***

O objectivo desta variável é recolher informação relativa ao local de trabalho, para a população activa empregada.

Esta variável será observada de acordo com as seguintes modalidades:

<p><i>Na própria residência</i></p>	<p>Inclui nesta modalidade toda a pessoa que desenvolve a sua actividade profissional principal dentro do seu próprio alojamento.</p> <p><b>Exemplo:</b> a pessoa que trabalha por conta própria em estabelecimento enquadrado no seu alojamento, o agricultor que reside e trabalha na sua própria exploração agrícola.</p>
<p><i>No mesmo Concelho fora da residência</i></p>	<p>Inclui nesta modalidade toda a pessoa cujo local de trabalho é fora da sua própria residência, mas no mesmo Concelho onde</p>

	reside.
<i>Noutro Concelho</i>	Inclui nesta modalidade toda a pessoa cujo local de trabalho é num Concelho diferente do onde reside.
<i>Estrangeiro</i>	Inclui nesta modalidade toda a pessoa cujo último local de trabalho tenha sido num país estrangeiro.

### **RELIGIÃO**

Apesar de ser considerada uma variável de resposta facultativa esta é observada para todos indivíduos com idade de 15 anos ou mais. O objectivo é conhecer quais são as religiões declaradas pela população e o número de seus adeptos.

### **FECUNDIDADE**

Este tema, observado somente para as mulheres entre os 12 e 60 anos de idade, tem por objectivo conhecer a história reprodutiva das mulheres através do número de filhos nascidos vivos que teve durante a sua vida, bem como, a sobrevivência dos mesmos, ou seja, quantos ainda estão vivos.

Estas informações fornecem os parâmetros demográficos que serão utilizados nas futuras projecções da população a serem realizadas pelo INE entre os períodos censitários.

### **NUMERO TOTAL DE FILHOS QUE NASCERAM VIVOS**

Deve-se ter em conta todos os filhos que nasceram vivos, ou seja, todos os filhos que após o parto, independentemente do tempo de duração da gravidez, manifestou qualquer sinal de vida (respiração, choro, movimentos de músculo de contracção voluntária, batimento cardíaco, etc) ainda que tenha falecido em seguida.

Os filhos nascidos vivos são registados segundo o seu sexo.

***NUMERO TOTAL DE FILHOS QUE NASCERAM VIVOS E QUE AINDA ESTAO VIVOS***

Esta variável tem por objectivo contabilizar, segundo o sexo, os filhos nascidos vivos que actualmente ainda estão vivos.

***NUMERO TOTAL DE FILHOS QUE NASCERAM VIVOS NOS ULTIMOS 12 MESES***

Esta variável tem por objectivo contabilizar todos filhos nascidos vivos nos últimos 12 meses, ou seja entre 16 de Junho de 2009 e 15 de Junho de 2010.

Para cada filho nascido nos últimos 12 meses é observado o seu sexo e a data de nascimento.

***DATA NASCIMENTO DO ULTIMO FILHO NASCIDO VIVO***

Recolhe a data de nascimento de todos os últimos filhos nascidos vivos antes 16 de Junho de 2009, para cada mulher.

***IDADE AQUANDO DO NASCIMENTO DO PRIMEIRO FILHO NASCIDO VIVO***

Tem por objectivo recolher a idade em anos completos da mulher na data do nascimento do seu primeiro filho que nasceu vivo.

# T ratamento e apuramento dos dados

De entre outras atribuições, incumbe a célula metodologia e análise, em colaboração com a célula de informática tratar e apurar os dados recolhidos no terreno. Convém salientar que durante o processo de elaboração do aplicativo PDA para a recolha de dados, a célula de metodologia elaborou uma série de controlo de coerências que foi introduzida no dito aplicativo, a fim de minimizar as incoerências de declaração e/ou de registo da informação, tornando mais simples o processo de apuramento dos dados (Ver anexo 4).

Com vista a dar cumprimento às suas atribuições, foram realizadas as seguintes actividades:

- ☞ Concepção do programa de recolha de dados para actualização cartográfica e pré-censo agrícola com o apoio da assistência técnica do IBGE. Para o desenvolvimento desta aplicação foi utilizada o CsPro Mobile;
- ☞ Participação na formação dos recenseadores para a realização da actualização cartográfica e pré -censo agrícola. Esta célula teve uma participação fundamental, na medida em que os questionários estavam em formato digital e a utilização e o manuseio do PDA era um dos módulos fundamentais para se atingir os objectivos da formação;
- ☞ Supervisão dos trabalhos no terreno, durante todo o período de actualização cartográfica e pré-censo agrícola. Esta actividade consistia principalmente na resolução de problemas relacionados com a utilização do PDA;
- ☞ Formação em “Java” para o desenvolvimento dos aplicativos para o recenseamento piloto. Actividade realizada no mês de Maio por um consultor indigitado pelo IBGE;
- ☞ Concepção da aplicação de recolha de dados para o recenseamento piloto, com o apoio da assistência técnica do IBGE. Para o desenvolvimento dessa aplicação foram utilizadas as seguintes ferramentas: *Oxygen XML* para concepção dos questionários e *Eclipse* para o controlo e desenho dos questionários.

Para além das actividades atrás elencadas, convém salientar as seguintes:

- ☞ Correspondência entre as designações das variáveis ao nível informático e as ao nível do questionário, inclusive o rotular das mesmas nos diferentes ficheiros de unidade estatística;
- ☞ Cobertura do recenseamento ao nível dos distritos de recenseamento (DR) em cada Freguesia do país, em comparação com a divisão do território em DR, onde se concluiu que todos os DR's (inclusive os vazios) de todas as Freguesias constavam em todos os ficheiros das unidades estatísticas;

- ☞ Construção duma base única para a verificação das coerências integradas entre edifício e alojamento, tendo como chave primária a variável edifício existente nos dois ficheiros. Em conclusão, a junção funcionou, pois as variáveis de edifício repetiram por todos os alojamentos do mesmo edifício (exemplo: os 6 alojamento do edifício identificação 1110010022 receberam todas as mesmas características do edifício;
- ☞ A partir desta junção procedeu-se a verificação dos controlos de coerência entre todas as variáveis do edifício e do alojamento;

**Exemplo:**

**OCORRENCIA DE TIPO DE EDIFICIO VAZIO (PE1)**

\*\*\*\* SELECCAO DE 20 CASOS DE VALORES EM FALTA NO TIPO DE EDIFICO E COM  
NUMERO DE ALOJAMENTO DO EDIFICIO\*\*\*\*

\*\*\*OBJECTIVO CORRIGIR A PRIMEIRA VARAIVEL PELA SEGUNDA\*\*\*

```
FILTER OFF.  
USE ALL.  
SELECT IF (MISSING(PE1_TED)).  
EXECUTE.
```

\*\*\*\*\* CORRECÇÃO DA VARIÁVEL PE1 ATRAVES DAS VARIÁVEIS PE7 E  
PE3\*\*\*\*\*

```
DO IF (PE7_NALE = 1 & PE3_NPED > 1) .  
RECODE  
  PE1_TED (SYSMIS = 2).  
END IF.  
EXECUTE.
```

```
DO IF (PE7_NALE = 3 & PE3_NPED = 4) .  
RECODE  
  PE1_TED (SYSMIS = 6) .  
END IF.  
EXECUTE.
```

```
DO IF (PE7_NALE = 1 & MISSING(PE3_NPED)) .  
RECODE  
  PE1_TED (SYSMIS = 1).  
END IF.  
EXECUTE.
```

```
DO IF (PE7_NALE = 1 & MISSING(PE3_NPED) & PE1_TED = 1) .  
RECODE  
  PE3_NPED (SYSMIS = 1).  
END IF.  
EXECUTE.
```

- ☞ Verificadas as coerências entre edifício e alojamento, foi necessário juntar também este ficheiro com o dos agregados familiares. Para isso, foi necessário criar uma chave “alojamento” com base nas variáveis “Edifício” e “alojamento”. Uma vez a chave criada, procedeu-se a junção das unidades estatísticas e aos controlos de coerência entre as mesmas;
- ☞ O mesmo processo foi seguido para a junção destas unidades estatísticas com o ficheiro contendo os dados sobre a população: (i) criação de uma chave “agregado” com base nas variáveis “Edifício”, “Alojamento” e “Agregado”; (ii) junção de todas as unidades estatísticas; (iii) controlo de coerência entre as unidades e entre as variáveis das mesmas.

No que diz respeito as variáveis “actividade económica” e “profissão”, deve-se notar que foram codificadas a posteriori. Optamos por não introduzir as duas nomenclaturas no PDA, tendo em conta que os agentes recenseadores não tinham conhecimento suficiente das mesmas para uma codificação sistemática. A codificação foi semi-automática, através de um programa em Excel, feito por técnicos do INE, e que compreendia as duas nomenclaturas. Consistiu em extrair frequências das duas variáveis que foram transportadas em Excel, que depois da codificação serviram de chave para serem inseridas nas suas respectivas bases. Este sistema permitiu-nos ganhar muito tempo no tratamento dessas informações.

Os técnicos do IBGE vieram com um protótipo da aplicação desenvolvida e, foram feitos muitos ajustes a algumas inconsistências em colaboração com os técnicos do INE. Houve algumas sessões de estudo sobre a aplicação, de forma a se compreender as funcionalidades desta aplicação.

Após a partida dos técnicos do IBGE, ficou por fazer a programação dos controlos de coerência, definição dos Status (cores relativamente a cada situação dos pontos no mapa digital), exportação de ficheiros, relatórios, alteração das disposições das informações do GPS e algumas perguntas por ajustar nos questionários.

Havia 3 cores no mapa digital, ou seja; vermelha que indicava ponto não iniciado; verde que indicava ponto concluído e amarelo que indicava ponto pendente. Entretanto, no terreno, sentiu-se a necessidade de haver mais de 3 cores para se poder determinar as diferentes situações em que o questionário poderia ficar pendente - ou por ser casa em construção; ou porque os moradores estavam ausentes; ou porque ficou alguma secção do questionário por preencher.

Os técnicos do INE tiveram algumas dificuldades em ultrapassar estas questões pendentes, visto que, ficou acordado com a equipa do IBGE uma assistência técnica à distância, algo que não sucedeu. Muitas foram as questões discutidas para serem analisadas e resolvidas. Entretanto, só foi possível uma resolução parcial.

Programação das especificações de controlo de coerência para recolha de dados do recenseamento piloto. Neste particular, a equipa de informática do INE, teve que se aplicar ao fundo em algo que não conhecia, para poder garantir que o recenseamento piloto fosse realizado na data prevista e com qualidade.




Houve um longo período de sucessivas mudanças nos questionários e na definição dos controlos de coerência por parte da célula de metodologia, o que atrapalhou um pouco os trabalhos da informática, na medida em que, só na véspera do arranque da recolha, foi possível beneficiar do apoio da assistência técnica do IBGE, tendo em conta outros compromissos.

- ☞ Participação na formação dos agentes de recolha de dados para o recenseamento piloto, em colaboração com as células de cartografia e metodologia;
- ☞ Supervisão dos trabalhos do recenseamento piloto.

A equipa teve muitos constrangimentos no terreno. Entre outros, surgiram os seguintes problemas:

- ☞ Lentidão dos PDA's
- ☞ Demora dos PDA's na captação de pontos novos
- ☞ Perda da informação relativa à data e hora do início das entrevistas
- ☞ Descarregamento da bateria dos PDA's num período de tempo relativamente curto

Embora tivesse resolvido as questões essenciais para dar início à recolha de dados, ficaram as questões relacionadas com “ Status, exportação de dados e relatórios” por resolver. Entretanto, os técnicos do IBGE realizaram uma outra missão, e, logo no primeiro dia foi resolvido a questão do Status, e, depois foi feito um novo executável da aplicação, que foi instalado em todos os PDA's 2-3 dias após o arranque dos trabalhos. As restantes questões relativas à exportação de ficheiros e relatórios ficaram sem resolver, tendo assistência técnica alegado falta de tempo para executar tais tarefas. Importa mencionar que nesse período, o IBGE estava também a preparar um aplicativo para a recolha no Brasil- fase piloto.

Relativamente às questões levantadas pelos supervisores, em relação ao programa, como o caso de alterar o layout das páginas para permitir melhor manuseio; barras de rolagem; e botão para encerrar o programa, foi verificado que a barra de rolagem é automático, ou seja, aparece se o conteúdo ultrapassar o tamanho do ecrã e, em qualquer momento, era possível encerrar o questionário através do botão , visível em todos os ecrãs.

Sobre a demora dos PDA's em capturar coordenadas de pontos novos, foi possível constatar que isso tem a ver com o estado do tempo e disposição dos satélites. Deve-se lembrar que a época da recolha coincidiu com a época das chuvas. A demora também foi visível durante a realização das entrevistas, o que estava relacionado com a memória do próprio PDA (foram utilizados PDA com 64 MB SDRAM).

No que se refere ao tempo de carga do PDA foi aconselhado aos agentes de desactivar o GPS após ter uma localização exacta de um ponto, antes de entrar no programa RGPH 2010, visto que consumia bastante a bateria (autonomia da bateria era de menos 8 a 10 horas). É de realçar, que os PDA's usados nesta operação já foram utilizadas para outros fins no Brasil e, como qualquer equipamento electrónico com bateria adicional, existe sempre a questão do desgaste com o decorrer do tempo.

Quanto á questão de armazenamento de data e hora das entrevistas para se poder refazer o caminho dos recenseadores foi resolvido na última versão do programa que obrigava que os PDA´s tivessem a data e hora devidamente acertados antes da recolha. Sendo assim, os ficheiros criados marcavam automaticamente a data e hora actualizadas.

➤ Encontro com o NOSI sobre os processos de transmissão de dados: (i) condições das infra-estruturas existentes em cada concelho; (ii) disponibilidade de largura de banda e métodos de segurança a implementar;

➤ Desenvolvimento de uma aplicação para transmissão de dados de actualização cartográfica e do recenseamento piloto “*on line*”, a partir do WEB site do INE. Para a construção dessa aplicação foi utilizada a *plataforma Asp.net com Base de Dados em Sql Server*.

Para cada coordenador/supervisor foi criado um código de acesso para efectuar a transmissão. A aplicação para transmissão de dados foi desenvolvida exclusivamente pela equipa nacional;

- ☞ Participação nos encontros da avaliação do recenseamento piloto, em colaboração com as células de metodologia e cartografia;
- ☞ Ajustamentos e finalização da aplicação de recolha, de acordo com as alterações propostas pela célula de metodologia, após a avaliação do recenseamento piloto. A equipa nacional trabalhou também com os técnicos do IBGE na concepção dos módulos exportação e dos relatórios que estavam em falta no programa de entrada de dados.
- ☞ Missão de consolidação da aplicação de recolha de dados ao IBGE. Esta missão foi realizada em conjunta com a responsável da célula de metodologia;
- ☞ Correção da programação das especificações de controlo de coerência em função das correções propostas nos questionários pela célula de metodologia;
- ☞ Actualização da aplicação da transmissão on-line;
- ☞ Elaboração do manual do controlador para o recenseamento piloto e recolha, em colaboração com a célula de metodologia;
- ☞ Participação na formação de formadores, recenseadores e controladores para a recolha de dados;

- ☞ Supervisão dos trabalhos de recolha. A supervisão consistiu sobretudo na resolução de problemas relacionados com o manuseio do PDA e aplicação da recolha de dados.

Dado que esta era a etapa fundamental dos trabalhos, todos os informáticos do INE foram envolvidos e distribuídos da seguinte forma:

- ☞ 1 pessoa para os concelhos de S. Vidente, S. Antão e S. Nicolau
- ☞ 1 pessoa para Fogo e Brava
- ☞ 1 pessoa para Sal e Boavista
- ☞ 1 pessoa para Praia, Maio e Ribeira Grande de Santiago
- ☞ 2 pessoas para os restantes concelhos de interior de Santiago.

# Sensibilização

Para que uma operação da dimensão do RGPH-2010 fosse realizada com êxito, além de recursos materiais, humanos e financeiros, foi necessária também a mobilização da população, com o objectivo de dar a conhecer aos agregados familiares a sua realização através das diferentes fases, a saber:

- ☞ Actualização cartográfica e pré-Censo agrícola;
- ☞ Recenseamento piloto;
- ☞ Realização do Censo
- ☞ Inquérito pós- censitário
- ☞ Divulgação dos resultados

Para atingir os objectivos preconizados, foi elaborado uma estratégia da campanha de sensibilização para as diferentes fases do RGPH-2010, que foi discutido e validado a nível do Gabinete (Ver Anexo 5). Com base nesta estratégia foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- ☞ Concurso público para a selecção de um Logótipo e de Slogan para o RGPH-2010;
- ☞ Concurso para apresentação de propostas financeiras para a produção de materiais gráficos e audiovisuais;
- ☞ Missões para a criação de Comissão Municipal em todos os concelhos do País
- ☞ Campanha de sensibilização para a actualização cartográfica e pré-Censo agrícola
- ☞ Campanha de sensibilização para o recenseamento piloto
- ☞ Trabalhos preparativos para a campanha nacional de sensibilização
- ☞ Campanha nacional de sensibilização

## **5.4.1. Concurso público para a selecção de um Logótipo e de Slogan para o RGPH- 2010**

De forma a criar uma identidade visual do RGPH-2010, e permitir a sua divulgação, foi lançado em Setembro de 2008, um concurso público para a selecção de um logótipo e slogan, após a

aprovação dos termos de referência. Para avaliar as propostas do concurso foi nomeado um júri constituído por técnicos de outras instituições, com algum mérito no mercado, constituído por um Design Gráfico da GRP, Albino Santos, um Antropólogo dos Direitos Humanos, Orlando Borja e um Técnico de Marketing, Mário Moreira, Administrador dos Correios de Cabo Verde.

Esse concurso foi divulgado no Jornal A semana e Expresso das Ilhas, na Rádio de Cabo Verde e Praia FM. Após a análise de 23 propostas recebidas, o júri decidiu que o logótipo que mais se adequava aos critérios propostos de selecção (criatividade, personalidade e de fácil leitura e memorização) era o do concorrente Eugénio Rosa, como o primeiro classificado. O Júri decidiu que, o Slogan mais criativo e original foi o do concorrente Odair Pinto, *com o Slogan “ Todos contamos, contamos com todos”*. Foram divulgados os resultados do concurso no site e no placar do INE.



#### **5.4.2. Concurso para apresentação de propostas financeiras para a produção de materiais gráficos e audiovisuais**

Foram lançados dois concursos públicos, um para a selecção de melhor proposta financeira para a produção de materiais audiovisuais e outro para a produção de materiais. Os membros do júri foram nomeados por Despacho nº 03/2009 do Presidente do INE.

Para a selecção de empresa para a produção das matérias audiovisuais, tendo em conta as exigências do Projecto, o INE solicitou a apresentação de facturas pró-forma, através de um *short list*, onde iria escolher uma única empresa para prestação de serviço.

Foram convidadas as seguintes empresas: Publicom; GC- Comunicações; EME –Marketing e Eventos; OPAL e Artecomum. Das empresas convidadas apenas EME – Marketing e Eventos e

Artecomum apresentaram proposta financeira e, as mesmas foram avaliadas tendo em conta os critérios de avaliação que eram: Preço 40%; Qualidade 30%; Prazo de Entrega 20%; Condições de Pagamento e Prazo de validade-10%.

De acordo com as propostas apresentadas, a empresa EME – Marketing e Eventos ficou em primeiro lugar, seguida da Artecomum.

Para a selecção da melhor proposta para a produção dos materiais gráficos foram convidadas as seguintes empresas: EME –Marketing e Eventos; Artecomum; Publicom; Expo Arte; PC Arte; GRP – Investimentos e OPAL. Das empresas convidadas (EME –Marketing e Eventos; Artecomum; Publicom; Expo Arte e OPAL), foram as que apresentaram proposta financeira.

Das análises feitas às facturas apresentadas e tendo em consideração a relação da qualidade dos trabalhos, prazo de entrega, das tabelas de preço, condições de pagamento, o Júri considerou que a empresa Publicom foi a que apresentou a melhor proposta, devendo ser por isso considerada a empresa vencedora.

#### **5.4.3. Missões de sensibilização para a criação da Comissão Municipal em todos os concelhos**

Sendo o RGPH-2010, uma operação complexa que consegue disponibilizar informações detalhadas até à menor divisão administrativa do país, apostou-se fortemente na sensibilização dos parceiros a nível de todos os concelhos, visto que o INE não possui serviços desconcentrados nesses concelhos.

Por isso, foi criada, de Março a Maio de 2009, em todos os concelhos do País, uma Comissão Municipal, coordenada pelo Delegado do MADRRM no Concelho e, integra ainda representantes das Câmaras Municipais, dos Ministérios da Educação e Desporto, da Saúde e da Administração Interna, através dos respectivos serviços desconcentrados. Essa comissão tem por finalidade apoiar o INE na logística e na sensibilização.

#### **5.4.4. Campanha de sensibilização para a actualização cartográfica e pré-censo agrícola**

Iniciou-se a 27 de Abril, a recolha de dados no terreno no âmbito da realização da actualização cartográfica e pré -censo agrícola, como primeira actividade de terreno. Para a sensibilização da população foram realizadas as seguintes actividades:

- ☞ Conferência de Imprensa para o início das actividades do terreno;
- ☞ Concepção e divulgação de um spot TV e um Spot Rádio na TCV, RCV e Praia FM;
- ☞ Concepção de pólos, camisolas, bonés e mochilas alusivos à cartografia;

- ☞ Envio de nota a todos os integrantes da comissão concelhia, em todos os concelhos do país e solicitação de apoio logístico e de sensibilização;
- ☞ Aulas nas escolas do concelho de S. Vicente sobre a respectiva actividade

#### **5.4.5. Campanha de sensibilização para o recenseamento piloto**

Esta actividade foi realizada em Setembro de 2009. Como o seu objectivo era testar todos os instrumentos técnicos e metodológicos para o Censo 2010, este conceito estava explícito em os instrumentos produzidos, nomeadamente cartaz, folheto, spot rádio e TV e matérias promocionais. Assim, para além de uma conferência de imprensa foram produzidos os seguintes materiais:

- ☞ Produção de Cartazes;
- ☞ Produção de Folhetos;
- ☞ Produção de spot rádio e TV;
- ☞ Produção de materiais promocionais (Camisola Adulto e criança; porta chaves; borrachas; bonés; lápis; bloco de notas e canetas).
- ☞ Produção de autocolantes.

A Publicidade na rádio e TV foram realizados tendo em conta o seguinte guião:

<b>OFF</b>	<b>Imagem</b>
<i>Antes de caminhar é preciso muito ensaio</i>	Uma criança dando os seus primeiros passos
<i>Para alcançar vitórias é necessário muito treino</i>	Um jovem judoca treinando para o seu grande espectáculo
<i>È desta forma que o INE está a preparar o CENSO 2010</i>	Técnico testando o novo método de recolha de dados
<i>Tudo vai ser testado no Censo Piloto que se realize de 16 a 30 de Setembro.</i>	Ambiente de rua que elucida a vida quotidiana seguido do plano cartográfico da cidade da Praia



<i>Ao ser contactado colabore na construção das bases para o Censo 2010</i>	Técnico a chegar e a bater a porta de uma casa,
<i>Todos contamos, contamos com todos</i>	Sequência de rostos: bebé, criança adolescente, adulto, velho  Animação da imagem de marca da campanha no canto inferior direito



**5.4.6. Encontro com a comunidade dos Rabelados no âmbito do recenseamento piloto**

Em Setembro de 2009, uma equipa do Gabinete Censo visitou a comunidade de Rabelado em Espinho Branco, concelho de S. Miguel, com o apoio da Sra Mizá, artista plástica que trabalha directamente com essa comunidade. Essa visita teve por objectivo conhecer a forma como vivem os Rabelados e solicitar o apoio do Chefe na sensibilização dos mesmos, visto que os Rabelados sempre recusam prestar informações e, é imprescindível para o INE conhece-los através da recolha de dados nas várias fases de implementação do RGPH-2010. O Chefe dos Rabelados, para o recenseamento piloto, disponibilizou um membro desta comunidade, o Sr. Samilindo, para acompanhar o agente do INE na recolha de dados junto da comunidade. Também determinou que, no momento do Censo, o Sr. Samilindo integrará a equipa de terreno para o efeito.





#### **5.4.7. Trabalhos preparativos para a campanha nacional de sensibilização**

Para preparar o terreno e sensibilizar toda a população é imprescindível sensibilizar primeiro os parceiros ou público apoiante que servirão de elo de ligação na passagem de informação junto da população. Por isso, o Presidente do INE e a equipa de sensibilização encontraram com várias instituições e parceiros chaves de sensibilização, a destacar:

##### *Encontro com o Bispo de Santiago*

No âmbito da preparação do Censo 2010, o Presidente do INE e a sua equipe tiveram um encontro, no dia 29 de Janeiro, com o Reverendíssimo Sr. Bispo de Cabo Verde, na sua residência. Este encontro teve por objectivo solicitar o apoio da Igreja na sensibilização da população, através das diversas paróquias, de todas as ilhas de Cabo Verde. Ficou determinado que a Igreja Católica irá apoiar o INE através de comunicado nas missas em todos os concelhos do país através de diversas paróquias.

##### *Encontro com o Presidente da República*

No âmbito da preparação do Censo 2010, o Presidente do INE e uma equipa do Gabinete visitaram, no dia 05 de Fevereiro, a Sua Excia o Sr. Presidente da República de Cabo Verde. A visita teve por objectivo inteirar o Sr. Presidente da República dos trabalhos já realizados e a realizar no concernente à preparação do Censo 2010 e solicitar o seu apoio na sensibilização da população, através de uma mensagem a ser proferida pela Sua Excia o Sr. Presidente à nação, no momento censitário. Foi um encontro muito importante e a Sua Excia demonstrou total abertura e interesse em apoiar o INE neste processo.

*Encontro com o Presidente do Conselho de Administração da CV Telecom*

O Presidente do INE e a equipa de sensibilização encontraram, no dia 12 de Fevereiro de 2010, com o Presidente do Conselho de Administração da CV Telecom. RGPH-2010, para além de fornecer muitas outras informações, fornecerá também informações sobre o número de agregados familiares, em todo o país, até ao nível de zonas e lugares, que tem telefone fixo e móvel e acesso a novas tecnologias de informação, que são informações importantes para as empresas que trabalham nesta área.

Neste âmbito, o INE solicitou à CVTelecom apoio na sensibilização da população através do envio de SMS, no início da recolha e uma linha verde para contactos entre a população e o INE durante todo o período da recolha. Ainda foi discutido a possibilidade de criação de um serviço de informação estatística através do telemóvel, onde será disponibilizado aos utilizadores os principais indicadores do país. Ficou acordado neste encontro a possibilidade da CV Telecom apoiar o INE: no envio de SMS e na disponibilização de uma linha Verde.

*Encontro com o Director dos Serviços Penitenciários*

O Presidente do INE e a sua equipa tiveram um encontro com o Director dos Serviços Penitenciários, no dia 15 de Fevereiro do corrente ano. Para além de se recensear todas as pessoas membros dos agregados familiares, são também recenseadas todas as pessoas que são residentes nos alojamentos colectivos, entre os quais, os presos nas penitenciárias, visitas etc.

Este encontro teve por objectivo solicitar o apoio da direcção dos serviços Penitenciários no recenseamento dos presos e sensibilização dos responsáveis das penitenciárias. Para facilitar, o Director deste Serviço apoiou o INE disponibilizando dois técnicos para participarem na formação dos agentes recenseadores e fazerem assim o recenseamento nas prisões.

*Encontro com o Ministério da Educação*

O Presidente do INE e sua equipa tiveram, no dia 12 de Fevereiro, um encontro com a Sua Excia a Sra. Ministra da Educação, Vera Duarte, no âmbito da preparação do Censo 2010, uma vez que, este Censo irá disponibilizar um leque de informações referentes à Educação, importantes para a formulação de políticas e programas referentes a esse sector. Por outro lado, o INE solicitou o apoio deste Ministério na sensibilização dos alunos de todos os níveis de escolaridade através de divulgação nas escolas dos objectivos do Censo e sua finalidade. Ficou acordado com a Sra. Ministra que, essa divulgação seria feita através de uma aula dada em todas as escolas do país.

Como foi empossado um novo elenco governamental e a então Ministra da Educação, Vera Duarte, foi substituída pelo Ministro, Octávio Tavares, foi necessário encontrar o novo Ministro para o colocar a par das actividades acordadas com a então Ministra da Educação. Neste sentido, foi realizado um encontro no dia 13 de Abril com o Sr. Ministro com a finalidade de

fazer uma apresentação do projecto Censo 2010 e solicitar apoio do Ministério na sensibilização dos alunos e professores nas escolas e na logística.

Este foi muito receptivo e disponibilizou em apoiar o INE na divulgação da informação através de aulas realizadas em todas as escolas do ensino primário e secundário; na passagem da informação junto dos professores na reunião que iria ter em todos os concelhos do país; na cedência de sala de aulas para formação dos agentes recenseadores e controladores, e, em colaboração com as câmara municipais, fornecer um lanche para os agentes de terreno através das cantinas escolares.

#### *Encontro com RTP África*

O Presidente do INE e a equipa de sensibilização tiveram um encontro, no dia 15 de Fevereiro, com a Directora de RTP- África, Sra. Isabel Silva Costa. O objectivo foi de apresentar o projecto Censo 2010 e demonstrar que, o INE presta um serviço público de informação e, como base nisso, solicitar apoio na difusão de Spots, Programas e Sketches alusivos ao Censo 2010 na RTP – África.

Segundo a Directora, a RTP-África presta também um serviço público de informação e não é mais de que um dever desse órgão difundir gratuitamente os Spots e programas do INE, não somente alusivo ao Censo, mas sobre todas as actividades que o INE venha a realizar. Por isso, ficou determinado que, logo que todos os materiais estiverem prontos, enviar a RTP para difundir nesse órgão.

#### *Encontro com Inforpress*

No dia 16 de Fevereiro do corrente ano, o Presidente do INE e a equipa de sensibilização tiveram um encontro com o Presidente do Conselho de Administração da Inforpress. O objectivo foi de apresentar o projecto Censo 2010 e demonstrar que, o INE presta um serviço público de informação e, como base nisso, solicitar apoio na difusão de informação do Censo no site da Inforpress e a colocação de um banner sobre o Censo neste mesmo site.

Segundo o PCA, o site da Inforpress é uma fonte de receitas para a instituição, visto que orçamento de funcionamento não consegue dar vazão a todos os custos da instituição. Por isso, deixou claro que, se o INE conseguir junto de outras instituições do Estado que tenham a mesma função da Inforpress, caso da RTC, que presta um serviço público de informação, poderá facilitar o INE neste processo.

#### *Encontro com o Conselho de Administração da RTC*

O Presidente do INE e a equipa de sensibilização encontraram, no dia 16 de Fevereiro do corrente ano, com o Presidente do conselho de Administração da RTC. O objectivo da visita foi

de conseguir junto da RTC apoio na sensibilização da população através de difusão de spots, programas e Sketches alusivos ao Censo 2010, com isenção de pagamento, visto que o INE presta um serviço público de informação. O conselho de administração da RTC manifestou a sua disponibilidade e ficou determinado que, todos os programas de rádio e TV, Spot rádio e TV e Sketches irão passar gratuitamente na RTC. Mas nos indicou que, deveríamos ter encontros com os Directores da rádio e da TCV para programar essas difusões.

#### *Encontro com Expresso das Ilhas*

O Presidente do INE e a equipa de sensibilização tiveram um encontro com a Directora do Jornal Expressos das Ilhas, no dia 16 de Fevereiro. O objectivo da visita foi de apresentar o projecto Censo 2010 e demonstrar que, o INE presta um serviço público de informação e solicitar o apoio da divulgação da informação e de anúncio sobre o Censo no Jornal Expresso. Segundo a Directora, tudo que seja informação é do interesse do jornal divulgar, por isso, agendou entrevista com o Sr. Presidente para falar sobre o Censo 2010 dando maior destaque possível (reservando 2 páginas do Jornal). Ficou determinado que, como o Expresso não pode ceder gratuitamente espaço para divulgação do anúncio no Jornal, visto que o Jornal vive praticamente da venda desses espaços, iria rever a tabela de preços na divulgação dos anúncios do INE.

#### *Encontro com a Igreja do Nazareno*

No âmbito da preparação do Censo 2010, o Presidente do INE e a sua equipa realizou no dia 12 de Março, uma visita de cortesia ao representante da Igreja Nazarena de Cabo Verde. O referido encontro teve como objectivo magno, solicitar o apoio da Igreja na sensibilização da população, através das diversas representações, existentes em todas as ilhas do país. Recorda-se que, o Censo é a maior operação estatística de qualquer país, sendo fundamental a colaboração de todos parceiros, para assegurar o sucesso do mesmo. Ficou determinado que a Igreja do Nazareno irá apoiar o INE na sensibilização da população através das diversas comunidades nazarenas existentes no país.

#### *Encontro com a TIVER*

Prosseguindo os contactos com os diversos parceiros, no âmbito da campanha de sensibilização do Censo 2010, uma equipa do INE, chefiada pelo seu Presidente, encontrou-se com o director-geral da TIVER, no dia 11 de Março do corrente ano, nas instalações daquele órgão de comunicação social.

No referido encontro, ficou assumido o compromisso da TIVER apoiar na divulgação do Censo 2010, nomeadamente, na cobertura dos trabalhos no terreno, entrevista com a equipa responsável do Censo, assim como divulgação dos spots publicitários.

O término do encontro ficou marcado pela convicção, de ambas as partes, aprofundarem as relações institucionais, nos próximos tempos.

No que toca ao INE, a instituição, venceu o seu propósito em utilizar os espaços existentes deste órgão, para a divulgação da campanha publicitária do Censo, pois considera ser fundamental a colaboração de todos os sectores da comunicação social, na ingente tarefa de sensibilização da população.

#### *Encontro com o Jornal A Semana*

No passado dia 12 de Março de 2010, pelas 15H30, o Presidente do INE e a sua equipa realizou um encontro com a directora do jornal A Semana, com o objectivo de assegurar a colaboração deste jornal na campanha de sensibilização do Censo.

Ficou acordado o interesse do jornal A Semana disponibilizar no site oficial deles, um banner sobre o Censo, mediante um acordo comercial. Igualmente, ficou firmado o compromisso do jornal colaborar no sucesso do Censo através de publicação de artigos, entrevistas, etc.

A reunião terminou com a vontade de ambas as partes, em estreitar os contactos existentes. No que toca ao INE, a instituição, venceu o seu propósito em utilizar os espaços existentes deste órgão, para a divulgação da campanha publicitária do Censo, pois considera ser fundamental a colaboração de todos os sectores da comunicação social, na ingente tarefa de sensibilização da população.

#### *Encontro com a Plataforma de Imigrantes dos países Africanos*

INE encontrou, no dia 22 de Março, com a Plataforma de Imigrantes da Costa Ocidental Africana, no âmbito da preparação do Censo 2010. Estiveram presentes a Associação dos Senegaleses em Cabo Verde, Associação dos Santomenses, a Associação da Guiné-Bissau e o Presidente da Plataforma.

O Censo 2010 irá recolher informações sobre migrações internas e internacionais. Por isso, foi muito importante este encontro na medida em que, permitiu melhor organizar os trabalhos com os responsáveis das comunidades africanas residentes em Cabo Verde

Ficou determinado que a plataforma irá organizar um encontro com todas as comunidades para as sensibilizar para o Censo e, em casos de recusas irão envidar todos os esforços para as sensibilizar. Ficou acordado que o INE poderá fazer um spot onde uma pessoa de cada comunidade iria falar na sua língua materna para que a mensagem relativa à importância do Censo e ao envolvimento de todos possa chegar a essas comunidades com maior facilidade.

#### *Encontro de sensibilização com a Alfa Comunicação*

No âmbito da preparação do Censo 2010, o Presidente do INE e a sua equipa realizou no dia 23 de Março, uma visita ao director-geral do grupo Alfa Comunicações.

O referido encontro teve como objectivo magno, solicitar o apoio da entidade na sensibilização da população.

Por conseguinte, ficou manifestado total abertura da Alfa Comunicação em colaborar com o INE nesta mega operação, particularmente, na divulgação de artigos, entrevistas sobre o assunto no jornal A Nação ou revista Iniciativa. Igualmente, foi abordado a possibilidade, de se colocar um banner do Censo no site da Alfa Comunicação.

No que toca ao INE, a instituição, venceu o seu propósito em utilizar os espaços existentes deste órgão, para a divulgação da campanha publicitária do Censo, pois considera ser fundamental a colaboração de todos os sectores da comunicação social, na ingente tarefa de sensibilização da população.

#### *Encontro com o Director da Rádio Nacional*

No passado dia 12 de Abril, o Presidente do INE e a equipa de sensibilização tiveram um encontro com o Director da Rádio Nacional, Carlos Santos. O objectivo da visita foi de colocar o Sr Director a par do encontro que tivemos com o Presidente do Conselho de Administração e o que ficou decidido a difusão gratuita de spots e programas radiofónicos. Para além disso, o INE solicitou alguns apoios específicos, nomeadamente: recensear o Presidente da República com a comunicação social um dia antes do início do Censo; recensear o Bispo da Igreja Católica e o Pastor da Igreja Nazarena com a comunicação social no dia do arranque do Censo; disponibilidade da rádio entrevistar os Presidentes de todas as Câmaras Municipais para apelar a população para participar no Censo; disponibilidade da rádio, todos os dias, em noticiar o andamento do Censo nos concelhos. O Director da rádio manifestou a sua disponibilidade e, para além do que o INE solicitou, irá disponibilizar um espaço de 5 a 10 minutos para se fazer um balanço dos trabalhos do Censo durante os 14 dias que irão decorrer o Censo. O INE ficou de enviar um plano de difusão para facilitar este trabalho.

#### *Encontro com o Director da Rede Record*

No âmbito da campanha de sensibilização do Censo 2010, uma equipa do INE, chefiada pelo seu Presidente, encontrou-se com o director da Rede Record.

No referido encontro, ficou assumido o compromisso da Rede Record apoiar na divulgação do Censo 2010, nomeadamente, na cobertura dos trabalhos no terreno, entrevista com a equipa responsável do Censo, assim como divulgação dos spots publicitários gratuitamente.

#### *Encontro com a Sra Ministra do Ensino Superior e Cultura*

No dia 14 de Abril, tivemos um encontro com a Sra. Ministra do Ensino Superior, para apresentar o projecto Censo e solicitar o apoio na sensibilização dos jovens universitários do país. A Ministra achou conveniente e para melhor eficácia na sensibilização, que o INE devesse contactar directamente as universidades do país.

#### *Encontro com o Reitor da Universidade de Cabo Verde*

A equipa de sensibilização teve um encontro com o Magnífico Reitor da UNICV com objectivo de solicitar o apoio na sensibilização, através da divulgação do Censo no site na UNICV e na realização de aulas também naquela instituição. O Reitor manifestou todo o seu interesse e, designou um ponto focal para que essas actividades tenham lugar na UNICV.

#### *Encontro com o Reitor da Universidade Jean Piaget*

A equipa de sensibilização e o Presidente do INE tiveram um encontro com Magnífico Reitor da Universidade Jean Piaget. O objectivo do encontro foi de solicitar o apoio de Jean Piaget na sensibilização dos seus alunos. O Reitor concordou em apoiar e achou mais eficaz que o INE proferisse 5 palestras sobre o tema, para os alunos de manhã e da tarde.

#### *Encontro com a Gestora da Casa do Cidadão*

A equipa de sensibilização teve um encontro com a Gestora da Casa do Cidadão e solicitou o seu apoio e, ficou assumido a divulgação do Censo no site da Casa do Cidadão, a distribuição de folhetos através da casa do cidadão móvel e a utilização da linha verde, 8002008, para as pessoas contarem o INE, no caso de dúvidas e esclarecimentos.

#### *Campanha nacional de sensibilização*

A equipa de sensibilização trabalhou simultaneamente na concepção dos trabalhos gráficos e audiovisuais e no contacto com as instituições chaves já mencionadas. Para além dos contactos com todas as instituições acima referidas, a equipa também teve o encontro com a Plataforma das ONG de forma a conseguir sensibilizar todas as associações comunitárias do País. Também foram contactadas todas as rádios comunitárias solicitando o apoio na divulgação de spots e programas radiofónicos.

Para a campanha nacional de sensibilização foram realizadas as seguintes actividades:

- ☞ Um mês antes da recolha, iniciou-se a campanha através da colocação dos Outdoors em todas as ilhas do país;



- ☞ Um mês antes foi colocado publicidade e banner em todos os jornais impressos e on-line e nos sites de algumas instituições (A Semana; Expresso das Ilhas, A Nação, Casa do Cidadão, site do Governo, da UNICV e da Casa do Cidadão);
- ☞ Um mês antes, foram enviados os materiais, através do Ministério da Educação, a todas as escolas do país e foi ministrada uma aula nas escolas primárias e secundárias;
- ☞ 15 dias antes da recolha, começou a divulgação de 4 programas , 5 spot publicitário e 4 sketch em todas as TV e rádios do país( TCV, TIVER, Rede Record e RTP-África, Rádio Comercial, Rádio Crioula FM, Praia FM, RCV, Rádio Mosteiros FM, Rádio Cidade, Rádio Comunitária Voz de Ponta D'Água, Rádio Comunitária da Ribeira Brava; de Sta. Cruz, do Paul e da Ribeira Grande);
- ☞ Um mês antes, foi enviado uma nota a todos os hotéis, pensões, residenciais solicitando dados de todos os hóspedes que irão passar a noite de 15 para 16 de Junho nos estabelecimentos hoteleiros e a participação das pessoas que residem nessas instituições no Censo. Também foi enviada uma nota ao Instituto dos Portos para obter informações de pessoas que passaram a noite de 15 para 16 de Junho nos barcos ou iates; à Direcção Geral da Saúde para conseguir informações de todas as pessoas que passaram essa noite nos Hospitais ou Centros de Saúdes. Foi também solicitada às forças armadas autorização para a realização do recenseamento dos militares;
- ☞ Foram proferidas 5 palestras na Universidade Jean Piaget para os alunos e professores;
- ☞ O INE conjuntamente com a Plataforma das ONGs enviou uma nota a todas as Associações Comunitárias do País solicitando o apoio nas comunidades;
- ☞ ATM
- ☞ Banda desenhada
- ☞ Foram colocados cartazes, em todos os lugares estratégicos e, também enviados cartazes a todas as instituições que trabalham directamente com o público (hospitais, centros de saúde, escolas primárias e secundárias, INPS, M. das Finanças, Contribuição e Impostos, bancos, Palácio do Governo), solicitando a sua afixação.
- ☞ Um dia antes do Censo, 15 de Junho, foi realizado um café de amanhã com todos os jornalistas, com forma de conseguir todo o apoio na divulgação do Censo junto da comunicação social. Todos os jornalistas recebem um kit do Censo. Para complementar essa actividade, no mesmo dia foi enviado uma nota de imprensa com todas as informações referentes ao Censo 2010 e o contacto de todos os coordenadores, de forma a facilitar o contacto dos jornalistas nos Concelhos para o balanço das actividades do terreno. Juntamente com essa nota, foi enviado um plano de divulgação das actividades do Censo.
  - ☞ No dia 15 de Junho, o Sr. Presidente da República fez um comunicado a nação apelando a participação de toda a população nos Censo;



- ☞ No dia do arranque dos trabalhos, 16 de Julho, o Presidente do INE recenseou o Sr. Primeiro-Ministro com a presença da comunicação social.
- ☞ A Rádio Nacional, durante 15 dias, fez um balanço diário, no programa da 7 horas da manhã, com os coordenadores nos concelhos.
- ☞ Os Presidentes de Câmaras foram recenseados com a presença da comunicação social e fizeram um apelo à população dos seus concelhos para aderirem ao Censo 2010;
- ☞ Foram feitas balanço dos trabalhos de 3 em 3 dias através do envio de notas de imprensa;
- ☞ Durante o terreno houve algumas recusas em número significativo de comunidades Africanas, chinesa e outras. Para por cobro a essa situação, fez-se um encontro de emergência com o Presidente e o responsável da comunidade africana que disponibilizaram 3 dias ao INE e saíram no terreno para resolver essa situação. Com a comunidade Chinesa, foi solicitado apoio as instituições competentes, Governo e Embaixada de China, para a resolução desses problemas.
- ☞ Em algumas zonas difíceis, tivemos intervenções directas e em outras solicitamos o apoio de líderes comunitários e pessoas capazes de solucionar os problemas;
- ☞ Durante a preparação e o período do Censo, foram produzidos 3 Boletins Informativos que foram divulgados na rede do Estado.

No primeiro foi abordado o tema “ *os preparativos do Censo* ” - entrevista do Sr. Presidente do INE, da Coordenadora Técnica do Censo e do responsável da célula de Cartografia e SIG. No Segundo foram entrevistados o Director Administrativo sobre as actividades administrativas do Censo; o responsável da célula de informática sobre as tecnologias; e o Presidente do IBGE sobre a cooperação com o INE. A responsável da célula de metodologia e uma equipa da célula da Cartografia prepararam também alguns artigos que foram igualmente publicados. Para além disso, foram abordados os seguintes temas: O Censo vai à Escola, aos Rabelados e aos estabelecimentos prisionais

No terceiro foram divulgadas as mensagens do Sr. Presidente da República, do Primeiro-ministro, dos Líderes Parlamentares do PAICV, MPD e UCID, do Presidente da Associação Nacional dos Municípios e artigo do Reitor da Universidade Jean Piaget sobre a importância dos dados do Censo para a universidade. Também, foram publicados os primeiros resultados do Censo transmitidos ao INE.

- ☞ No dia afixado para o término do Censo, 30 de Junho, foi realizada, de emergência, uma conferência de Imprensa para a divulgação dos dados transmitidos ao INE e para divulgar publicamente o prolongamento do Censo para mais uma semana, visto que em alguns concelhos não se conseguiu terminar na data inicialmente prevista.

**Materiais gráficos produzidos**

Mupis



Mupis



Mupis



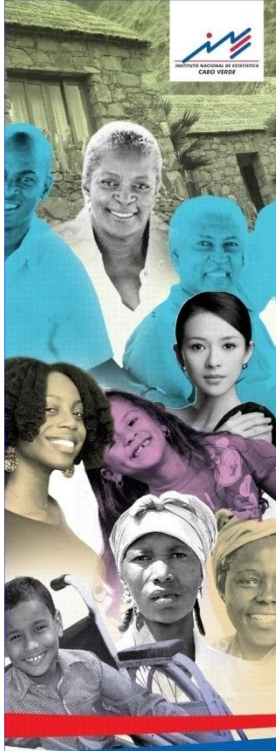
Mupis



Outdoor







Banner Colocado no Edifício do INE



Publicidade na Rede Vintí4

**4**  
Mila, O Censo tá mbém vai querer saber coisas sobre mim, ou minha família?  
Claro, Até porque o Censo quer saber quantas pessoas em Cabo verde são portadoras de deficiência.  
que venham os recenseadores, pob vou lhes dizer tudo o que sei, inclusive quem tem pratos a lavar, ah, ah...  
Mila: Não podes lma, porque só os adultos é que podem prestar informações para o censo. Quando um recenseador bater à tua porta, chame um adulto.  
Acorda, Pá! Para o Censo, Tu não contas.  
Contas sim, porque...  
**Todos contamos, contamos com todos!**

**1**  
**Zico & Mila em Censo 2010**  
**TECEM CONTAMOS, CONTAMOS COM TECEM!**  
Corre, corre que agora vab ver quem vai te passar, e bater o recorde.  
Ei! Assim não vabte, aliada não del o sinal.  
Quem joga não pastora! T'rau, boba vejo te a hora de lavares os pratos.  
Tu falas muito... e corres devagar. É claro que vab bater o recorde, de lavar louça, claro!  
gimnaste com esperanças? Opa, Quem seria aqueles? É o que estarão eles aqui a fazer?  
Na certa aparenta alguma e vieram dizer à mamã!  
Já se vão embora...t'co. Tens a certeza que não fizeste nada. Vocês meninos gostam de trevasuras.  
ei Zico, não vamos dar um beijo à mamã, e dizer-lhe que estamos de volta?  
Shu, Não! Clara que não. O que ela disse sobre incomodar quando estiverem a falar com "algum grande"?  
Não, sua boba, então não vete que estão todos vestidos de cor-de-azul e tem bonés e capacetes? Já não conseguem ler nada.

**Banda Desenhada distribuída em todas as Escolas Primárias e Secundárias do País**



**IV Recenseamento Geral População e Habitação**  
**16 a 30 Junho 2010**

**Todos Contamos Contamos com Todos**

**Cartaz**



**6**  
Importância da participação da população no Censo 2010

Respondendo ao Censo 2010, está a contribuir para que Cabo Verde tenha um futuro melhor.

**IV Recenseamento Geral População e Habitação**  
**16 a 30 Junho 2010**

**CENSO 2010**  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA CABO VERDE

**CENSO 2010**  
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA CABO VERDE

**Todos Contamos Contamos com Todos**

**Todos Contamos Contamos com Todos**

Folheto Frente

**1**  
**O que é o Recenseamento da População e Habitação?**  
É a contagem dos indivíduos que habitam num país bem como as suas habitações. Os Recenseamentos da população são geralmente realizados de dez em dez anos. Em Cabo Verde o último foi realizado em 2000.

**2**  
**Momento censitário**  
Os dados recolhidos pelas equipas de Recenseadores e Controladores referem-se ao chamado momento censitário, ou seja às zero horas da noite de 15 para 16 de Junho de 2010 (exceptuando por exemplo, os das características económicas, onde a referência é a semana de 9 a 15 de Junho).

**3**  
**Quem será abrangido pelo Censo 2010?**  
O Censo 2010 vai abranger todas as pessoas caboverdianas e/ou estrangeiras que estiverem presentes em Cabo Verde no momento censitário.  
A recolha de dados será feita de casa em casa, em todos os bairros, zonas, lugares, freguesias, concelhos, ilhas.

**4**  
**Quem realiza o Censo 2010?**  
O Instituto Nacional de Estatística (INE), através do Gabinete do Censo 2010, é o organismo responsável pela preparação, execução, apuramento e divulgação dos dados do Recenseamento Geral da População e Habitação.  
Um recenseador, com um computador de mão (PDA), irá visitar a sua casa para obter junto do representante do agregado familiar (o responsável pela habitação) todas as informações referentes à sua família.

**5**  
**Para que serve o Recenseamento?**  
Os dados do Censo são importantes para formulação de políticas e programas para o desenvolvimento do País, por exemplo, permitem projectar quantas escolas, quantos hospitais e quantas infra-estruturas de saneamento básico Cabo Verde precisa.  
O Recenseamento Geral da População e Habitação é a única operação estatística que disponibiliza informações até o nível mais elementar do país (zona, bairro ou lugar).

**Com o Recenseamento Geral da População e Habitação pretende-se saber:**  
**Quantos somos**  
O número total da população residente em Cabo Verde.  
**Como somos**  
As características da população (sexo, idade, nacionalidade, naturalidade, profissão, nível de instrução, entre outras).  
**Onde vivemos**  
A distribuição da população pelas ilhas, concelhos, freguesias, zonas, lugares, e meio de residência (urbano, rural).

Serão recenseadas também as pessoas que se encontram nos hospitais, estabelecimentos prisionais, quartéis, hotéis, pessoas sem-abrigo, etc.

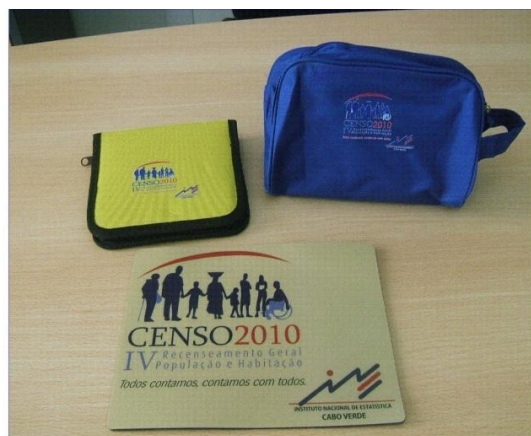
Folheto Interior



**Matérias promocionais produzidos**



Estojo, régua, lapis, caneta, porta cartões, pen drive, yoyo, borracha, bloco de notas e chaveiros



Tapete de rato, saco de toalete e porta CD



Bolsa de Nailon



Saco de Praia e Avental



Saco de Plástico e Calculadora



Camisola e Boné

**Plano de divulgação do Censo**

<b>Dia</b>	<b>Actividade</b>	<b>Responsável</b>	<b>Horas</b>	<b>Órgãos</b>	<b>Programa</b>	<b>Observações</b>
<b>14 de Junho</b> – segunda feira	Participação programa	Presidente INE	22h00	RCV	Espaço Publico	
<b>15 de Junho</b> – Terça Feira	Press Release	Carmen	11H00	Todos		Via correio electrónico
	Comunicação à Imprensa	Presidente da República	20H30	Todos		A confirmar pelo gabinete
<b>16 de Junho</b> –Quarta Feira	Arranque do Censo 2010	Todos Correspondent es	6h–8h	RCV	Bom dia CV	
	Recenseamento	Primeiro- ministro	09H30	Todos		A confirmar pelo gabinete
	Entrevista em Directo	Presidente INE	20H00	TCV	Jornal da Noite	
<b>18 de Junho</b> – Sexta Feira	Press release	Carmen	10H00	Todos		<b>Com destaque para</b>
	Breve apanhado nos Concelhos	RCV	6h–8h	RCV	Bom dia CV	Sal, São Vicente, Praia, Santa Catarina, Santa Cruz, São Filipe
<b>21 de Junho</b> – Segunda Feira	Conferência de Imprensa Balanço semana 1	Coordenadora técnica Censo 2010	10H00	Todos		
<b>23 de Junho</b>	Press release	Carmen	10H00	Todos		<b>Com</b>

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

<b>Dia</b>	<b>Actividade</b>	<b>Responsável</b>	<b>Horas</b>	<b>Órgãos</b>	<b>Programa</b>	<b>Observações</b>
<b>– Quarta Feira</b>	Breve apanhado nos Concelhos	RCV	6h–8h	RCV	Bom dia CV	<b>destaque para os concelhos:</b>  Ribeira Brava, Tarrafal de S. Nicolau, Boavista, Paul, Porto Novo, Ribeira Grande
<b>28 de Junho – Segunda Feira</b>	Press release	Carmen	10H00	Todos		<b>Com destaque para:</b>
	Breve apanhado nos Concelhos	RCV	6h–8h	RCV	Bom dia CV	Tarrafal, São Miguel, São L. dos Órgãos, São S. do Mundo, São Domingos, R.G. de Santiago  Fogo – Santa Catarina, Mosteiros, Maio  Brava.
<b>2 de Julho – Sexta Feira</b>	Conferência de Imprensa Balanço final	Presidente INE	10H00	Todos		

# Disseminação dos resultados

O INE publicou os dados preliminares do Censo 2010 no dia 24 de Setembro do mesmo ano, após de se ter descarregado e verificado todos os dados de todos os PDA's, a fim de os comparar com os dados enviados via Web.

Os dados preliminares foram publicados através de uma conferência de imprensa dada no INE, tendo sido logo de seguida disponibilizado no site do INE um relatório síntese dos principais resultados e alguns indicadores solicitados pelos utilizadores.

No que tange a publicação dos dados definitivos, este teve lugar no dia 30 de Março de 2011, num atelier de um dia, organizado no Hotel Praia Mar, onde participaram os principais parceiros e financiadores, utilizadores. Foram publicados indicadores referentes à todas as unidades estatísticas consideradas no Censo 2010, a saber: edifício, alojamento, agregado e população. Para Além disso, foi produzido CD's com todos os dados produzidos e todas as apresentações em PowerPoint, que foram distribuídos à todos os participantes, mas também enviados aos decisores e parceiros.

Foram produzidos e divulgados através dos jornais do país vários artigos sobre os resultados do censo em geral e tiveram muito sucesso junto dos utilizadores.

Seguidamente, procedeu-se a produção de uma matriz completa de indicadores ao nível nacional, por meio de residência e para todos os concelhos do país, que foi disponibilizado no site do INE, mas também enviada a todos os decisores e utilizadores que a solicitam. Para além do site do INE, certos indicadores foram também publicados no site "CaboVerde@", criado em colaboração com o IBGE. Igualmente, a célula de cartografia e SIG, criada no âmbito do Censo 2010, criou um WebGis onde foram disponibilizados indicadores por zonas geográficas, particularmente por concelho, salvaguardando sempre o segredo estatístico.

Por outro lado, foram produzidos todos os dados por zonas e lugares, para todas as unidades estatísticas, e que foram disponibilizados no site do INE.

Não priorizamos muito a disseminação dos relatórios em papel. No entanto, os relatórios temáticos serão editados brevemente.



# Inquérito Pós-censitário

O Inquérito Pós-censitário foi realizado como previsto, seguindo uma metodologia previamente definida e todas as etapas. No entanto, não se chegou a nenhuma conclusão, eventualmente devido a metodologia utilizada. Apesar disso, conseguimos fazer uma avaliação do ponto de vista demográfica e haverá uma publicação sobre a qualidade de dados. É de salientar também a avaliação feita pelo Professor Kaizo, Professora Alicia e o Perito do PNUD – NY, Sr. Halph.

A seguir descreve-se as fases do pós-censo.

## FASE DE RECONCILIAÇÃO DOS DADOS

O inquérito Pós-Censo tem como principal objectivo *avaliar a cobertura e a qualidade de alguns dados recolhidos* durante o Censo realizado de 16 a 30 de Junho de 2010

A fase de Reconciliação dos dados recolhidos tanto no Censo como no Pós-Censo, constitui a 5ª etapa do Sistema de Pareamento.

O procedimento de pareamento far-se-á em cinco grandes etapas, como abaixo descrito:

### Grandes Etapas do Sistema de Pareamento de Pessoas

#### **Etapa 1 - Padronização**

**Tratamento preliminar dos dados do Censo e do Inquérito Pós-Censitário para minimizar falso-negativos causados por erro de grafia, de digitação ou codificação.**

**Implementado por: Informática com regras estabelecidas pela Equipa do Inquérito Pós-Censitário.**

**Recursos: programados no Censo**

**Etapa 2 – Deduplicação**

Identificação das pessoas duplicadas no Censo e no Inquérito Pós-Censitário.

Implementado por: Equipa do Inquérito Pós-Censitário

**Etapa 3 – Pareamento Probabilístico**

Confronto das informações de pessoas com o objectivo de identificar as pessoas que foram incluídas tanto no Censo quanto no Inquérito Pós-Censitário.

Implementado por: Equipa do Inquérito Pós-Censitário

Recursos: RELAIS (Programa Informático)

**Etapa 4 - Pareamento Assistido**

Confronto das informações de pessoas com o objectivo de identificar, no resíduo da etapa anterior, as pessoas que foram incluídas tanto no Censo quanto no Inquérito Pós-Censitário.

**Etapa 5 - Reconciliação**

Verificação no terreno as divergências não solucionadas até a etapa de Pareamento Assistido.

## OBJECTIVO DA RECONCILIAÇÃO

O objectivo da reconciliação é de classificar todos os indivíduos para os quais não foi possível entrar tanto no Censo como no inquérito pós-censo, segundo os seguintes critérios:

- 1- Residia no DR nos momentos Censitário (0 hora do dia 16/6/2010) e Pós-Censitário (16 a 30/8/2010)
- 2- Residia no momento Censitário, mudou-se de DR antes do Pós-Censo

- 3- Residia no momento Censitário, mas morreu após o Censo
- 4- Residia no DR no Pós-Censo, mas Não residia no momento Censitário (caso de novos agregados no DR, ou novos membros no agregado, ou nascimentos após o censo).
- 5 - Pessoa não encontrada.

#### **Material necessário para a Reconciliação**

1. Mapa com pontos de identificação dos edifícios
2. PDA com respectivos projectos do RGPH/2010 e do Inquérito Pós-Censo
3. Ficha de Reconciliação, ou seja para cada DR, a lista dos indivíduos não pareados segundo a operação (Censo e Pós-Censo).

#### **Tarefas**

1. Conferir os limites do DR de trabalho;
2. Identificar no mapa, os pontos de identificação do edifício do alojamento onde reside ou residia o indivíduo;
3. Para cada individuo, preencher as respectivas colunas, indicando as referências do edifício, o nominho e o código de reconciliação do individuo assim como eventuais observações;
4. Utilizar os PDA para conferir informações que permitam melhor identificar o indivíduo com base nas informações do edifício, agregado familiar, etc.
5. Identificar os pares encontrados no censo e pós-censo ou seja as pessoas idênticas.

Para a coluna Observação: ver caso dos DR da Praia

A equipa de reconciliação foi constituída de 34 agentes, sendo um agente por DR.

# C onclusão

Não obstante alguns constrangimentos enfrentados que são naturais numa complexa operação como é um censo, de maneira geral, foi um sucesso por várias razões:

- ☞ Ter recenseado todo o edificado cabo-verdiano, habitável e não;
- ☞ Abordagem tecnológica empreendida (uso do PDA com todas as vantagens associadas);
- ☞ Inovações metodológicas (quatro unidades estatísticas e introdução de várias variáveis);
- ☞ Cartografia digital, permitindo a Georreferenciação de todo o edificado do país e vários tipos de análises (ver anexo 6);
- ☞ Utilização de menos recursos financeiros face ao previsto);
- ☞ Várias missões recebidas de países do continente...

# Anexos

*Anexo 1- Ordem de serviço que cria o Gabinete do Censo*

**ORDEM DE SERVIÇO N.º /08**

**GABINETE DO CENSO 2010**

O Recenseamento Geral da População e Habitação do ano 2010 (RGPH-2010) será a maior operação estatística do País e assume papel estruturante no quadro da Agenda Estatística para o Desenvolvimento 2008 – 2012. Constitui a maior fonte de informação estatística, determinante para a tomada de decisão e para o reforço da cidadania.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) é a entidade do Estado, responsável pela realização do Censo 2010.

De forma a operacionalizar todas as actividades que antecedem o RGPH 2010 até à conclusão do projecto, que se prevê para finais de 2011, é fundamental a criação de uma equipa multidisciplinar e que engloba técnicos de todas as Direcções do INE, técnicos provenientes de outros sectores da Administração Pública e técnicos contratados especificamente para o projecto.

Esta equipa é superiormente dirigida pelo Presidente do INE, que é o Coordenador Nacional do projecto. Sob a sua directa dependência terá um Coordenador Técnico, que por sua vez terá sob a sua orientação todas as células, exceptuando a de Administração e Finanças, que ficará na dependência directa do Coordenador Nacional.

Assim, nos termos do Artº 16º do Decreto-lei 39/96 de 14 de Setembro, conjugado com o despacho da Sua Excia, a Senhora Ministra das Finanças e Administração Pública de 14 de Maio de 2008, publicado no B.O. Nº 18 de 14 de Maio de 2008 – II Série, é criada a equipa de trabalho denominada Gabinete do Censo 2010, que é estrutura autónoma, criada dentro do Gabinete do Presidente com a sua composição e atribuições bem definidas.

Ao abrigo do Artigo 13º do Estatuto do Instituto Nacional de Estatística, é aprovada a presente ordem de serviço.

## I. COORDENADOR NACIONAL

O Presidente do INE é o Coordenador Nacional do RGPH 2010, estando todos os integrantes do Gabinete do Censo 2010 sob sua dependência hierárquica.

### *Compete designadamente ao Coordenador Nacional:*

- a) Propor, para aprovação, o projecto RGPH 2010, bem como a estrutura orgânica do Gabinete do Censo;
- b) Propor ao Ministério que superintende o INE, os dispositivos legais de apoio ao RGPH, para aprovação;
- c) Assegurar o envolvimento de estruturas da Administração Pública, Organizações Socioprofissionais, Organizações Não Governamentais, Instituições Académicas e da Sociedade Civil nos trabalhos do Censo;
- d) Supervisionar a execução administrativa, através de reuniões de trabalho com o Responsável da Célula Administrativa;
- e) Supervisionar a execução técnica, por meio de reuniões semanais de trabalho com o Coordenador Técnico e com as Células que compõem o Gabinete do Censo 2010;
- f) Ordenar as despesas;
- g) Assegurar a ligação entre o Gabinete do Censo e a Comissão Restrita Permanente do CNEST, através de reuniões mensais e outras que vierem a ser convocadas pela Secção Restrita;
- h) Assegurar o relacionamento do Gabinete com o Governo e outras entidades públicas e privadas, no âmbito da organização e execução do RGPH-2010;
- i) Delegar poderes e competências em matéria de organização e execução do censo;
- j) Assegurar os contactos e qualquer tipo de negociações no quadro do RGPH-2010;
- k) Propor os técnicos necessários para execução do Recenseamento;
- l) Velar pelo uso racional dos recursos financeiros, materiais e equipamentos disponibilizados pelo governo e pelos Parceiros de Desenvolvimento;
- m) Mobilizar os recursos financeiros necessários à execução do Censo;
- n) Assegurar a cooperação técnica e institucional nacional e estrangeira em particular com a DGOT, DGPOG e instituições congéneres;
- o) Outras competências que se mostrarem pertinentes.

## II. COORDENADOR TÉCNICO

A coordenação técnica do Gabinete do Censo 2010 é assegurada por um técnico nomeado por despacho do Presidente do INE e tem por função o planeamento e a coordenação técnica do recenseamento, em articulação com todas as Direcções do INE, estando-lhe subordinadas todas as células com excepção da de Administração.

### *Compete designadamente ao Coordenador Técnico:*

Planificar, programar, organizar, conduzir, supervisionar, controlar e avaliar todo o processo do RGPH 2010;

- a) Coordenar a elaboração do plano de tabulação e de análise, bem como todos os instrumentos metodológicos do Censo;
- b) Fazer o levantamento das necessidades de pessoal, incluindo a assistência técnica, nacional ou estrangeira, nas diversas especialidades do censo;
- c) Propor a apresentação dos dados do censo através dum plano de disseminação;
- d) Propor um programa de divulgação e de disseminação das actividades e dos dados do Censo;
- e) Superintender o planeamento de todas as actividades de natureza técnica do RGPH-2010;
- f) Velar pela produtividade de todos os integrantes do Gabinete do Censo 2010;
- g) Elaborar os relatórios do Gabinete do Censo 2010 e, para tanto, superintender a produção em tempo oportuno, dos relatórios de missões, das actas de reuniões e outros relatos de trabalhos e missões no âmbito do RGPH-2010 e submetê-los ao Coordenador Nacional;
- h) Participar em todas as operações do Censo;
- i) Coordenar a execução dos planos de actividades de terreno, da cartografia, do recenseamento piloto, do recenseamento geral e do inquérito pós-censitário;
- j) Coordenar a formação dos formadores e dos agentes de terreno;
- k) Coordenar a organização dos seminários e disseminação dos resultados;
- l) Substituir o Coordenador Nacional nas suas ausências e impedimentos;
- m) Outras competências que se mostrarem pertinentes.

**Sob a dependência hierárquica do Coordenador Técnico, funcionam as seguintes unidades:**

### **1. CÉLULA DE METODOLOGIA, CONCEPÇÃO E ANÁLISE**

Terá um responsável e integra ainda Estatísticos, Demógrafos e Economistas, de acordo com o quadro em anexo.

*Incumbe designadamente à Célula de Metodologia, Concepção e Análise:*

- 1.1. Elaborar o plano operacional de actividades da célula;
- 1.2. Definir a metodologia e elaborar os instrumentos de notação do RGPH-2010;
- 1.3. Elaborar os planos de tabulação, de análise e de publicação do RGPH-2010;
- 1.4. Elaborar as especificações para controlo de coerência dos dados;
- 1.5. Realizar a análise dos dados do RGPH-2010;
- 1.6. Realizar a redacção dos relatórios;
- 1.7. Produzir os manuais em articulação com a Célula Planeamento e Formação;
- 1.8. Produzir as publicações dos resultados do RGPH-2010.
- 1.9. Produzir relatórios de actividades da área.
- 1.10. Outras incumbências que forem confiadas pelo Coordenador Técnico.



## **1. CÉLULA DE CARTOGRAFIA CENSITÁRIA E SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)**

A Célula de Cartografia Censitária e SIG terá um responsável e integrará Estatísticos, Geógrafos, Informáticos e Engenheiros Cartógrafos.

*Incumbe designadamente à célula de cartografia censitária e SIG:*

- 2.1 Realizar o inventário cartográfico nacional e dos documentos existentes;
- 2.2 Assegurar a realização do Pré-recenseamento agrícola;
- 2.3 Elaborar e submeter à aprovação do Gabinete do Censo o plano operacional de actividades da célula;
- 2.4 Realizar a segmentação do território nacional, em Distritos de Recenseamentos (DR,s), Zonas de controlo (ZC) e de supervisão (ZS), tanto nas zonas urbanas como rurais, assegurando a cobertura total do território;
- 2.5 Actualizar as cartas de freguesia, os mapas dos DR's e assegurar a localização das diferentes infra-estruturas, (escolares, sanitárias) etc.
- 2.6 Elaborar cartografia do Recenseamento Piloto, nos concelhos pré-definidos;
- 2.7 Supervisionar os trabalhos cartográficos de campo;
- 2.8 Avaliar as necessidades em pessoal para a recolha de dados;
- 2.9 Receber e avaliar o trabalho cartográfico;
- 2.10 Organizar a mapoteca e constituir os dossiers;
- 2.11 Organizar o arquivo de documentos e materiais cartográficos do censo para as diferentes actividades;
- 2.12 Realizar a distribuição, recepção e arquivo de documentos, equipamentos e material para as diferentes actividades de cartografia;
- 2.13 Propor a organização e funcionamento das equipas de cartografia nos diferentes concelhos;
- 2.14 Proceder e propor a actualização do Código Geográfico Nacional;

- 2.15 Assegurar a digitalização dos mapas;
- 2.16 Assegurar a inclusão dos mapas nos PDA's em articulação com a célula de tratamento;
- 2.17 Preparar os mapas temáticos;
- 2.18 Preparar a divulgação dos dados através do SIG;
- 2.19 Organizar e realizar o recrutamento, a formação dos agentes cartógrafos e de outros agentes do terreno;
- 2.20 Formar os agentes de terreno na utilização de ferramentas electrónicas de recolha de dados para fins cartográficos;
- 2.21 Outras incumbências que forem confiadas pelo Coordenador Técnico.

## **2. CÉLULA DE PLANEAMENTO, FORMAÇÃO E RECOLHA**

É a célula que tem a responsabilidade de planejar todas as actividades do Censo e garantir a formação de todos os envolvidos no processo. Trabalhará em articulação com as diferentes células e deverá garantir o bom andamento do projecto. Será constituída por um responsável e técnicos da Administração.

### ***Incumbe designadamente à célula de Planeamento, Formação e Recolha:***

- 2.1. Apoiar o CT na elaboração do plano operacional de actividades;
- 2.2. Determinar a estratégia e métodos de capacitação para as diversas tarefas do censo;
- 2.3. Apoiar na definição dos conteúdos das acções de capacitação;
- 2.4. Adaptação da estratégia de capacitação à estratégia geral definida para o censo;
- 2.5. Definição da metodologia de capacitação e de avaliação;
- 2.6. Apoiar na definição de critérios de selecção dos agentes de terreno;
- 2.7. Apoiar na organização e realização de cursos de capacitação para os grupos alvos;
- 2.8. Estabelecer contactos com instituições de ensino superior e médio;
- 2.9. Definir procedimentos para o recrutamento e selecção dos grupos alvo a capacitar;
- 2.10. Articular com as demais Células na execução do programa de actividades;
- 2.11. Participar na elaboração de documentos para sensibilização e capacitação em temas censitários;

- 2.12. Articular com a Célula de Administração sobre acções logísticas para a realização de cursos;
- 2.13. Produzir os manuais em articulação com a Célula de Metodologia;
- 2.14. Outras incumbências que forem confiadas pelo Coordenador Técnico.

#### **4. CÉLULA DE SENSIBILIZAÇÃO**

A célula de Sensibilização terá um coordenador e integra ainda técnicos de Comunicação. É a célula encarregada de sensibilizar as autoridades e a população em geral, visando total adesão da sociedade ao RGPH-2010.

##### ***Incumbe designadamente à célula de Sensibilização:***

- 4.1 Definir a estratégia da campanha de sensibilização, tendo em conta a:
  - Concepção, definição dos meios e modelos adequados à difusão dos objectivos e conteúdos respeitantes a todo o sistema do RGPH (programas de rádio, TV, cartazes, panfletos, peças de teatro, etc.).
  - Programação de encontros com instituições e ONG's para a captação de patrocínios para as acções de mobilização e publicidade.
  - Propor melhor estratégia de sensibilização de agentes recenseadores e toda a sociedade em geral;
  - Promoção e desenvolvimento de relações de parcerias com instituições, ONG's e sociedade civil.
  - Promover estudo do meio necessário à definição da melhor estratégia de comunicação;
  - Escolha dos suportes publicitários mais adequados à campanha.
- 4.2 Preparar e executar o plano da campanha de sensibilização;
- 4.3 Elaborar e submeter à aprovação do Gabinete o plano sectorial de actividades.
- 4.4 Assessorar os membros do Gabinete do Censo na definição das linhas gerais de acção a serem debatidas nos órgãos de comunicação social;
- 4.5 Servir de intermediário entre o Gabinete do Censo 2010 e a Comunicação Social;
- 4.6 Superintender, coordenar, negociar e validar os acordos e trabalhos realizados em regime de subcontrato, no âmbito da campanha de sensibilização para o RGPH-2010;
- 4.7 Avaliar o impacto da campanha de sensibilização junto do público-alvo;

- 4.8 Difundir os textos regulamentares que regem o RGPH-2010;
- 4.9 Organizar as missões de sensibilização das autoridades locais no âmbito do RGPH-2010;
- 4.10 Assegurar a concepção e promoção de spots, slogans etc.;
- 4.11 Assegurar a confecção de cartazes, autocolantes e outros suportes publicitários;
- 4.12 Fazer a advocacia do Censo, designadamente em eventos públicos;
- 4.13 Outras incumbências que forem confiadas pelo Coordenador Técnico.

## **5. CÉLULA DE TRATAMENTO INFORMÁTICO**

A Célula de Tratamento Informático terá um coordenador e integrará informáticos, agentes de codificação e de digitação.

### ***Incumbe designadamente à célula de Tratamento Informático:***

- 5.1 Elaborar e submeter à aprovação do GC o plano operacional de actividades;
- 5.2 Fazer análises do processo do censo e determinar a melhor forma de processamento de dados;
- 5.3 Elaborar programas informáticos necessários para cumprir com cada uma das actividades do censo;
- 5.4 Organizar e conduzir a entrada de dados;
- 5.5 Manter o arquivo electrónico de dados e formar uma base de dados do censo;
- 5.6 Emitir listas com a relação dos documentos e material necessário para cada uma das divisões administrativas do país;
- 5.7 Emitir listas de consistência dos dados;
- 5.8 Apoiar na elaboração dos programas de tabulação;
- 5.9 Garantir a manutenção da rede dos computadores;
- 5.10 Organizar e conduzir a codificação dos questionários;
- 5.11 Emitir a opinião técnica sobre o hardware e software a serem utilizados;

- 5.12 Conceber as aplicações informáticas para a entrada de dados com base na recolha assistida por computadores (PDA, entre outros);
- 5.13 Preparar em articulação com a célula do SIG o processo de integração dos mapas nos PDA;
- 5.14 Assistir a Célula de Administração na aquisição de material destinado a recolha e tratamento informático;
- 5.17 Produzir o manual de utilização prática do PDA e de digitação;
- 5.18 Formar os digitadores, os codificadores e os controladores de digitação;
- 5.19 Verificar a codificação e a digitação dos dados;
- 5.20 Elaborar o programa de especificações de controlo de coerência e a correcção da base, em articulação com a célula de metodologia;
- 5.21 Produzir os geradores de tabulação, de listagens, de repertórios e de aplicações de análise e consulta, no âmbito do tratamento do RGPH-2010;
- 5.22 Produzir a documentação técnica completa do sistema informático de recolha e tratamento dos dados do RGPH-2010;
- 5.23 Assegurar o envio em segurança dos dados através de Internet;
- 5.24 Apoiar todo o pessoal envolvido no processo na utilização dos PDA's;
- 5.25 Realizar a catalogação e estocagem da base de dados, de todos os quadros estatísticos, do questionário e de toda a base metodológica e dos planos operacionais do RGPH-2010 em suporte seguro (CD-ROM ou outro).
- 5.26 Formar o pessoal do Gabinete do Censo e os demais formadores na utilização dos PDA's;
- 5.27. Formar os analistas na utilização do programa de exploração dos dados a ser utilizado;
- 5.28 Produzir relatórios de actividades em cada fase do censo.
- 5.29 Outras incumbências forem confiadas pelo Coordenador Técnico.

## **6. CÉLULA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Sob a dependência hierárquica directa do Coordenador Nacional, funciona a Célula de Administração e Finanças que integra um responsável, Técnicos Administrativos, Ajudantes de Serviços Gerais e Condutores.

***Incumbe designadamente à célula de Administração e Finanças:***

- 6.1 Elaborar e submeter à aprovação do Coordenador Nacional o plano sectorial de actividades;
- 6.2 Assegurar a gestão administrativa e financeira do projecto;
- 6.3 Em colaboração com as outras células preparar as propostas anuais do orçamento;
- 6.4 Manter uma rigorosa contabilidade dos gastos efectuados e observar as normas e disposições legais do Ministério das Finanças;
- 6.5 Elaborar os planos de aquisição e de distribuição de materiais e equipamentos necessários para o exercício das funções das Células do GC e do RGPH-2010 no geral;
- 6.7 Efectuar os pagamentos e controlar os gastos do GC;
- 6.8 Fornecer o apoio logístico necessário a todas as células do Gabinete do Censo 2010;
- 6.9 Manter um registo detalhado do pessoal permanente e não permanente do GC;
- 6.10 Elaborar os relatórios financeiros para os organismos doadores e para o Ministério das Finanças;
- 6.11 Coordenar e compilar os planos sectoriais de actividades das células;
- 6.12 Recolher e compilar os relatórios quinzenais do avanço das actividades do censo de acordo com o cronograma de actividades;
- 6.13 Assegurar o controlo de assiduidade do pessoal afecto ao Gabinete de Censo 2010;
- 6.14 Co-assinar os cheques e outros suportes de transacções financeiras a que estiver autorizado;

6.15 Assegurar a gestão do material necessário no âmbito do RGPH 2010.

6.16 Outras incumbências que forem confiadas pelo Coordenador Técnico.

## V. ARTICULAÇÃO COM AS DIRECÇÕES DE SERVIÇO DO INE

O Coordenador Técnico do RGPH 2010 assegurará a articulação do Gabinete com as todas as direcções do INE. As Direcções de serviços do INE (DAF, DEDS, DMGI e a DCNEES) disponibilizarão meios humanos para participação nas actividades de relevância técnica e metodológica na equipa, sempre que previamente solicitados.

Os Conselhos de Gestão e Científicos acompanharão as actividades do Censo, através de reuniões periódicas, onde todos os instrumentos serão apreciados e aprovados. O Coordenador Técnico do Gabinete do Censo é convidado a participar nas reuniões dos referidos conselhos.

## VI. PESSOAL DO GABINETE DO CENSO 2000

<b>CATEGORIA / CÉLULAS</b>	<b>NOME</b>	<b>OUTROS ATRIBUTOS</b>
<b>Coordenador Nacional</b>	António Duarte	Presidente do INE
<b>Coordenador Técnico</b>	Maria de Lurdes Fernandes Lopes	Técnica Superior da DEDS
<b>Metodologia, Concepção e Análise</b>	Ceslo Soares	Técnico Superior da DCNEES
	Joseph Brites	Técnico Superior da DCNEES
	Noemi Ruth Lima Barros	Técnica Superior da DEDS
	Orlando Monteiro	Técnico Superior da DEDS
	1 Técnico do MA	
	1 Técnico do ME	
	1 Técnico do MDOT	
<b>Cartografia Censitária e SIG</b>	Clodomir Ulisses Pereira	Técnico Superior da DCNEES
	Inácia Almeida	Técnica Superior do GP
	José Carlos Borges	Técnico da DAF
	Leonilde Lima	Técnica Superior da DGMI
	1 Técnico do MA	
	2 Cartógrafos	A recrutar
<b>Planeamento, Formação e Recolha</b>	1 Técnico da Administração	Técnica Superior da DAF
	1 Técnico da Célula de Metodologia	
	1 Técnico da Célula de Cartografia	
	1 Técnico da Célula de Tratamento	
<b>Sensibilização</b>	Carmem Cruz	Técnica Superior do GP
	Yara Santos	Técnica Superior da DMGI
<b>Tratamento Informático</b>	João Baptista Lopes de Pina	Técnico Superior da DGMI
	Nila Delgado	Técnica Superior da DGMI
	Odair Fonseca	Técnico da DGMI
<b>Administração e Finanças</b>	João Baptista Gomes de Pina	Técnico da DAF
	Khyra Mendes	Técnica Superior da DAF
	Paulo das Dores	Técnico da DAF
	Dois Condutores	A recrutar

## *Anexo 2. Recrutamento*

### **2.1. Coordenadores (perfil)**

- ☞ Ter formação superior na área de estatística, matemática, sociologia, economia, gestão, e áreas afins;
- ☞ Ser cabo-verdiano;
- ☞ Ter idade mínima de 25 anos;
- ☞ Ter disponibilidade imediata e a tempo inteiro;
- ☞ Ter capacidade para trabalhar em equipa;
- ☞ Ter elevado sentido de responsabilidade e de organização;
- ☞ Facilidade de comunicação;
- ☞ Ter capacidade de chefia e liderança;
- ☞ Capacidade para trabalhar sob pressão, disponibilidade para trabalhar a qualquer hora, do dia ou da noite;
- ☞ Ter experiência na área, de preferência em operações estatística junto às famílias.

### **2.2. Agentes de actualização cartográfica e pré-censo agrícola (perfil)**

- ☞ Ser cabo-verdiano;
- ☞ Escolaridade mínima 12º ano de escolaridade;
- ☞ Idade compreendida entre os 18 aos 35 anos;
- ☞ Ter disponibilidade imediata e a tempo inteiro;
- ☞ Ter capacidade para trabalhar em equipa;
- ☞ Ter elevado sentido de responsabilidade e de organização;
- ☞ Facilidade de comunicação;
- ☞ Ter conhecimento / destreza em informática na óptica do utilizador;
- ☞ Ter experiência na área, de preferência em operações estatísticas junto à família.

### **2.3. Formadores (perfil)**

- ☞ Formação superior, preferencialmente nas áreas de Estatística, Sociologia, Economia, Geografia, Gestão e áreas afins
- ☞ Nacionalidade cabo-verdiana
- ☞ Idade mínima 22 anos
- ☞ Disponibilidade a tempo inteiro no período compreendido entre os meses de Maio e Junho de 2010
- ☞ Capacidade de liderança



- ☞ Capacidade para trabalhar sob pressão;
- ☞ Disponibilidade para trabalhar a qualquer hora de dia ou da noite

**Requisitos adicionais:**

- ☞ Conhecimentos na área de cartografia
- ☞ Conhecimentos na área de informática na óptica do utilizador
- ☞ Experiência como formador/professor
- ☞ Experiência em operações estatísticas junto às famílias.

**2.4. Agentes recenseadores (perfil)**

- ☞ Escolaridade mínima de 12º ano;
- ☞ Nacionalidade cabo-verdiana;
- ☞ Idade compreendida entre 18 e 35 anos;
- ☞ Disponibilidade a tempo inteiro no período compreendido entre Maio e Junho;
- ☞ Experiência como inquiridor, de preferência em operações junto às famílias;
- ☞ Capacidade para trabalhar em equipa;
- ☞ Capacidade para trabalhar sob pressão;
- ☞ Disponibilidade para trabalhar a qualquer hora de dia ou noite.

### *Anexo 3. Recenseamento piloto*

#### **3.1. Programa de formação**

O Recenseamento geral da População e Habitação 2010 (RGPH 2010) é realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e tem por objectivo contar os habitantes e o parque habitacional do território nacional; identificar as suas características e revelar como vivem os cabo-verdianos, informações de extrema importância para o Governo e para a sociedade.

Uma das actividades preparatórias do RGPH 2010, constante do seu programa, é a realização do recenseamento piloto. Foi realizado em 5 concelhos do país: Praia, Santa Catarina, S. Vicente, Porto Novo e S. Filipe.

O recenseamento piloto consiste numa simulação do recenseamento, em todas as suas vertentes, desde a recolha até a difusão dos dados passando pelo seu tratamento e análise. Ele visa fundamentalmente testar todos os procedimentos e métodos e, melhorar o conteúdo do questionário e outros instrumentos de recolha, assim como a formação, os procedimentos de recolha e de tratamento informático.

O recenseamento piloto é realizado através de uma série de actividades secundárias interligadas entre si, a saber:

- concepção dos questionários e manuais dos agentes recenseadores e controladores;
- selecção dos Distritos de Recenseamento;
- recrutamento e formação dos agentes de terreno;
- recolha de dados ;
- correcção e finalização dos documentos metodológicos.

A formação dos agentes de terreno constitui um dos suportes indispensáveis para garantir a boa realização e sucesso desta operação. Neste sentido, o INE realiza esta formação com o intuito de dotar estes agentes recenseadores e controladores, de conhecimentos teóricos e práticos necessários a uma correcta orientação no terreno.

#### **Objectivos**

Qualquer operação estatística deve ser realizada por indivíduos bem treinados e responsáveis. É muito importante que cada agente de terreno, tenha consciência da importância chave que tem no processo de recolha de dados.

É com base nesse pressuposto que se realiza esta formação que visa capacitar todos os agentes recenseadores e controladores para cumprirem da melhor forma as suas tarefas durante esta fase.

### **Destinatários**

Esta formação destina-se aos agentes recenseadores e controladores para o recenseamento piloto. Os mesmos possuem entre outros requisitos, escolaridade mínima 12º ano, conhecimento de informática na óptica de utilizador, experiência em operações estatísticas junto das famílias. Esta formação destina-se aos agentes de Santiago (Praia e Santa Catarina), Santo Antão (Porto Novo), S. Vicente e Fogo (S. Filipe).

### **Método pedagógico**

- Método expositivo
- Método interactivo com apresentação de diapositivos

### **Materiais de formação**

- *PDA*;
- Manual
- Mapas
- Quadro
- Marcadores
- Data show;
  
- Pasta de trabalho

### **3.2 Relatórios de supervisão (S. Vicente)**

O Recenseamento piloto em S. Vicente decorreu normalmente, apesar de termos enfrentado alguns problemas ligados à:

- Chuva durante os primeiros 4 dias da recolha;
- Programa informático rodava muito lentamente no PDA;
- Bateria do PDA muitas vezes não durava para os dois períodos do dia.

Após a superação desses problemas, o trabalho decorreu normalmente, sendo que a equipe empreendeu mais tempo no terreno de forma a compensar os dias anteriores e para que o trabalho terminasse atempadamente.

Porém, a sobrecarga da memória do PDA contribuiu para o atraso dos trabalhos no terreno, uma vez que, os dados eram enviados constantemente para o Engenheiro Adilson Correia, via internet para serem descarregados, em parte, e reenviados para serem alojados nos referidos PDAs. Este procedimento, acarretava algumas horas de atraso ou mesmo um dia de trabalho. O acesso à Internet era feito através de Cibers porque a caneta Net móvel disponibilizado pelo INE nunca funcionou enquanto decorria o Censo Piloto.

Infelizmente, devido a diferentes critérios utilizados para desenhar os 5 DR, somente os DRs 042 e 043 (Critério alojamento) terminaram atempadamente.

## 1. AVALIAÇÃO DA CARTOGRAFIA

O reconhecimento dos limites dos DRs desta área urbana foi satisfatório porque os agentes já conheciam os DRs.

Poucos foram os casos em que os inquiridores tiveram dificuldades em identificar os pontos.

No DR041, o GPS não auxiliou na identificação dos pontos e nem dos limites dos DRs porque havia um erro grande entre a distância onde se encontrava o inquiridor e o marco que o GPS indicava no PDA. Caso também constatado por um dos consultores brasileiros que integraram a equipa de terrenos por dois dias.

No DR044, que era de grande dimensão, constituído por 1144 indivíduos, apresentou algumas dificuldades na identificação dos pontos pelo excesso de pontos num só projecto.

Após a instalação da última versão do programa de recolha e eliminação do executável que é gerado automaticamente durante a instalação, não houve problemas na captação dos novos pontos, apesar de ser um processo lento.

Quebra de confidencialidade - Ocorreu um único caso de quebra de confidencialidade, que a supervisora teve conhecimento. A inquiridora Alicia Medina fez-se acompanhar pelo marido ao terreno, durante um fim-de-semana. Facto relatado pela controladora. Segundo a inquiridora, ela tomou esta decisão por estar a trabalhar numa zona problemática e violenta. O que é um facto verídico. Porém, a decisão de se fazer acompanhar no terreno não cabia a inquiridora e nem poderia ser unilateral, como aconteceu.

Facto esse relatado ao Coordenador Nacional e à Coordenadora da Célula de Metodologia, e que resultou na suspensão imediata da inquiridora, apesar de ter sido o último dia do trabalho de terreno.

**AVALIAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS** (Deverá ser por pergunta e modalidades de resposta)

### **Questionário Individuo**

**Demográficas-** O facto de ter sido programado que o preenchimento do restante do questionário fosse feito somente após o preenchimento da data de nascimento e a idade do individuo atrasou em muito os trabalhos, ou mesmo inviabilizou o preenchimento de alguns questionários porque muitas vezes o informante não conhecia as informações e os outros indivíduos não se encontravam presentes.

**Incapacidade** - A forma morosa e repetitiva como os inquiridores foram instruídos para conseguirem preencher esse item, é na minha opinião pouco eficiente: primeiro, porque por ser morosa, longa e repetitiva, os inquiridores mostraram uma tendência de colocar essas questões, cada um e cada vez de uma forma diferente, por vezes, omitindo umas ou mais das opções de respostas; segundo, os informantes tendiam a dispersar e a responder sim ou não com intuito, meramente, de se verem livres do inquiridor.

### **AVALIAÇÃO DO TEMPO DE RECOLHA**

A depender de cada inquiridor o tempo de recolha variava muito. O tempo e a concentração/dispersão dos informantes influenciava muito na recolha. Mas, em média, cada inquiridor demorava cerca de 5 a 7 minutos para inquirir um indivíduo, só a secção indivíduo.

### **DIFICULDADES EM CONTACTAR OS REPRESENTANTES DOS AGREGADOS**

Ausência dos agregados familiares ou do representante dos agregados familiares determinou em muito as constantes visitas aos mesmos agregados e conseqüentemente a alguns pendentos que ficaram por serem feitos.

Foi muito difícil encontrar as pessoas em casa. Tiveram que adaptar o horário de trabalho às necessidades do terreno, e de agendar as entrevistas para o fim do dia.

A falta do subsídio de terreno obrigou os agentes a se deslocarem para as suas casas para as refeições o que diminuiu a produtividade do dia. Em alguns casos, tiveram que permanecer no terreno até o fim do dia.

#### **AValiaÇÃO DA ZONA DE CONTROLO**

A zona de controlo era formada por 5 DRs contíguos. O que facilitava grandemente o deslocamento da controladora e da supervisora no terreno.

#### **LOGISTICA**

A comunicação entre a equipe de terreno, e entre a equipe de terreno e os técnicos que permaneceram na sede foi bastante fluida e fácil.

A falta de internet na sede dificultou muito o trabalho, porque as deslocações à procura de cibernets para o envio de dados eram constantes.

#### **Avaliação Dos Materiais Utilizados**

Ultrapassadas as dificuldades, os materiais utilizados na recolha mereceram nota positiva, mais concretamente a utilização do PDA. O único ponto que deverá ser melhorado é, com certeza, a transmissão de dados para a sede do INE.

Um ponto que deverá ser repensado é o de facultar uma pasta ou mochila aos agentes de terreno para que possam transportar o manual, o bloco de anotações, e outros materiais que acharem necessários.

#### **Avaliação Da Sensibilização**

Por ser um meio urbano, onde não há problemas na recepção dos sinais da TV, foi constatado que a população tinha conhecimento da decorrência da operação Estatística, e na maior parte das vezes, os agentes eram identificados no terreno por causa do PDA.

Os cartazes publicitários também não surtiram muito efeito: primeiro, por conterem cores poucos “chamativos”; segundo, em São Vicente, a Câmara Municipal só autorizou a colagem dos cartazes na segunda semana do inquérito e mesmo assim, só na zona de Monte Sossego.

### **Outros problemas**

De entre outros problemas enfrentados no terreno, a falta de segurança dificultou o trabalho nalgumas áreas. As agentes viveram situações em que foram vítimas de agressões verbais e de algumas ameaças. Isso porque os DRs abrangiam zonas degradadas da cidade, onde a existência de “gangs” organizados e de violência são realidades.

### **SUGESTÕES**

- Que o desenho dos próximos DRS sejam feitos levando em conta o critério alojamento tal como foi feito nos DR's 042 e 043;
- Que os DR's sejam desenhados, considerando também, realidades mais uniformes possíveis;
- Que sejam feitos cartões-de-visita com um nº de telefone linha verde;
- Que haja postos de recolha mais próximos das zonas de controlo;

### **CONCLUSÃO**

É de concluir que o Recenseamento Piloto realizado permitiu-nos levantar uma série de constrangimentos que poderemos enfrentar no terreno usando as metodologias e tecnologias testadas, mas nos permitiu principalmente, na minha opinião, termos a consciência que são dificuldades ultrapassáveis e, que acatadas as sugestões dos diversos intervenientes nesta operação, o sucesso do Recenseamento Geral da População e Habitação está garantido.

Relatório supervisão piloto – S. Filipe

Para o efeito, foram previamente recrutados nessas ilhas e formados de seguida, na Praia, os agentes recenseadores e controladores encarregados de fazer a recolha de dados no terreno.

Por sua vez, a coordenação dos trabalhos, ao nível central, foi assegurada pela Coordenadora da Célula de Metodologia, do Gabinete do Censo 2010. Portanto, cada nível de hierarquia tinha atribuições específicas e tarefas concretas a desempenhar no quadro deste trabalho.

Este relatório pretende fazer o ponto de situação e avaliação, que se quer objectiva, dos trabalhos executados, na ilha do Fogo, seguindo, obviamente, os tópicos previamente definidos pelo Gabinete do Censo.

### **Avaliação da cartografia**

No processo de recolha de dados no terreno, a cartografia afigura-se como um meio e instrumento importante de planeamento, programação e facilitação dos trabalhos dos agentes e controladores.

Todavia, quando não bem concebida, este instrumento poderá constituir um constrangimento ao bom desenrolar dos trabalhos no terreno.

### **Distritos de recenseamento seleccionados**

Uma das particularidades é que a maioria dos DR's são do meio, com agregados bastante dispersas uns dos outros. Esta característica é agravada pela orografia montanhosa da ilha cortada por inúmeras linhas de água (ribeiras) de pequenas, médias e grandes dimensões, dificultando sobremaneira o acesso a determinados pontos.

### **Reconhecimento dos limites dos distritos de recenseamento**

Esta é uma tarefa que, embora menos exigente do ponto de vista técnico, requer muito esforço físico e tempo, no meio rural. Ela é condicionada pelo forma como o DR foi traçado. O reconhecimento dos limites dos 5 DR's foi feito dois dias antes do início da data de recolha de dados ( dias 14 e 15 de Setembro de 2009). Relativamente a esta tarefa não houve grandes dificuldades, salvo nos casos em que os limites naturais não eram nítidos e tão evidentes nos mapas. Mesmo nestas condições, recorreu-se ao GPS para se certificar da posição.

### **Identificação dos pontos**

Relativamente à identificação dos pontos existentes no mapa e no PDA (projecto), não houve dificuldades. Talvez porque, no caso do Fogo, quase todos os agentes já tinham alguma experiência adquirida através dos trabalhos da cartografia censitária. Mesmo, na situação de alguma dificuldade, souberam utilizar o GPS para se certificarem da



posição. Aconteceu pontualmente uma ou outra situação de troca de ponto e não mais do que isso.

Contudo, houve situações em que sobre um edificado foram captados vários pontos obrigando, assim, o inquiridor a identificar o verdadeiro ponto eliminando os outros inválidos.

Observa-se que os casos específicos dos pontos “**não válidos**” devem merecer atenção, pois não têm nada a ver com as unidades de observação (edificados habitados ou habitáveis). Esses edificados inflacionam o número de pontos existentes num DR e, eventualmente, enviesam o planeamento e programação do trabalho do inquiridor.

#### **Captação de pontos novos**

A captação de pontos novos num DR só poderia acontecer nas situações em que durante a actualização cartográfica passou-se os seguintes:

- o edificado existe no terreno mas foi omitido;
- o ponto do edificado foi mal captado;

Ora, em todos os 5 DR's, os pontos novos captados devido às situações acima apontadas foram poucas. Isto atesta o bom trabalho feito pelos inquiridores durante a actualização cartográfica.

#### **Zona de controlo**

As considerações feitas acima relativamente à dimensão e dispersão dos DR's, dispersão das habitações nos DR's dificultaram imensamente o trabalho de controlo que se quer mais próximo dos inquiridores. **Assim, o controlo de 5 DR's assevera-se demasiado penoso para um controlador.**

#### **Preenchimento dos questionários**

Na generalidade, o preenchimento dos questionários não colocou grandes problemas. Porém, sendo um questionário cujo preenchimento depende fundamentalmente do

inquiridor, algumas perguntas devem merecer especial atenção com vista a diminuição/eliminação de eventuais subjectividades e ambiguidades.

### **Tempo de recolha**

O tempo de recolha de dados no terreno foi condicionado por série de factores (endógenos e exógenos):

- ✓ Preparação dos agentes inquiridores;
- ✓ Logística e organização do trabalho no terreno;
- ✓ Desenho e dimensão do Distrito de recenseamento;
- ✓ Facilidade/dificuldade de acesso às zonas de trabalho;
- ✓ Tempo de entrevista;
- ✓ Dificuldades em contactar os representantes dos agregados familiares;
- ✓ Chuvas diárias.

Se partirmos do pressuposto que os inquiridores estiveram todos no mesmo patamar relativamente à formação e condições logísticas, e exposição a chuvas diárias, conclui-se que os elementos determinantes foram os restantes.

O tempo de entrevista variou de acordo com a composição do agregado ( número de indivíduos, sexo, nº de crianças, nº de velhos, etc.) foi condicionado pela lentidão e bloqueio do PDA, sobretudo durante a primeira semana do inquérito.

A lentidão do PDA provocou algum desconforto e stress, tanto do lado do inquiridor como do inquirido. Contudo, tudo foi resolvido durante a semana seguinte.

Embora não tendo sido verificado de uma forma sistemática em todos os DR's, a dificuldade em contactar alguns representantes de agregado familiar condicionou de certo modo o tempo de recolha. Esta situação motivou, em certa medida, o prolongamento do período de recolha no DR 001.

### **Logística**

Em relação ao transporte, o veículo inicialmente alugado (carrinha de caixa aberta) não se revelou o mais adequado para o trabalho de terreno devido à insuficiência de lugares

para abrigar todo o pessoal do sol e das chuvas. Porém, essa situação foi ultrapassada rapidamente com o aluguer de uma carrinha tipo “HIACE”.

Com relação à comunicação, não houve grandes problemas salvo a de falta de rede em algumas zonas/localidades. No que se refere ao espaço disponibilizado, na Esquadra da Polícia, o mesmo não parece o mais adequado devido à natureza do trabalho do Censo.

Embora não houve grandes constrangimentos no terreno, pensamos que a logística deve ser objecto de muita atenção no sentido de se encontrar as opções mais viáveis do ponto de vista de eficácia (facilidades, resultados) sem, obviamente, se descuidar o aspecto financeiro.

### **Relatório supervisão piloto - Porto Novo**

#### **Reconhecimento dos limites dos DR's**

Os DR's seleccionados no âmbito do recenseamento piloto são todos do meio rural, e alguns de grande dimensão, particularmente os “006” e “007”, com lugares muito dispersos uns dos outros, o que obviamente não permitia percorrer os limites dos mesmos. Aí, deparamos com algumas dificuldades, sobretudo nos DR's divididos em vários subprojectos, que não possuíam referência alguma. Por exemplo, um DR subdividido em 7 subprojectos, contendo várias zonas e lugares, mas que no mapa não figurava nenhum nome dos mesmos. Essas dificuldades foram colmatadas graças a presença de agentes que já tinham participado na fase da cartografia, tendo já trabalhado com os mapas do Censo 2000 onde figuravam as zonas e lugares dos DR's. Caso contrário, teríamos perdido um tempo enorme na localização desses lugares. Penso que seria útil inserir nos mapas o nome dos diferentes lugares constituintes de um projecto ou sub projecto, assim como era feito no Censo 2000, afim de permitir uma melhor e mais rápida localização desses lugares.

Relativamente a identificação dos pontos, notou-se alguns constrangimentos ligados ao desaparecimento (no mapa e no PDA) de alguns pontos que já tinham sido captados durante a cartografia, pois tais casos criaram alguns embaraços a certos agentes da equipa. Penso que a identificação dos pontos é a fase mais delicada de toda a operação e que deve merecer uma atenção particular. A captação de ponto errado fará com que o agregado não fique situado no seu verdadeiro alojamento, o que trará futuros problemas a futura base de amostragem para os nossos futuros inquéritos (entre 2010 e 2020).

O maior problema ocorreu-se na captação de pontos novos. Com efeito, na fase cartográfica foi captado pontos novos e cujos números de referência partiam de 9999

para baixo. Devia-se fazer uma recodificação dos números captados para cada projecto, ao nível do gabinete, tendo em conta que novos pontos deviam ser captados durante o piloto; ou então, fazer com que os pontos captados durante o piloto fossem enumerados a partir de 5999. Não tendo isso sido feito, verificamos que os pontos captados no piloto eram confundidos automaticamente com os captados na cartografia, visto que os números eram iguais, fazendo com que as informações relativas a esses pontos ficassem trocadas. Foi contactado a equipa de cartografia/informática na Praia, para informar-lhes da situação e ver como resolver o problema.

### **Avaliação do desempenho dos agentes recenseadores**

Os agentes tentaram na medida do possível aplicar o que tinham apreendido durante a formação, apesar de alguns constrangimentos ligados ao terreno e ao próprio método de recolha.

A abordagem por eles utilizada respeitou as recomendações dadas durante a formação, no que diz respeito a sua própria apresentação e a dos objectivos da operação. No entanto, é de salientar que quando houve perguntas por parte do entrevistado, manifestaram alguma dificuldade em dar os argumentos claros e concisos para convencer o inquirido.

As perguntas foram colocadas de forma normal, tal como foi recomendado, embora as expressões utilizadas nas perguntas do próprio questionário nem sempre facilitam o entendimento por parte do entrevistado. Neste sentido, é necessário utilizar as expressões tais como conhecidas na nossa realidade de modo a facilitar a compreensão por parte dos entrevistados, da qual depende uma boa resposta.

Relativamente a utilização do PDA, penso ser a parte que foi mais bem entendida pelos agentes, pois não houve problema algum no que diz respeito a sua utilização, tanto para entrar no questionário a partir de um ponto já existente, como para captar um ponto novo e a utilização do GPS. No entanto, é de notar as dificuldades criadas pelo próprio PDA (sua lentidão no início e os problemas ligados ao programa de incoerências nele contido). Algumas anotações não foram feitas convenientemente no PDA devido as insuficiências do programa, mas neste caso todas as anotações correspondentes eram feitas em papel.

A equipa trabalhou num clima de harmonia, de entendimento e boa disciplina. Os diferentes membros entenderam-se entre eles sobre o cumprimento do melhor horário que permitia encontrar mais facilmente os agregados. Um dia partia-se para o terreno mais cedo (por volta das 07 horas de manhã) e no dia seguinte por volta das 9 horas e voltar assim mais tarde, para aumentar a hipótese de encontrar os ausentes.

Nem sempre a prestação do agente dependeu de si próprio, pois houve casos em que o entrevistado teve problemas de compreensão, levando o recenseador a formular a pergunta de várias maneiras, o que pode alterar o sentido da mesma, e ter assim uma informação não correspondente a verdadeira. A tendência que certos entrevistados têm em confundir tal recolha com os agentes dos impostos, outros relacionando tudo com a política, não facilitou o trabalho dos agentes. Isto mostra a necessidade de reforçar a sensibilização.

Grosso modo, boa parte dos problemas ligados ao desempenho do inquiridor pode estar ligado com a pouca prática durante a formação, isto devido ao tempo limitado (duas semanas) para a realização da formação.

### **Avaliação dos Questionários**

Embora não tendo havido problemas maiores de preenchimento do questionário edifício, este constituiu uma preocupação no que diz respeito a apreciação dos diferentes aspectos nele contido. Com efeito, para alguns agentes era difícil apreciar o nível de algumas informações solicitadas, tais como as necessidades de reparação, de entre outras. Este questionário apresenta um carácter subjectivo, cuja informação recolhida depende da apreciação do agente, cujos resultados podem não reflectir a realidade do que se pretende recolher. Por exemplo, a apreciação de um “edifício acabado” no meio rural e no meio urbano foram objectos de comentários diversos. Como é que se qualifica um edifício de pedra e barro, coberto de palha?

Relativamente ao questionário alojamento, é difícil caracterizar os alojamentos vazios (para vender, arrendar, demolir, ...) quando não se encontra alguém que possa informar ao agente sobre a situação em que o dito alojamento se encontra. No caso do concelho do Porto Novo, na maioria dos casos, os proprietários não vivem nos lugares/zonas vizinhos, e por isso é de esperar que haja uma forte proporção de resposta “sem informação” ou “outros casos”. É necessário a revisão de algumas perguntas e modalidades, de maneira a serem feitas de modo a permitir uma melhor compreensão do entrevistado. Houve uma tendência em confundir certas perguntas desta secção com as relativas as condições de vida, particularmente PAFI-5 com PAIV-2; PAIF-2 com PAIV-4. Nesta última, as questões concernentes aos bens duradouros do agregado e o valor da renda constituíram por vezes motivos de resistência por parte de alguns entrevistados, mas acabando por responder. Só que, muitos desses bens são desconhecidos pelos entrevistados, tendo por vezes dificuldades em responder. A ideia de colocar a renda por grandes grupos ajudou muito na declaração da mesma, visto que

os entrevistados não declaram exactamente o montante pago de renda, mas sim aceitando declarar em que grupo se situa o valor da renda pago.

Relativamente as partes sobre a migração e a mortalidade, as principais dificuldades foram referentes ao período de referência, tendo sido por vezes difícil fazer o entrevistado situar-se no tempo para poder dar a informação precisa, isto principalmente para a migração. Os agentes estiveram também confrontados, no início, com problemas ligados a programação, e consequentemente com os saltos no questionário.

No que tange a listagem dos membros do agregado, nota-se a não existência de um código “visita”, tendo em conta que todos os indivíduos que passaram a noite de referência, sejam eles residentes ou não, devem fazer parte da listagem, devendo assim responder parte do questionário individual. Assim, deve-se considerar que o número total de indivíduos no agregado (primeira pergunta desta secção) compreenda os residentes presentes, os residentes ausentes e as visitas. Não havendo o código “visita”, foi recomendado aos agentes que todos as visitas fossem marcadas com “outro parentesco” se parente do chefe e “outro sem parentesco” no caso contrário.

No que se refere ao questionário individual, alguns aspectos merecem ser salientados, no sentido de procurar melhorias. Primeiramente, a variável “idade” colocou algumas dificuldades no PDA, tendo em conta que os agentes tomavam a informação em relação a data da entrevista e não ao momento censitário. Neste sentido, é de extrema importância haver uma melhor coordenação entre a metodologia e a informática, para evitar tais constrangimentos. De seguida, a parte relativa a incapacidade merece uma análise profunda para encontrar a melhor metodologia de recolha de tais informações, pois a maneira como as questões foram entendidas e respondidas pelos entrevistados, sobretudo pelo representante do agregado, não dá confiança a uma recolha de informação de qualidade. Finalmente, verificaram enormes dificuldades por parte dos agentes na recolha de dados relativos a actividade económica.

### **Avaliação do tempo de recolha e da zona de controlo**

De uma maneira geral, o tempo de recolha parece ser razoável para um período de 15 dias. No entanto, deve-se levar em conta o bom funcionamento dos PDA's, com memória suficiente a fim de evitar constrangimentos maiores como aconteceu no início da recolha, em que certos agentes não fizeram mais do que 15 indivíduos durante um dia. Por outro lado, a avaliação do tempo da entrevista não depende apenas da performance do agente ou do PDA, mas sim do entrevistado também. Dois casos de figura podem acontecer neste caso: o entrevistado, pelo seu nível de compreensão ou um outro motivo, pode fazer com que haja um atraso considerável durante a entrevista; o entrevistado, já cansado de tantos inquéritos e o tempo que lhe é roubado, decide de responder rapidamente as perguntas, muitas vezes não correspondendo a verdade, para se aliviar do entrevistador o mais breve possível.

No que tange a zona de controlo, visto a distância que separa os lugares dos diferentes DR's, seria quase impossível para a controladora de dar uma cobertura ao controlo dos trabalhos. De salientar que o coordenador participou no controlo dos trabalhos, não assegurando a qualidade das entrevistas, mas sim acompanhando os agentes para se assegurar da exaustividade da operação. O controlo da qualidade foi assegurado pelo supervisor e a controladora.

Um outro aspecto que merece ser salientado é a dificuldade encontrada em encontrar, os representantes dos agregados em casa, mas também de alguns indivíduos, visto que boa parte daqueles não conhecem todas as informações relativas aos membros do agregado ou dos que passaram a noite de referência no agregado. Este aspecto pode estar ligado ao período “das águas”, em que muitas pessoas dessas zonas partiam durante dias para efectuaram os seus trabalhos agrícolas em lugares muito longe da residência.

### **Aspectos logísticos, materiais utilizados e sensibilização**

Não houve queixas no que diz respeito a logística, mas a sensibilização quase que não chegou nos concernentes. Pelas perguntas feitas a vários agregados se tinham visto na televisão ou ouvido na rádio alguma informação sobre o recenseamento piloto, mais do que 50% respondeu não ter nenhuma informação.

No final dos trabalhos, o balanço de agregados e indivíduos não contactados é como indica o quadro abaixo.

	<b>DR 003</b>	<b>DR 004</b>	<b>DR 005</b>	<b>DR 006</b>	<b>DR 007</b>
<b>Agregados ausentes</b>	-	1	-	2	2
<b>Recusa Agregados</b>	-	-	2	1	3
<b>Indivíduos ausentes</b>	2	-	-	-	-

### **Recomendações**

Que seja alongado o tempo da formação;

Que todo material seja disponibilizado no tempo exacto, de modo que os trabalhos iniciam no tempo previsto;

Que os mapas a serem elaborados indiquem claramente o nome das zonas e lugares que constituem os diferentes DR's, a fim de facilitar o trabalho dos agentes, que na maioria não terão experiência de orientação e localização no terreno;

Que haja mais prática durante a formação, no que diz respeito à localização de pontos no PDA, com ajuda do mapa, para garantir uma boa recolha e obter assim uma base de sondagem coerente;

Que se faça atenção particular na preparação dos projectos, sobretudo para se poder fazer diferença entre os pontos captados durante a cartografia e os pontos novos a serem captados durante a recolha, para que não haja repetição de números e substituição de informações;

Que seja debatido alguns aspectos do questionário que mostraram ter um carácter subjectivo durante a recolha (edifício) e outros que apresentam insuficiências (incapacidade, actividade económica);

Durante a recolha, verificou-se que nas zonas e lugares contemplados pelo piloto existe um número elevado de jovens com 12º ano de escolaridade inactivos. Foi-lhes questionado porque é que não se candidataram para o trabalho que estávamos efectuando, e disseram que a informação não chegou neles.

Tendo em conta a vantagem de se ter agentes residentes nesses meios, seria necessário fazer uma mais vasta divulgação (a través da igreja, das associações ou uma outra forma adequada) de recrutamento de agentes para o censo 2010, de modo que a informação possa chegar a todos os cantos do país;

Que seja feita uma melhor sensibilização, de modo a que as pessoas sejam informadas antes da chegada das equipas no terreno.

**OBS:** Em anexo encontra-se um ficheiro Excel relativo ao balanço dos trabalhos em cada um dos distritos de recenseamento contemplados pelo piloto, neste concelho.

### **Relatório supervisão piloto – Santa Catarina**

Conforme planeado pelo Gabinete dos Censos, a equipa iniciou o trabalho de terreno no dia 14 de Setembro, sendo que os dois primeiros dias (14 e 15) ficaram reservados ao trabalho de atribuição dos DR's aos inquiridores e ao respectivo reconhecimento dos limites. Para além disso, precedeu-se à colocação de cartazes nos DR's e à atribuição de folhetos informativos permitindo, de algum modo, sensibilizar a população-alvo.



No dia 16 de Setembro deu-se início ao trabalho de recolha propriamente dito em todos os DR's e a equipa esteve acompanhada dos Consultores brasileiros, os senhores Carlos de Sá e José Oliveira.

### **Cartografia**

O reconhecimento dos limites dos DR's decorreu sem dificuldades, sendo feito no dia 14 de Setembro.

Relativamente a identificação dos pontos, é de se referir a grande dificuldade da inquiridora do DR 38 na identificação dos pontos, quer no mapa em papel quer no PDA. Dificuldade que acabou por não ser superada, contrariamente, ao que aconteceu com os outros inquiridores, mesmo os que não tinham experiência de inquiridos.

Apenas a inquiridora do DR 38 teve dificuldades na captação de pontos novos, sendo que no PDA aparecia sempre "ponto já existente". Após várias tentativas, alguns pontos foram captados. Contudo, outros pontos não foram captados, em decorrência da desistência da inquiridora.

### **Dificuldades em contactar os representantes dos agregados**

De um modo geral, a dificuldade registada resulta em parte do desconhecimento geral do trabalho do Recenseamento Piloto no Concelho. De um modo geral, consideramos que o nível de participação da população foi satisfatório e a receptividade foi boa. Concluída a recolha, temos casos ínfimos de recusas por parte de alguns representantes e de alguns indivíduos nos agregados.

### **Logística**

As condições de contrato no que respeita ao horário de trabalho estabelecido com o condutor não nos permitiam trabalhar para além das 16 horas. Para além disso, ocorreram algumas situações que se revelaram insustentáveis, nomeadamente, o atraso no início dos trabalhos, a recusa do condutor em levar a inquiridora até à zona da Gamchemba, já que a estrada estava danificada com as fortes chuvas, obrigando a

inquiridora do DR36 a deslocar-se a pé. Em resultado disso, solicitamos a resolução do problema por parte da Administração do INE que nos disponibilizou carro próprio.

### **Relatório supervisão piloto – Praia**

#### **SUGESTÕES**

- Sendo que a resposta obtida na pergunta 13 do questionário individuo, maioria das vezes não era pretendida, sugerimos que se lê as opções de respostas.
- Dados a alguns constrangimentos surgidos relacionada a pergunta “rebelados” no questionário agregados, sugerimos que esta seja melhorada ou que venha acompanhada duma possível explicação/definição.
- Se possível organizar o número dos pontos sequencialmente, de forma a permitir melhor controlo de trabalho dos agentes.
- Sugerimos a redução do DR para que o trabalho seja concluído no prazo estipulado.
- Sugerimos que o cartaz tenha algo que se relaciona com os agentes de terreno (PDA e a sua caneta, camisola ou colete a ser utilizado na respectiva fase do CENSO 2010 evitando assim a dúvida dos inquiridos sobre a duplicação do inquérito).
- A intensificação na explicação e definição da importância do recenseamento geral da população durante a campanha de sensibilização, para que os inquiridos tenham a real noção da importância deste trabalho e colabore abertamente.
- Sugerimos que se revê a forma de recrutamento dos agentes de terreno, de forma a garantir a real disponibilidade e dedicação do trabalho e que se tenha suplentes no caso de desistência.
- Sugerimos para ao ano 2010, uma campanha antecipada e massificada nas ruas, em todos os meios de comunicação, nas instituições e associações, para que no momento censitário, todos os indivíduos estejam sensibilizado do trabalho a realizar e que não haja nenhuma confusão com outros inquéritos ou recenseamento eleitoral.
- Sugerimos que se acrescenta a memória do PDA de forma a este suportar o peso do questionário, visto que quando se chega a volta de 500 questionários completos, este torna-se mais lento chegando mesmo a bloquear. Aplicando a solução apresentada pelos informáticos da INE resolveu-se parcialmente o problema, uma vez que se consegue dar a continuidade do trabalho mas o PDA continua lento.

#### **CONCLUSÃO**

Não podemos concluir sem antes fazer uma avaliação geral desta fase do trabalho que é o recenseamento piloto. Como o próprio nome indica esta é a fase em que se vão testar todos os recursos disponíveis para a realização do CENSO 2010 propriamente dito.

No decorrer do trabalho deparamos com varias dificuldades desde equipamentos disponibilizados, questionários, sensibilização dos inquiridos, identificação do edifício à extensão e segurança do DR. Quase todas estas questões foram resolvidas de imediata, algumas foram nos apresentados soluções momentânea para posteriormente virem a ser melhoradas e outras ficaram pendentes.

Apesar de todos os esforços feitos pela equipa de terreno, mais o alongamento do prazo não foi possível terminar o trabalho nos DR's dentro do prazo estipulado pelas diversas razões mencionadas acima e pela extensão do DR. Podemos concluir que a avaliação do trabalho é positiva, apesar de todas as dificuldades encontradas.

*Anexo 4. Perguntas, códigos válidos e saltos*

**(Controlos de coerência para garantir uma recolha de qualidade)**

<b>QUESTIONARIO EDIFICIO</b>		
<b>PERGUNTAS</b>	<b>CODIGOS VALIDOS</b>	<b>SALTOS</b>
<b>Endereco</b>		
Av. Rua etc	Alfa numérico	
Nº da porta	Branco, Numérico ≠ 00	
Bloco	Branco, Alfa numérico	
Lote	Branco, alfanumérico	
Outras referencias	Branco, Alfa numérico	
PE1. Indique o tipo de edifício	1 a 11	Se for códigos 8, 9, 10, ou 11
PE2. Qual o tipo de utilização do	1 a 3	
PE3. Em que época foi	1 a 6	
PE4. Qual o principal material	1 a 8	
PE5. Qual o tipo de cobertura e	1 a 7	
PE6. O edifício necessita de	1 a 5	
PE7. Indique o número de pisos	1 a 6	
PE8. Indique o número total de	Numérico ≠ 00	

<b>QUESTIONARIO ALOJAMENTO</b>		
<b>PERGUNTAS</b>	<b>CODIGOS VALIDOS</b>	<b>SALTOS</b>
Endereço		
PAI-1. Nº de alojamento	Numérico ≠ 00	
PAI-2. Piso	CV, RC, 01 a 10	
PAI-3. Nº da porta	BRANCO, Numérico ≠ 00	
PAI-4. Lado	ESQ, DIR, FRE, TRA	
PAII-1. Tipo de alojamento -	01 a 09	
PAII-2. Tipo de alojamento -	10 a 18	PASSE ao Questionário de
PAIII.1 – Forma de ocupação	1 a 7	Se for códigos 2 a 7 PASSE ao
PAIII-2. Situação na ocupação	1 a 3	Se for códigos 2 ou 3 PASSE ao
PAIV-1. Indique o número de	Numérico ≠ 00	
PAIV-2. O alojamento tem	1 a 3	
PAIV-3. O alojamento tem	1 ou 2	
PAIV-4. O alojamento tem	1 a 4	
PAIV-5. O alojamento tem	1 ou 2	
PAIV-6. O alojamento possui	1 a 3	
PAIV-7. O alojamento tem	1 a 3	
PAIV-8. Qual o principal	1 a 6	
PAIV-9. Indique o número total	Numérico ≠ 00	

<b>3.QUESTIONARIO DO AGREGADO FAMILIAR</b>		
<b>SECÇÃO I- CONDIÇÕES DE VIDA</b>		
<b>PERGUNTAS</b>	<b>CODIGOS VALIDOS</b>	<b>SALTOS</b>
Nº de agregado	Numérico ≠ 00	
PAFI-1. Compartilha este alojamento com outro agregado familiar?	1 e 2	Se for código 2 PASSE à PAFI-5
PAFI-2. Tem acesso ao retrete/latrina deste alojamento?	1 a 3	
PAFI-3. Quantas divisões deste alojamento ocupa o seu agregado	Numérico ≠ 00	
PAFI-4. Quantas destas divisões utiliza para dormir?	Numérico ≠ 00	
PAFI-5. Qual o principal meio de abastecimento de agua que utilizam no agregado familiar?	1 a 5	
PAFI-6. Qual a principal forma de evacuação de aguas residuais?	1 a 5	
PAFI-7. Qual a principal fonte de energia que o agregado utiliza para preparar os alimentos?	1 a 6	
PAFI-8. Qual a principal energia para iluminação?	1 a 6	
PAFI-9. Qual o principal modo de evacuação dos resíduos sólidos utilizado pelo agregado?	1 a 6	
PAFI-10. Indique se o agregado possui os seguintes equipamentos	1 ou 2	
PAFI-11. O alojamento que ocupa pertence?	1 a 4	
PAFI-12. Em que condição ocupa este alojamento?	1 a 3	
PAFI-13. Qual o valor da renda que paga mensalmente?	1 a 7	

<b>3.QUESTIONARIO DO AGREGADO FAMILIAR</b>		
<b>SECÇÃO II- EMIGRAÇÃO</b>		
<b>PERGUNTAS</b>	<b>CODIGOS VALIDOS</b>	<b>SALTOS</b>
PAFII-1.Houve algum individuo que era membro residente no agregado que emigrou entre 15 de Setembro de 2004 e 15 de Setembro de 2009	1 ou 2	Se for código 2 PASSE à SECÇÃO III- MORTALIDADE
PAFII-1.2- Quantos	Numérico ≠ 00	
PAFII-2.1- Sexo	1 ou 2	
PAFII-2.2- Idade na data da emigração	Branco, 00 a 99	
PAFII-2.3 – País de destino	LISTA PAISES	
PAFII-2.4 – Mês e Ano de partida	01 A 12 para mês, e 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 para ano	
PAFII-2.5 – Já regressou?	1 ou 2	Se for código 2 PASSE à SECÇÃO III- MORTALIDADE
PAFII-2.6 – Mês e Ano de regresso	01 A 12 para mês, e 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 para ano	

<b>3.QUESTIONARIO DO AGREGADO FAMILIAR</b>		
<b>SECÇÃO III- MORTALIDADE</b>		
<b>PERGUNTAS</b>	<b>CODIGOS VALIDOS</b>	<b>SALTOS</b>
PAFIII-1.Houve algum indivíduo que era membro residente no agregado que faleceu entre 15 de Setembro de 2008 e 15 de Setembro de 2009  PAFIII-1.1	1 ou 2	Se for código 2 PASSE ao QUESTIONARIO INDIVIDUAL
PAFIII-1.2- Quantos	Numérico ≠ 00	
PAFIII-2.1- Sexo	1 ou 2	
PAFIII-2.2- Idade na data do falecimento	BRANCO, 00 a 110	
PAFIII-2.3 – Data do falecimento	1 A 31 para dia, 01 a 12 para mes e 2008 e 2009 para ano	Se a pessoa que faleceu for homem PASSE À SECÇÃO IV  Se for mulher com < 12 ou > 60 anos PASSE À SECÇÃO IV
PAFIII-3 – O falecimento ocorreu	1 a 4	

<b>3.QUESTIONARIO DO AGREGADO FAMILIAR</b>		
<b>SECÇÃO IV- LISTAGEM</b>		
<b>PERGUNTAS</b>	<b>CODIGOS VALIDOS</b>	<b>SALTOS</b>
Total de indivíduos no agregado	01 a 30	
PAF-0. O agregado é rebelado	1 ou 2	
PAF.IV-2. Nome e apelido	Alfa numérico	
PAF.IV-3. Relação de parentesco com o representante do agregado	01 a 18	



<b>QUESTIONARIO INDIVIDUAL</b>		
<b>PERGUNTAS</b>	<b>CODIGOS VALIDOS</b>	<b>SALTOS</b>
<b>PERGUNTAS PI-1 A PI-12.7 DEVEM SER RESPONDIDAS POR TODOS OS INDIVIDUOS</b>		
PI-1. Nº do indivíduo		
PI-2. Nome e apelido		
PI-3. Sexo do indivíduo	1 ou 2	
PI-4. Situação na residência	1 a 3	Se for código 3 PASSE AO INDIVIDUO SEGUINTE
PI-5. Data de nascimento	Branco, 01 a 31 para dia, branco 01 a 12 para mês, e 1900 a 2009 para ano	
PI-6. Indique a idade em meses ou anos completo	00 a 11 para meses e 01 a 110 para ano	
PI-7. Local de nascimento (local de residência da sua mãe quando nasceu)	1 a 5. Se for 2 a 4 ABRIR Código geográfico nacional e SE FOR 5 ABRIR lista países	
PI-8. Qual a sua nacionalidade?	1 a 3. Se for 2 ou 3 ABRIR Lista países	
PI-9. Qual o local da sua residência anterior?	1 a 5. Se for 2 a 4 ABRIR Código geográfico nacional e SE FOR 5 ABRIR lista países	Se for código 1 PASSE a PI12.1  Se for código 2 A 4 PASSE a PI11
PI-10. Indique o ano da fixação de ultima residência em Cabo Verde?	Branco, Numérico ≠ 00 e com valores inferior ou igual a 2009	
PI-11. Há quanto tempo reside	Numérico	

nesta freguesia?		
PI-12.1. Tem dificuldade em ver?	1 a 4	
PI-12.2. Tem dificuldade de ouvir?	1 a 4	
PI-12.3. Tem dificuldade de mobilidade?	1 a 4	
PI-12.4. Devido a um problema de incapacidade, utiliza regularmente ou necessita de um dispositivo de compensação?	1 e 2	
PI-12.5. Tem dificuldade de memória ou concentração?	1 a 4	
PI-12.6. Tem dificuldade de cuidar de si mesmo?	1 a 4	
PI-12.7. Tem dificuldade em compreender os outros ou fazer-se entender?	1 a 4	
<b>PERGUNTAS PI-13 E PI-14 DEVEM SER RESPONDIDAS POR INDIVDUOS DE AMBOS OS SEXOS COM 12 ANOS OU MAIS</b>		
PI-13. Qual o seu estado civil?	1 a 5	
<b>PERGUNTAS PI-15 E PI-16 DEVEM SER RESPONDIDAS POR INDIVDUOS DE AMBOS OS SEXOS COM MENOS DE 18 ANOS</b>		
PI-15. A sua mãe biológica esta viva?	1 a 4	
PI-16. O seu pai biológica esta vivo?	1 a 4	
<b>PERGUNTA PI-17 DEVE SER RESPONDIDA POR INDIVDUOS DE AMBOS OS SEXOS COM 6 ANOS OU MAIS</b>		
PI-17. Sabe ler e escrever?	1 ou 2	
<b>PERGUNTAS PI-18 A PI-21 DEVEM SER RESPONDIDAS POR INDIVDUOS DE AMBOS OS SEXOS COM 3 ANOS OU MAIS</b>		
PI-18. Esta a frequentar ou alguma vez frequentou algum estabelecimento de ensino?	1 a 3	Se for código 3 PASSE a PI-22
PI-19.1 Qual o nível de ensino mais elevado que frequentou ou esta a frequentar?	01 a 13	

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

PI-19.2 Qual a classe/ano mais elevado que frequentou ou esta a frequentar?	1 a 6, 8, 9	
PI-20. Concluiu o último ano que frequentou?	1 ou 2	
PI-21. Indique o nome do curso	Alfanumérico	
<b>PERGUNTAS PI-22 A PI-35 DEVEM SER RESPONDIDAS POR INDIVDUOS DE AMBOS OS SEXOS COM 6 ANOS OU MAIS</b>		
PI-22. Indique o principal meio de vida	1 a 8	
PI-23. Trabalhou pelo menos uma hora durante a semana	1 ou 2	Se for código 1 PASSE a PI-31
PI-24. Exerceu alguma das seguintes actividades durante a semana de 9 a 15 de Setembro ?	1 a 7	Se for códigos 1 a 6 PASSE a PI-31
PI-25.Embora não tenha trabalhado durante a semana de 9 a 15 de Setembro , possui um emprego de que esteve temporariamente ausente?	1 ou 2	Se for código 1 PASSE a PI-31
PI-26. Que iniciativas tomou na semana de 9 a 15 de Setembro , para procurar emprego?	0 a 9	Se for códigos 1 a 9 PASSE a PI-28
PI-27. Porque razão não procurou emprego durante a semana de 9 a 15 de Setembro?	1 a 13	
PI-28. Se tivesse encontrado um emprego na semana de 9 a 15 de Setembro, poderia ter começado a trabalhar imediatamente ou pelo menos dentro das duas semanas seguintes?	1 ou 2	
PI-29. Alguma vez trabalhou?	1 ou 2	Se for código 2 PASSE a PI-36
PI-30. Quando é que trabalhou pela última vez?	1 a 7	
PI-31. Qual foi a sua ocupação principal na semana de 9 a 15 de Setembro ou da última vez que trabalhou?	Alfa numérico	
PI-32. Para quem trabalhou no seu	1 a 11	

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

principal emprego na semana de 9 a 15 de Setembro ou da última vez que trabalhou?		
PI-33. Qual é a actividade económica principal da empresa/entidade para quem trabalhou na semana de 9 a 15 de Setembro ou da última vez que trabalhou?	Alfa numérico	
PI-34. Indique o local onde trabalhou na semana de 9 a 15 de Setembro ou onde trabalhou da última vez?	1 a 4  Se for códigos 3 abrir código geográfico nacional, se for 4 abrir lista de países	
PI-35. Quantas horas trabalham habitualmente, por semana, na profissão indicada?	1 a 8	
<b>PERGUNTAS PI-36 DEVE SER RESPONDIDA POR INDIVÍDUOS DE AMBOS OS SEXOS COM 15 ANOS OU MAIS</b>		
PI-36. Qual é a sua religião?	1 a 13	
<b>AS PERGUNTAS PI-37 A PI-43 DEVEM SER RESPONDIDAS POR INDIVÍDUOS DE SEXO FEMININO COM IDADE COMPREENDIDA ENTRE 12 E 60 ANOS</b>		
PI-37. Teve ou tem filhos nascidos vivos?	1 ou 2	Se for código 2 PASSE AO PROXIMO INDIVÍDUO
PI-38. Indique quantos masculinos e quantos femininos	1 ou 2	
PI-39. Destes quantos ainda estão vivos?	1 ou 2	
PI-40. Qual a data de nascimento dos eu último filho que nasceu vivo?	01 a 31 e 99 para não sabe o dia, de 01 a 12 e 99 para não sabe o mês e para ano deve ser Numérico ≠ 00	
PI-41. Teve algum filho que nasceu vivo entre 15 de Setembro 2008 e 15 de Setembro de 2009	1 ou 2	Se for código 2 PASSE A PI-43
PI-42. Indique o sexo e data de nascimento dos filhos nascidos vivos nos últimos 12 meses	1 ou 2 para sexo  1 a 31 para dia, 01 a 12 para mês e 2008 ou 2009 para ano	
PI-43. Que idade tinha quando teve o seu primeiro filho que nasceu vivo?	> ou igual a 10 anos	

PARTE III- CRITICAS, ADVERTENCIAS E FUNÇÕES

3.QUESTIONARIO DO EDIFICIO				
DESIGNAÇÃO DO ERRO	Especificação do ERRO	TIPO DE ERRO	MENSAGEM	CORRECÇÃO
PE1 PE8	PE1=1 E PE8 > 1 OU PE1=2 E PE8 > 1	ADVERTENCIA	MORADIAS INDIVIDUAIS SO TEM UM ALOJAMENTO	SIM
PE1 PE8	PE1=3 E PE8 > 2 OU PE1=4 E PE8 > 2	ADVERTENCIA	EDIFICIOS COM 2 ALOJAMENTOS NÃO PODEM TER MAIS QUE 2 ALOJAMENTOS	SIM
PE1 PE8	SE PE1=8 E PE8 < 1 OU PE1=9 E PE8 < 1 OU PE1=10 E PE8 < 1	ADVERTENCIA	BARRACAS CASAS DE BIDÃO CONTENTORES SO TEM UM ALOJAMENTO	SIM
DESIGNAÇÃO DO ERRO	Especificação do ERRO	TIPO DE ERRO	MENSAGEM	EXIGE CORRECÇÃO
PE1 PAII-1	SE PE1= 8 E PAII-1 < 4	ADVERTENCIA	Edifício barraca ==> alojamento barraca	SIM
PE1 PAII-1	SE PE1= 9 E PAII-1 < 3	ADVERTENCIA	Edifício casa bidão> alojamento casa bidão	SIM
PE1 PAII-1	SE PE1= 10 E PAII-1 < 5	ADVERTENCIA	Edifício CONTENTOR> alojamento CONTENTOR	SIM
PAII-1 PAIII-1	Se PAII-1 > =8 E PAIII-1 < 1	ADVERTENCIA	Todos os alojamentos em edifícios <b>não</b> clássicos devem estar ocupados	SIM
PAII-1 PAIV-2	Se PAII-1 = 07 E PAIV-2 < '03'	ADVERTENCIA	Contentores com ligação de agua	SIM

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

PAII-1 PAIV-7	Se PAII-1 = 07 E PAIV-7 <> '03'	ADVERTENCIA	Contentores com sistema evacuação águas residuais?	SIM
PAII-1 PAIV-5	Se PAII-1 = 07 E PAIV-2 <> '01'	ADVERTENCIA	Contentores com instalação de duche?	SIM
PAII-1 PAIV-4	Se PAII-1 = 07 E (PAIV-4 <> 3	ADVERTENCIA	Contentores com retrete?	SIM
PAII-1 PAIV-2	Se PAII-1 = 06 E PAIV-2 <> '03'	ADVERTENCIA	Barraca com ligação de água?	SIM
PAII-1 PAIV-7	Se PAII-1 = 06 E PAIV-7 <> '03'	ADVERTENCIA	Barraca com sistema evacuação águas residuais?	SIM
PAII-1 PAIV-5	Se PAII-1 = 06 E PAIV-2 <> '01'	ADVERTENCIA	Barraca com instalação de duche?	SIM
PAII-1 PAIV-4	Se PAII-1 = 06 E PAIV-4 = 1 OU PAIV-4 = 2	ADVERTENCIA	Barracas com retrete?	SIM
PAII-1 PAIV-2	Se PAII-1 = 05 E PAIV-2 <> '03'	ADVERTENCIA	Casa de bidão com ligação de água?	SIM
PAII-1 PAIV-7	Se PAII-1 = 05 E PAIV-7 <> '03'	ADVERTENCIA	Casa de bidão com sistema evacuação águas residuais?	SIM
PAII-1 PAIV-5	Se PAII-1 = 05 E PAIV-2 <> '01'	ADVERTENCIA	Casa de bidão com instalação de duche?	SIM
PAII-1 PAIV-4	Se PAII-1 = 05 E PAIV-4 = 1 OU PAIV-4 = 2	ADVERTENCIA	Casa de bidão com retrete?	SIM
PAII-1 PAIV-2	Se PAII-1 = 2 E PAIV-2 <> 1	ADVERTENCIA	Apartamentos sem ligação de água	SIM
PAII-1 PAIV-3	Se PAII-1 = 2 E PAIV-3=1	ADVERTENCIA	Apartamentos sem electricidade	SIM
<b>PAII-1 PAIV-4</b>	Se PAII-1 = 2 E PAIV-3=3	ADVERTENCIA	Apartamentos sem retrete	SIM
<b>PAII-1 PAIV-5</b>	Se PAII-1 = 2 E PAIV-5=2	ADVERTENCIA	Apartamentos sem instalação de banho	SIM
PAIV-4 PAIV-7	Se (PAIV-4 = 1   PAIV-4 = 2) E PAIV-7 = 3	ADVERTENCIA	Alojamento tem retrete mas não tem sistema de evacuação águas residual	SIM
PAIV-5 PAIV-7	Se (PAIV-4 = 1) E PAIV-7 = 3	ADVERTENCIA	Alojamento tem instalação de banho mas não tem sistema de evacuação águas residual	SIM

<b>3.AGREGADO FAMILIAR – SECÇÃO I – CONDIÇÕES DE VIDA</b>				
<b>DESIGNAÇÃO DO ERRO</b>	<b>Especificação do ERRO</b>	<b>TIPO DE ERRO</b>	<b>MENSAGEM</b>	<b>EXIGE CORRECÇÃO</b>
PAFI-2 PAIV-4	PAFI-2 = 1 E PAIV-4 = 4	ADVERTENCIA	Acesso a retrete de um alojamento que não tem retrete	
PAFI-4 PAIV-1	PAFI-3 >= PAIV-1	ADVERTENCIA	Nº divisões que ocupa superior a nº total divisões	
PE8 PAFI-4 PAIV-2	PE8 =1 E PAIV-1 < PAFI-4	ADVERTENCIA	Nº divisões para dormir superior ao nº divisões	
PE8 PAFI-4 PAIV-2	PE8 > 1 E PAFI-3 < PAFI-4	ADVERTENCIA	Nº divisões para dormir superior ao nº divisões que ocupa	
PAFI-6 PAIV-2	PAFI-5 = 1 E PAIV-2 = 3	ADVERTENCIA	Abastecimento agua canalizada se alojamento não tem ligação a rede publica de agua	
PAFI-3 PAIV-3	PAFI-8 = 1 E PAIV-3 =2	ADVERTENCIA	Utiliza electricidade e alojamento não tem electricidade	
		ADVERTENCIA		
PAFI-7 PAIV-7	PAFI-6 = 1 e PAIV-7 = 3 Ou PAFI-6 = 2 e PAIV-7 = 3	ADVERTENCIA	Evacuação água em fossas ou rede esgoto mas alojamento não tem sistema de evacuação	
PE8 PAIV-3 PAFI-10.4	PE8=1 e PAIV-3 = 2 e PAFI-10.4 =1	ADVERTENCIA	Electricidade versos acesso a serviços TIC	
PE8 PAFI-3 PAFI-10.4	PE8>1 e PAFI-3 <> 1 e PAFI-10.4 = 1	ADVERTENCIA	Electricidade versos acesso a serviços TIC	

<b>3.QUESTIONARIO DO AGREGADO FAMILIAR</b>				
<b>SECÇÃO II- EMIGRAÇÃO</b>				
<b>PERGUNTAS</b>	<b>ERRO</b>	<b>TIPO</b>	<b>MENSAGEM</b>	<b>CORRECÇÃO</b>
PAFII-1.1 e PAFII-1.2	PAFII-1.1 = 1 e PAFII-1.2, branco	CRITICA	O número de pessoas que emigraram é obrigatório	
PAFII-1.2 e PAFII-2.1	PAFII-1.2 ≠ 00 e PAFII-2.1 branco	CRITICA	Sexo de cada emigrante é obrigatório	
PAFII-1.2 e PAFII-2.2	PAFII-1.2 ≠ 00 e PAFII-2.2 branco	ADVERTENCIA	Idade do emigrante não declarado	
PAFII-1.2 e PAFII-2.3	PAFII-1.2 ≠ 00 e PAFII-2.3 branco	ADVERTENCIA	País onde a pessoa emigrou é obrigatório	
PAFII-1.2 e PAFII-2.4	PAFII-1.2 ≠ 00 e PAFII-2.4 branco	ADVERTENCIA	Mês e Ano da partida do emigrante são obrigatórios	
PAFII-2.4	Se PAFII-2.4 for 1 a 8 para o mês e 2004 para ano  Se PAFII-2.4 for 10 a 12 para o mês e 2009 para ano	ADVERTENCIA	Período de partida não pode ser anterior ou superior ao de referência	Confirmar as informações?  SIN/NÃO
PAFII-1.2 e PAFII-2.5	PAFII-1.2 ≠ 00 e PAFII-2.5 branco	ADVERTENCIA	Informação sobre o regresso do emigrante é obrigatória	



**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

PAFII-2.4 e PAFII-2.6	Se ano declarado na PAFII-2.4 for > ao ano declarado na PAFII-2.6	ADVERTENCIA	Ano de partida não pode ser posterior ao ano de regresso	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PAFII-1.2	≠ 01	FUNÇÃO	Número de questionários preenchidos para esta secção deve ser igual ao número de emigrantes declarado na PAFII-1.2	
<b>3.QUESTIONARIO DO AGREGADO FAMILIAR</b>				
<b>SECÇÃO III- MORTALIDADE</b>				
<b>PERGUNTAS</b>	<b>TIPO</b>	<b>ERRO</b>	<b>MENSAGEM</b>	<b>CORRECÇÃO</b>
PAFIII-1.1 e PAFIII-1.2	CRITICA	PAFIII-1.1 = 1 e PAFIII-1.2, branco	O número de pessoas que faleceram é obrigatório	
PAFIII-1.2 e PAFIII-2.1	CRITICA	PAFIII-1.2 ≠ 00 e PAFIII-2.1 branco	Sexo de cada pessoa falecida é obrigatório	
PAFIII-1.2 e PAFIII-2.2	ADVERTENCIA	PAFIII-1.2 ≠ 00 e PAFIII-2.2 branco	Idade do falecido não declarado	
PAFIII-1.2 e PAFIII-2.3	CRITICA	PAFIII-1.2 ≠ 00 e PAFIII-2.3 branco	Data de falecimento da pessoa não declarado	
PAFIII-1.2	FUNÇÃO	≠ 01	Número de óbitos preenchidos até esta parte deve ser igual ao número de mortos declarado na PAFIII-1.2	
PAFIII-2.3	CRITICA	SE PAFIII-2.3 <15/09/2008 ou > 15/09/2009 Erro	Data de falecimento fora de limite	

**QUESTIONARIO AGREGADO FAMILIAR – SECÇÃO IV**

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

LISTAGEM				
PERGUNTAS	ERRO	TIPO	MENSAGEM	CORRECÇÃO
Total de indivíduos no agregado	Branco	CRITICA	Total de indivíduos é de preenchimento obrigatório	
PAF.IV-2	Branco	CRITICA	Nome da pessoa é obrigatório	
PAF.IV-3	Branco	CRITICA	A relação com o representante do agregado deve estar preenchida	
PAF.IV-3	Se PAF.IV-3 for = 1 para mais de uma pessoa	<b>CRITICA</b>	Só é admitido um responsável do agregado	
PAF.IV-3	Se PAF.IV-3 for = 2 para mais de uma pessoa	CRITICA	Só é admitido um conjugue/esposa ou parceira em união de facto	
PAF.IV-3	Se PAF.IV-3 for =9, ou 10 ou 11, ou 12 para mais de uma pessoa	ADVERTENCIA	Só é admitido um pai/mãe/sogro/nora /genro	
PAF.IV-3 preenchido para todas as pessoas	O sistema deveria reordenar a lista obedecendo a sequência numérica dos códigos atribuindo o nº de ordem na PAF.IV-1	FUNÇÃO		

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

<b>QUESTIONARIO INDIVIDUAL</b>				
<b>PERGUNTAS</b>	<b>ERRO</b>	<b>TIPO</b>	<b>MENSAGEM</b>	<b>CORRECÇÃO</b>
PI-1 e PI-2	O sistema deverá repetir estas questões de forma automática, a partir da SECÇÃO IV, para todas as pessoas	FUNÇÃO		
PI-3	Branco	CRITICA	O sexo da pessoa é obrigatório	
PI-4	Branco	CRITICA	A situação de residência da pessoa é obrigatória	
PI-1. e PI-4	Se PI-1. =01 e PI-4 for 3	CRITICA	O representante do agregado não pode ser visita	
PI-5	Se PI-5 for branco para dia ou para o mês	ADVERTENCIA	O dia ou mês de nascimento não foi declarado	Confirmar as informações  SIM/NÃO
PI-5. e PI-6	O sistema deverá comparar a idade declarada com a idade calculada a partir da data de nascimento	FUNÇÃO		
PI-5. e PI-6	Se idade calculada na PI-5. ≠ da idade declarada na PI-6	CRITICA	Idade declarada diverge da idade calculada a partir da data de nascimento	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-5	Se a data declarada na PI-5 for superior a 15/09/2009	CRITICA	Pessoa nascida após data do recenseamento piloto	Rectifique a data ou exclua a pessoa
PI-1. e PI-6	Se PI1. =01 e PI-6 for < 15 anos	ADVERTENCIA	O representante deve ter no mínimo 15 anos	
PI-1 e PI-3	Se PI-1. =02 e PI-1. =01 tiverem o mesmo código na PI-3	ADVERTENCIA	Representante e conjugue do mesmo sexo	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-1. e PI-6	Se PI1. =02 e PI-6 for < 15 anos	ADVERTENCIA	O conjugue/marido deve ter no mínimo	

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

			15 anos	
MAE	Se PAF.IV-3. =10 e PI-3 = 1	ADVERTENCIA	Pessoa indicada como mãe tem sexo masculino	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-9. e PI-11	Se PI-9 for = 2, 3, 4 ou 5 e PI-11 > ou igual a PI-6	ADVERTENCIA	O tempo de residência na freguesia actual deve ser inferior à idade da pessoa	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-10	PI-10 > 2009	ADVERTENCIA	Ano da ultima entrada superior ao ano do Inquérito Piloto	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
<b>ESTADO CIVIL</b>				
<b>ORFANDADE</b>				
<b>SECÇÃO EDUCAÇÃO</b>				
PI-17 E PI-18	IF PI-17 = 1, AND (PI-18 = 3)	ADVERTENCIA	Um indivíduo que sabe ler e escrever deve ter frequentado um estabelecimento de ensino.	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-17, PI-18 E PI-19.1	IF PI-17=1 AND (PI-18=1 OR PI-18=2) AND PI-19.1=01	CRITICA	Não pode saber ler e escrever no pré-escolar”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-17	IF PI-17=1 AND (PI-18=1 OR PI-18=2) AND (PI-19.1=02 AND PI-19.2=1)	ADVERTENCIA	Não pode saber ler e escrever no primeiro ano de alfabetização”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-17, PI-18, PI-19.1 E PI-19.2	IF PI-17=1 AND (PI-18=1 OR PI-18=2) AND (PI-19.1=03 AND PI-19.2=1)	ADVERTENCIA	Não pode saber ler e escrever no primeiro ano de ensino básico”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-17 E PI-19.1	IF PI-17=2 AND PI-19.1=>04	ADVERTENCIA	Impossível de não saber ler e escrever	Confirmar as informações?

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

			nestes níveis de educação”	(SIM/NÃO)
PI-17. E PI-6	IF PI-17=1 AND PI-6 < 7	ADVERTENCIA	Não pode saber ler e escrever antes de 7 anos de idade”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-19.1 E PI-19.1	IF PI-6 =<18 AND PI-19.1 =>08	ADVERTENCIA	Jovem para o nível de instrução declarado”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-17, PI-18, PI-19.1 E PI-19.2	IF PI-17=1 AND (PI-18=1 OR PI-18=2) AND (PI-19.1=03 AND PI-19.2=1)	ADVERTENCIA	Não pode saber ler e escrever no primeiro ano de ensino básico”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-17				
PI-17 , PI-19.1 E PI-19.2	IF PI-17=2 AND ((PI-19.1=>04) OR (PI-19.1=3 AND PI-19.2 =>2))	ADVERTENCIA	Impossível de não saber ler e escrever nestes níveis de educação”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
<b>SECÇÃO ACTIVIDADE ECONOMICA</b>				
PI-22, PI-23	IF PI-22=1 AND PI-23 = 2	ADVERTENCIA	Atenção “Pessoa que vive do trabalho sem trabalho”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-22, PI-23	IF PI-22=4:8 AND PI-23=1	ADVERTENCIA	Atenção “Pessoas dependentes com trabalho”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-22, PI-32	IF PI-22=2 AND PI-32 <>4 OR 5	ADVERTENCIA	Atenção “ Pessoa que vive de rendimento de propriedade mas trabalha por conta de outrem”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI- 23, PI-26	IF (PI-23=2 AND PI-24=7AND PI-25=2) AND PI-26 <> 0:9	ADVERTENCIA	Atenção “Código diferente ou não existente”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI- 23, PI-28	IF (PI-23=2 AND PI-24=7AND PI-25=2) AND PI-28 <> 1 OR 2	ADVERTENCIA	Atenção “Código diferente ou não existente”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI- 23, PI-29	IF (PI-23=2 AND	ADVERTENCIA	Atenção “Código	Confirmar as

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

	PI-24=7AND PI-25=2) AND PI-29 <> 1OR2	A	diferente ou não existente”	informações? (SIM/NÃO)
PI-26, PI-27	IF PI-26=0 AND PI-27<>1:13	ADVERTENCI A	Atenção “Código diferente ou não existente”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-22, PI-29	IF PI-22=1 AND PI-29=2	ADVERTENCI A	Pessoa que vive do trabalho sem trabalho”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-23, PI-32,	IF (PI-23=1OR (PI-23=2AND PI-24=1:6)) AND PI-32<>1:11	ADVERTENCI A	“Pessoas dependentes com trabalho”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-23, PI-34	IF (PI-23=1OR (PI-23=2AND PI-24=1:6)) AND PI-34<>1:4	ADVERTENCI A	Pessoa que vive de rendimento de propriedade mas trabalha por conta de outrem”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-23, PI-35	IF (PI-23=1OR (PI-23=2AND PI-24=1:6)) AND PI-35<>1:8	ADVERTENCI A	Código diferente ou não existente”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-23, PI-32,	IF ((PI-23=2 AND PI-24=7AND PI-25=2) AND (PI-29=1)) AND PI-32<>1:11	ADVERTENCI A	“Código diferente ou não existente”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-23, PI-34	IF ((PI-23=2 AND PI-24=7AND PI-25=2) AND (PI-29=1)) AND PI-34<>1:4	ADVERTENCI A	Código diferente ou não existente”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-23, PI-35	IF ((PI-23=2 AND PI-24=7AND PI-25=2) AND (PI-29=1)) AND PI-35<>1:8	ADVERTENCI A	“Código diferente ou não existente”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
PI-26, PI-28	IF PI-28=2 AND PI-26 <>0	ADVERTENCI A	Pessoa sem disponibilidade à procura de emprego	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)

**IVº Recenseamento Geral da População e Habitação**  
**Relatório Metodológico e de Actividades**

PI-22. E PI-6	IF PI-22=1 AND PI-6 < 15 anos	ADVERTENCI A	Pouca idade para viver do trabalho”	Confirmar as informações? (SIM/NÃO)
<b>FECUNDIDADE</b>				
PI-37 e PI-38	Soma dos códigos 1 e 2 da pergunta PI-38 diferente de quantos na PI-37	CRITICA	Soma dos códigos 1 e 2 na PI-38 deve ser igual a Quantidade declarada na PI-37	
PI-38 e PI-39	PI 39 – código 1 superior a PI 38 – código 1	CRITICA	PI 39 – código 1 deve ser igual ou inferior a PI 38 – código 1	
PI-38 e PI-39	PI 39 – código 2 superior a PI 38 – código 2	CRITICA	PI 39 – código 2 deve ser igual ou inferior a PI 38 – código 2	
PI-38 e PI-39	Soma de códigos 1 e 2 na PI-39 superior à soma dos códigos 1 e 2 na PI-38	CRITICA	Soma dos códigos 1 e 2 na PI-39 deve ser inferior ou igual a soma dos códigos 1 e 2 na PI-38	
PI-41 e PI-42	Numero de filhos declarados na PI-42 diferente de quantos na PI-41	CRITICA	Número de filhos declarados deve ser igual nas duas perguntas	
PI-37 E PI-41	Quantos na 41 Maior que Quantos na PI-37  Erro	CRITICA	Filhos nascidos-vivos nos últimos 12 meses não pode ser superior ao número de filhos tido na PI-37	
PI-42 e PI-40	PI-42 igual a 1 filho, e data de nascimento diferente da data de PI-40	CRITICA	Data de nascimento em PI-42 deve ser igual a data em PI-40	
PI-43	PI-43 < 10 anos	CRITICA	PI-43 deve ser => a 10 anos	

## Anexo 5 - Estratégia de Sensibilização Censo 2010

### 1-Apresentação

*O censo demográfico realizado, em Cabo Verde, de dez em dez anos, pelo Instituto Nacional de Estatística, tem por objectivo contar os habitantes do território nacional, identificar as suas características e revelar como vivem os cabo-verdianos. Essas informações são de extrema importância para as autoridades e para a sociedade civil em geral.*

*Os censos demográficos vêm sendo realizados desde 1960, e os três realizados após a Independência (Censos 1980, 1990 e 2000), abordaram o item habitação. Estes recenseamentos permitiram acompanhar a evolução das características da população ao longo do tempo, reforçar a importância e utilização das variáveis demográficas nas políticas e programas de desenvolvimento, nomeadamente pelo sistema de planeamento.*

*A Lei do Censo aprovada pelo Governo (B.O. Nº 18 de 14 de Maio de 2008 – II Série) fixa 2010 como sendo o ano da realização do IV Recenseamento Geral da População e Habitação. No próximo censo, ao contrário dos censos anteriores, vai apostar na realização efectiva de um censo de habitação.*

O RGPH 2010 levará em consideração os ensinamentos dos censos anteriores e os princípios e as recomendações das NU para a ronda dos recenseamentos da população e habitação de 2010, nomeadamente as novas normas internacionais preconizadas, os temas de recenseamentos a serem contemplados nos módulos principais e secundários e as tabulações. Com o RGPH 2010, o INE pretende garantir a comparabilidade com o censo 2000, mas também a comparabilidade regional e internacional.

*Assim, o RGPH 2010 deverá ir para além das realizações do Censo 2000, valorizando as boas práticas, as capacidades criadas, assim como perspectivar inovações tecnológicas tanto na recolha, tratamento e difusão das informações, para assumir, plenamente, como um instrumento incontornável de monitorização do desenvolvimento do país.*

O Recenseamento de 2010 é a primeira prioridade da Agenda Estatística para o Desenvolvimento 2008-2012, considerando a diversidade de indicadores, mas também por causa do leque de agendas e de programas de desenvolvimento e compromissos internacionais relacionados com a área estatística que abrange.

O Recenseamento de 2010 será a oportunidade para actualizar a lista e os limites das zonas, localidades, bairros e, resumindo o Código Geográfico Nacional. Nesse aspecto,



ele disponibilizará informações de base territorial que, associadas à geo-referenciação, reforçará a base de informação para a planificação e o desenvolvimento municipal.

Pelo exposto, se depreende que, este projecto é do interesse de todos. Um grande trabalho está sendo desenvolvido pelo INE, onde se destaca a montagem dos questionários, a cartografia digital e a programação destes instrumentos nos PDAs. Em Abril terá início a actualização cartográfica e o pré- recenseamento agrícola.

Equipas do INE deslocar-se-ão a todas as famílias para a recolha de informação, e para o sucesso desta operação é importante a colaboração de todos.

Para isso, é importante ter uma estratégia de comunicação capaz de atingir toda a população e conseguir a adesão de todos nesse processo.

### **1.1- Objectivo de Comunicação**

O objectivo da campanha de sensibilização é por um lado, dar a conhecer as famílias cabo-verdianas a realização do Censo através das suas várias fases, a saber:

- Cartografia censitária e Pré-recenseamento agrícola;
- Recenseamento piloto;
- Realização do censo
- Inquérito pós- censitário
- Divulgação dos resultados

Por outro lado, levar as famílias cabo-verdianas a não criarem resistência em relação à realização das várias fases do Censo. Isso só é possível com uma estratégia de comunicação forte, uma mensagem que atinja o público-alvo e o faça aderir ao Censo.

### **1.2. Público-alvo principal**

O Censo 2010 é uma operação exaustiva e é dirigido a toda a população residente no país (agregado familiar, nos alojamentos colectivos, etc.). Por isso, considera-se público-alvo do Censo 2010 toda a população cabo-verdiana residente no país.

**Público apoiante:** Chefe de Estado, membros do Governo, parlamentares, poderes locais, responsáveis dos serviços centrais, responsáveis das organizações da sociedade civil, responsáveis das comunidades religiosas, líderes das associações juvenis, líderes de opinião

dos Concelhos, grupos culturais e desportivos, associações comunitárias, Comunicação Social. Esse público-alvo será sensibilizado de forma a apoiar o INE na sensibilização da população à volta dos objectivos do censo.

## **2. Estratégia Criativa**

A estratégia criativa deverá incidir na importância do Censo 2010 para o país, especificamente nas suas vantagens e inovações e nos resultados que fornecerá ao público-utilizador, a saber: informações sobre o estado, a estrutura e as características socio-económicas da população.

A estratégia criativa, para essa campanha de sensibilização, irá basear-se, essencialmente, na divulgação dos objectivos Censo 2010 e nas vantagens que os resultados do mesmo trarão para Cabo Verde, no concernente à formulação de políticas de desenvolvimento.

As mensagens a serem difundidas deverão ser claras, simples, concisas e facilmente memorizáveis e que sejam compreendidas por todos os segmentos do público-alvo. Por isso, serão utilizados suportes e mensagens capazes de atingir simultaneamente crianças, jovens e adultos, de qualquer sexo e qualquer meio de residência. Nesse sentido, pretende-se apostar na comunicação directa com a população, no teatro, nas bandas desenhadas, nos spots e programas de TV e Rádio, nos brindes para crianças, jovens e adultos (quer do meio urbano e rural; nas donas de casa; nos empresários, altos dirigentes políticos, etc.).

Sendo o Censo 2010 uma operação complexa que consegue disponibilizar informações detalhadas até o nível mais elementar do país, teremos que apostar fortemente na sensibilização dos parceiros em cada concelho do país para que ninguém fique de fora dessa operação. Nesse âmbito, serão criadas, em todos os concelhos de Cabo Verde, Comissões de Coordenação Concelho, de carácter ad hoc. Estas comissões serão presididas pelo responsável máximo do serviço desconcentrado do Ministério do Ambiente e Agricultura e, integrarão, também, um representante do INE, os responsáveis da saúde, da educação e, haverá um representante das Câmaras Municipais, indicado pelos respectivos Presidentes. Terão como responsabilidade a gestão da logística do Censo e a supervisão da campanha de sensibilização.

Para além desses parceiros, iremos sensibilizar as igrejas, os responsáveis máximos do Governo e do estado, os deputados, as instituições parceiras tais como as Nações Unidas, através da apresentação do projecto Censo e da estratégia de sensibilização, solicitando a colaboração dos mesmos durante o período do Censo. Serão solicitados aos representantes das confissões religiosas, Presidentes de Câmaras e ao Presidente da República que sejam recenseados com a presença de comunicação social e que no final apelem à população para

aderirem ao censo 2010, visto que terá um impacto muito grande junto da população. O objectivo é que todos sejam envolvidos nessa operação, desde as associações comunitárias, através da plataforma das ONGs, os membros do Governo, as confissões religiosas e toda a sociedade civil (as crianças nas escolas; os professores, os agricultores, as vendedeiras, os funcionários, as donas de casas, etc).

Para maior eficácia da campanha de sensibilização propõe-se utilizar vários meios de comunicação de forma a atingir os vários segmentos do público-alvo nomeadamente suportes gráficos, audiovisuais, sessões de relações públicas tais como encontros, seminários, comunicação directa, conferências de imprensa, etc.

A estratégia criativa será traçada tendo em conta as várias fases do Censo 2010 designadamente a Cartografia Censitária e o Pré- Recenseamento Agrícola, Recenseamento Piloto, o recenseamento propriamente dito, Inquérito pós-censitário e divulgação dos resultados.

### **2.1- Cartografia Censitária**

A “cartografia censitária” será realizada, tendo como objectivo ter um cadastro actualizado de edifícios geo-referenciados. Durante a actualização cartográfica será realizada entrevista junto aos agregados familiares, o que permitirá ter a listagem dos agregados familiares. Essas variáveis são fundamentais na definição dos DRs que serão utilizados na colecta de dados. Será realizado, também, o pré-recenseamento agrícola com vista a disponibilizar informações importantes para o Ministério da Agricultura.

De forma a atingir os objectivos preconizados é fundamental realizar uma campanha de sensibilização junto do público-alvo.

Visto que a cartografia não produz resultados que beneficiarão directamente a população, propõe-se realizar, conjuntamente, com as instituições, que directamente beneficiarão dessa cartografia (M. Agricultura, Direcção Geral do Ordenamento do Território, Câmaras Municipais, Educação, etc), algumas actividades, a saber:

**- Conferência de imprensa;**

- Divulgação dos objectivos da actualização dos agregados familiares, nas principais escolas do país, para que as crianças informem aos pais em casa (com a parceria do M. da Educação);

- Confecção de pólos para recenseadores;

- Divulgação da informação através de contacto directo com as famílias (com a parceria do M. da Agricultura - através dos animadores rurais);
- Divulgação na rádio comunitária;
- Divulgação em outras rádios;
- Divulgação nos jornais.
- Divulgação na rede do estado;

## **2.2- Recenseamento Piloto**

O recenseamento piloto tem por objectivo testar toda a metodologia, os questionários e a estratégia de sensibilização. Serão escolhidos alguns Drs para efectuar esse teste e uma grande camada da população irá ser recenseada e, para isso, a população tem de ser sensibilizada.

Para a sensibilização do público-alvo para o recenseamento piloto e a preparação dos materiais de sensibilização para o recenseamento propriamente dito, serão realizadas várias actividades, a saber:

- 1.1) Lançamento do Concurso público para a escolha do Logótipo e do Slogan para maior envolvimento do público-alvo;
- 1.2) Sensibilização dos potenciais parceiros de sensibilização em todos os concelhos do país, através da apresentação do projecto Censo 2010 e estratégia de sensibilização (membros do Governo, Deputados da nação, Nações Unidas, Ministérios da Educação, Saúde, Agricultura, Alimentação e Ambiente, confissões religiosas, Organizações Não-Governamentais inclusive as associações de deficientes, de crianças, de mulheres, associações comunitárias através da parceria com a Plataforma das ONGs );
- 1.3) Estudo do meio nos municípios onde vão ser seleccionados os Distritos de Recenseamento para a operação piloto;
- 1.4) Lançamento do concurso público para a selecção de uma Agência de Publicidade para trabalhar com a equipa de sensibilização na concepção dos materiais gráficos e audiovisuais;
- 1.5) Concepção de suportes informativo-publicitários (cartazes, outdoors, mupis, brochuras com resumo do projecto censo, desdobráveis, banda desenhada, autocolantes para enumeração das casas, publicidade para jornal, etc.);

- 1.6) Concepção da indumentária para os recenseadores (com características próprias que permitirão o transporte e a conservação dos PDAs, telemóvel, canetas, etc);
- 1.7) Estabelecimento de parceria com um grupo de teatro para a concepção e apresentação de uma peça de teatro alusiva ao RGPH-2010 (utilizando o crioulo de barlavento e sotavento);
- 1.8) Avaliação da aplicação do Logotipo e do Slogam em brindes promocionais (T-shirts, bonés, canetas, estojos, chaveiros, avental, pastas, ioio, caneca térmica, pastas vips, canetas vips, etc.);
- 1.9) Inventariação das rádios comunitárias existentes no país;
- 1.10) Elaboração da proposta de programas radiofónicos e televisivos;
- 1.11) Elaboração da proposta de Spot TV e Rádio
- 1.12) Concepção e produção de materiais gráficos para o Recenseamento piloto;
- 1.13) Divulgação na rádio de infirmações referentes ao R. Piloto.

### 2.3- Sensibilização Censo 2010

Para a abertura oficial da campanha de sensibilização será realizada uma conferência de imprensa onde o Presidente do INE apresentará, em breves linhas, o que será a campanha de sensibilização para o Censo e serão distribuídos alguns brindes aos jornalistas. No primeiro dia das operações do terreno, o Presidente da República, Presidentes de Câmaras e os representantes das confissões religiosas serão recenseados, com a cobertura dos meios de Comunicação e no final farão um apelo à população para a sua aderência ao censo.

Nesta fase, os parceiros já estarão sensibilizados, e as comissões concelhias já estarão formadas e preparadas para apoiarem a equipe de sensibilização e os agentes de terreno, caso haja alguma dificuldade de resposta. Serão enviados os materiais de sensibilização a todos os concelhos e a suas distribuições ficarão a cargo das comissões concelhias.

Após a aprovação do design e dos conteúdos dos materiais gráficos de sensibilização, será feito um estudo do meio para determinação dos lugares estratégicos para a colocação de outdoors, cartazes e mupis.

Um mês antes do início da campanha de sensibilização serão afixados outdoors, cartazes e mupis, em todos os concelhos do país.

Será criada uma “LINHA VERDE” para a realização de entrevista às pessoas que são difíceis de encontrar em casas. Essa linha verde será divulgada para conhecimento de toda a população.

A existência de uma “LINHA VERDE” e a difusão de spot rádio, TV, programas e sketches serão divulgados 15 dias antes do início dos trabalhos do terreno.

Nas localidades onde houver muita recusa, teremos um carro móvel disponível, com pessoas preparadas para sensibilizarem as pessoas.

Para concluir é importante realçar as principais actividades a serem desenvolvidas:

- 2.1) Análise do impacto dos materiais gráficos utilizados no R. Piloto;
- 2.2) Revisão do “design” dos cartazes, brochuras, banda desenhada e cartão de enumeração das casas aos objectivos do RGPH-2010;
- 2.3) Formação dos Coordenadores, Supervisores e Agentes de terreno;
- 2.4) Reforço de sensibilização junto dos parceiros e dos potenciais parceiros;
- 2.5) Concepção e Produção dos suportes publicitários e audiovisuais;
- 2.6) Estudo do meio para a identificação dos lugares estratégicos para afixação de cartazes, outdoors e mupis;
- 2.7) Negociação com empresas e proprietários de transportes públicos para afixação de cartazes;

- 2.8) Produção e divulgação da peça de teatro sobre o Censo 2010, como sketche na TV e também apresentação ao vivo nas festas de romaria;
- 2.9) Concepção das linhas de força para os programas radiofónicos e televisivos;
- 2.10) Concepção e distribuição dos brindes em todos os concelhos do país através das comissões concelhias (ver proposta em anexo);
- 2.11) A divulgação publicitária nos meios de comunicação de massa;
  
- 2.12) Divulgação da “LINHA VERDE”.
- 2.13) Negociação com os operadores da Rede Móvel e Fixo para envio de mensagens SMS e para a obtenção de uma linha (linha Verde) grátis que estará à disposição de toda a população.
- 2.14) Negociação com a SISP para a divulgação de Publicidades nas Caixas 24;
- 2.15) Divulgação da mensagem sobre o Censo nas principais páginas de internet das instituições públicas;
- 2.16) Abertura oficial da campanha de sensibilização (conforme do timing definido)
- 2.17) Afixação de cartazes, out doors e mupis e distribuição de folhetos nos pontos estratégicos (escolas, centros de saúde, balcões de bancos, universidades, associações comerciais, câmaras de comercio, centros comunitários, entre outros);
- 2.18) Concepção e distribuição de sacos de plásticos alusivos ao censo a todos os minimercados e supermercados;
- 2.19) Avaliação da campanha de sensibilização através de uma sondagem de opinião, a fim de assegurar se os objectivos estabelecidos foram atingidos.

#### **2.4- Sensibilização das populações nos DRs seleccionados para o inquérito pós-censitário**

Após a recolha, uma actividade especial de sensibilização será implementada nos DRs seleccionados para a realização do inquérito pós-censitário (IPC).

Visto que nesta fase alguns agregados familiares já tenham recebido umas três visitas dos agentes do INE (cartografia, censo piloto e recenseamento propriamente dito) e já se encontram um pouco cansados, a equipa de sensibilização irá, nessa fase, apostar fortemente na comunicação directa com a população explicando a finalidade do IPC, no sentido de convencê-la a aderir a esta operação e a responder ao questionário do controle de qualidade de forma correcta.

### **2.5- Agradecimento as famílias**

Após o término do Inquérito Pós Censitário serão divulgados Spots na rádio e TV com finalidade de agradecer todas as famílias cabo-verdianas de terem participado no Censo.

### **2.6- Divulgação dos Resultados**

Para a divulgação dos resultados serão organizados seminários de divulgação dos resultados em todos os concelhos do país. A primeira grande apresentação será feita na Praia com a presença de todos os parceiros (nacionais e internacionais), técnicos do gabinete e todos os funcionários do INE. Para essa divulgação serão oferecidos, aos presentes, uma brochura com o resumo dos resultados do Censo. Serão negociados com alguns Jornais a divulgação de alguns artigos, com base nos dados do Censo. Serão divulgados amplamente na Internet os resultados do censo através do Site do INE e alguns sites de instituições parceiras.

Serão enviadas mensagem SMS com a informação do total população de Cabo Verde, exemplo “ os resultados do censo 2010 permite-nos saber que hoje somos .....”

## **3- Estratégia dos Media**

A estratégia dos media é apresentada tendo em conta os objectivos do Censo 2010, a sua finalidade, o público-alvo, o budget, etc.

Optou-se pelos meios e suportes que são mais eficazes e apelativos, por isso, consideram-se, essências, a utilização de suportes gráficos, audiovisuais, promocionais, entre outros.

### **Peças de comunicação:**

#### **1- Folheto Informativo**

Folheto Informativo servirá para passar, de forma clara e sucinta, as informações gerais do Censo 2010 desde os objectivos, o público-alvo, a data da realização do Censo, a instituição que o realiza, entre outros. O folheto é importante porque o público-alvo terá acesso às informações gerais do censo de uma forma clara e sucinta e os ajudará a interiorizar facilmente o que se pretende informar.

#### **2- Spot e programa na TV**

A televisão é um meio muito eficaz de fazer passar a informação e tem grande impacto junto da população. Actualmente existem mais canais de TV em Cabo Verde e todos serão utilizados para que toda a população tenha acesso à informação.



### **3- Spot e programa na Rádio**

A rádio, como é um veículo de massa e atinge a população em qualquer parte do território nacional, irá ser utilizado intensivamente. Para isso, será utilizado rádio nacional, local, regional e comunitária.

### **4- Internet**

Serão colocadas informações no Site do INE e será enviada informação sobre o censo 2010 através da rede do estado. Serão negociados, também, com as instituições do estado que têm uma página na Internet, a colocação de publicidade sobre o Censo nas suas páginas.

Esta peça de comunicação apresenta uma mais-valia, uma vez que, a internet constitui, actualmente, um importante meio e veículo de propagação de mensagens, de cariz publicitário e, de difusão da informação.

### **5- Anúncio de Imprensa**

Para marcar o início das actividades do terreno será feito o lançamento, através de uma conferência de imprensa, dada pelo Sr. Presidente e, também, serão enviadas, a todos os meios de comunicação, uma nota de imprensa com as principais informações acerca do Censo. Para além da cobertura da rádio, em todo o território nacional, será feita cobertura televisiva, em algumas zonas da Praia para marcar o início dos trabalhos de terreno. Será dada entrevista aos meios de comunicação social pelo chefe do Estado e pelos bispos da Igreja católica. Amíúde, serão enviadas notas de imprensas aos meios de comunicação para os manter informados do andamento dos trabalhos de terreno.

### **6- Brindes**

É um suporte gráfico muito importante visto que dá visibilidade ao Censo e faz as pessoas lembrarem frequentemente do censo.

Os brindes serão confeccionados de forma a atingir todos os segmentos do público-alvo, ou seja, teremos brindes para crianças, adultos, funcionários, donas de casas, empresários, entre outros.

### **7- Sessões de Relações Públicas**

Serão feitas apresentações do projecto Censo e da Estratégia de sensibilização para as instituições, em todos os concelhos do país. Serão criadas as comissões concelhias para apoiarem na logística e sensibilização do Censo. As instituições locais poderão ser úteis na identificação de alguns problemas bem como na sugestão de melhor estratégia de contacto da equipe com as famílias, para que o Censo possa decorrer sem sobressaltos.

Teremos, conferências de imprensa para marcar o início dos trabalhos e no final do Inquérito, uma outra sessão de relações públicas para a divulgação dos resultados definitivos que poderá ser através de um seminário ou atelier.

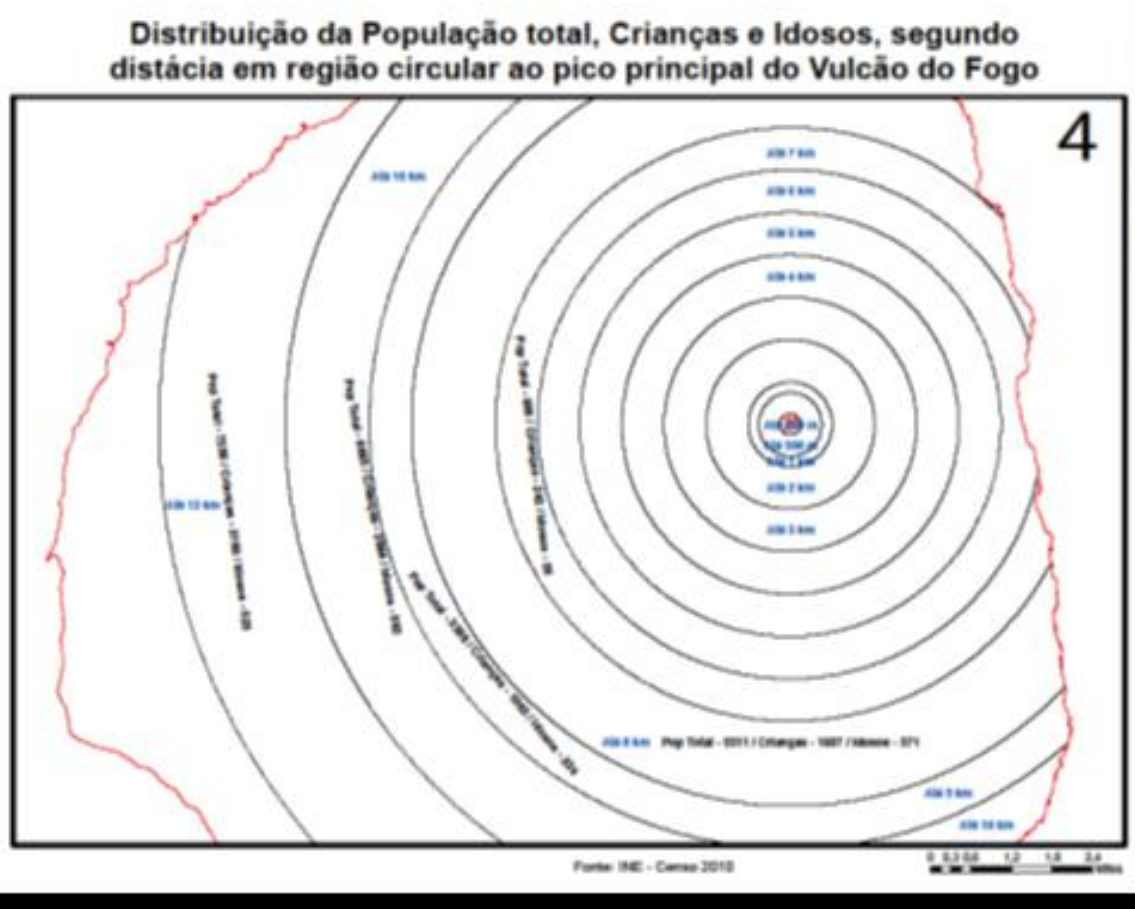
#### **8- SMS**

Será negociada, junto da CVMóvel e da TMais, o envio de uma mensagens SMS, com as informações referentes ao Censo, à todos os utilizadores da rede móvel, no dia do arranque dos trabalhos de terreno, e no decorrer d operação.

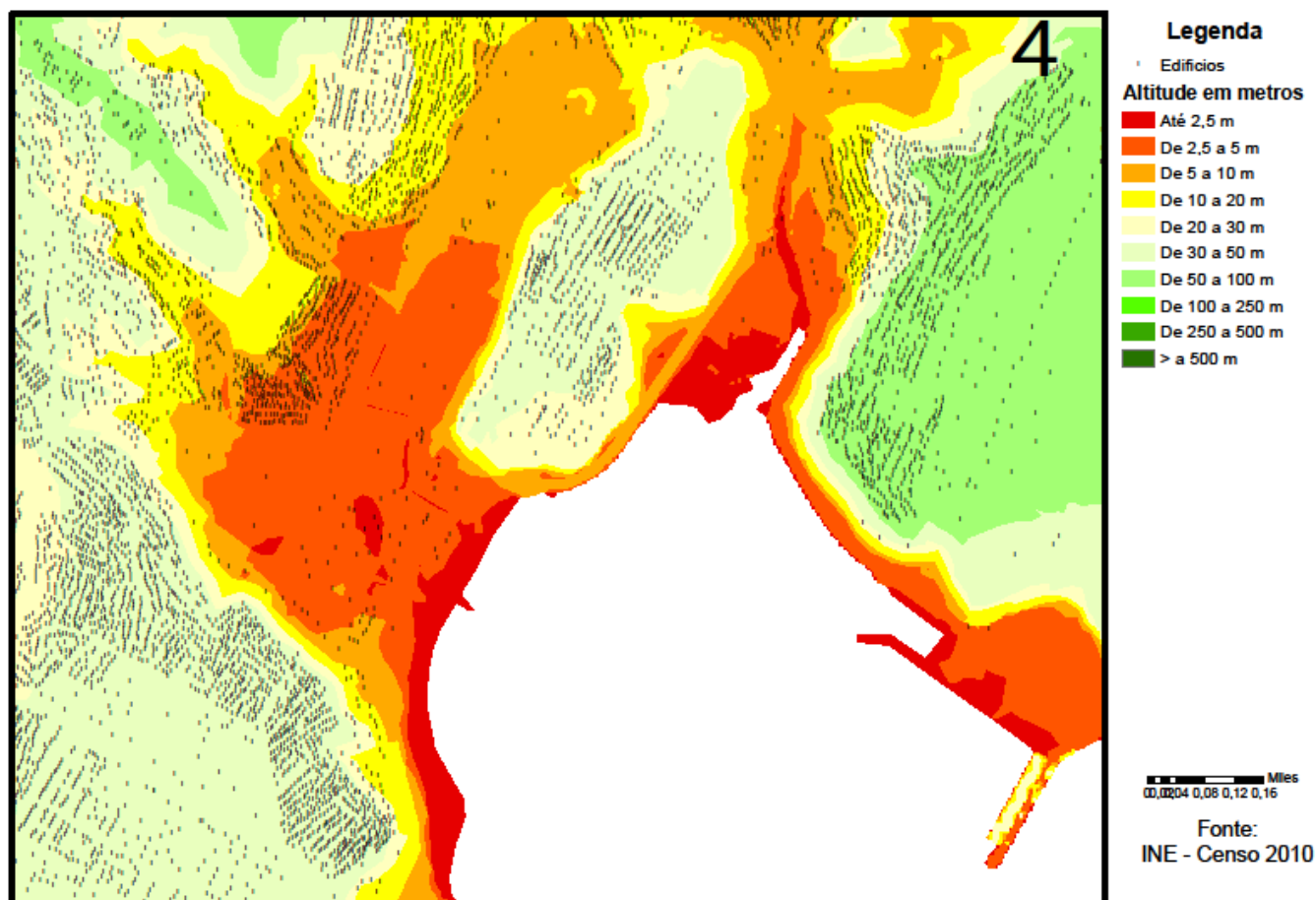
#### **9- Linha Verde grátis**

Pretende-se, com a criação da linha verde facilitar a comunicação entre a população e o gabinete do Censo, através solicitação de esclarecimentos e informações, bem como a realização de entrevista às pessoas que são difíceis de encontrar em casas.

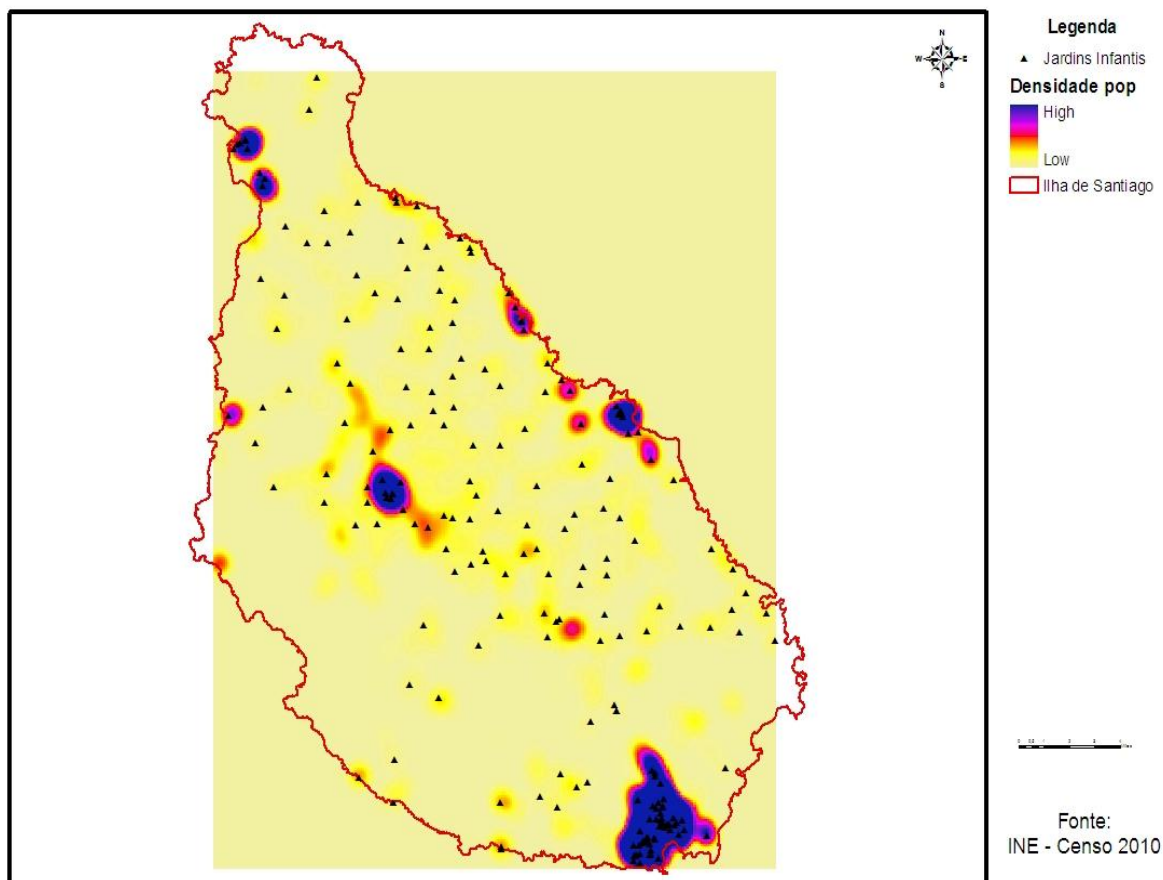
Anexo 6: Tipos de análises espaciais:



**Localização de habitações, segundo níveis de altitude**



Densidade de população com idade compreendida entre os 4 e 6 anos na Ilha de Santiago e localização dos Jardins infantis



Distribuição espacial da residência de Chefe Exploração Agrícola  
com Gado Bovino na Ilha do Fogo, por número de cabeças

